UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CRIME E CRIMINALIZAÇÃO NA IMPRENSA: MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS POR DIREITOS EM MANAUS (1967-1989)

PAOLA DA CRUZ RODRIGUES

MANAUS/AMAZONAS
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CRIME E CRIMINALIZAÇÃO NA IMPRENSA: MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS POR DIREITOS EM MANAUS (1967-1989)

PAOLA DA CRUZ RODRIGUES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr.

MANAUS/AMAZONAS
2024

CRIME E CRIMINALIZAÇÃO NA IMPRENSA: MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS POR DIREITOS EM MANAUS (1967-1989)

Paola da Cruz Rodrigues

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em História, Linha 3 – Políticas, Instituições e Práticas Sociais, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História

BANCA EXAMINADORA:

_____

Presidente: Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr.
Orientador – Universidade Federal do Amazonas

_____

Prof.(ª) Dr. Davi Avelino Leal
Universidade Federal do Amazonas

_____

Prof.(ª) Dr. Kátia Cilene do Couto
Universidade Federal do Amazonas

APROVAÇÃO
07 DE OUTUBRO DE 2024
MANAUS/AMAZONAS

Dedico este trabalho à memória de pessoas queridas que deixaram um legado profundo em minha vida.

À minha avó, Maria Carneiro Rodrigues, mulher guerreira e batalhadora, cuja força e dedicação como mãe de nove filhos nos inspiram até hoje. Ao meu bisavô, Almir Moreira, que me ensinou o valor do trabalho árduo e do carinho, sendo um verdadeiro exemplo de dedicação e afeto em nossa família. Ao meu avô, João Oriente, que trabalhou incansavelmente pela comunidade de Vila Cândida, mostrando-nos a importância de ajudar o próximo e fortalecer os laços comunitários. Ao meu tio, Geisel Carneiro Rodrigues, que, mesmo distante em Parintins, sempre me apoiou, provando que o amor e o apoio familiar transcendem qualquer barreira. Ao meu primo, Igor Rodrigues, cuja perda precoce e trágica me fez questionar a sociedade em que vivemos e despertou em mim o desejo de lutar por um mundo mais justo e com oportunidades iguais para todos.

E, por fim, ao Movimento Negro Unificado (MNU), que foi essencial na minha formação política e na condução desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão aos meus ancestrais, cuja existência e trajetória tornam possível tudo o que sou e realizo. Sem o legado deles, nada disso faria sentido em minha vida.

Aos meus pais, Paulo Gracindo Carneiro Rodrigues e Terezinha de Jesus da Cruz Rodrigues, por acreditarem no poder transformador da educação e, incansavelmente, investirem em meu desenvolvimento intelectual, sempre me incentivando a buscar o conhecimento. Ao meu irmão, Gracindo dos Santos Rodrigues Neto, minha eterna gratidão por ser meu confidente, escutando-me com paciência e oferecendo apoio, especialmente nos momentos mais difíceis.

Ao meu avô, Gracindo dos Santos Rodrigues, em memória, cuja presença, embora não física, me inspirou a mergulhar na história de nossa família, despertando em mim o desejo de compreender nossas raízes ancestrais. À minha madrinha, Glaucilene Carneiro Rodrigues, e à minha prima, Márcia Caroline Carneiro Rodrigues, minha sincera gratidão por serem os pilares emocionais e afetivos em minha vida. O incentivo constante de ambas não apenas reforçou minha dedicação aos estudos, mas também me encorajou a perseverar na realização dos meus sonhos.

Dedico este trabalho também aos movimentos sociais, como o Levante Popular da Juventude, o Coletivo Kizomba, o Coletivo Enegrecer e o Movimento Negro Unificado (MNU), que foram cruciais para minha formação política e me permitiram entender a importância histórica das lutas travadas por homens e mulheres, negros e negras, trabalhadores do nosso país.

Agradeço profundamente aos colaboradores desta pesquisa, Cleia, Lamartine, Borges, Cila e Francy, cujas memórias e trajetórias foram fundamentais para o resgate ancestral que enriqueceu este trabalho.

Ao meu orientador, Nelson Tomelin Jr., sou profundamente grata por ter aceitado o desafio de orientar uma pesquisa tão complexa sobre os movimentos sociais em Manaus e a luta por direitos. Sua compreensão, apoio e sabedoria fizeram dele o orientador ideal para esta jornada.

Aos amigos que foram essenciais na minha trajetória acadêmica, Gabriella, Arlison, Natália, Mayra, Lívia, Alessandra e Ivanelison, meu mais sincero agradecimento. Juntos, tornamos a vida acadêmica mais leve e prazerosa; nossa amizade e companheirismo nunca serão esquecidos.

Aos companheiros e companheiras de movimento social, que tanto contribuíram para esta pesquisa, meu reconhecimento especial. Agradeço a Kívia Mirrana, por todas as orientações durante as bancas, defesas e qualificações, e a Adomair, do MNU do Maranhão, por me formar politicamente e contribuir para a construção do MNU no Amazonas.

Finalmente, expresso meu profundo agradecimento ao meu esposo, Leonardo Amorin de Araujo, cujo companheirismo e presença constante foram fundamentais. Ele esteve ao meu lado nos devaneios e desafios da pesquisa, apoiando-me nas transcrições de entrevistas, leituras de jornais e nas reflexões existenciais que permeiam a vida acadêmica.

Por fim, agradeço ao CNPq, cujo financiamento foi essencial para que eu pudesse me dedicar integralmente a esta pesquisa, abrangendo o período de 1967 a 1989. Também agradeço à Universidade Federal do Amazonas, onde muitas vezes passei mais tempo do que em minha própria casa, por proporcionar o ambiente necessário para a realização deste trabalho.

Primeiro cê sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles
Nega o Deus deles, ofende, separa eles
Se algum sonho ousa correr, cê para ele
E manda eles debater com a bala de vara eles, mano
(Ismália, Emicida)

RESUMO

A presente pesquisa explora as trajetórias dos militantes e movimentos sociais em Manaus, entre 1967 e 1989, focando na atuação da imprensa periódica na representação da criminalidade e na criminalização de movimentos sociais e práticas urbanas. O estudo analisa principalmente os jornais Acrítica e Jornal do Comércio, para compreender como a mídia influenciou as percepções públicas e as políticas sobre segurança e direitos sociais. O período abordado inclui a ditadura militar e a transição para a democracia, refletindo as tensões entre interesses comerciais e a resistência dos trabalhadores. Destaca-se o papel do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Movimento Alma Negra (MOAN), evidenciando a luta pela valorização da cultura afro-brasileira e a resistência contra o racismo institucionalizado. O trabalho também examina a participação feminina nos movimentos sociais, ressaltando a liderança das mulheres em greves e mobilizações, e sua influência nas políticas públicas e na representação midiática. O capítulo final analisa as disputas pela cidade e pela memória, evidenciando a construção e a contestação de discursos sobre crime e segurança, e a influência desses discursos nas políticas públicas. A pesquisa reflete sobre a luta contínua por direitos e igualdade, ressaltando como as práticas culturais e a mobilização social moldam a identidade e a dinâmica política de Manaus.

Palavras-chave: movimentos sociais, imprensa periódica, criminalização, Movimento Negro, resistência cultural, participação feminina.

ABSTRACT

This research explores the trajectories of activists and social movements in Manaus between 1967 and 1989, focusing on the role of the print media in representing criminality and criminalizing social movements and urban practices. The study primarily analyzes the newspapers Acrítica and Jornal do Comércio to understand how the media influenced public perceptions and policies concerning security and social rights. The period covered includes the military dictatorship and the transition to democracy, reflecting the tensions between commercial interests and workers' resistance. The role of the Unified Black Movement (MNU) and the Black Soul Movement (MOAN) is highlighted, emphasizing the struggle for the valorization of Afro-Brazilian culture and resistance against institutionalized racism. The research also examines women's participation in social movements, highlighting their leadership in strikes and mobilizations, and their influence on public policies and media representation. The final chapter analyzes disputes over the city and memory, emphasizing the construction and contestation of discourses on crime and security, and the impact of these discourses on public policies. The research reflects on the ongoing struggle for rights and equality, underscoring how cultural practices and social mobilization shape the identity and political dynamics of Manaus.

Keywords: social movements, print media, criminalization, Black Movement, cultural resistance, female participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Programa de ação do MNU – 1982. Acervo MNU Amazonas.....p.31

Figura 2 - Convenção Nacional do Negro – 1986. Acervo MNU Amazonas.....p.31

Figura 3 - Jornal do Comércio, Caderno Cidade, 19 de novembro de 1986.....p.36

Figura 4 - Jornal do Comércio, 14 de janeiro de 1988.....p.38

Figura 5 - Jornal do Comércio, 14 de janeiro de 1988.....p.40

Figura 6 - Jornal do Comércio, 08 de abril de 1980.....p.50

Figura 7 - Apresentação em Itaparica – Bahia 1998. Imagem cedida por Cléia Alves.....p.54

Figura 8 – Apresentação de Capoeira, Jornal do Comércio, Caderno Momento, 20 de novembro de 1987.....p.55

Figura 9 - Mãe Emília em seu Terreiro Centro de Tambores Mina Gêge-Nagô de Toy Lissa – Agbê Manjá. Imagem cedida por Luiz Borges.....p.58

Figura 10 - Imagem do Terreiro Centro de Tambores Mina Gêge-Nagô de Toy Lissa – Agbê Manjá de Mãe Emília após seu falecimento. Imagem cedida por Luiz Borges.....p.62

Figura 11 - Jornal do Comércio, 03 de janeiro de 1988.....p.75

Figura 12 - Augusto do Santos, o mais velho descendente dos negros vindos do Maranhão, e Mãe Lurdina com a imagem de São Benedito com mais de 100 anos.....p.83

Figura 13 - Mestre Lula, mestre de capoeira do bairro.....p.84

Figura 14 - Espetáculo de dança Fragmentos. Imagem cedida por Cléia Alves.....p.89

Figura 15 - Apresentação FECANI – Itacoatiara, 1993. Imagem cedida por Cléia Alves.....p.95

Figura 16 - Jornal do Comércio, 04 de julho de 1985. Caderno Cidade, página 4.....p.98

Figura 17 - Jornal do Comércio, 09 de janeiro de 1986. Número 33.802. Capa. Título: "CIMI acha que a culpa pertence à mineradora".....p.121

Figura 18 - Jornal do Comércio, 09 de março de 1986, p. 02.....p.128

Figura 19 - Jornal do Comércio, 09 de março de 1985, p. 7.....p.130

Figura 20 - Jornal do Comércio, Caderno Geral, 08 de fevereiro de 1980. Título: "Donas de casa boicotam a carne por falta de dinheiro na bolsa".....p.141

Figura 21 - Jornal do Comércio, Caderno Geral, 22 de fevereiro de 1980, página 02.....p.145

Figura 22 - Jornal do Comércio, "Vamos ao Boicote", Caderno Opinião, 23 de fevereiro de 1980, p. 04.....p.146

Figura 23 - Jornal do Comércio. Donas de casa prosseguem o boicote para governo baixar o preço da carne. Caderno Cidade, 09 fev. 1980.....p.154

Figura 24 - Jornal do Comércio. Donas de casa, açougueiros e a igreja aderem ao boicote. Caderno Cidade, p. 3, 26 fev. 1980.....p.159

Figura 25 - Jornal do Comércio. Venda de carne caiu e até açougueiro está favorável ao boicote do produto. Caderno Cidade, p. 3, 26 fev. 1980.....p.159

Figura 26 - Jornal Acrítica, 18 de julho de 1985, Caderno Cidade Aflita.....p.166

Figura 27 - Jornal do Comércio. Esperança na área de invasão. 01 de novembro. 1985.....p.173

Figura 28 - Jornal Acrítica. 24 de novembro de 1985, Caderno Cidade, p. 10.....p.177

Figura 29 - Jornal do Comércio. Mais tumultos na Ponta Negra deixam criança ferida. 29 outubro 1985, capa.....p.178

Figura 30 - Jornal do Comércio. Trator tenta impedir o avanço dos invasores. 29 outubro 1985, Caderno Cidade, p. 3.....p.178

Figura 31 - Jornal do Comércio. Irmã é enquadrada na Lei de Segurança Nacional. 30 outubro 1985, Caderno Cidade, p. 3.....p.179

Figura 32 - Jornal do Comércio. Justiça usou a polícia para retirar invasores. Caderno Cidade, p. 4, 3 novembro 1985.....p.182

Figura 33 – Jornal Acrítica, 24 de novembro de 1985, Caderno Cidade, p. 10.....p.184

Figura 34 - Jornal do Comércio. Mulheres se mobilizam para garantir avanço. 2 jun. 1987, Caderno Política Local, p. 3.....p.200

Figura 35 - Jornal do Comércio. Mulheres contra moralismo. 6 set. 1987, Caderno Cidade, p. 9.....p.213

Figura 36 - Jornal do Comércio. Miséria e ambição travam duelo no lixeiro pela sobrevivência. Caderno Variedades, p. 3, 23 jun. 1985.....p.214

Figura 37 - Jornal do Comércio. Miséria e ambição travam duelo no lixeiro pela sobrevivência. Caderno Variedades, p. 3, 23 jun. 1985. .....p.215

Figura 38 - Jornal Acrítica. Amante diz que Polícia Civil executou baleado. 10 jan. 1985. Capa.....p.224

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....p.15
CAPÍTULO 1 - MOVIMENTO NEGRO E LUTAS POR DIREITOS EM MANAUS.....p.24
1.1 A IMPORTÂNCIA AFRO-RELIGIOSA PARA A RESISTÊNCIA NEGRA EM MANAUS: BATUQUES, TERREIROS, QUILOMBOS.....p.43
1.2 AFOXÉ, CAPOEIRA, SAMBA E HIP-HOP: A CULTURA NEGRA COMO RESISTÊNCIA.....p.81
1.3 AINDA SOBRE RAÇA: MOVIMENTO INDÍGENA E A LUTA POR DEMARCAÇÃO.....p.96
CAPÍTULO 2 – MOVIMENTO DE MULHERES: GREVES E A LUTA POR UM PROJETO ALTERNATIVO DE VIVER, SER E EXISTIR.....p.126
2.1 MOVIMENTO DE DONAS DE CASA: O BOICOTE À FOME E A PERCEPÇÃO DE CLASSE.....p.140
2.2 A "QUESTÃO DOS BAIRROS" MOVIMENTO DE LUTA POR HABITAÇÃO E MORADIA.....p.170
2.3 A LUTA POR CRECHE E A "QUESTÃO DO ABORTO" NO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS.....p.188
CAPÍTULO 3: DAS DISPUTAS PELA CIDADE ÀS DISPUTAS POR MEMÓRIA.....p.206
3.1 "CASOS DE POLÍCIA": CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E FAZERES URBANOS NA IMPRENSA.....p.219
3.2.ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS NA CONSTITUINTE.....p.232
3.3 AINDA CONSTRUINDO, AINDA RESISTINDO, AINDA SONHANDO: "NADA MUDOU, VAMOS MUDAR".....p.250
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....p.268
REFERÊNCIAS.....p.271

INTRODUÇÃO

A luta por direitos e igualdade é fio condutor na história das cidades brasileiras, e em Manaus não é diferente. Ao longo das décadas, movimentos sociais têm se articulado, reivindicando justiça, inclusão e dignidade para diferentes grupos marginalizados. É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, que busca mergulhar nas diversas trajetórias dos militantes e dos movimentos socais da história de Manaus, desvendando os meandros das lutas sociais que articularam perspectivas políticas amplas dos modos de vida na cidade e de seus habitantes.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o papel da imprensa periódica escrita como uma força ativa na representação da criminalidade e na criminalização de movimentos sociais e fazeres urbanos em Manaus, durante o período entre 1967 e 1989. Nesse sentido, a análise se concentra na produção dos jornais de grande circulação, especialmente Acrítica e o Jornal do Comércio, buscando compreender os interesses e as disputas que permeavam a região nesse momento histórico.

A esfera política dessas representações jornalísticas se entrelaça com perspectivas culturais amplas, contribuindo para a articulação de interesses comerciais e empresariais, ao mesmo tempo em que é alvo da resistência de trabalhadores e trabalhadoras organizados, que defendem seus modos próprios de vida na cidade. Esse recorte temporal abarca um período marcado pela forte repressão da ditadura civil-militar, desde a promulgação da Constituição de 1967 até a consolidação da Constituição Federal de 1988, momento em que importantes políticas sobre o direito à cidade avançaram o marco civilizatório no país. Esses debates também ecoaram nas páginas da imprensa da época, refletindo as disputas sobre segurança pública e direitos sociais.

A discussão sobre o discurso da segurança na imprensa, particularmente o tema do crime e da criminalização de valores urbanos, desempenhou um papel significativo na articulação de novos posicionamentos nas antigas disputas da luta de classes na região. Muitas vezes, a violência era utilizada para associar as classes pobres ao perigo social, conforme destacado por Chalhoub (1990, 2001) e Ugarte (2001). Essas análises se beneficiam dos avanços na pesquisa sobre a história social do crime e da criminalização em diferentes contextos e períodos, com contribuições de autores como Adorno (2002), Fausto (1984), Linebaugh (1983) e Thompson (1997).

A imprensa emerge como importante fonte para análises históricas, revelando processos de formação social permeados por dimensões culturais e disputas entre valores e interesses contraditórios. Destaca-se ainda a articulação de projetos e interesses no campo do poder social, marcando disputas pela memória e pela evidenciação ou ocultamento de projetos alternativos da sociedade.

No contexto da imprensa local, o tema da violência na cidade se entrelaça com questões fundamentais como o direito ao trabalho, à memória, à cultura e à organização dos movimentos sociais da classe trabalhadora. É comum observar nos jornais em foco uma representação distorcida desses movimentos, transformando-os em "turbas" ou "grupos desavisados", conforme discutido por Thompson (1998), enquanto são criminalizados e retratados como ameaças públicas, como ressaltado por Sader (1988) e Souza (1995). Essa dinâmica evidencia a complexidade das relações de poder na produção e reprodução da vida urbana e das desigualdades sociais.

Além da análise de fontes impressas e documentos institucionais, esta dissertação foi enriquecida por entrevistas realizadas com militantes sociais que contribuíram com suas memórias e leituras críticas sobre o contexto político, midiático e social de Manaus entre as décadas de 1960 e 1980. As entrevistas foram conduzidas com o objetivo de dialogar com vozes que protagonizaram ou testemunharam processos de mobilização coletiva em meio à repressão política e à criminalização dos movimentos populares.

Participam deste trabalho como narradores(as): Francy Guedes, militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Marcha Mundial das Mulheres; Cléia Alves, ativista do movimento negro e das expressões culturais afro-amazônicas; Luiz Borges, filósofo e militante antirracista vinculado ao PT-AM; Lamartine Silva (Negro Lamar), rapper e produtor cultural com trajetória no movimento Hip Hop; e Cila Alves Reis, artista visual e produtora cultural com atuação voltada à memória e identidade ribeirinha. Suas contribuições, enquanto sujeitos históricos, foram fundamentais para compreender não apenas os impactos da imprensa sobre os movimentos sociais, mas também as estratégias de resistência e articulação em contextos de criminalização simbólica.

Embora não tenha participado como entrevistada, a Irmã Helena, figura amplamente citada na imprensa local do período, ocupa um papel central nesta pesquisa. Sua atuação na Igreja Católica, especialmente em comunidades periféricas de Manaus, foi marcada pela defesa dos empobrecidos, pela denúncia das violências estatais e pela articulação de ações em defesa dos direitos humanos. A recorrência de seu nome nos jornais, muitas vezes associada à

solidariedade popular, ao combate à fome e à violência urbana, revela sua importância como agente político e moral em um cenário de repressão e desigualdade.

A análise das matérias também permitiu identificar outros nomes de militantes e lideranças sociais que merecem destaque por sua atuação significativa na cena política e cultural de Manaus durante os períodos de ditadura. Entre eles, Lúcia Antony, com forte atuação feminista e nas lutas populares urbanas; Nestor Nascimento, figura central na articulação do Movimento Negro Unificado (MNU) na região; e KK Bonates, mestre de capoeira e referência nos movimentos de matriz afro-brasileira, cuja atuação atravessa campos como a educação popular, a cultura e a religiosidade de matriz africana. Além dessas figuras, diversas lideranças oriundas de sindicatos, pastorais sociais, associações de bairro e movimentos culturais protagonizaram denúncias públicas, articulações comunitárias e embates com o Estado, sendo frequentemente mencionadas ou tensionadas nas reportagens analisadas.

Para investigações futuras, recomenda-se a ampliação do olhar sobre essas trajetórias, considerando tanto suas dimensões individuais quanto suas conexões coletivas, em uma perspectiva que compreenda tais sujeitos como parte de uma ampla teia de resistência social, política e simbólica. Essa rede de atuação, mesmo que nem sempre organizada sob a forma de movimentos institucionalizados, revela práticas cotidianas de insurgência, solidariedade e enfrentamento das desigualdades historicamente reproduzidas no contexto amazônico.

O capítulo inicial deste trabalho é um convite a uma imersão no universo do Movimento Negro em Manaus, destacando sua emergência e desenvolvimento entre os anos de 1978 e 1988. Esse período foi marcado por um despertar nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), além da fundação do Movimento Alma Negra (MOAN) no estado do Amazonas. O MOAN, liderado por figuras proeminentes como Nestor Nascimento, representa uma faceta importante da resistência negra na região, abraçando a ancestralidade e a religiosidade como fundamentos de sua luta.

No âmbito da resistência negra em Manaus, destacam-se também os grupos afro-religiosos, como o Quilombo do São Benedito, que desempenharam um papel crucial na manutenção da identidade e da resistência cultural. Além disso, movimentos culturais como o samba, a capoeira, o hip-hop e o afoxé emergem como espaços de resistência e reivindicação, liderados por movimentos como o grupo de Afoxé Malungo Dudu, o GEDAM – Grupo Espaço de Dança Amazonas e o Centro de Tambores Mina Gêge-Nagô de Toy Lissa – Agbê Manjá. E também militantes, capoeiristas e artistas como mestre KK Bonates, como Lamartine Silva (Negro Lamar) e outros. Essas expressões culturais não apenas promovem a valorização da

identidade negra, mas também servem como ferramentas de mobilização e conscientização nas comunidades periféricas de Manaus.

A compreensão da luta e resistência do movimento negro em Manaus requer uma análise aprofundada do contexto histórico e social em que o Movimento Alma Negra (MOAN) surgiu. Fundado em 1979, o MOAN não apenas refletiu o impacto da resistência à ditadura civil-militar no Brasil, mas também encarnou a busca incessante por direitos civis e igualdade racial em uma sociedade marcada por um racismo estrutural profundo. Sob a liderança de Nestor Nascimento e outros universitários da Universidade do Amazonas, o movimento se inspirou no Movimento Negro Unificado (MNU), estabelecendo uma voz forte contra as injustiças raciais que permeavam a região amazônica.

O MOAN destacou-se por ir além da simples denúncia do racismo, promovendo ativamente a valorização da cultura afro-brasileira e a conscientização sobre os direitos étnico-raciais. Essa atuação foi essencial para resgatar e celebrar as raízes culturais afro-brasileiras, especialmente em festividades como o Festejo de São Benedito na Praça 14, onde o samba, a capoeira e a macumba se tornaram símbolos de resistência cultural. Paralelamente, a crítica às práticas de repressão, como os "Esquadrões da Morte", evidenciou a brutalidade do racismo institucionalizado, que exacerbou as desigualdades sociais e econômicas enfrentadas pela população negra.

Assim, o MOAN consolidou-se como um agente transformador, conectando a luta pela justiça social com a preservação da memória e identidade afro-brasileira, em um período de grandes desafios políticos e sociais no Brasil.

Também é destacado a complexa interseção entre festividades afro-brasileiras e a luta contínua por reconhecimento e autonomia das comunidades indígenas e negras na região. As celebrações anuais no bairro, marcadas por manifestações culturais como o samba, o afoxé, a capoeira e a macumba, não apenas homenageiam as tradições afro-brasileiras, mas também servem como atos de resistência e afirmação da identidade coletiva de um povo historicamente marginalizado. Este capítulo investiga como essas práticas culturais funcionam como veículos de memória e resistência, preservando e transmitindo saberes ancestrais e fortalecendo o sentimento de pertencimento e coesão social.

Além das festividades, a análise se volta para o papel das exposições e eventos educativos, como a que inclui fotografias de Adenilton Pinto, que revelam a luta e a discriminação enfrentadas pelos negros, tanto no passado quanto no presente. A combinação de

tradições culturais com a educação e a conscientização social sublinha a importância de reconhecer e celebrar as raízes históricas enquanto se enfrenta as injustiças contemporâneas.

O contexto mais amplo da luta pelos direitos indígenas, refletido na busca por emancipação e representação política, também é examinado. A candidatura de líderes indígenas como Álvaro Sampaio destaca a tentativa de superar as limitações impostas pelo Estatuto do Índio e de afirmar uma voz política dentro da "Nova" República. O capítulo contextualiza esses eventos dentro de um panorama de resistência e reivindicação por direitos, evidenciando como a luta por autonomia e identidade continua a moldar a dinâmica social e política da região.

Assim, o capítulo oferece uma análise crítica das formas como a memória, a cultura e a luta política se entrelaçam, mostrando como as comunidades do Amazonas utilizam a celebração e a educação para afirmar sua identidade e mobilizar mudanças sociais e políticas.

No entanto, a luta por direitos não se restringe apenas à comunidade negra. O capítulo subsequente lança luz sobre a presença das mulheres nos movimentos sociais, analisando sua participação ativa na construção de um projeto alternativo de sociedade. Desde as donas de casa que lideraram o boicote contra o aumento do custo de vida até as trabalhadoras do distrito industrial que denunciaram a esterilização forçada, as mulheres têm sido protagonistas na luta por democracia, igualdade racial e direitos reprodutivos.

Explorando um período crucial e transformador da história trabalhista e social de Manaus, ocorrido entre 1985 e 1987, quando o Distrito Industrial vivenciou uma série de greves intensas, marcadas pela notável atuação das mulheres trabalhadoras. Este capítulo examina a importância e o impacto da liderança feminina durante essas mobilizações, destacando a criação e atuação da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Metalúrgicas. A análise centra-se na relevância dessa comissão como uma força organizada dentro do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e sua contribuição para a visibilidade e avanço das demandas femininas.

Nos anos de 1985 e 1986, o cenário político e social brasileiro viu um crescente destaque na participação feminina, refletido na mídia e nas discussões sobre o papel das mulheres na sociedade e na política. O capítulo detalha como o envolvimento das mulheres em espaços políticos ganhou espaço na imprensa, com reportagens significativas, como a edição do Jornal do Comércio de 09 de março de 1986, que destacou as atividades da Comissão dos Direitos da Mulher Brasileira. Essa comissão, liderada pela deputada Ruth, buscava mudar a mentalidade social sobre o papel das mulheres e promover sua participação ativa no desenvolvimento sócio-político do país.

O capítulo também aborda como o engajamento das mulheres em ações comunitárias, como os mutirões de "compras" contra a inflação, evidenciou uma nova forma de resistência civil. Essa participação ativa e coletiva não só refletiu uma mudança nas dinâmicas de gênero, mas também reforçou a ideia de que as mulheres tinham uma voz significativa nas questões econômicas e sociais.

Além disso, o capítulo examina as reações e os desafios enfrentados pelas mulheres durante esse período, incluindo as denúncias feitas no 7º Encontro da Mulher Trabalhadora Amazonense e as respostas das autoridades. A análise das manchetes e reportagens dos jornais da época revela as tensões e as discrepâncias entre as reivindicações das trabalhadoras e as respostas institucionais, evidenciando a luta contínua por justiça e melhorias nas condições de trabalho. Esse capítulo procura refletir sobre a atuação das mulheres durante um período de transformação social e política em Manaus, destacando suas contribuições significativas para a luta por direitos e igualdade.

Por fim, o terceiro capítulo visa problematizar as disputas pela cidade e pela memória, analisando o papel da imprensa na representação do crime e na criminalização dos movimentos sociais em Manaus. A partir da análise dos jornais Acrítica e do Comércio, busca-se compreender como diferentes discursos são construídos e como eles influenciam as percepções e as políticas públicas. Além disso, destaca-se a participação dos movimentos sociais na Constituinte de 1988, evidenciando sua luta por representatividade e justiça. Concentrando-se o capítulo na maneira como a imprensa, particularmente o Jornal Acrítica, retratou a violência e a criminalização dos movimentos sociais e das práticas urbanas na cidade de Manaus. A abordagem da imprensa sobre a violência social revela um quadro complexo e frequentemente contraditório, que merece uma análise aprofundada para entender as dinâmicas de poder e as representações sociais da época.

Começamos então examinando como a violência é demarcada e apresentada na imprensa, sendo frequentemente associada ao comportamento da classe trabalhadora. Segundo o Jornal Acrítica, a violência aparece predominantemente como resultado de crimes de sangue, brigas e desavenças pessoais, muitas vezes motivados por questões como imbróglios amorosos ou consumo excessivo de álcool, foco privilegiado à época pela expressão classista e ideológica daquela imprensa escrita. O que não é abordado com a mesma ênfase são as causas estruturais da violência, como a divisão de classes e a pobreza urbana. Nesse contexto, a inação do governo e a produção da pobreza não são enquadradas como violência social, o que distorce a percepção pública sobre as reais fontes de violência e insegurança.

O capítulo também explora como o jornal promove um discurso de medo e insegurança que contrasta com a narrativa de confiança na mudança de governo e nas reformas promovidas por Gilberto Mestrinho. A cobertura das reformas de Mestrinho, destacadas em cadernos especiais do jornal, como o incentivo fiscal e a produção agropecuária, é apresentada como uma solução para a questão social. No entanto, a segurança pública, apesar de receber um bloco específico, não é tratada com a mesma profundidade, sugerindo uma abordagem seletiva e superficial das questões de segurança.

Além disso, o capítulo analisa como o Jornal Acrítica contrasta a cobertura de crimes de menor importância, como furtos e pequenos roubos, com o tratamento dado a crimes mais graves, como roubos de carros. Esta diferenciação reflete a hierarquização dos delitos e a maneira como a mídia pode influenciar a percepção pública sobre a gravidade e a frequência dos crimes. O tratamento da criminalidade também se entrelaça com o discurso sobre a limpeza e o embelezamento dos bairros, em que a presença de trabalhadores e feirantes é vista como uma forma de poluição e caos urbano, resultando em uma criminalização das práticas urbanas de grupos sociais marginalizados.

De outra forma, o capítulo aborda ainda as disputas pelo espaço urbano e os direitos sociais em Manaus, com foco na atuação dos movimentos sociais durante a Constituinte de 1988. A análise das estratégias, táticas e demandas desses movimentos, bem como das respostas institucionais e midiáticas, oferece uma perspectiva crítica sobre como as questões sociais e políticas são negociadas e representadas na esfera pública.

A análise crítica da cobertura midiática sobre a violência e o crime, como discutido anteriormente, é essencial para compreender não apenas como essas questões são retratadas na imprensa, mas também como influenciam as percepções sociais e as políticas públicas. Muitas vezes, essas percepções distorcidas contribuem para a estigmatização de determinados grupos sociais e áreas urbanas, perpetuando desigualdades e injustiças. No entanto, é importante destacar que, apesar dos desafios impostos por essa representação negativa, os movimentos sociais continuam a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Os entrevistados na pesquisa revelam uma perspectiva de luta contínua e árdua, marcada por uma série de articulações e rearticulações ao longo do tempo. Essa luta vai além das demandas por direitos básicos, como o acesso à educação, saúde e moradia, e abrange questões mais complexas, como o combate ao racismo e à violência policial. Os movimentos sociais se baseiam em um projeto alternativo de sociedade, fundamentado no conceito de "bem viver" e

na busca por direitos igualitários. Esse projeto não se limita a questões materiais, mas também inclui a valorização da coletividade e a construção de espaços de participação cidadã.

Um exemplo dessa luta é a demanda pela construção de feiras nos bairros, que não apenas atende à necessidade prática de abastecimento, mas também fortalece os laços comunitários e promove a economia local. No entanto, enfrentar essa luta não é isento de desafios. O combate ao racismo, por exemplo, envolve superar barreiras legais e institucionais, além de desconstruir preconceitos enraizados na sociedade. Da mesma forma, a luta contra a violência policial exige reformas nas políticas de segurança e mudanças na mentalidade e na cultura das forças policiais e da sociedade em geral.

Na perspectiva da história do tempo presente, entendemos que a história não é apenas uma narrativa do passado, mas uma construção contínua e dinâmica que se relaciona com o presente e o futuro. Vladimir Safatle, em "Circuito dos Afetos" (2018), destaca a importância dos afetos na construção dos movimentos sociais e na formação da identidade política. Safatle argumenta que os afetos são fundamentais para mobilizar indivíduos e comunidades em prol de causas sociais e políticas, influenciando suas ações e decisões.

Nesse contexto, os movimentos sociais são vistos não apenas como eventos isolados no tempo, mas como processos contínuos de resistência, solidariedade e transformação social. Ângela Davis, em suas obras sobre mulheres, cultura política e liberdade (1981), enfatiza que a luta pela liberdade é um empreendimento constante que envolve ações coletivas e individuais em busca de justiça e igualdade. Davis destaca a importância de reconhecer as contribuições das mulheres e de outros grupos marginalizados para a construção de movimentos sociais e para a promoção de mudanças sociais significativas.

A fala de Francy, uma das narradoras da presente pesquisa, ressoa como um eco das experiências vivas de indivíduos inseridos em um contexto histórico em constante movimento, em que a construção da história é um processo dinâmico e coletivo. Ela não apenas narra as conquistas alcançadas por meio dos movimentos sociais, mas também revela como os sujeitos históricos moldam ativamente suas próprias trajetórias e as transformações sociais mais amplas ao longo do tempo. Francy nos convida a refletir sobre como as lutas coletivas dos movimentos sociais não se limitam a enfrentar desafios imediatos, como a fome e a pobreza extrema, mas também buscam transcender para um nível mais profundo de mudança social e cultural.

Observa Francy:

> Eu vejo como ganho todas essas lutas que realmente estamos travando e vencendo. De alguma forma, vencemos a fome. Hoje, ainda enfrentamos desafios devido ao governo anterior, mas lutamos muito para sair da extrema pobreza. Por conta dessas lutas e dos movimentos sociais, muitas pessoas

> saíram dessa situação, buscaram educação, e isso realmente fez a diferença. Vimos filhos de empregadas e pedreiros se formarem, o que quebrava um pouco o sistema capitalista que limitava a educação apenas para quem podia pagar. Com o apoio de governos que entendiam e abraçavam a luta, avançamos. No governo Lula, por exemplo, os movimentos foram para conferências, se empoderaram, criaram leis e transformaram a realidade. Quando o governo mudou, o foco se voltou para o capitalismo, e tivemos que começar tudo de novo.

Portanto, os movimentos sociais discutidos no trabalho são parte integrante desse processo de construção histórica e política. Eles representam não apenas momentos de protesto e resistência, mas também expressões de uma luta contínua por direitos, reconhecimento e dignidade. Esses movimentos estão em constante transformação, adaptando-se às mudanças sociais e políticas e também buscando novas formas de mobilização e organização. Reconhecer a natureza dinâmica e contínua dos movimentos sociais nos permite entender melhor sua importância e impacto na sociedade contemporânea, bem como suas potencialidades para promover mudanças positivas.

Através deste trabalho, procuramos entender como as narrativas da imprensa e a repressão policial influenciam as percepções sociais e as políticas públicas, e como os movimentos sociais resistem e lutam por justiça e equidade em um cenário marcado pela criminalização e pela exclusão. Em suma, este trabalho visa contribuir com o resgate da trajetória desses sujeitos e proporcionar espaço ao diálogo e sua revalorização no campo da pesquisa, destacando a relevância desses movimentos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao oferecer essa perspectiva histórica e contextualizada, busca-se contribuir para um entendimento ampliado das dinâmicas sociais e políticas que moldaram e continuam a moldar a cidade e seus habitantes.

CAPÍTULO 1 - MOVIMENTO NEGRO E LUTA POR DIREITOS EM MANAUS

Povoada
Quem falou que eu ando só?
Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma mas não sou só
Povoada
(Povoada, Sued Nunes)

Para compreender a presença e a luta do movimento negro em Manaus, é fundamental contextualizar o surgimento e a atuação do Movimento Alma Negra (MOAN) na década de 1970 e 1980. Este período foi marcado por significativas transformações sociais e políticas no Brasil, influenciadas pela resistência ao regime militar e pela busca por direitos civis e igualdade racial. Em um contexto de intensa repressão e marginalização, o MOAN emergiu como uma voz assertiva contra o racismo estrutural que permeava a sociedade brasileira, especialmente na região amazônica.

Fundado em 1979 por Nestor Nascimento e outros universitários da antiga Universidade do Amazonas, o MOAN se inspirou no Movimento Negro Unificado (MNU), originado em São Paulo no ano anterior. Esses movimentos não apenas resistiram às injustiças raciais, mas também promoveram uma profunda reflexão sobre a identidade negra e suas contribuições para a história e a cultura brasileira. Em Manaus, o MOAN não se limitou à denúncia do racismo; ele promoveu ativamente a valorização da cultura afro-brasileira e a conscientização sobre os direitos étnico-raciais.

Um marco significativo dessa atuação foi a II Semana da Consciência Negra, realizada pelo MOAN em novembro de 1981. Este evento não apenas homenageou Zumbi dos Palmares, símbolo máximo da resistência negra no Brasil colonial, mas também se consolidou como um espaço de debate e celebração da cultura afro-amazônica. A semana incluiu lançamento de revistas e jornais voltados para a temática racial, além de apresentações culturais e debates acadêmicos, evidenciando a pluralidade de estratégias utilizadas pelo movimento para disseminar suas ideias e ampliar sua influência.

Em manchete do dia 13 de novembro de 1981 do Jornal do Comércio, página 11 temos o título “II Semana da Consciência Negra começa dia 18” no qual lemos que:

> O Movimento Alma Negra MOAN Realizará no próximo dia 18 do corrente mês a II Semana da Consciência Negra, em memória do líder negro, que por alguns anos foi o retrato combativo na luta pela libertação dos negros escravos, no Brasil Colônia. Zumbi resistiu à opressão juntamente com milhares de escravos refugia dos, no Quilombo de Palmares não se curvou um minuto ao dominador e morreu acreditando numa sociedade justa e livre. (Jornal do Comércio, 13 de novembro de 1981, p. 11).

O MOAN se inspirou no Movimento Negro Unificado MNU, que surgiu em 1978 em São Paulo, como uma forma de resistir ao racismo e à ditadura militar no Brasil. O MOAN também fundou a Associação dos Moradores e Amigos do bairro Praça 14, onde existe o Quilombo do Santo Benedito, uma comunidade quilombola urbana reconhecida pela Fundação Palmares, as atividades desenvolvidas pelo MOAN foram fundamentais para fomentar o debate racial em Manaus, através de ações culturais, debates dentro da universidade e muitas outras o MOAN possibilitou o surgimento de outros movimentos de luta antirracista em Manaus. Um exemplo das atividades desenvolvidas foi a II Semana da Consciência Negra que trouxe as atividades seguintes:

> Na abertura da semana, a ocorrer no próximo dia 18 às 19:30hs quarta-feira, haverá o lançamento da Revista do MOAN. na qual constam artigos referentes às origens do Movimento Alma Negra, bem como a questão do racismo e um histórico de Zumbi. Será lançado ainda o Jornal do Movimento Negro, o qual não atingir apenas o Amazonas mas todos os Estados brasileiros. Em seguida ocorrerá um show com Elson, cantor e compositor local.
>
> No dia seguinte. 19. quinta-feira haverá a exibição de um filme: "Compasso ou Espera", às 19:40 seguido de um debate coordenado pelo professor universitário. Luiz Santos. pesquisador da cultura negra. Dia vinte no horário padronizado o show "Viva a Bahia" se fará presente com o Movimento Alma Negra. E finalmente no dia 21 de novembro, o Filme amuleto de Ogum ser exibido às 19:40hs seguido de um debate coordenado pelo professor da FUA Lourival Holanda, Todas essas atividades serão desenvolvidas no Auditório Alberto Rangel da Biblioteca Pública. (Jornal do Comércio, 13 de novembro de 1981, p. 11).

A II Semana da Consciência Negra foi um evento realizado pelo MOAN em novembro de 1981, em memória de Zumbi dos Palmares. A semana teve como objetivo conscientizar a sociedade sobre a importância da cultura e da identidade negra, bem como reivindicar direitos e justiça social para os negros brasileiros. A semana contou com diversas atividades culturais, educativas e políticas, como palestras, debates, exposições, shows, filmes, teatro e dança. Neste ponto podemos destacar a importância do lançamento da Revista e do Jornal do MOAN para a difusão do debate e como estratégia do movimento para ampliação dos diálogos com outros estados.

Assim como também é importante destacar o filme mencionado na agenda de atividades, "Amuleto de Ogum", o filme narra a história de Gabriel (Ney Sant'anna), um jovem vindo do nordeste que chega na Baixada Fluminense para trabalhar para Severiano (Jofre Soares). No que o protagonista se transforma em capanga e assassino, descobre-se que ele tem o corpo fechado, para as religiões de matriz africana o termo "corpo fechado" refere-se uma expressão que significa ter uma proteção sobrenatural contra doenças, ferimentos, feitiços, inveja e outros males, inclusive sendo citado na música "Se eu fosse só" do grupo Puro Axé e muito difundido nas casas de Umbanda que diz:

> Meu escudo é minha fé
> Minha espada é o Orixá
> Tenho meu corpo fechado
> Nas rezas do Jacutá
> Quando eu cai, meu pai Ogum me levantou
> Quando eu sofri, mamãe Oxum me amparou
> Me vi perdido, Exú veio me guiar

Apontamos essas subjetividades pela importância que a religião de matriz africana apresenta para a resistência do povo negro, muitos líderes e figuras históricas para o povo negro são construídas com o imaginário de ter corpo fechado, por isso sobrevivem as mazelas e se colocam na luta em defesa do seu povo, como por exemplo o mestre de Capoeira da Bahia Besouro Cordão de Ouro, conhecido por lendas e histórias contam que Besouro era capaz de escapar de situações perigosas, como tiros, facadas e golpes, graças ao seu corpo fechado. São essas construções que possibilitam que a história e memória dos símbolos de resistência da cultura afro-brasileira se perpetuem.

Logo, o MOAN foi importante na consolidação das lutas dos movimentos negros em Manaus, principalmente pelas ações desencadeadas pelos seus integrantes, que engajados ao Movimento Negro Nacional, Latino Americano, e Internacional, conseguiram realizar em Manaus um evento em comemoração ao Centenário da Abolição da Escravatura celebrado no Brasil em 1988. A partir das lutas envidadas pelo MOAN foi criado em 1988 o "Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra", com vistas a assessorar o Governo do Amazonas, na programação do Centenário da Abolição da Escravatura sediado em Manaus. No jornal do Comércio, a atividade é noticiada: "Abolição da escravatura tem exposição Histórica".

> O primeiro centenário da abolição da escravatura em Manaus, a ser comemorado no próximo dia 24 de maio, terá a abertura, às 18 horas, de uma exposição histórica na Galeria de Artes Afrânio de Castro, numa promoção conjunta do Conselho do Património Histórico, do Instituto Geográfico

> Histórico do Amazonas, do MOAN Movimento Alma Negra do Amazonas, sob a coordenação da FUNDA/Fundação Joaquim Nabuco Coordenadoria da Amazônia. (Jornal do Comércio, 22 de maio de 1984, p. 04).

Desse modo pensamos o Movimento negro na perspectiva de Sader (1988), ou seja, como uma coletividade onde se elaboram identidades e se organizam práticas através das quais se defendem interesses, expressam-se vontades e constituem-se identidades, marcados por interações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável. Enquanto sujeito político, esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados.

Carlos Hasenbalg (1984), aponta que:

> O movimento negro contemporâneo ressurge a partir de meados da década de 70, nos finais de um período acentuadamente autoritário da vida política brasileira. Como o dos movimentos sociais que afloram na mesma época, seu discurso é radical e contestador. (Hasenbalg, 1984, pp. 148-149).

Na mesma perspectiva, Renilda Costa, no livro "Batuque: espaços e práticas de reconhecimento da identidade étnico-racial" considera que:

> A influência do movimento Negro Americano, por volta dos anos de 1970 fez com que as ações adquirissem tons mais reivindicatórios, inclusive na área educacional. Desta forma, foram criadas várias instituições negras na área da educação, nos diversos estados do Brasil, principalmente a partir da década de 1980. (Costa, 2017, p.73).

Nesse contexto, pensando o momento histórico brasileiro, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas fortemente pelo recrudescimento das forças da ditadura de 1964, período que é enfrentado de forma não homogenia por muita resistência naqueles anos, rearticulando o saldo dessas inúmeras conquistas e vitórias na proposição do que veríamos aprovado em 1988 na Constituição Federal Cidadã. Logo, a forte crise econômica que assolará o país, ainda no início dos anos setenta, será responsável pelo ressurgimento, não apenas dos movimentos sociais mais tradicionais (como o movimento de trabalhadores, estudantes e outros), mas também de novas formas de organização social (contra diversas perspectivas da exclusão) que vislumbrarão então a possibilidade de mudanças sociais e políticas concretas no período, sendo sujeito histórico forte e presente nesse processo o movimento de mulheres e o movimento negro.

Neste sentido, Evelina Dagnino (2004) alerta para a ideia de que é nesse período que se consolida uma disputa entre dois projetos políticos divergentes no cenário brasileiro: um projeto

político "democratizante", que teria como principais elementos propulsores os movimentos sociais nacionais das décadas de 1970/80 – que, por sua vez, possuem como marco fundador o restabelecimento da democracia formal e apostam na possibilidade da ação conjunta do Estado e sociedade civil em prol do aprofundamento democrático.

E, em contrapartida, um projeto neoliberal, que defenderia a necessidade do Estado brasileiro se isentar de seu papel garantidor de direitos sociais. A imprensa também disputa e é disputada por esses projetos, por isso sua importância para a análise da consolidação dos movimentos negros em Manaus, visando compreender sua atuação e organização, assim como consolidar novos debates históricos sobre a presença negra no Amazonas, visando também apresentar apontamentos sobre esses "novos sujeitos históricos" que se colocam na luta antirracista e por direitos em Manaus.

O golpe civil-militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do "preconceito de cor" no país. O Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia: o racismo. De acordo com Gonzalez (1982, 10), a repressão "desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidade".

A reorganização política da pauta antirracista apenas aconteceu no final da década de 1970, com o surgimento dos novos movimentos populares, sindicais e estudantis. Isto não significa que – no interregno de recrudescimento da ditadura – os movimentos negros não tenham realizado ações e avançado pautas sociais. Em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN).

A imprensa negra, por sua vez, se organizou e passou a difundir seus ideais, com os jornais Árvore das Palavras (1974), O Quadro (1974), em São Paulo; Biluga (1974), em São Caetano/SP, e Nagô (1975), em São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo Palmares (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de Maio (referência ao poder do Estado) para o 20 de Novembro (referência à luta dos movimentos de libertação/morte de Zumbi), assim como em Manaus foi formado o Movimento Alma Negra em 1979.

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações "mínimas": desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para

enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.

O programa de ação apresentava os seguintes pontos:

- Por um movimento negro independente.
- Pelo o fim da violência policial e contra a "indústria" da criminalidade.
- Pelo fim da discriminação racial no trabalho.
- Por uma educação voltada para os interesses do povo negro e de todos os oprimidos.
- Pelo fim da manipulação política da cultura negra.
- Contra a exploração sexual, social e econômica da mulher negra.
- Pelo fim da violência racial nos meios de comunicação.
- Pela solidariedade internacional à luta de todos os oprimidos.

O Programa de Ação de 1982 do Movimento Negro Unificado (MNU) representa um momento crucial na história da luta por direitos civis e igualdade racial no Brasil. Suas reivindicações visavam confrontar a injustiça racial e promover a inclusão social, política e econômica da população negra. Analisando as demandas do MNU, é evidente que o movimento buscava abordar as raízes profundas da discriminação e da desigualdade, desafiando tanto as estruturas institucionais quanto as narrativas culturais que perpetuavam a opressão.

Primeiramente, a desmistificação da democracia racial brasileira era essencial. O mito da democracia racial servia para mascarar a realidade das desigualdades raciais no país, criando uma falsa percepção de harmonia racial que ignorava a discriminação e a exclusão sistemática enfrentadas pelos negros. Ao expor essa farsa, o MNU não apenas revelava as verdadeiras condições de vida da população negra, mas também desafiava a sociedade a reconhecer e corrigir essas injustiças históricas.

A organização política da população negra era outra reivindicação fundamental. Para o MNU, era crucial que os negros se unissem e se organizassem politicamente para lutar por seus direitos. Isso incluía não apenas a criação de entidades representativas, mas também a inserção nos sindicatos e partidos políticos, espaços onde as decisões que afetavam suas vidas eram tomadas. A transformação do Movimento Negro em um movimento de massas visava ampliar a base de apoio e aumentar a pressão por mudanças, tornando a luta por igualdade uma causa coletiva e inclusiva.

A formação de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador destacava a interseccionalidade das lutas sociais. O MNU reconhecia que o racismo e a exploração econômica estavam intrinsecamente ligados e que, para combater essas opressões, era necessário unir forças com outros movimentos sociais. Essa abordagem colaborativa visava fortalecer a resistência contra todas as formas de injustiça, criando uma frente unida e mais eficaz.

A luta contra a violência policial e a discriminação racial no trabalho eram questões urgentes que impactavam diretamente a vida cotidiana da população negra. O MNU defendia a necessidade de combater a brutalidade policial, que vitimizava desproporcionalmente os negros, e de promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Essas reivindicações visavam garantir a segurança e a dignidade dos negros, oferecendo-lhes a chance de viver e trabalhar em condições justas e equitativas.

A educação também era uma prioridade para o MNU, que defendia uma educação voltada para os interesses do povo negro e de todos os oprimidos. Isso incluía a introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, promovendo um conhecimento mais abrangente e verdadeiro sobre a contribuição e a história dos negros no país. Além disso, o fim da manipulação política da cultura negra e a luta contra a exploração sexual, social e econômica da mulher negra eram fundamentais para a valorização e o respeito pela identidade e pela dignidade dos negros.

Essas reivindicações do MNU ressoam profundamente na história das cidades brasileiras, incluindo Manaus. A luta por direitos e igualdade é um fio condutor na história urbana, onde movimentos sociais têm se articulado para reivindicar justiça, inclusão e dignidade. Em Manaus, a imprensa periódica escrita desempenhou um papel significativo na representação da criminalidade e na criminalização de movimentos sociais e fazeres urbanos, especialmente durante a ditadura militar (1967-1989). A análise da produção dos jornais "Acrítica" e "Jornal do Comércio" revela como as representações jornalísticas contribuíram para a articulação de interesses comerciais e empresariais, ao mesmo tempo em que enfrentavam a resistência de trabalhadores organizados.

(Figura 1 - Programa de ação do MNU – 1982. Fonte: Acervo MNU Amazonas)

Na década de oitenta, foi o MNU a organização que realizou as maiores e mais importantes manifestações contra o Apartheid na África do Sul, embora não recebessem apoio político ou financeiro da Organização das Nações Unidas – ONU. Criaram comitês nos principais estados do país e realizamos manifestações com milhares de pessoas, contribuindo significativamente para a luta na África do Sul e do Zimbabwe.

Em 1986 ocorre a Conferência Nacional do Negro em Brasília – DF, de onde saiu a proposta de criminalização do racismo e a resolução 68 das Disposições Transitórias Constitucionais, sobre a titulação das terras dos remanescentes de quilombos.

(Figura 2 - Convenção Nacional do Negro, 1986. Fonte: Acervo MNU Amazonas)

Por conseguinte, o movimento negro em Manaus, principalmente representado pelo MOAN segue reivindicando espaço e problematizando ações de cunho racista no estado, em notícia do dia 24 de junho de 1987, no Jornal do Comércio, caderno Cidade, temos a seguinte manchete "Negros reúnem e abordam racismo", em que é reafirmado as pautas do Movimento Negro para com o combate à discriminação racial e a defesa do Ensino de História da África nas escolas, assim como é destacado pelo MOAN o desinteresse do Estado do Amazonas, na figura do Governador, Prefeito e Secretaria de Cultura de garantir a participação do Amazonas no 7º Encontro de Negros do Norte e Nordeste que aconteceria em Belém.

> Discriminação racial considerada como crime inafiançável e currículos escolares contendo a história da África são as principais reivindicações a serem discutidas no site encontro de negros do Norte e Nordeste que acontecerá em Belém nos dias 9 a 12 de julho. (...) Ainda não se sabe ao certo quantas pessoas do Amazonas vão participar do encontro, uma vez que o presidente do movimento Alma Negra – MOAN, Raimundo Pinto está tentando conseguir apoio junto ao governo, prefeitura e órgãos de Cultura, sem ter recebido ainda qualquer resposta. (Jornal do Comércio, 24 de junho de 1987).
>
> O Encontro do Norte e Nordeste, realizado anualmente, serve como base para as discussões a nível nacional que Zumbi dos Palmares, na cidade de Maceió, Estes acontecem sempre em novembro, no Memorial do de Alagoas. Os negros, na ocasião do Encontro, discutem suas problemáticas com indicativos para o desenvolvimento de atividades. Segundo o conselheiro fiscal do Moan, Nestor Nascimento, esse ano eles já começam a programar as comemorações do centenário da Abolição da Escravatura e discutir que posição tomar com relação às comemorações oficiais que estarão sendo desenvolvidas pelo Governo Federal. "Não queremos festa para o centenário em caráter regional. (Jornal do Comércio, 24 de junho de 1987).

A manchete do Jornal do Comércio, datada de 24 de junho de 1987, evidencia claramente as pautas e ações do MOAN. A reunião mencionada no jornal abordava o racismo e reafirmava as demandas do movimento negro em Manaus, incluindo a necessidade de combater a discriminação racial e promover o ensino da História da África nas escolas. Além disso, o MOAN criticava o desinteresse das autoridades estaduais, como o Governador, Prefeito e Secretaria de Cultura, em apoiar a participação do Amazonas no 7º Encontro de Negros do Norte e Nordeste em Belém.

Essa situação evidencia uma dinâmica complexa entre o MOAN e o MNU. Enquanto compartilhavam objetivos comuns de combate ao racismo e promoção da cultura afro-brasileira, os dois movimentos diferiam em suas estratégias e focos específicos. O MNU, com sua abrangência nacional, buscava unificar e fortalecer o movimento negro em todo o país, influenciando políticas públicas em nível nacional. Por outro lado, o MOAN atuava de maneira

mais localizada e específica, adaptando suas ações às necessidades e realidades do Amazonas, enfrentando desafios e resistências específicos da região.

No ano de 1988, no VIII Encontro de Negros do Norte – Nordeste, organizado pelo MNU da região, foram definidas questões que balizaram a atual lei l0.639, que dispõe sobre o ensino da História da África e do negro no Brasil. Concomitante à reorganização das entidades negras, registrou-se a volta da imprensa negra. Alguns dos principais jornais desse período foram: SINBA (1977), Africus (1982), Nizinga (1984), no Rio de Janeiro; Jornegro (1978),41 O Saci (1978), Abertura (1978), Vissungo (1979), em São Paulo; Pixaim (1979), em São José dos Campos/SP; Quilombo (1980), em Piracicaba/SP; Nêgo (1981), em Salvador/BA; Tição (1977), no Rio Grande do Sul, além da revista Ébano (1980), em São Paulo.

A relação entre os movimentos negros como o MNU, o MOAN e a revitalização da imprensa negra nos anos 1980 é fundamental para compreender o contexto de luta por direitos e igualdade racial no Brasil. O ano de 1988 marcou um momento significativo com o VIII Encontro de Negros do Norte – Nordeste, organizado pelo MNU, no qual foram discutidas e definidas questões que posteriormente influenciaram na elaboração da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas.

A participação ativa desses movimentos em encontros como este demonstra a importância da mobilização e da articulação política na promoção de mudanças legislativas que visam combater o racismo estrutural e promover a valorização da cultura afrodescendente. As pautas levantadas no encontro não apenas influenciaram políticas educacionais, mas também reforçaram a necessidade de reconhecer e integrar a história e as contribuições dos negros na formação da sociedade brasileira.

Paralelamente à reorganização e fortalecimento das entidades negras, observou-se um ressurgimento da imprensa negra no período. Jornais já citados anteriormente, como SINBA, Africus, Nizinga, Jornegro, O Saci, entre outros, desempenharam um papel crucial ao dar visibilidade às comunidades afro-brasileiras, destacando questões de discriminação racial, promovendo a cultura negra e documentando as lutas e conquistas dos movimentos sociais.

A imprensa negra não apenas informava e educava, mas também desafiava as narrativas dominantes e combatia estereótipos racistas, contribuindo assim para a conscientização e mobilização da comunidade negra. Ao amplificar as vozes dos ativistas e líderes negros, esses veículos de comunicação desempenharam um papel essencial na resistência cultural e na promoção da igualdade racial.

Dessa forma, a interação dinâmica entre os movimentos negros, a legislação educacional e a revitalização da imprensa negra nos anos 1980 reflete um movimento de resistência e empoderamento, em que a organização política e cultural dos afrodescendentes foi fundamental para conquistar avanços significativos na luta por direitos civis e na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Esses elementos não apenas moldaram a história da população negra no Brasil, mas também inspiraram e influenciaram movimentos sociais em todo o mundo, reafirmando a importância da solidariedade e da persistência na busca por igualdade e dignidade para todos.

Para Nestor Nascimento, "o MOAN teve grande atuação no contexto político da década de 1980 com participação no movimento estudantil, na luta pelas eleições diretas, pela defesa do meio ambiente, pela anistia e etc. Praticamente em todos os atos públicos o MOAN se pronunciava". Para ele o movimento alcançou a meta desejada, pois "colocou em evidência a discussão relacionada à questão do negro no Brasil" para os mais diversos setores da sociedade. (Santiago, 1994, p.23). Conforme apresenta o Jornal do Comércio:

> CENTENÁRIO DOS PRECURSORES ABOLICIONISTAS- Realizou-se domingo passado na sede do IGHA (Instituto Geográfico Histórico do Amazonas) a solenidade de lançamento dos selos que comemoram o 1° Centenário da Abolição da Escravidão' nos Estados do Ceará e Amazonas. Sob a presidência do dr. Robério Braga. Presidente do Instituto, e com a presença do sr. Sacramento (Diretor-Adjunto da Regional de Manaus da ECT), de autoridades, filatelistas, do Presidente do MOAN (Movimento Alma Negra), Sr. Nestor Nascimento, além de numeroso público (Jornal do Comércio, 01 de abril de 1984).
>
> O processo de organização do Movimento Negro na luta por direitos pode ser evidenciado pela participação do MOAN – Movimento Alma Negra em Manaus, nas assembleias populares da Constituinte. Em manchete do Jornal do Comércio, do dia 19 de outubro de 1986, no Caderno Política temos "Assembleia Popular – Constituinte vai a Praça Pública": Jornal do Comércio, 01 de abril de 1984).

O evento foi programado pelo comitê Nacional pro-participação popular na constituinte que vem desde o mês de agosto discutindo nas bases as suas propostas a serem programadas nesta assembleia e, em seguida, encaminhadas a assembleia nacional constituinte. Em Manaus participaram deste comitê: Associação de Moradores da Compensa, comunidades da Matinha, Compensa, Coroado, Morro da Liberdade, Praça 14, Pastoral de jovens, São Jorge, Comissão Pastoral Operária, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, Centro de Defesa de Direitos Humanos - CNBB regional norte I, Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Amazonas, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Central Única dos

Trabalhadores, Comissão de solo Urbano, Movimento alma Negra. (Jornal do Comércio, 19 de outubro de 1986).

Em Manaus, o comitê nacional pró-participação popular na constituinte teve uma atuação destacada, mobilizando diversos segmentos da população, como os trabalhadores urbanos e rurais, os estudantes, as mulheres, os negros, os indígenas e os ribeirinhos. O comitê organizou campanhas de coleta de assinaturas para as emendas populares, debates públicos sobre os temas constitucionais, manifestações nas ruas e nas fábricas, e articulações com os parlamentares eleitos para a constituinte. O comitê também contou com o apoio de lideranças religiosas, como o arcebispo de Manaus Dom Milton Corrêa Pereira.

No entanto, indo de encontro ao que é evidenciado pela pesquisa de que o movimento negro tem se organizado e buscado atuar, até mesmo participando ativamente dos processos eleitorais, em manchete do dia 19 de novembro de 1986, o Jornal do Comércio, no Caderno Cidade, apresenta o seguinte destaque: "MOAN está desarticulado". Logo abaixo desse título, sublinha a matéria que "Amanhã é o dia Nacional da consciência Negra e as perspectivas do movimento alma Negra – MOAN são péssimas, principalmente com a constituinte, no qual os negros estão representados e a data em Manaus vai ser comemorada timidamente, principalmente por causa da eleição".

(Figura 3 - Jornal do Comércio, Caderno Cidade, 19 de novembro de 1986)

No texto da notícia, temos a fala de Nestor Nascimento e de Raimundo Pinto, que, diferentemente da afirmação do Jornal, evidenciam que a questão do esvaziamento do movimento se dá em razão de que muitos de seus membros são candidatos, por partidos diferentes, o que, visto em chave histórica, não representa "desarticulação", mas sim a presença e disputa desse movimento e de seus membros, homens e mulheres, negros e negras, pela representação política em frentes amplas, fundamental num momento no qual se debate uma constituição. Ademais, a fala de Nestor reafirmar o compromisso do movimento com a discussão racial, destacando que num momento em que a atenção da população está voltada para a eleição, não seria a melhor opção fazer esse debate.

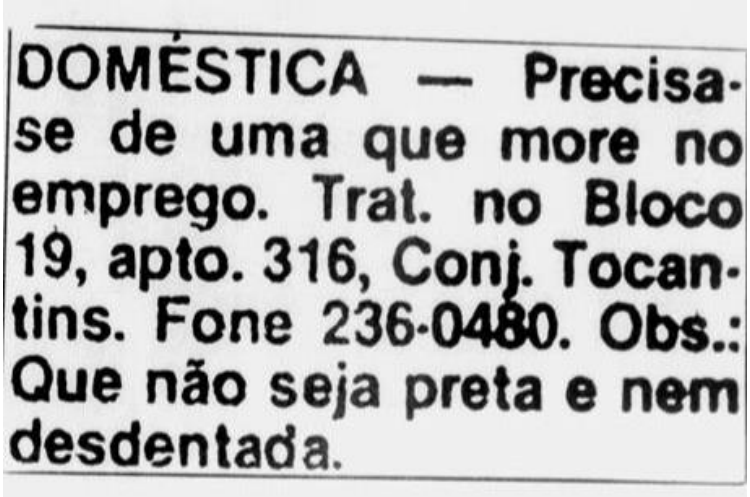
> Segundo o presidente do movimento alma Negra do Amazonas, Raimundo Pinto, e um dos membros do movimento, Nestor Nascimento, a data em Manaus não será comemorada em praça pública, como acontece em outros grandes centros brasileiros, porque neste período, a população está com sua atenção voltada apenas para eleição dos candidatos e a data da morte de zumbi dos Palmares tem que ser um momento de discussão sobre a importância do negro na sociedade. "Em Manaus o movimento alma Negra está um pouco esvaziado" avaliaram seus membros e isto porque muitos dos participantes são candidatos por partidos diferentes. Nestor Nascimento afirma que o

> movimento, no entanto, continua forte e com as suas propostas iniciais que é a de despertar a consciência Negra, e que, quando surgir algum evento ou qualquer acontecimento que necessite de uma tomada de postura do movimento, "ele estará pronto para falar (...)". (Jornal do Comércio, 19 de novembro de 1986).

Vale elencar que a participação dos negros em processos eleitorais também era pauta comum dentre os movimentos negros, isso para possibilitar que fossem eleitos candidatos comprometidos com as pautas do movimento negro, como o combate ao racismo, a valorização da cultura e da identidade negra, a garantia dos direitos sociais e a reforma agrária. Bem como apresentar emendas populares à constituinte que contemplassem as demandas do movimento negro, como o reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos, a criminalização do racismo, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, entre outras. E mobilizar a população negra para exercer sua cidadania e seu voto consciente, rompendo com as estruturas racistas e elitistas que dominavam o cenário político brasileiro.

Através da participação política dos negros nesses processos foi possível a eleição de vários parlamentares negros para a constituinte, como Abdias do Nascimento, Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó, Lélia Gonzalez, Mário Juruna, entre outros. E também a aprovação de várias emendas populares apresentadas pelo movimento negro, como o Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, que obriga o Estado a emitir títulos de propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras; a Lei no 7.716/89, conhecida como lei Caó, a qual criminaliza o racismo sem permitir pagamento de fiança; e a Lei 10.639/03, responsável por instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, privados ou públicos.

Finalizamos esse tópico dando destaque a uma problematização apresentada pelos movimentos negros e abordada pelo Jornal do Comércio, principalmente no que diz respeito a mulher negra e seus espaços de trabalho, em texto do dia 14 de janeiro de 1988, temos o título "Que não seja preta e nem desdentada", a fala é problematizada pelo movimento negro que acusa o preconceito e a discriminação racial, e pontua que oficialmente e em lugares como a África do Sul e Alemanha essas falas são incentivadas, ou seja, práticas racistas que acabam sendo perpetuadas.



DOMÉSTICA — Precisa-se de uma que more no emprego. Trat. no Bloco 19, apto. 316, Conj. Tocantins. Fone 236-0480. Obs.: Que não seja preta e nem desdentada.

(Figura 4 - Jornal do Comércio, dia 14 de janeiro de 1988)

> Quando assinou, no dia 13 de malo de 1988, a Lei Aurea, "libertando" os negros da escravidão, a princesa Isabel jamais poderia imaginar que 100 anos depois, quando o Brasil comemora o centenário da abolição e quando se deseja Axé para a Nação, Manaus servisse de palco para uma cena que, se não fosse pelos resquícios do preconceito racial, que estão claros no Brasil, seria inusitada. (Jornal do Comércio, dia 14 de janeiro de 1988)
>
> Quem leu as páginas classificadas de um jornal da cidade deve ter notado na seção de serviços profissionais e na seção doméstica um anúncio repetido, em negrito, com os seguintes dizeres: "Doméstica- precisa-se de uma que more no emprego. Tratar no Bloco 19, apartamento 316, conjunto Tocantins Fone 236 0480' Se o anúncio terminasse al, não haveria surpresas. Trata-se de mais uma chamada de empregada, para estas que formam uma das maiores categorias de trabalha- dores do Brasil (cerca de um terço da mão de obra feminina empregada no País) Só que o anúncio prossegue "Obs: que não seja preta nem desdentada". (Jornal do Comércio, dia 14 de janeiro de 1988)

As empregadas domésticas negras são herdeiras de uma história de escravidão e exploração que remontava aos tempos coloniais. Ocupam um papel subalterno, de difícil mobilização e articulação, as domésticas, assim como outras classes de trabalhadores compostas por negros que foram marginalizadas do progresso da legislação trabalhista e das conquistas nesse campo, tendo por muitas vezes só conseguido a manutenção desses direitos através de mobilizações e cobranças diretas aos governantes (GIACOMINI, 1988).

Além disso as empregadas domésticas negras também são vítimas de diversas formas de violência, como assédio moral, sexual, físico e psicológico. Muitas vezes, elas são tratadas como objetos ou membros inferiores da família, sem terem direitos ou autonomia. Elas também eram submetidas a jornadas extenuantes, salários baixos, condições precárias de moradia e alimentação, falta de proteção social e acesso à saúde e educação. A manchete deixa nítido que o contexto da fala se dá por preconceito e discriminação, sendo as mulheres negras as que mais

ocupam o lugar de domesticas, exigisse que a mesma não seja preta tendo em vista a predominância das mesmas nesse espaço de trabalho.

> O preconceito, a discriminação, aparece bem explicita no anúncio senão no tese a se levar em conta o local, para onde estão chamando a empregada, ver-se-á, claramente, que não é nenhum bairro classe alta da cidade Logo, não se trata de preocupação pela "aparência que a empregada possa ter em relação as clientes, que por um acaso visitem a mansão A expressão nem desdentada leva a crer também que este é apenas um requisito de menor importância. (Jornal do Comércio, dia 14 de janeiro de 1988)
>
> A pessoa que publicou este anúncio, portanto, está sujeita às punições previstas na Lei, mas isso não abafa o preconceito, que é, acima de tudo, uma questão sociocultural, às vezes incentivada, oficialmente, como na África Sul e na Alemanha de Hitler às vezes, demonstrada, sutilmente, como nas cidades privadas e é para isso que o Movimento Alma Negra (Moan) quer chamar atenção. E é isso que está contido nas palavras dos artistas negros que fizeram o institucional Axé da Rede Globo. (Jornal do Comércio, dia 14 de janeiro de 1988)

O anúncio citado no Jornal do Comércio, datado de 14 de janeiro de 1988, reflete não apenas uma prática discriminatória explícita, mas também revela a persistência do preconceito e da segregação racial mesmo após o fim formal da escravidão no Brasil. Ao associar características físicas específicas a estereótipos pejorativos como "nem desdentada", o anúncio não apenas desconsidera a competência profissional da empregada, mas também reforça uma estrutura de desigualdade baseada em características raciais.

Historicamente, o serviço doméstico no Brasil pós-abolição replicou muitos dos aspectos de subordinação e desumanização que caracterizavam o sistema escravocrata. Como destacado por Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha, as relações de trabalho estabelecidas após a abolição mantiveram hierarquias e poderes que, embora não idênticos aos da escravidão, ecoavam suas dinâmicas de sujeição e subordinação.

O serviço doméstico no pós-abolição assume características muito próximas da estrutura escravista vigente no período anterior. Podemos destacar a afirmação de Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (2007, p. 11), sobre o assunto:

> A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativeiro, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor - escravo.

O contexto do anúncio de emprego evidencia como essas estruturas persistiram ao longo do tempo, permeando o tecido social e econômico brasileiro. A preocupação com a "aparência" da empregada não se restringe à questão estética ou de atendimento aos clientes, mas reflete uma visão arraigada de inferiorização e exclusão baseada na cor da pele e na origem social.

Além disso, o texto menciona a atuação do Movimento Alma Negra (Moan) em chamar atenção para essas questões socioculturais profundamente enraizadas. Movimentos como o Moan não apenas denunciavam casos de discriminação como o descrito, mas também buscavam conscientizar a sociedade sobre a persistência do racismo estrutural e suas manifestações cotidianas.

É crucial reconhecer que o preconceito não é apenas uma questão individual, mas também um fenômeno enraizado em estruturas históricas e sociais. A comparação com regimes históricos de segregação e discriminação, como na África do Sul e na Alemanha nazista, ressalta a gravidade do problema e a necessidade de medidas educativas, legislativas e sociais para combatê-lo efetivamente.

Vilma Reis (2005) aponta que as mulheres negras são corpos historicamente perpassados pelo controle e pela punição devido ao passado escravocrata brasileiro, o que pode ser pensado como uma justificativa para a negativa de que se tenha uma mulher negra em uma casa:

> Nas narrativas da casa grande, as mulheres negras são originárias de famílias desorganizadas, anômicas, separadas entre integradas e desintegradas, estando todas essas definições numa referência das famílias brancas. (Reis, 2005, p.54).

(Figura 5 - Jornal do Comércio, dia 14 de janeiro de 1988)

A imagem acima acompanha o texto da notícia e possibilita a reflexão sobre a discriminação das mulheres negras no mercado de trabalho como um problema histórico e estrutural que afeta a vida e os direitos dessas mulheres. As mulheres negras enfrentam desafios como o início precoce e a saída tardia do mercado de trabalho, o desemprego elevado, a concentração em ocupações subordinadas, o baixo retorno em relação à escolaridade e a violência e o racismo no ambiente de trabalho.

Vilma Reis (2005) contextualiza essa realidade ao destacar que as mulheres negras carregam consigo uma história marcada pelo controle e pela punição, heranças diretas do passado escravocrata do Brasil. Essa perspectiva histórica lança luz sobre as justificativas utilizadas para negar oportunidades de emprego a mulheres negras, como evidenciado no anúncio mencionado.

No contexto da casa grande, como descrito por Reis, as mulheres negras são estigmatizadas e associadas a famílias desorganizadas e anômalas, termos que refletem estereótipos construídos pela narrativa das famílias brancas dominantes. Essas representações não apenas perpetuam um padrão discriminatório, mas também reforçam uma estrutura de desigualdade que limita o acesso das mulheres negras ao mercado de trabalho digno e igualitário.

A imagem e o texto evidenciam como a discriminação racial e de gênero se entrelaçam, criando obstáculos significativos para as mulheres negras. Elas enfrentam dificuldades como a entrada tardia e a saída precoce do mercado de trabalho, altas taxas de desemprego, concentração em ocupações subordinadas e baixo retorno em relação à sua escolaridade e qualificação. Além disso, são frequentemente vítimas de violência e racismo no ambiente laboral, fatores que exacerbam as desigualdades já existentes.

A reflexão sobre essa realidade histórica e estrutural é fundamental para entender não apenas as origens, mas também as persistências do racismo e da discriminação no Brasil contemporâneo. Movimentos como o Movimento Alma Negra (Moan), mencionado anteriormente, têm o papel crucial de chamar a atenção para essas questões, buscando não apenas denunciar casos específicos como o descrito, mas também promover mudanças estruturais que possibilitem verdadeira igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para todas as mulheres, independentemente de sua cor ou origem étnica.

No período de 1980, as mulheres negras já representavam uma parcela significativa da população economicamente ativa do Brasil, mas também eram as mais afetadas pela pobreza, pela informalidade e pela baixa remuneração. De acordo com o Censo Demográfico de 1980,

as mulheres negras ganhavam em média apenas 36% do salário dos homens brancos, enquanto as mulheres brancas ganhavam 58%2. Além disso, as mulheres negras estavam concentradas em setores como o trabalho doméstico, que era marcado pela precarização, pela falta de direitos e pelo racismo.

O MOAN também apresenta debates sobre a desigualdade presente na vida das mulheres negras como aponta Rita de Cássia no Jornal do Comércio, caderno Cidade de 09 de fevereiro de 1988, com título "Engajamento da mulher destacado no Encontro":

> A Associação das Donas de Casa do Estado do Amazonas (ADCEA) promoveu ontem, no auditório Gilberto Mendes de Azevedo, o 2º Encontro Municipal da Mulher, que contou com a participação de representantes de vários segmentos, como a Igreja, associações comunitárias e sindicatos e se desenvolveu com exposições e debates. (Jornal do Comércio, dia 14 de janeiro de 1988)
>
> Para a representante do Movi mento Alma Negra (Moam), Rita de Cássia Souza Félix, a luta da mulher negra está vinculada ao objetivo do movimento negro, que é um basta ao racismo, à discriminação e à segregação. Ela entende que o dia 13 de maio é apenas um referencial histórico, por que a abolição da escravatura não re- presentou, em nenhum momento, a libertação do negro. (Jornal do Comércio, dia 14 de janeiro de 1988)

Para entender o papel do Movimento Alma Negra (MOAN) na promoção dos debates sobre a desigualdade enfrentada pelas mulheres negras, é crucial analisar as reflexões de Rita de Cássia Souza Félix, conforme reportado no Jornal do Comércio em 09 de fevereiro de 1988. Em um contexto marcado pelo Encontro Municipal da Mulher promovido pela Associação das Donas de Casa do Estado do Amazonas (ADCEA), Rita de Cássia destacou a interseccionalidade das questões raciais e de gênero, evidenciando como essas mulheres enfrentam múltiplas formas de discriminação e exclusão.

O MOAN, desde sua fundação em 1979, tem sido uma voz ativa na denúncia do racismo estrutural e na busca por igualdade de direitos para a população negra. Para Rita de Cássia, a abolição formal da escravatura, simbolizada pelo dia 13 de maio, não representou a libertação efetiva dos negros, pois as estruturas de opressão persistiram de formas variadas ao longo da história brasileira. Essa posição ressalta a necessidade de ir além das datas comemorativas para enfrentar as desigualdades estruturais enraizadas na sociedade brasileira.

O debate conduzido pelo MOAN, em parceria com eventos como o Encontro Municipal da Mulher, não apenas destaca os desafios enfrentados pelas mulheres negras, mas também propõe ações concretas para enfrentar o racismo institucionalizado. Essas ações incluem

educação para a conscientização, advocacia por políticas públicas inclusivas e o fortalecimento da identidade cultural negra como forma de resistência e empoderamento.

Ademais, as críticas de Rita de Cássia sublinham a importância de se reconhecer e combater as narrativas historicamente construídas que marginalizam as mulheres negras, colocando em evidência suas contribuições negligenciadas para a sociedade brasileira. O MOAN, assim como outros movimentos similares, atua não apenas como um defensor dos direitos civis, mas também como um agente de transformação social, buscando romper com padrões de exclusão e promover uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Desse modo podemos reafirmar a importância histórica do Movimento Negro em defesa dos direitos da população negra e também elencando uma série de questões como desigualdade salarial, discriminação, a própria segregação dos negros e negras nos espaços, a falta de educação de qualidade e antirracista nas escolas, a subalternização dos trabalhadores e trabalhadoras negros e muitas outras questões que culminam na atuação desses movimentos em construção de direitos assegurados posteriormente pela Constituição de 1988, mas que ainda precisam ser cotidianamente reafirmados pelos movimentos sociais para a sua manutenção e real aplicabilidade na sociedade.

1.1 A IMPORTÂNCIA AFRO-RELIGIOSA PARA A RESISTÊNCIA NEGRA EM MANAUS: BATUQUES, TERREIROS, QUILOMBOS

Cabocla no meio da mata sou eu
Minha flecha cura como mata, sou eu
Rainha, Iara, Anastácia
Oxum me banhou nas suas águas
Tenho a força de um navio negreiro voltando pra África
(Cabocla, Doralyce)

A resistência negra em Manaus se revela de maneira profunda e multifacetada através de suas expressões afro-religiosas, que incluem batuques, terreiros e quilombos. Esses espaços

não apenas preservam tradições ancestrais, mas também representam pontos de resistência cultural e identitária frente às adversidades históricas e contemporâneas.

Sampaio (2011) em seu livro "O fim do silêncio – presença negra na Amazônia" chama atenção para a invisibilidade da presença negra na Amazônia ao longo da história, destacando a necessidade urgente de resgatar e valorizar as memórias e trajetórias das populações afrodescendentes que contribuíram significativamente para a formação social e cultural da região. A partir dessa perspectiva de resgate e reconhecimento, o movimento negro em Manaus tem desempenhado um papel crucial, não apenas ocupando espaços de visibilidade como o Jornal do Comércio, mas também organizando-se para debates fundamentais, como a Constituinte e a discussão sobre a Abolição da Escravidão.

Nos anos de 1967 a 1989, o periódico mencionado serviu como plataforma para a articulação e apresentação das demandas do movimento negro, confrontando o status quo e promovendo uma conscientização pública sobre as questões étnico-raciais no Brasil. O movimento negro não se limitou a uma luta por reconhecimento cultural, mas também foi um dos protagonistas na luta por democracia e justiça social, ampliando o campo político para incluir as necessidades e aspirações das populações negras tradicionais.

Portanto, ao explorar a importância das práticas afro-religiosas como elementos centrais da resistência negra em Manaus, evidencia-se não apenas a continuidade das tradições ancestrais, mas também a sua vitalidade como formas de resistência contra o racismo estrutural e a marginalização social. É através desses espaços sagrados e comunitários que se perpetua a memória coletiva e se fortalece a identidade negra, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e consciente de suas complexidades históricas e culturais.

Partindo dessa perspectiva, a de romper o silêncio, apresentamos aqui, a forma como o movimento negro na cidade de Manaus ocupou as páginas do Jornal do Comércio, se organizou para a constituinte e apresentou o debate sobre a Abolição da Escravidão em um período marcado pela repressão militar e perseguição política aos movimentos sociais. Nessa trajetória de problematizações, busca-se evidenciar como o movimento negro no Brasil é articulado e apresentado pelo periódico em tela nos anos de 1967 a 1989.

Procura-se assim refletira sobre dimensões do Movimento Negro como um dos atores sociais mais importantes no processo de luta por democracia no Brasil, no que se refere aos direitos étnico-raciais, tendo sido responsável pelas principais articulações do cenário político nacional, principalmente por ter produzido a abertura do campo político para as demandas étnicas das populações negras tradicionais.

Assim como, a definição dada por Joel Rufino dos Santos corrobora com essa reflexão acerca das dimensões do Movimento Negro:

> (...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro), fundado e promovido por pretos e negros(...). Entidades religiosas (como terreiros de candomblé, por exemplo), assistenciais como as confrarias coloniais), recreativas (como "clubes de negros"), artísticas (como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais (como os diversos "centros de pesquisa") e políticas (como o Movimento Negro Unificado); e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e 'folclóricos' – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (Santos, 1994, p. 157).

Joel Rufino dos Santos, em sua definição abrangente sobre o Movimento Negro, contextualiza-o como um conjunto complexo de entidades e ações de diversas naturezas, todas fundamentadas na resistência e na busca pela afirmação identitária e pelos direitos étnico-raciais das populações negras no Brasil. Essa definição não se restringe apenas a movimentos políticos formais, mas engloba desde entidades religiosas como os terreiros de candomblé até ações assistenciais, recreativas, artísticas e culturais. É importante destacar que essa diversidade de formas de manifestação do Movimento Negro reflete não apenas a luta contra o racismo e a discriminação, mas também a promoção da cultura afro-brasileira e a construção de uma memória coletiva que valoriza as contribuições históricas e culturais dos afrodescendentes.

Nesse contexto, as entidades religiosas desempenham um papel crucial, não apenas como espaços de culto, mas como centros de resistência cultural e espiritual, nos quais são preservadas tradições ancestrais e promovida a conscientização étnica. As ações de mobilização política, protesto antidiscriminatório, e formas de resistência como o aquilombamento e até mesmo rebeliões armadas históricas, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata, são exemplos de como o Movimento Negro manifesta-se de maneira multifacetada ao longo da história brasileira.

Ao adotar essa abordagem ampla, Santos enfatiza que o Movimento Negro não se restringe a um momento ou a uma causa específica, mas é uma contínua luta por justiça social e reconhecimento, moldada por contextos históricos e sociais variados. A complexidade e a diversidade das suas manifestações evidenciam não apenas a resiliência do povo negro diante das adversidades, mas também sua capacidade de transformar desafios em oportunidades para fortalecer identidades e reivindicar direitos fundamentais em uma sociedade marcada por profundas desigualdades étnico-raciais.

Em quadro do dia 08 de abril de 1980 do Jornal do Comercio, no Caderno Geral, sob o título “NEGROS – Uma raça que sabe onde é o seu lugar: Todos!!!”, aparecem dois textos, o primeiro de Fernando Lemos:

> Não o Brasil não é uma “democracia racial” É um país racista, sutilmente racista. Mais racista que os Estados unidos, onde a violência explode exatamente por que os negros, em menor número do que no Brasil, ousam disputar pau a pau o mercado de trabalho, o que não acontece aqui. Se nos Estados Unidos existe uma “Ku – Klux – Klan” que dízima negros nos Estados unidos, onde a corja direitista que pode eleger Ronald Reagan presidente dos Estados Unidos está profundamente fincada, no Brasil existem os diversos “Esquadrões da Morte” que eliminam marginais, guerrilheiros, na maioria negros só este ano o “Mão Branca” anunciou o extermínio de quase 300 marginais (na verdade muitos trabalhadores sem ficha na polícia). Destes, mais de 250 eram negros (...). (Jornal do Comércio, 08 de abril de 1980).

A manchete do Jornal do Comércio de 8 de abril de 1980, intitulada "NEGROS – Uma raça que sabe onde é o seu lugar: Todos!!!", revela uma postura crítica e contundente em relação à realidade racial no Brasil da época. A análise apresentada por Fernando Lemos, destacada nesse contexto, questiona diretamente a ideia de "democracia racial" brasileira, expondo a realidade de um país permeado pelo racismo estrutural.

Inicialmente, a crítica de Lemos confronta a noção equivocada de que o Brasil seria uma sociedade livre de discriminação racial, contrastando-a com a situação nos Estados Unidos. Ele argumenta que, ao contrário do Brasil, onde o racismo se manifesta de maneira mais sutil, nos Estados Unidos, a violência racial é mais explícita, evidenciada pela atuação da Ku Klux Klan. No entanto, no Brasil, o racismo se manifesta de forma subtil e persistente, influenciando diretamente questões como o mercado de trabalho e a segurança pública.

Um ponto crucial abordado por Lemos é a existência dos "Esquadrões da Morte", grupos paramilitares que operavam no Brasil na época, frequentemente associados à violência policial e ao extermínio de jovens negros, muitos dos quais eram marginalizados socioeconômicos. Esta prática, conforme descrito, não apenas refletia a brutalidade do racismo institucionalizado, mas também exacerbava as desigualdades sociais e econômicas enfrentadas pela comunidade negra.

A análise de Lemos, publicada no Jornal do Comércio, não se limita a um diagnóstico da situação, mas também critica as políticas e práticas que perpetuam a marginalização e a violência contra os negros no Brasil. Ao mencionar o "Mão Branca" e seus métodos de "limpeza" social, ele denuncia a injustiça e a arbitrariedade com que esses grupos atuavam, frequentemente mirando indivíduos negros e pobres sob a justificativa de combater o crime.

Além de abordar com muita propriedade o genocídio do povo negro de forma sistematizada, por grupos que justificam principalmente no discurso oficial promovido pela ditadura civil-militar, de perseguição e repressão aos guerrilheiros, marginais, comunistas e como o autor do quadro coloca, na maioria trabalhadores, negros e sem ficha criminal, ele também apresenta duas outras reflexões, colocadas em tópicos no texto jornalístico, como "Beco sem saída" e "Libertação". Nessas matérias discute-se, respectivamente:

> É uma arapuca, um beco sem saída. A grande maioria dos negros nasce e cresce à margem da renda, do trabalho, de educação, da Saúde. Cresce numa "democracia racial" onde o negro tem as mesmas oportunidades que os brancos, diz a propaganda oficial, mas a realidade é outra, e é bem cedo que ele fica sabendo que "Branco quando corre é atleta, preto quando corre e ladrão", ou que "no Brasil não existe racismo porque o preto conhece seu lugar (...). (Jornal do Comércio, 08 de abril de 1980).
>
> Em surdina, o negro no Brasil sempre desenvolveu um instrumento de libertação dos pontos, a capoeira, a música, o canto, a dança, o Candomblé e as lutas como a Revolução dos Alfaiates, a Chibata, a Balaiada, a Revolta dos Malês, mas especialmente a República dos Palmares, fundada por Zumbi, assassinado por um companheiro traidor no dia 20 de novembro de 1695. Zumbi dirigiu seu povo não somente em aspectos guerreiros, para libertar-se da escravidão e da opressão, mas para criação em Pernambuco de uma sociedade fundada nos princípios de igualdade, cooperação e solidariedade humana dentro do Brasil (...). (Jornal do Comércio, 08 de abril de 1980).

O trecho inicial do texto sublinha a armadilha em que muitos negros brasileiros estão presos desde o nascimento, confrontando diretamente a ideia de uma sociedade igualitária. É enfatizado que, apesar das propagandas que afirmam o contrário, a realidade mostra que os negros têm acesso limitado à renda, educação e saúde, sendo frequentemente relegados a condições de marginalização econômica e social.

A citação contundente de que "Branco quando corre é atleta, preto quando corre é ladrão" exemplifica vividamente a percepção distorcida e racista que permeia a sociedade brasileira, na qual estereótipos e preconceitos moldam as oportunidades e as interações sociais dos indivíduos com base na cor da pele.

Além disso, o artigo ressalta a importância das expressões culturais e históricas como instrumentos de resistência e identidade para os negros no Brasil. A capoeira, a música, o canto, a dança, o Candomblé e as diversas lutas históricas mencionadas, como a Revolta dos Malês e a República dos Palmares, são apresentados como formas de resistência contra a opressão e a exploração racial ao longo da história brasileira.

Refletida assim a imprensa, como força social ativa, é importante pensar que a discussão da temática está sendo apresentada para leitores de um jornal de ampla circulação, como é o Jornal do Comércio e que essas discussões promovem a reflexão dos leitores, mas também colocam em destaque que já existe um campo de debate sobre esse tema em Manaus, pois o jornal não deixa de ser comercializado com base no interesse de seus leitores e de interferência nesse meio. O que se reforça tendo em vista que na mesma página, em quadro diferente, é apresentado o seguinte texto "Batuques e Provetas: Macumba no Laboratório", que em nota no final da página é referenciado como síntese de um artigo de José Carlos Rodrigues, publicado na integra no dicionário de Cultura Afro-Brasileira.

Nesse ponto, o autor vai apresentar reflexões sobre o chamado cientificismo e o misticismo das religiões, principalmente dos cultos de origem Africana:

> Qual a função política do surgimento, desenvolvimento expansão de sistemas paralelos de solução de problemas que são os cultos afro-brasileiros? Que concessões, historicamente, tiveram que fazer em relação aos seus propósitos ideológicos originais, como preço pago por sua liberação e crescimento? Que estruturas econômicas estão por detrás do aparato comercial e material desses cultos progressivamente mais consideráveis? Porque ainda hoje, boa parte dos crentes nesses cultos não sustentam, em todos os momentos de suas vidas públicas, as suas identidades religiosas, atribuindo frequentemente outras religiões ou auto designado se de maneira eufemística? Que razões políticas levaram religiões que não são aceitas por quaisquer outras, e vistas por estas como baixos espiritistas aceitar todas? Que sentido pode ter a censura a divulgação desses cultos através dos meios de comunicação de amplo alcance, como a televisão, é certo quando conotados de folclorismo e excentricidade e apresentados como curiosidade turísticas ou científicas? Que razões tem tornado difícil a centralização e coordenação de ações de centros e terreiros mantidos em estado de pulverização política? Eis algumas questões que necessitam de urgentes respostas, a fim de que se possa ter uma real dimensão do papel dos cultos afro-brasileiros na nossa realidade contemporânea. (Jornal do Comércio, 08 de abril de 1980).

O autor do texto, José Carlos Rodrigues, questiona a função política dos cultos afro-brasileiros, destacando sua importância como sistemas alternativos de solução de problemas. Essas práticas religiosas não apenas desempenham um papel espiritual significativo para seus praticantes, mas também atuam como formas de resistência cultural contra a marginalização e a opressão histórica enfrentada pela população negra no Brasil.

Uma das principais reflexões propostas é sobre as concessões históricas que os cultos afro-brasileiros tiveram que fazer para garantir sua sobrevivência e expansão. Desde sua chegada ao Brasil durante o período colonial, esses cultos foram forçados a adaptar suas práticas

e crenças às condições impostas pelo ambiente dominante, muitas vezes distorcendo seus propósitos originais em resposta às pressões sociais e econômicas da época.

A análise também se estende ao contexto econômico dos cultos afro-brasileiros, apontando para o crescimento comercial e material dessas práticas religiosas ao longo dos séculos. O fenômeno da transformação de aspectos espirituais em produtos comerciais levanta questões sobre as dinâmicas de poder e as relações de mercado que moldam a percepção pública dessas religiões.

Além disso, o texto critica a maneira como os cultos afro-brasileiros são representados e censurados nos meios de comunicação de massa, como a televisão, frequentemente relegados a estereótipos folclóricos ou tratados como excentricidades científicas, ignorando sua riqueza cultural e espiritual.

Um ponto crucial levantado pelo autor é a dificuldade de centralização e coordenação política dos centros e terreiros de cultos afro-brasileiros, devido à sua dispersão geográfica e à falta de reconhecimento institucional pleno. Isso não apenas limita sua capacidade de mobilização política, mas também os coloca em desvantagem frente a estruturas mais organizadas e institucionalizadas da sociedade brasileira.

Todas essas questões levantadas pelo autor são fundamentais para pensarmos o movimento negro e a comunidade negra em Manaus, tendo em vista que as religiões de matriz Afro, como o Candomblé, as crenças e cultos indígenas, e a própria Umbanda, que é uma religião brasileira, sofreram com o forte processo de colonização e tiveram seus cultos proibidos e criminalizados, um dos resultados disso é o Sincretismo Religioso, que mascara Orixás como Oxum, Oxalá, Oxaguiã, Xangô e muitos outros em santos católicos, e principalmente, em imagens brancas orixás que são negros, sem deixar de se evidenciar nesse meio ambiguidades que produzem igualmente outras lutas e resistências.

Quando o autor pontua que boa parte dos crentes desses cultos não sustentam sua identidade religiosa também podemos reafirmar o processo de criminalização já existente contra esses grupos, na maioria negros, quilombolas, que descendem dessas tradições e que não têm liberdade para a manifestação da prática religiosa. Assim como ao falar da censura da divulgação e da forma como a retratação dos mesmos pela televisão ocorre como folclorismo ou curiosidade turística ou cientifica ele apresenta marcas ligadas ao racismo estrutural, inclusive na academia, que por falta ainda de mais amplos debates construídos a partir desses grupos, e não somente sobre esses grupos, não refletia essa população como sujeito histórico, e sim como fonte. Compreender as dimensões e resistências que a Umbanda e o Candomblé

articularam para a população negra é fundamental para entender a luta pela demarcação de Quilombos e a Liberdade Religiosa, que posteriormente são asseguradas na Constituição de 1988.

Inserimos aqui também, a título de registro, tendo em vista que esse tipo de representação negra é bastante eventual nessas folhas impressas periódicas, a charge que acompanha os quadros, em que temos a representação de um preto velho, entidade da Umbanda, tida como escravo e escrava que ao desencarnar evoluem e trabalham no plano espiritual, guiando os filhos e filhas de santo, representado pela roupa e pelo cachimbo e segurando o que seriam as provetas, como representado no quadro abaixo.

(Figura 6 - Jornal do Comércio, 08 de abril de 1980).

Nesse sentido a fala Cléia Alves e Luíz Borges permitem uma importante reflexão sobre as religiões de matriz africana e seu papel para a formação de um identidade étnica e para a manutenção da memória e dos territórios negros em Manaus como o Quilombo do São Benedito na Praça 14 e como o Centro de Tambores Mina Gêge-Nagô de Toy Lissa – Agbê Manjá.

Cléia Alves militante do movimento negro, dos movimentos artísticos e culturais como os Maracatus, o grupo de Afoxé Malungo Dudu e o grupo de dança GEDAM – Grupo Espaço de Dança Amazonas, em sua fala aponta que entende sua trajetória como uma "missão de Orixá", em que sua vivência política, como militante, mulher negra e educadora é perpassada pela luta dos seus ancestrais:

> Bom, todos nós temos uma mediunidade, né, e a minha, a cada vez, a cada ano ela é aflorada mais, e isso, de falar dessa, desse chamado, é porque eu me entendo como, eu me entendo como uma mulher negra e que eu tenho raízes, os meus ancestrais eles têm uma profunda e grandiosa, assim, importância na

> minha identidade, a minha identidade de mulher negra, então quando você entende isso, quando você dá importância, eu costumo dizer que isso é o verdadeiro afrofuturismo, né, quando você entende da onde você vem, né, da sua origem até você tá nesse lugar aqui, quando você entende essa trajetória deeesde lá, né, quando saíram forçadamente da África, vieram pra cá, né. (Cléia Alves)

Cléia Alves, uma voz destacada no movimento negro em Manaus, traz à tona uma reflexão profunda sobre a interseção entre espiritualidade afro-brasileira, identidade étnica e luta política. Sua jornada como militante não se limita a uma simples atividade de defesa de direitos, mas se enraíza em uma "missão de Orixá", na qual sua mediunidade aflorada a conecta diretamente com as tradições ancestrais e espirituais africanas. Essa conexão não é apenas pessoal; ela é política, refletindo uma conscientização sobre a importância de preservar e celebrar as raízes culturais afrodescendentes em um contexto de persistente marginalização e discriminação.

Ao enfatizar que entender suas origens é um ato de afrofuturismo genuíno, Cléia Alves articula a necessidade de reconhecer e valorizar a contribuição histórica e cultural das religiões de matriz africana. Essas práticas não são apenas expressões de fé, mas também formas poderosas de resistência cultural, que desafiam estereótipos e promovem uma visão de mundo baseada na cooperação, solidariedade e igualdade.

O movimento negro, do qual Cléia faz parte ativamente, desempenha um papel fundamental nesse contexto. Ele não apenas defende os direitos étnico-raciais e promove a justiça social, mas também revitaliza e fortalece as identidades negras através da valorização das expressões culturais e espirituais afro-brasileiras. As manifestações artísticas como os Maracatus, o Afoxé Malungo Dudu e o grupo de dança GEDAM não são apenas formas de entretenimento, mas são veículos de resgate e afirmação da cultura negra, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

Essa perspectiva de identidade é para Cléia e para o movimento negro como um todo, fundamental para a manutenção da memória e da luta, são nessas construções de raízes e ancestralidade que se perpetuam a determinação e vontade de lutar pelos direitos, seja o combate ao racismo, contra a discriminação racial, a violência contra a juventude negra e muitas outras questões, Cléa reafirma em sua fala ao colocar que:

> Pensando nessa trajetória e isso é que me dá (força), às vezes eu fico fragilizada, emotiva, e isso que faz com que eu, tipo, eles lutaram tanto os meus ancestrais, eles tão muito presentes na minha memória, a memória da minha pele, do meu sangue, então isso tem também me fortalecido muito, quando eu entendo isso, né, quando eu entendo que essa ancestralidade é

> importante na minha identidade e na minha afirmação étnica, quando eu vejo isso, que isso que também me impulsiona, cada um de nós, quando eu vejo uma coisa, é… que o… que alguém maltrata, alguém fala, alguém xinga, algum, é… faz uma questão do racismo, né, aí eu vejo a importância de me entender como mulher pra também ter meus direitos e reivindicar cada vez mais, né, esse essa luta, esse enfrentamento e combate com o racismo, né, por isso que eu falo que isso é isso é, é uma missão de orixá, porque ele me diz assim "olha, você precisa tá naquele lugar pra falar, porque você já sabe, você tem um pouco de conhecimento, você pode ser uma multiplicadora", né, pra desvendar isso, pra mudar alguma coisa, pra botar uma sementinha numa criança, né, e essa criança quando você vai- vai multiplicar várias coisas, assim como eu sou resultado dos meus mestres, eu tenho bons mestres, tive bons mestres, e eles são os meus ancestrais, são os que vieram primeiro, e eles têm muita importância nessa toda essa minha trajetória. (Cléia Alves)

A fala de Cléia Alves destaca profundamente a essência e a importância da ancestralidade e da identidade no contexto do movimento negro. Para Cléia e para o movimento como um todo, a conexão com a memória dos ancestrais não é apenas uma questão de passado histórico, mas sim um combustível vital para a luta contínua por direitos e igualdade. Essa conexão não se limita à lembrança de feitos passados, mas permeia a própria identidade pessoal e coletiva, fortalecendo o compromisso com a luta contra o racismo, a discriminação racial e outras formas de injustiça social.

Ao destacar que seus ancestrais são presentes em sua memória, na sua pele e no seu sangue, Cléia ressalta como essa herança étnica e cultural é central para sua própria afirmação como mulher negra. Essa consciência não apenas fortalece sua determinação em enfrentar os desafios cotidianos, como também a capacita a ser uma voz ativa na comunidade, lutando por justiça e direitos. A compreensão profunda dessa ancestralidade não é apenas um ponto de partida, mas um impulso constante para a militância e a promoção de mudanças positivas na sociedade.

A referência de Cléia à "missão de orixá" ressalta ainda mais a dimensão espiritual e moral de sua atuação. Ela se vê não apenas como uma beneficiária das lutas passadas, mas também como uma guardiã dessa herança, encarregada de transmitir esse legado às gerações futuras. Essa responsabilidade de educar e inspirar, de ser uma multiplicadora de conhecimento e de transformação, reflete a importância de indivíduos como Cléia dentro do movimento negro. Ela não apenas reivindica seus direitos pessoais, mas também se posiciona como uma agente de mudança e empoderamento para outros.

Portanto, a narrativa de Cléia Alves demonstra vividamente como a preservação da memória e da identidade é fundamental não apenas para a autoafirmação individual, mas também para a resistência coletiva e a busca por uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao

reconhecer e honrar suas raízes, Cléia e outros ativistas do movimento negro fortalecem suas capacidades de enfrentar os desafios contemporâneos e de promover um futuro no qual todos os indivíduos sejam valorizados e respeitados em igual medida.

Por conseguinte, o movimento negro em Manaus tem uma história marcada pela resistência tenaz contra o racismo e a discriminação racial, enquanto busca incansavelmente valorizar a cultura e a identidade dos povos afrodescendentes da região amazônica. Esta luta não se restringe apenas ao âmbito local, mas se conecta às grandes lutas de libertação nacional dos povos africanos e à resistência histórica dos quilombos no Brasil colonial. Ao articular-se com outros movimentos sociais, como sindicatos, movimentos estudantis, feministas, indígenas e ribeirinhos, o movimento negro em Manaus constrói uma frente ampla de defesa dos direitos étnico-raciais e sociais.

As religiões de matriz africana desempenham um papel vital nesse contexto, não apenas como formas de culto espiritual, mas como verdadeiros pilares de resistência e fortalecimento identitário. Elas promovem a preservação e a divulgação das tradições ancestrais africanas na Amazônia, reafirmando laços de pertencimento e solidariedade entre os afrodescendentes da região. Contudo, essas práticas religiosas enfrentam desafios significativos, incluindo o preconceito arraigado e a intolerância religiosa promovida por segmentos conservadores e grupos evangélicos na sociedade brasileira contemporânea.

A riqueza cultural e religiosa das tradições afro-brasileiras se manifesta de maneira vibrante em celebrações, rituais e manifestações artísticas que são fundamentais para a construção da identidade e da resistência negra. Por exemplo, eventos como a apresentação mencionada por Cléia, ocorrida na Ilha de Itaparica em 1998, onde pessoas vestidas com as paramentas de orixá representam não apenas uma forma de expressão espiritual, mas também um ato político-cultural de afirmar a presença e a relevância da herança africana na sociedade brasileira contemporânea.

(Figura 7 - Apresentação em Itaparica – Bahia, 1998. Fonte: Imagem cedida por Cléia Alves)

Na imagem podemos ver os seguintes Orixás, Oxum de dourado, Iansã de vermelho, Ogum de azul escuro, Iemanjá de azul claro, Omolu coberto de palhas, Oxalá de branco e Oxóssi de verde. A presença e a celebração dos Orixás em festividades afro-religiosas representam não apenas elementos da natureza, como fogo, água, ar e terra, mas também simbolizam profundas conexões espirituais e culturais com a ancestralidade africana. Cada Orixá é reverenciado com cores específicas, rituais como orações, oferendas de comidas e velas, pontos cantados e observâncias em dias e datas sagradas ao longo do ano. Esses festejos não apenas preservam, mas também propagam a herança cultural africana, essencial para a memória ancestral negra, comumente são nesses festejos realizados que se propaga a herança cultural africana, fundamental para uma memória ancestral negra.

Nesse contexto, as atividades promovidas pelo Movimento Negro em Manaus assumem um papel significativo ao integrar práticas religiosas afro-brasileiras em suas programações, como demonstrado na Semana da Consciência Negra organizada pela FACED - Faculdade de Educação da Universidade do Amazonas e pelo MOAN - Movimento Alma Negra. Um exemplo marcante foi registrado em 20 de novembro de 1987, conforme destacado no Jornal do Comércio no Caderno Momento:

(Figura 8 – Apresentação de Capoeira, Jornal do Comércio, Caderno Momento, 20 de novembro de 1987)

> O Centro de Pedagogia e o Movi mento Alma Negra deram início, terça-feira, à Semana da Consciência Negra na Faculdade de Educação (Faced) à rua Portugal, esquina com a 10 de Julho, estão expostas fotografias e poemas históricos e da realidade atual. Durante toda a semana, prosseguirão as comemorações que incluem palestras, danças, músicas afro-negra, filmes, samba, culminando com uma madrugada num candomblé. (Jornal do Comércio, Caderno Momento, 20 de novembro de 1987).

Durante essa semana de celebração, iniciada com exposições de fotografias e poemas históricos e contemporâneos na FACED, foram realizadas diversas atividades que incluíram palestras, danças, músicas afro-negras, exibições de filmes, samba e culminaram com uma cerimônia noturna em um candomblé. Esse evento não apenas promoveu a conscientização sobre a importância da cultura negra e suas contribuições para a sociedade brasileira, mas também fortaleceu os laços comunitários e a identidade dos participantes com suas raízes ancestrais.

Assim, ao integrar práticas religiosas afro-brasileiras em suas ações, o Movimento Negro não apenas reafirma a diversidade cultural como também desafia estereótipos e enfrenta a intolerância religiosa que frequentemente é dirigida contra essas manifestações. Essas celebrações não são apenas rituais; são atos de resistência e afirmação cultural que perpetuam a memória e a luta histórica do povo negro no Brasil.

Como apresentado no texto da manchete, as atividades desenvolvidas culminam numa madrugada num candomblé, assim como muitas dessas atividades são desenvolvidas e

organizadas por pessoas membros de terreiros como mencionado no trecho da manchete a seguir sobre a programação da atividade, bem como no espaço nos quais as referidas atividades serão realizadas, como a Praça 14, onde está localizado o Quilombo do Barranco de São Benedito e no Jaqueirão, que foi é um lugar de cultura e resistência, no qual se manifestam diversas expressões artísticas, como o hip hop, o grafite, o teatro e a dança:

> Hoje, a partir das 18 horas. na Praça da Saudade haverá ato público, show de dança e música com números de capoeira e afoxe. Às 19 horas. na av. Joaquim Nabuco, haverá celebração litúrgica e à noite, precisamente as 22 horas no bar Encouraçado (Posto Amazonas) terá início a Noite Afro-Brasileira, com show musical e comidas típicas. Para o dia 21. sábado, as 20:30 horas está programado o Samba de Caboclo, no Abassa de Angola Ashe Tata Mulalambé, no Km 2 da Estrada da Cidade Nova, ao lado da Usina de Asfalto. (Jornal do Comércio, Caderno Momento, 20 de novembro de 1987).
>
> No Jaqueirão, rua Visconde de Porto Alegre esquina com a Japurá, a partir de 11 horas, ainda no dia 21. haverá comemoração no Movimento Negro na Praça 14 de Janeiro. Ali, acontecerá exposições, palestras, exibição de video, show de danças, confraternização Organizadores avisam que todos os horários são oficiais. (Jornal do Comércio, Caderno Momento, 20 de novembro de 1987).

A programação detalhada nas manchetes do Jornal do Comércio, datadas de 20 de novembro de 1987, revela um panorama rico e vibrante das atividades culturais e religiosas organizadas pelo Movimento Negro em Manaus. Esses eventos, realizados em locais simbólicos como a Praça da Saudade, a Avenida Joaquim Nabuco, o bar Encouraçado e o Jaqueirão, são mais do que simples festividades; eles são atos de resistência e reafirmação da identidade afro-brasileira, desafiando estereótipos e combatendo a intolerância religiosa.

A primeira parte da programação, com início às 18 horas na Praça da Saudade, inclui um ato público seguido por shows de dança e música com números de capoeira e afoxé. Essas manifestações artísticas, profundamente enraizadas na cultura afro-brasileira, não apenas celebram a diversidade cultural, mas também servem como ferramentas de resistência. A capoeira, por exemplo, é uma arte marcial que combina elementos de dança, acrobacia e música, historicamente utilizada por escravos como uma forma de resistência física e cultural. O afoxé, um ritmo de origem afro-brasileira, também carrega em suas batidas e letras um forte componente de resistência e preservação cultural.

Às 19 horas, na Avenida Joaquim Nabuco, ocorre uma celebração litúrgica, seguida pela Noite Afro-Brasileira no bar Encouraçado às 22 horas, onde shows musicais e comidas típicas são oferecidos. Essa celebração litúrgica é um exemplo claro de como as práticas religiosas afro-brasileiras são integradas nessas atividades, reforçando a importância da espiritualidade na

luta pela igualdade racial. A Noite Afro-Brasileira, por sua vez, destaca a rica culinária e a vibrante música afro-brasileira, proporcionando um espaço para a comunidade se reunir e celebrar sua herança cultural.

No dia 21, sábado, a programação continua com o Samba de Caboclo no Abassa de Angola Ashe Tata Mulalambé às 20:30 horas. O samba de caboclo é uma expressão musical e ritualística que celebra a cultura afro-brasileira, conectando a comunidade às suas raízes ancestrais. Este evento, realizado em um terreiro, é um ato de resistência que reafirma a identidade afro-brasileira e desafia a intolerância religiosa.

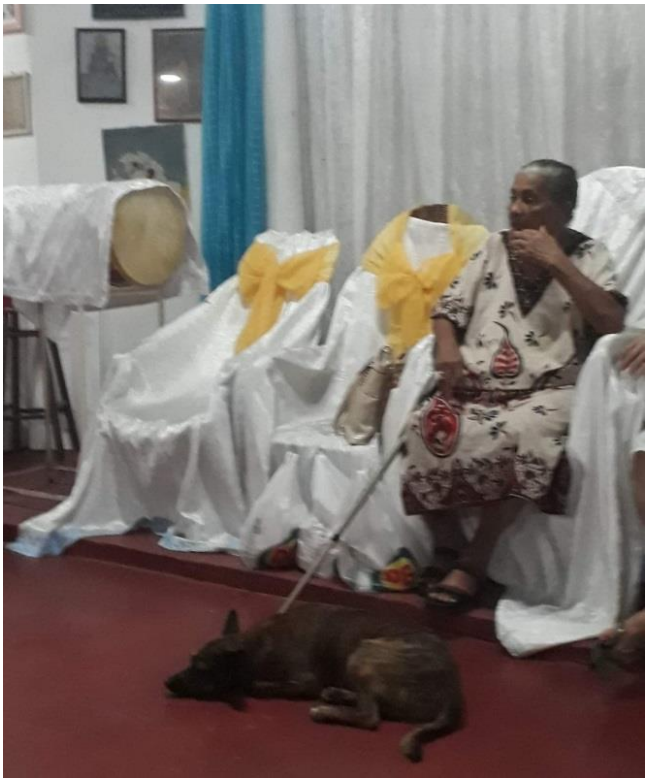
A partir das 11 horas, ainda no dia 21, o Jaqueirão se transforma em um centro de comemoração para o Movimento Negro, com exposições, palestras, exibição de vídeos, shows de danças e confraternização. Essas atividades não apenas celebram a cultura afro-brasileira, mas também educam o público sobre a história e as contribuições dos afro-brasileiros, promovendo a conscientização e o respeito pela diversidade cultural.

A realização dessas atividades em locais públicos e culturais emblemáticos de Manaus, como a Praça 14 de Janeiro, onde está localizado o Quilombo do Barranco de São Benedito, e o Jaqueirão, um espaço de cultura e resistência, demonstra a importância de ocupar esses espaços com manifestações culturais afro-brasileiras. Essas atividades não apenas desafiam a invisibilidade histórica imposta pela sociedade brasileira, mas também enfrentam diretamente a intolerância religiosa e o racismo estrutural.

A fala de Luiz Borges, filho de Mãe Emília, destaca a importância dos cultos afro-brasileiros na construção de sua identidade como militante do movimento negro. Ele menciona como o espaço afro-religioso era parte integrante de sua vida cotidiana, proporcionando um ambiente onde ele podia observar e vivenciar questões afro-religiosas. Essa conexão profunda entre espiritualidade e militância é um exemplo claro de como a cultura e a religião afro-brasileiras são fundamentais para a resistência e a luta por igualdade.

> A questão específica do dos movimentos tá muito ligada à vindo da minha mãe, né, que minha mãe ela… quando casou, antes de casar, ela quase virava freira, então acho curioso, né, ela tinha um catolicismo muito forte, porque ela foi criada na região aqui da Praça 14, Nossa Senhora de Fátima e também tem a Igreja de São José, né, a igreja católica sempre com essa magnitude dela, né, aí ela era muito relacionada com a igreja católica, foi quando ela começou a ter as primeiras, é, situações assim espirituais com relação aos cultos afros, e aí foi quando ela casa, que ela começa a constituir família, logo depois ela passa- tem um… vamos dizer, não é tormento, né, é dificuldade de entender os procedimentos dela, e aí a gente passou a visitar alguns centros, né, era pequeno, visitava alguns centros que existiam na época, o mais famoso aqui era do Navarro, aqui na… próximo ali da Emílio Moreira, um centro famoso,

> ela começou a se desenvolver lá, foi aí que começou a minha relação especificamente com os cultos afros e a religião da qual eu exerço, né, então daí passamos a a viver aquele momento onde desde pequeno eu já percebia que muita gente, assim, de posse, ia nesses cultos, mas acabava podendo pra pagar, mas é uma questão cultural que nós tínhamos à época, isso eu tô falando da década de setenta e parte ali da de oitenta, né. (Luiz Borges).
>
> Eu tô muito ligado à questão dos cultos afros por causa da minha mãe, como eu falei no início, sempre tudo foi ela, a questão dos movimentos negros, tiveram como personalidade, sempre tenho como referência o meu meu conterrâneo aqui da Praça 14, Nestor Nascimento, e algumas outras figuras que eu convivi depois na política, porque como eu me concentrei, não é que eu me concentrei, né, meu ambiente era aquele dos cultos afros, meu ambiente sempre foi esse, porque geralmente nas nossas casas tinha o centro da minha mãe, tinha lá a questão específica da religiosidade e onde eu estava morando, dormindo ali. (Luiz Borges).



(Figura 9 - Mãe Emília em seu Terreiro Centro de Tambores Mina Gêge-Nagô de Toy Lissa – Agbê Manjá. Fonte: Imagem cedida por Luiz Borges).

A fala de Luiz Borges revela a profunda interseção entre os cultos afro-brasileiros e sua trajetória como militante no movimento negro em Manaus. Desde cedo, influenciado pela vivência cotidiana na casa de sua mãe, que era um espaço central para práticas religiosas afro, Luiz Borges testemunhou não apenas a espiritualidade, mas também os valores de resistência e identidade que esses cultos transmitiam. Esse ambiente não só o introduziu às tradições

religiosas, mas também moldou sua percepção sobre as desigualdades enfrentadas pela comunidade negra.

A presença dos cultos afro-brasileiros na vida de Luiz Borges não se restringiu ao aspecto espiritual. Esses espaços funcionaram como núcleos de resistência cultural e social, em que questões de identidade e luta por direitos eram discutidas e fortalecidas. A articulação entre religião e militância permitiu a Borges compreender profundamente as complexidades do racismo estrutural e como ele permeia diversas esferas da sociedade. Para ele, assim como para muitos ativistas negros, a religião não foi apenas um ponto de fé, mas um meio de conscientização e organização política.

Além disso, Borges destaca a importância do estudo e do esporte, especialmente a capoeira, como complementos essenciais em sua formação. Estes elementos não apenas enriqueceram sua vida pessoal, mas também se tornaram ferramentas de empoderamento e de acesso a espaços de poder e influência antes negados aos negros. A educação, incentivada por sua mãe, foi fundamental para que ele rompesse com as limitações impostas pelo preconceito e alcançasse melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que fortalecia sua identidade cultural e étnica.

> Eu posso relatar, o esporte- talvez seja o esporte- o esporte em si ele é mais democrático por causa da performance, eu fiz atletismo, joguei também futebol e pude vivenciar durante muito tempo essa situação do esporte no sentido de performance, mas estudei, como eu falei, em escolas públicas, fui lá no Plácido Serrano, estudei no Dom Pedro que era uma briga entrar, né, uma escola considerada tradicional das que- das escolas públicas à época, o Pedro II, e depois fui fazer faculdade, a questão específica do dos movimentos tá muito ligada à vindo da minha mãe (...)
>
> (...) qual foi a vantagem do atletismo? Porque eu viajei, olha, pobre, preto, liso, fiz a primeira viagem pra Brasília, eu cheguei em Brasília, cara, eu sempre tenho ido em Brasília agora, né, que é um outro momento, tá na política, cheguei em Brasília levaram até um restaurante, a gente tinha seis refe- seis refeições, cinco, né, café, um lanche às nove e meia, dez horas da manhã, o almoço, eram seis, um lanche às quinze horas, a janta e um lanche dez, nove e meia, dez horas, todos os atletas tinham esse direito, um cara que passava fome, que tinha dificuldade, minha amiga, pensa numa festa, eu tive lá, lembro benzinho do nome, eu lembro até hoje o nome do restaurante, chamava Grupo Sérgio, lá em Brasília, e quando eu vou a Brasília sempre eu faço uma caminhada, eu vou lá pra tentar ver o local onde eu fui e vivi esse momento, porque foi tão marcante, por quê o marcante? Era self-service, meu amigo, tu imagina pra um menino da Praça 14, paupérrimo, que nunca tinha comido diversas comidas ali sof- sofisticadas não, gostosas, né, cara, eu me- eu me diverti tanto, comi tanto, eu digo "pô, mas quer dizer", porque eu fiz esse resultado, eu viajei de graça, tô comendo de graça, tô curtindo de graça, eu vou viajar mais, e tem uns amigos meus que comeram tanto, chegaram a engordar quatro quilos e ficou ruim, foi sério, nós passamos uma semana, foi uma semana antes, uma semana antes ficamo em Brasília, lá em Brasília

> mesmo, já passamo essa semana toda comendo pra competir, foi uma preparação, e posteriormente, a competição era na outra semana, meu irmão, foi quase quinze dias comendo de um tudo do bom e do melhor, meu Deus, eu digo "então é isso, então eu vou viajar mais", e tanto é que eu viajei muito, até posterior, por causa do esporte (...) (Borges)

A narrativa de Luiz Borges revela aspectos profundos e multifacetados da experiência negra no Brasil, particularmente nas interseções entre racismo, fome e o esporte como um caminho de conquista. Através de seu relato, Borges destaca como o esporte pode servir como uma plataforma democrática, capaz de transcender barreiras sociais e proporcionar oportunidades de inclusão e mobilidade social para jovens negros em situação de vulnerabilidade.

O esporte é retratado por Borges como uma arena em que a performance é o principal critério de avaliação, tornando-o, em muitos casos, mais acessível e meritocrático do que outras esferas sociais. A prática do atletismo e do futebol, conforme ele narra, não só ofereceu uma válvula de escape da realidade dura da fome e da pobreza, mas também abriu portas para experiências que seriam inacessíveis de outra forma. Sua primeira viagem a Brasília, marcada pela abundância de alimentos e a oportunidade de explorar novos horizontes, demonstra como o esporte pode proporcionar não apenas sustento físico, mas também dignidade e esperança.

Essa experiência específica de ter acesso a seis refeições diárias em Brasília contrasta drasticamente com a realidade de muitos jovens negros que enfrentam a fome e a insegurança alimentar em suas comunidades. Borges destaca como essa viagem não foi apenas uma competição esportiva, mas uma celebração de possibilidades e uma visão do que poderia ser alcançado através do esforço e do talento. A oportunidade de comer em um self-service, um luxo inimaginável para alguém vindo de uma situação de extrema pobreza, simboliza a ruptura temporária com a escassez e a emergência de um novo senso de valor e autoestima.

A narrativa de Borges também sublinha o papel do esporte na formação de identidade e na construção de uma narrativa positiva sobre si mesmo. Para muitos jovens negros, o esporte oferece uma plataforma em que eles podem ser vistos e reconhecidos por suas habilidades e conquistas, ao invés de serem estigmatizados por sua cor de pele. Essa visibilidade e reconhecimento são cruciais em uma sociedade na qual o racismo estrutural frequentemente marginaliza e invisibiliza as contribuições dos negros.

Entretanto, é importante reconhecer que o esporte, embora ofereça oportunidades valiosas e caminhos para conquistas individuais, não é uma solução abrangente para os desafios enfrentados por essas comunidades. O acesso ao esporte deve ser acompanhado por uma

educação de qualidade e investimentos substanciais em infraestrutura e apoio para garantir que todos os jovens tenham as mesmas oportunidades de sucesso. Borges exemplifica como a ausência de barreiras financeiras e a oferta de suporte adequado podem transformar vidas e abrir caminhos para um futuro mais promissor, mas isso deve ser parte de um esforço mais amplo para combater a desigualdade e promover a equidade.

Além disso, a fala de Borges nos leva a refletir sobre a importância das políticas públicas e dos investimentos em programas voltados para comunidades carentes. Ao proporcionar acesso a treinamentos, competições e nutrição adequada, tais programas podem desempenhar um papel significativo na promoção da equidade e na criação de oportunidades para jovens talentosos que, de outra forma, poderiam ser deixados à margem. Borges exemplifica como a ausência de barreiras financeiras e a oferta de suporte adequado podem transformar vidas e abrir caminhos para um futuro mais promissor.

Por fim, a narrativa de Borges nos desafia a considerar o impacto psicológico e emocional da fome e da exclusão social. A alegria e o entusiasmo que ele expressa ao relembrar sua experiência em Brasília refletem não apenas a satisfação física, mas também a validação emocional e o reconhecimento de que ele era digno de oportunidades e tratamento igualitário. Essa validação é um componente essencial na luta contra o racismo, pois fortalece a resiliência e a determinação dos indivíduos em continuar buscando justiça e igualdade.

Desse modo, a narrativa de Luiz Borges evidencia como os cultos afro-brasileiros não são apenas práticas religiosas, mas também centros de resistência cultural e política. A integração desses elementos em sua vida não só sustentou sua militância no movimento negro, mas também o inspirou a lutar contra todas as formas de discriminação e injustiça racial. A história de Borges é um testemunho vivo da importância das religiões de matriz africana na construção de uma consciência negra coletiva e na busca por igualdade e justiça social no Brasil.

(Figura 10 - Imagem do Terreiro Centro de Tambores Mina Gêge-Nagô de Toy Lissa – Agbê Manjá de Mãe Emília após seu falecimento. Fonte: Imagem cedida por Luiz Borges).

Ainda sobre o papel das religiões, Francy fala como sua experiência com as religiões de matriz africana ressoa profundamente com o contexto histórico e cultural de Manaus, especialmente no que diz respeito à luta do povo negro por reconhecimento e justiça. Suas palavras revelam como a religião desempenha um papel crucial não apenas na espiritualidade individual, mas também na formação de identidade e na mobilização coletiva.

Ao longo dos anos, as religiões afro-brasileiras têm sido uma fonte de resistência e resiliência para a comunidade negra em Manaus, fornecendo um espaço sagrado em que as tradições africanas podem ser preservadas e celebradas. Francy destaca como sua jornada espiritual a levou a uma compreensão mais profunda de sua própria história e cultura, capacitando-a a enfrentar os desafios e preconceitos que enfrentou como mulher negra em uma sociedade marcada pela discriminação.

> A questão da religião de matrizes africana, ela pra mim o impacto que ela teve foi que- que eu não entendia o que era direito, porque eu fui católica, nasci católica, como a mamãe diz, né, fui batizada, casei, tudo fiz ali aquele negócio que a igreja diz que tu tem que fazer, é batismo, é isso, é crisma, é não sei o quê, não sei o quê, aí depois eu fui pra igreja evangélica, durante muitos anos eu fui evangélica, tanto que quando eu participei do SARES, que é Serviço de Ação e Reflexão, não sei se vocês já- (Francy)
>
> — Uhum. (Paola)

> — Pois é, e aí tinha o Padre Cláudio lá, que ele dizia "eu não entendo essa evangélica" (risos), "porque ela ela tá na- ela é evangélica", que eu sempre di-digo que eu sou evangélica, né, "mas ela vai pra missa de não sei o quê, ela tá-", mas é que quando eu entendi que foi a Nonata que me me trouxe a esse conhecimento, que a religião matrizes africana, é o meu entendimento, tá?
>
> E... e a reli... e essa religião matrizes africana também me mostrou, me fortaleceu na questão da luta, né, porque aí a gente foi conhecer a questão do preto e da preta, né, porque quando eu iniciei, eu não tinha esse debate da mulher preta nem do preto, né, a gente não tinha, já dentro da religião matrizes africana que a gente veio mesmo ter esse conhecimento e que vai mudando a tua vida, vai mudando a minha, e vai mudando todo aquele teu pensamento que tu vinha tendo desde criança, né, então eu sempre digo pras minhas irmãs, que às vezes- outro o dia a minha irmã disse que eu melhorei de vida, dentro da visão dela, né, melhorei de ter problemas, quando eu saí da- me afastei da- que eu nunca me afastei da religião matrizes africanas, mas dentro do da visão dela, eu disse "não, eu não vejo assim, e tu sabe por quê, porque a religião matrizes- a religião matrizes africanas ela me ensinou muita coisa, ela me ensinou a ser o que eu sou hoje também, entendeu, e e a me entender como mulher preta, porque eu não me entendia", eu num tinha esse conhecimento dessa questão da mulher preta, a minha mãe, nós somos de descendência preta, eu digo pra minha família, meu avô é Mara- veio do Maranhão, são pretos e pretos, mas a minha mãe ela não é preta, ela não diz que ela é preta, eu digo que ela é preta, olha o cabelo, olha o nariz (riso contido), mas ela diz "olha a minha cor", mas só que ela não entende que não é a questão do pigmento, né, é a tua raiz, e é isso que eu digo pra minha família, nós todos temos o pé dentro de uma senzala, mesmo vocês tendo peles mais claras, mas nosso pé tava dentro de uma senzala, entendeu? Então todos nós estamos dentro da religião de matrizes africana. (Francy)

A fala de Francy oferece uma rica reflexão sobre o impacto transformador que a religião de matrizes africanas teve em sua vida, particularmente no que tange à compreensão da identidade e da luta racial. Seu relato evidencia uma jornada de autodescoberta e de reconstrução da identidade, movida pelo contraste entre suas experiências religiosas anteriores e sua imersão nas práticas e crenças africanas.

Francy descreve um percurso religioso que começou com a tradição católica e depois passou pelo evangélicos marcando sua trajetória com práticas e convicções variadas. Ela menciona como essas experiências religiosas iniciais moldaram sua visão de mundo, mas também ressalta uma limitação significativa: a falta de um entendimento profundo sobre questões de identidade negra e de luta racial.

O ponto crucial em sua narrativa é a transformação que ocorre quando ela se aproxima das religiões de matrizes africanas. Essa nova perspectiva religiosa não apenas desvela um novo entendimento sobre si mesma, mas também a capacita a reconhecer e valorizar sua identidade como mulher negra. O processo de reconhecimento e de afirmação da identidade negra é central

em sua fala, indicando que a religião africana ofereceu a ela uma lente através da qual ela pôde entender melhor sua própria história e o papel que a luta racial desempenha na sua vida.

Francy explica que, antes de se envolver com a religião de matrizes africanas, ela não tinha uma compreensão clara sobre o que significava ser uma mulher negra e as implicações disso. Através dessa religião, ela se conectou com uma visão mais profunda de sua herança e identidade, o que a ajudou a superar a visão limitada que tinha anteriormente. A religião africana, portanto, não apenas trouxe uma nova compreensão espiritual, mas também serviu como um meio de empoderamento pessoal e coletivo.

Essa transformação é notável, quanto à forma como Francy agora vê a si mesma e a sua família. Ela se apoia na metáfora da senzala para explicar que, apesar das diferenças de tom de pele, todos têm raízes comuns na história da escravidão e na resistência negra. Essa percepção é fundamental para uma compreensão mais inclusiva e interconectada da identidade negra, destacando que a experiência racial não é apenas uma questão de cor de pele, mas de história, cultura e resiliência compartilhadas.

O impacto da religião de matrizes africanas na vida de Francy evidencia como as tradições africanas podem oferecer uma base sólida para a autoidentificação e a luta por justiça racial. Essa religião não apenas ajudou Francy a se reconhecer como parte de uma comunidade mais ampla, mas também a construir uma narrativa mais poderosa sobre sua identidade e seus direitos.

Além disso, sua reflexão sobre o papel da religião em sua vida enfatiza a importância de compreender e valorizar a diversidade dentro da experiência negra. A revelação de que a identidade negra é mais do que aparência superficial, mas está profundamente enraizada na história e na cultura, é uma mensagem poderosa que pode contribuir para uma maior conscientização e solidariedade dentro das comunidades negras.

Essa conexão entre espiritualidade e luta por direitos é evidente não apenas na vida de Francy, mas também nos movimentos sociais e comunitários que surgiram em Manaus ao longo do tempo. Vemos trajetórias de líderes como Irmã Helena e ativistas locais que têm trabalhado incansavelmente para promover a igualdade racial e o acesso à moradia digna para a população negra da cidade. Esses esforços muitas vezes estão enraizados em valores e princípios compartilhados pelas religiões de matriz africana, como solidariedade, justiça social e respeito à diversidade.

Além disso, as religiões de matriz africana também enfrentam desafios significativos, incluindo o preconceito e a intolerância religiosa por parte de grupos evangélicos e

conservadores. Essa resistência é um reflexo do poder que essas tradições espirituais têm em desafiar as normas dominantes e em afirmar a identidade e a dignidade da comunidade negra. No entanto, apesar desses obstáculos, as religiões afro-brasileiras continuam a desempenhar um papel vital na vida cotidiana e na luta política dos afrodescendentes em Manaus.

Todos esses espaços, terreiros, quilombos, principalmente a Praça 14 são fundamentais para a construção do movimento negro em Manaus e sua expansão pela cidade, são inúmeras atividades desenvolvidas que consolidam a memória do povo negro em Manaus. De acordo com Lira (2018), na história da construção do bairro, apesar das dificuldades iniciais de instalação em lugar pobre de Manaus, outros maranhenses também foram chegando e povoando o espaço, foram formando laços familiares, casando-se entre si, o que culminou em uma comunidade de negros que, durante 73 muitos anos, ficou conhecido como Bairro dos Pretos, Bairro dos Pretos Maranhenses, Colônia dos Maranhenses, dentre outros adjetivos pejorativos.

Em sua fala Negro Lamar (Lamartine), narra sua formação ainda no Maranhão e sua vinda para Manaus, em um contexto não mais de fluxo migratório mas que ainda registra a forte influência Maranhense na nossa região e essa intersecção que a cultura negra faz nos territórios que são agregados pelo povo negro.

> Tá, nós somos de Colinas, né, eu sou de Colinas, do Maranhão, eu venho de uma família que de de professoras e parteiras, né, a a minha mãe foi parteira, né, a minha bisavó foi a primeira professora negra de Colinas, né, isso lá no Maranhão, na região dos Cocais, né, eu sou filho de Maria José Silva, uma senhora que foi primeiro parteira, depois foi professora, depois foi auxiliar de enfermagem, né, e a nossa família vem dum- vem desse lugar, né, sou filho de Gumercindo e Maria José Silva, né, todas as outras, minhas tias, Estela, Nonata, Estela, Nonata, Virgínia e Das Virgens foram professoras, né, vivas só têm duas hoje em dia, né, morando em São Luís do Maranhão, é, estudei até os quinze anos no em Colinas e depois a gente vai, né, em função da minha mãe ter passado no concurso federal pra auxiliar de enfermagem, a gente vai pra São Luís, em São Luís a gente, é, começa- eu começo a estudar na na univer- na… no CEFET, né, que é o atual IFAM, e lá foi a minha primeira experiência com cultura hip-hop, né, ainda ainda sem ainda me assumir como negro, porque foi lá que a gente teve contato com break, né, aí a gente atr- a gente entra no movimento estudantil, né, no no Grêmio Edson Luís, isso em 1986, né, entra no Grêmio Edson Luís, né, a partir dum contato que a gente tem com a Juventude Comunista que nem era permitido na época, mas se tinha algumas pessoas que eram da Juventude Comunista, que a gente acabou in- que acabou a gente conversando e entrando nesse grêmio, com esse grêmio a gente vai ser diretor de esportes e lazer. (Lamartine)

Lamartine, também conhecido como Negro Lamar, é uma figura central na construção e expansão do movimento negro em Manaus. Sua trajetória pessoal e de ativista reflete uma

intersecção profunda entre a experiência individual e o contexto coletivo de resistência e afirmação cultural.

Nascido em Colinas, Maranhão, Lamar vem de uma família profundamente enraizada nas tradições de ensino e cuidados comunitários. Sua mãe, Maria José Silva, foi uma parteira e professora, enquanto sua bisavó se destacou como a primeira professora negra da cidade. Esse legado de educação e serviço comunitário moldou sua visão e compromisso com a justiça social.

Ao se mudar para São Luís, em função do concurso de sua mãe para auxiliar de enfermagem, Lamar entrou em contato com uma nova realidade. O ambiente do CEFET, hoje IFAM, proporcionou a ele suas primeiras experiências com a cultura hip-hop e com o movimento estudantil, através do Grêmio Edson Luís. Essa experiência marcou o início de sua jornada no ativismo, no qual, em 1986, Lamar se envolveu com a Juventude Comunista, uma organização que, apesar de ser marginalizada na época, ofereceu um espaço para o desenvolvimento de suas ideias e práticas políticas.

O envolvimento de Lamar com o Grêmio Edson Luís não foi apenas uma oportunidade para se engajar na vida estudantil, mas também um ponto de partida para sua atuação mais ampla no movimento negro. Através desse espaço, ele começou a entender e promover a importância de uma identidade negra coletiva e a necessidade de construir redes de apoio para fortalecer a comunidade.

O movimento negro em Manaus, como destaca o contexto histórico de Lamartine, foi fortemente influenciado por vários fatores, incluindo as condições de vida dos negros e a luta por reconhecimento e direitos. A Praça 14, um dos principais centros de atividades do movimento negro, e os terreiros e quilombos ao redor da cidade, desempenharam papéis cruciais na formação da identidade e na luta pela dignidade da população negra. Esses espaços foram fundamentais não apenas para o desenvolvimento da cultura negra, mas também para a construção de uma rede de apoio e resistência.

A experiência de Lamar na juventude e sua posterior atuação no movimento negro refletem uma busca contínua pela afirmação cultural e pelos direitos civis. Sua trajetória, marcada por um profundo envolvimento com as questões sociais e a luta contra as desigualdades, é emblemática da maneira como o movimento negro se consolidou em Manaus, enfrentando desafios históricos e culturais enquanto construía uma identidade coletiva e resistente.

A trajetória de Lamartine, conhecido como Negro Lamar, revela um profundo envolvimento com a cultura hip-hop e sua influência na formação do movimento negro em Manaus. Ao se mudar para São Luís, Lamar se depara com uma nova realidade cultural e social que vai moldar sua atuação futura, destacando em sua fala:

> Pra chegar em Mana- aí depois de- em São Luís em São Luís a gente tem o contato com o break, é bom falar isso primeiro, desse contato com o break a gente começa em 198- em 86 a gente só dançava, de 86 pra frente a gente começa, né, a… dançar break, né, lá, né, na Praça Deodoro, da Praça Deodoro a gente… em 1988, 1988, a gente começa a escutar alguns discos que vinheram, a gente só dançava break por dan-dançar mesmo, por diversão e tal, não entendia esse contexto da cultura hip-hop, aí a gente… mais ou menos em 88, 87… no final de 87, a gente tem acesso a alguns discos que vinheram, né, Cultura de Rua, um dos primeiros discos de rap do Brasil, e aí a gente começa a querer cantar, e na época eu dava num- chamado num Centro Social Urbano, né, eu dava de dança, né, e dava aula de aeróbica também, e aí a gente com um dos meninos que que a gente treinava lá, o Rei Tuti, ele fala assim "mas gente, vamo cantar rap também, né, tão cantando em língua portuguesa", a gente achava que não era possível, e aí a gente com- faz a primera música e aí a gente vai pra Praça Deodoro, onde a gente se encontrava, né, e começa a organizar a partir dos elementos, a gente tem acesso a entender que a cultura hip-hop não era só break, era rap, break, e aí a gente começa a procurar os grafiteiros (...) (Lamartine)

Em 1986, Lamar e seu grupo de amigos começam a dançar break na Praça Deodoro, um dos centros culturais da cidade. Inicialmente, a dança era uma atividade recreativa, uma forma de expressão e diversão. No entanto, a chegada de discos de rap, como "Cultura de Rua", no final de 1987, amplia sua compreensão da cultura hip-hop. Esse novo conhecimento os impulsiona a explorar mais a fundo o movimento, percebendo que a cultura hip-hop envolve não apenas o break, mas também o rap e o grafite.

O contato com o rap e os discos pioneiros de rap no Brasil marca uma transição significativa na trajetória de Lamar e seus colegas. Eles passam a se interessar por cantar rap em português, desafiando a ideia de que a cultura hip-hop estava restrita aos formatos tradicionais. Lamar começa a explorar a composição e a produção musical, ampliando sua atuação no cenário cultural local.

Sua conexão com a cultura hip-hop se intensifica quando ele começa a lecionar dança e aeróbica no Centro Social Urbano. O ambiente do centro oferece um espaço para a troca de ideias e o desenvolvimento de novos projetos culturais. Lamar e seus colegas percebem a necessidade de um espaço mais amplo para expressar e compartilhar suas descobertas sobre a cultura hip-hop. A partir dessa compreensão mais profunda, eles começam a buscar grafiteiros e a explorar outras formas de expressão dentro do movimento.

Lamar, ao integrar e promover a cultura hip-hop em Manaus, não apenas amplia seu próprio repertório cultural, mas também desempenha um papel fundamental na construção de uma rede cultural e política que articula a luta por direitos e reconhecimento. Sua jornada evidencia como o movimento hip-hop, com sua diversidade de elementos e expressões, serve como uma plataforma para a afirmação cultural e a resistência política, promovendo mudanças significativas no cenário social e cultural da cidade.

Nos primeiros anos, o movimento hip-hop no Maranhão se caracteriza por um foco na crítica social e política, sem uma ênfase particular na identidade negra. As letras frequentemente abordam questões relacionadas à repressão policial e à corrupção política, como evidenciado na música "Soldados da Repressão", que, apesar do impacto e do sucesso, trouxe desafios e represálias para Lamar e seus colegas. Durante esse período, a identidade negra ainda não era o foco central das produções, e Lamar relata que, mesmo dentro do hip-hop, a aceitação e a representação de sua identidade negra eram limitadas.

A mudança significativa ocorre com o impacto da música "Voz Ativa", dos Racionais MC's, que apresenta uma abordagem mais direta e consciente sobre a identidade negra e questões sociais. Essa música, que menciona Malcolm X, provoca uma reflexão profunda em Lamar e seus colegas sobre a necessidade de uma representação mais explícita da identidade negra nas letras e na cultura hip-hop. A partir de 1992, essa influência leva a uma transformação nas letras e na abordagem do grupo, começando a integrar temas de orgulho negro e resistência cultural.

Lamar também menciona a contribuição de Hertz, um professor de História e candidato presidencial pelo PSTU, que se junta ao movimento, trazendo uma perspectiva política e educacional que enriquece a prática cultural e política do grupo. Hertz, ao cantar com Lamar, ajuda a consolidar a conexão entre o hip-hop e o ativismo político, ampliando o alcance e a profundidade da mensagem do movimento.

A trajetória de Lamartine, revela não apenas sua dedicação ao movimento hip-hop, mas também seu compromisso com a transformação social e política. O nome do seu primeiro grupo, Illegal Business, ou "Negócios Ilegais", reflete a percepção inicial de que o rap era uma forma de expressão marginalizada e não aceita no mainstream. O nome simbolizava a resistência e a luta contra a exclusão cultural e social que o rap enfrentava na época, destacando a dificuldade em obter reconhecimento e aceitação.

> o meu primeiro grupo de rap era Illegal Business, Negócios Ilegais, por quê? Porque eu entendia que o rap era uma coisa ilegal, não tocava em rádio, não

> tocava em lugar nenhum e ninguém gostava, nem em aniversário, ninguém queria ouvir essa música, e era baseado na música de um grande- de um um um dos- um grande rapper mundial que era o o… KRS-One, né, que tá vivo até hoje, de um grupo chamado Boogie Down Productions, beleza, daí a gente vai, entra em alguns grupos, Navalhas Negras, depois eu canto solo até a gente chegar no Clã Nordestino, quando chega no Clã Nordestino a gente junto com outra grupo que era a Milícia Neopalmarina, e a gente cria o Clã Nordestino e a gente resolve o seguinte, as nossas letras, basicamente, bem, falam de questões bem políticas, né, o disco do Clã Nordestino, depois se tiver a oportunidade de ver algumas letras, né, e falam de revolução, pretitude, né, comunismo, basicamente as letras são baseadas nisso, e aí antes mesmo do Clã Nordestino a gente já queria montar uma organização nacional pra que fosse igual o MST no no- como é no campo fosse no urbano, e a gente chegou até a criar isso no Fórum Social Mundial, o o MOBI? no MOBI?, é, a gente conseguiu atingir mais de dez estados e aí que deu essa coisa de da gente a gente viajar muito pelo Brasil e conhecer todo mundo, porque a gente passou muito tempo, é, é, viajando o Brasil pra construir o Mobi, né, o meu primeiro contato com Manaus, aonde foi? Meu primeiro contato em Manaus foi em 2005, aonde, num desses encontros aí, tentando criar a organização de hip-hop a nível nacional, mas primeiro pelo norte e nordeste, lá em Belém encontrei uma rapaziada de Manaus, né, lá nesse encontro que a gente tava na organização, foi no SESC, o show principal era o nosso, do Clã Nordestino, nisso o Goes já tinha morrido? Já, o Goes já tinha morrido, já… já? Já, já tinha morrido, dois mil e… dois mil e cinco, e- Preto Goes, e aí a gente lá nesse encontro, é, ficou o contato da gente visitar Manaus, né, e aí a gente acabou vindo pra cá em 2007 numa audiência pública lá na Câmara de Vereadores, né, com a Câmara de Vereadores. (Lamartine)

Inspirado por KRS-One e o grupo Boogie Down Productions, Lamar e seus colegas abraçam o rap como uma forma de resistência e autoafirmação. Com o tempo, o grupo evolui para outras formações, como o Navalhas Negras e, posteriormente, o Clã Nordestino. O Clã Nordestino, em colaboração com a Milícia Neopalmarina, assume um papel central na consolidação do hip-hop no Maranhão e no Nordeste, combinando elementos de revolução, pretitude e comunismo nas suas letras. Este grupo se destaca por seu ativismo e pela sua abordagem política, utilizando o rap como uma plataforma para discutir questões sociais e políticas relevantes.

A experiência de Lamar com o Clã Nordestino o leva a uma ambição ainda maior: criar uma organização nacional de hip-hop que funcione de maneira semelhante ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas voltada para o contexto urbano. O MOBI, uma iniciativa que visa organizar o hip-hop em uma estrutura nacional, permite a Lamar e sua equipe estabelecer conexões com diversas partes do Brasil. Essa iniciativa ganha força no Fórum Social Mundial, no qual eles conseguem expandir suas atividades para mais de dez estados, mostrando a capacidade do movimento hip-hop de unir e mobilizar comunidades em todo o país.

O primeiro contato de Lamar com Manaus ocorre em 2005, durante um encontro em Belém, em que ele conhece a cena hip-hop local e estabelece vínculos com a comunidade de Manaus. A visita a Manaus, que se concretiza em 2007 com a participação em uma audiência pública na Câmara de Vereadores, representa uma extensão do seu trabalho e um reconhecimento da importância do movimento hip-hop em outras regiões do Brasil.

A trajetória de Lamartine e sua contribuição para o hip-hop refletem um compromisso profundo com a luta por justiça social e identidade negra. Seu trabalho não apenas ajudou a popularizar o hip-hop no Maranhão e no Nordeste, mas também desempenhou um papel crucial na articulação de um movimento nacional que busca transformar as condições sociais e promover a solidariedade entre as comunidades urbanas. A sua influência e dedicação ao hip-hop continuam a ser uma fonte de inspiração e uma força motriz na luta por igualdade e reconhecimento.

Por fim, Lamar também destaca o papel crucial que sua ancestralidade trouxe para sua formação, assim como podemos observar nas falas de Francy e Cleia, essa trajetórias de lutas é também uma trajetória de reconhecimento de si, da ancestralidade, da cultura e até mesmo da religião como um instrumento político do modo de ser e existir.

> Então, voltando em cultura e ancestralidade, a cultura me fez entender, a cultura me me empurrou pra me reconhecer como negro, e também essa mesma cultura me me empurrou pra entender que como preto eu tenho que respeitar os mais velhos e a nossa ancestralidade, tanto isso ocorreu que depois de um tempo, com todo respeito aos católicos, eu não consigo mais congregar numa igreja cristã, não consigo, eu não vou dizer que eu não sou cristão, que eu sou anticristão, nada disso, mas a minha afinidade, mesmo ainda não sendo do terreiro, a minha afinidade é com relig-religião de de de matriz africana, e durante muito tempo também, né, eu tive um um trabalho junto aos quilombos justamente pra me aproximar mais dessa questão da da ancestralidade, a cultura me empurrou me empurrou pra ser preto e essa mesma cultura me me empurrou pra respeitar essa ancestralidade, seja da capoeira, seja do tambor, seja do quilombo, entendeu? (Lamartine)

Lamar destaca como a cultura foi um fator fundamental para o seu autoconhecimento e reconhecimento como negro. Este reconhecimento não se restringe apenas ao entendimento de sua identidade racial, mas também se estende ao respeito e à valorização da ancestralidade. A influência da cultura africana na sua vida é evidente em sua escolha de se distanciar das tradições cristãs e se aproximar das religiões de matriz africana, mesmo que ainda não tenha se tornado um praticante formal. Esta mudança reflete uma afinidade crescente com as práticas e crenças que ressoam com sua identidade e herança cultural.

A busca de Lamar por uma conexão mais profunda com suas raízes o levou a trabalhar com comunidades quilombolas, nas quais ele se aproximou ainda mais das tradições e práticas

que definem a cultura negra e africana. Esse envolvimento com os quilombos e com as religiões de matriz africana é uma expressão de seu compromisso com o respeito e a preservação das tradições ancestrais. Para ele, a cultura e a ancestralidade são não apenas fontes de inspiração e identidade, mas também ferramentas para promover a justiça social e a resistência política.

Francy e Cleia, em suas respectivas trajetórias, também evidenciam como a luta por direitos e reconhecimento está interligada ao reconhecimento de si mesmo e ao valor da ancestralidade e da cultura. Francy, através de sua luta pela criação de creches e pela proteção das mulheres em Manaus, e Cleia, com seu engajamento na preservação e promoção da cultura negra, demonstram como a valorização da cultura e da ancestralidade pode servir como base para a ação política e social.

O reconhecimento da importância da ancestralidade e da cultura por figuras como Lamartine, Francy e Cleia transcende a afirmação pessoal e se configura como uma estratégia política fundamental. A valorização das tradições e da herança cultural não só fortalece a identidade coletiva, mas também serve como uma base sólida para a luta por justiça e igualdade. A trajetória de Lamar, assim como as experiências de Francy e Cleia, destacam como a cultura, a ancestralidade e a religião desempenham papéis cruciais na construção de uma identidade política e na promoção de mudanças sociais significativas.

Francy narra sua transformação através das religiões de matriz africana, descrevendo como essa prática a ajudou a compreender melhor sua identidade e a se conectar com suas raízes negras. Sua jornada revela o impacto profundo das religiões afro-brasileiras na construção da identidade e na luta pela justiça racial. Esses relatos podem ser contextualizados dentro de um quadro mais amplo ao considerar o trânsito migratório de religiosos afro-brasileiros descrito por Campelo e Luca (2007). Durante as décadas de 70 e 80, houve um movimento significativo de religiosos entre o Maranhão e Belém, motivado por fatores econômicos e religiosos. Esse trânsito resultou na circulação e no intercâmbio de práticas e conhecimentos dentro das religiões afro-brasileiras.

A migração de religiosos maranhenses para Belém e de paraenses para o Maranhão reflete uma dinâmica de troca e disseminação cultural e religiosa. Francy demonstra como essa disseminação cultural impactou profundamente sua vida pessoal, permitindo-lhe acessar uma visão mais complexa e enriquecedora de sua identidade. O intercâmbio de práticas religiosas possibilitou a formação de redes de apoio e a transmissão de conhecimentos essenciais para a valorização da identidade negra.

Além disso, o trânsito migratório facilitou a criação de espaços em que as práticas religiosas afro-brasileiras puderam florescer e se diversificar. Esses espaços foram cruciais para o fortalecimento e a continuidade das tradições africanas, assim como para a construção de uma identidade coletiva entre os praticantes. A experiência de Francy é um reflexo desse processo mais amplo, demonstrando como as tradições religiosas afro-brasileiras contribuíram para a formação de uma consciência racial mais profunda e para o empoderamento das pessoas negras.

Da mesma forma, Lamartine, compartilha como a cultura afro-brasileira e a ancestralidade o impulsionaram a reconhecer e valorizar sua identidade negra. A trajetória de Lamar, marcada pela fundação do movimento hip-hop no Maranhão e pela influência das religiões afro-brasileiras, exemplifica a intersecção entre cultura, identidade e ativismo. Esses relatos, assim como os de Francy e Cleia, destacam como a valorização da ancestralidade e da cultura pode servir como uma ferramenta poderosa para a construção de uma identidade política e para a promoção de mudanças sociais significativas.

Com essas questões já elencadas pelo Movimento Negro em Manaus no período, as articulações em defesa da organização dos espaços e da consolidação de projetos de disputa por memória seguem em curso. No dia 08 de dezembro de 1987, no Caderno Momento, do Jornal do Comércio, temos em quadro com o título "Assuntos Afro-brasileiros" as seguintes questões:

> "Criar em Manaus o Centro amazonense de Cultura afro-brasileira. E, desenvolver atividades para divulgar o estudo da cultura; contribuir para a formação dos descendentes da diáspora africana na sociedade; discutindo a situação dos mesmos na sociedade brasileira e conhecer o papel da cultura na formação da identidade nacional são preocupações básicas das entidades afro-brasileiras. No estado em 88, serão comemorados os 100 anos da abolição da escravidão negra no Brasil, e para enraizar a cultura africana como elemento não dissociado da história do país, os grupos do movimento Alma Negra, Afoxé Malungo Dudu (Camarada Negro) aliados a centenas de pessoas identificadas com a raça, estão articulando a criação de uma comissão para concretizar os projetos. (Jornal do Comércio, 08 de dezembro de 1987).

O texto do Jornal do Comércio de 8 de dezembro de 1987 reflete a continuidade e a persistência das demandas do Movimento Negro em Manaus, destacando um momento crucial de articulação e planejamento para o futuro. A proposta de criação do Centro Amazonense de Cultura Afro-Brasileira exemplifica o compromisso das entidades afro-brasileiras em promover e consolidar a presença da cultura africana no cenário nacional.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que, mesmo diante das adversidades políticas e sociais, os movimentos afro-brasileiros não apenas resistem, mas também se organizam para assegurar o reconhecimento e a valorização de sua herança cultural e histórica. A proposta do

Centro Amazonense de Cultura Afro-Brasileira visa não só a divulgação e o estudo da cultura afro-brasileira, mas também a formação de uma identidade nacional inclusiva e representativa. Este projeto é um reflexo do desejo de enraizar a cultura africana como um componente essencial da história do Brasil, e não como um apêndice ou uma curiosidade exótica.

A comemoração dos 100 anos da abolição da escravidão negra no Brasil em 1988 foi um marco significativo para reavaliar e reivindicar a memória histórica dos descendentes africanos. A ideia de criar uma comissão para concretizar projetos relacionados a essa celebração demonstra um esforço coletivo para garantir que a luta pela visibilidade e pelos direitos dos afro-brasileiros seja reconhecida e celebrada de maneira adequada.

O envolvimento de grupos como o Movimento Alma Negra e o Afoxé Malungo Dudu, aliados a centenas de pessoas comprometidas com a causa, ressalta a importância da colaboração e da mobilização comunitária na realização de objetivos comuns. Essa articulação é essencial para a construção de uma narrativa histórica que inclua a contribuição dos afro-brasileiros para a formação da identidade nacional.

Além disso, a discussão sobre a situação dos descendentes da diáspora africana na sociedade brasileira e o papel da cultura na formação da identidade nacional são questões que permanecem relevantes até hoje. Essas preocupações refletem uma compreensão profunda de que a inclusão e o reconhecimento da cultura afro-brasileira são fundamentais para a justiça social e a igualdade.

No texto apresentado também são referenciadas atividades que o Movimento Negro já desenvolve na cidade visando a difusão da cultura negra no Amazonas, como grupos de capoeira e blocos carnavalescos afro-ameríndios que tem como objetivo a valorização e conhecimento das tradições. Contudo, como já denunciado anteriormente pelo MOAN, os recursos necessários para que a população negra se organize e desenvolva suas atividades não são subsidiados pelo governo da época, especificamente os do Centro Amazonense de Cultura Afro-brasileira, instituído por lei para desenvolver projetos nessa temática:

> Segundo Nestor o governo federal determinou a criação da secretaria para assuntos afro-brasileiros, órgão ligado ao ministério da cultura. O Presidente José Sarney resolveu festejar os cem anos da abolição da escravidão negra com eventos culturais em todos o país. Todos os Estados da federação receberam recursos para essa finalidade. Até o momento, entretanto enfatiza Nestor, o Amazonas, através de seus órgãos de Cultura, ainda não tomou providências para criar uma comissão junto aos grupos ligados a cultura Negra, visando discutir a questão. Ele adiantou que os recursos poderiam que ser canalizadas para os eventos não podem ser liberados por esse motivo. (Jornal do Comércio, 08 de dezembro de 1987).

O relato de Nestor sobre a criação da Secretaria para Assuntos Afro-Brasileiros e a falta de ação no Amazonas para organizar a celebração dos cem anos da abolição da escravidão negra evidencia um problema recorrente na implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da cultura afro-brasileira.

A decisão do governo federal de criar uma secretaria vinculada ao Ministério da Cultura e alocar recursos para eventos culturais em todos os estados é uma demonstração de reconhecimento e valorização da importância da história afro-brasileira. No entanto, a crítica de Nestor revela um contraste significativo entre as intenções e a execução real das políticas culturais no nível local. A falta de providências por parte dos órgãos de Cultura do Amazonas e a ausência de uma comissão dedicada para organizar a celebração destacam um desafio comum na implementação de políticas públicas: a lacuna entre a alocação de recursos e sua efetiva aplicação.

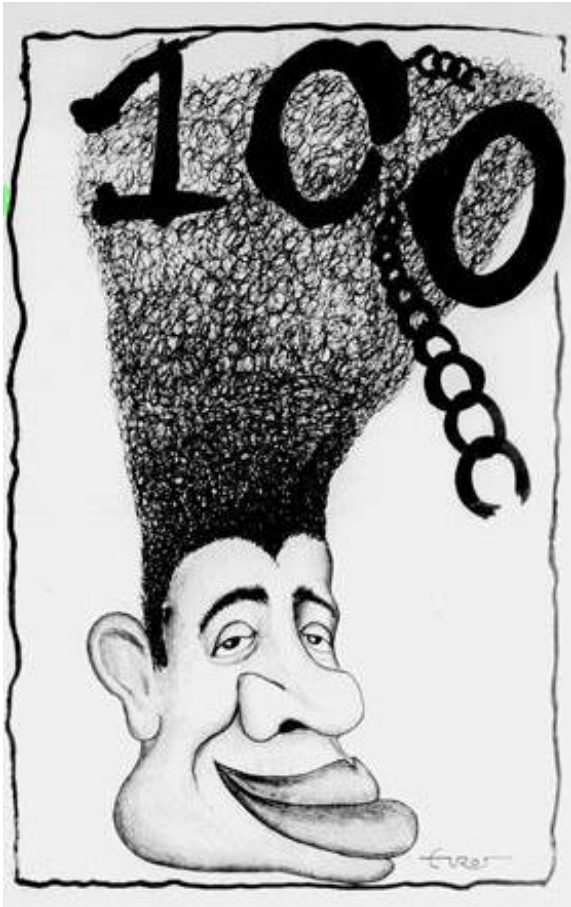
A crítica de Nestor sugere que, embora haja um reconhecimento formal e recursos disponíveis para a celebração dos cem anos da abolição, a ausência de uma coordenação eficaz e a falta de uma comissão dedicada para trabalhar com os grupos culturais afro-brasileiros resultam em um impasse que impede a liberação dos fundos. Isso não só atrasa a execução dos eventos culturais planejados, mas também reflete uma falha na conexão entre os níveis federal e local na promoção e valorização da cultura afro-brasileira.

Esse cenário é emblemático de um problema mais amplo enfrentado por movimentos culturais e sociais que buscam garantir que suas demandas e contribuições sejam adequadamente reconhecidas e apoiadas. A efetiva realização de eventos culturais e a promoção da cultura afro-brasileira dependem não apenas de decisões políticas e alocação de recursos, mas também de uma implementação local comprometida e de uma colaboração efetiva entre diferentes esferas de governo e as comunidades envolvidas.

E as denúncias referentes à falta de recursos, do não repasse das verbas destinadas às atividades para o Movimento Negro seguem sendo feitas pelo MOAN. No dia 03 de janeiro de 1988, no Caderno Momento, do Jornal do Comércio, temos o enunciado “Festa da Abolição pode passar “em branco”, em que sabemos que o governo de Manaus, diferentemente do restante do país, não se preocupou em apresentar ou discutir um cronograma de atividades com o movimento negro para a realização do Centenário. Nestor afirma que mesmo o MOAN realizando atividades e tendo enviado representantes a Bahia para acompanhar a formação da programação naquela cidade, ele não vê êxito nas atividades aqui.

> Nestor afirma, porém, que tem dúvidas dos êxitos das atividades culturais a serem desenvolvidas no Amazonas devido à falta de recursos, "mas pelo menos a história não nos identificará como omissos ", defende. (Jornal do Comércio, 03 de janeiro de 1988).

Destacamos aqui também a charge que acompanha o texto do quadro, em que um negro, é representado de forma caricata, com os cabelos crespos no estilo semelhante ao "black power", lábios grossos e nariz largo e correntes quebradas representando a ideia de abolição, além do número cem em alusão à data dos 100 anos.



(Figura 11 - Jornal do Comércio, 03 de janeiro de 1988).

A afirmação de Nestor sobre as dúvidas quanto ao êxito das atividades culturais a serem desenvolvidas no Amazonas, devido à falta de recursos, e sua defesa de que a história não identificará os envolvidos como omissos, reflete uma realidade complexa no campo da cultura e da política. A sua preocupação com a efetividade das celebrações ressalta um dilema enfrentado por muitos movimentos culturais e sociais: a diferença entre intenção e realidade na

implementação de projetos que visam valorizar e promover aspectos específicos da identidade cultural e histórica.

A menção à falta de recursos é uma crítica válida e importante. A ausência de investimentos adequados pode comprometer significativamente a realização de eventos culturais, que são essenciais para a educação, conscientização e celebração das contribuições e legados históricos das comunidades afro-brasileiras. Sem o suporte necessário, mesmo as melhores intenções podem resultar em realizações limitadas ou insatisfatórias.

A afirmação de Nestor de que "pelo menos a história não nos identificará como omissos" é um reconhecimento da importância de tentar, mesmo diante de desafios significativos. Ele parece sugerir que, apesar das dificuldades, o esforço para realizar atividades culturais e promover a história afro-brasileira é valioso e necessário. Essa perspectiva pode ser vista como uma forma de resistência e compromisso com a preservação e valorização da memória cultural, independentemente das barreiras práticas que possam surgir.

A charge que acompanha o texto oferece uma representação visual que traz à tona questões de representação e estereótipos. A caricatura do negro com características exageradas como cabelos crespos no estilo "black power", lábios grossos e nariz largo, combinada com correntes quebradas, pode ser vista como uma tentativa de ironizar a simbologia da abolição da escravidão. A utilização do número cem para aludir aos cem anos da abolição pode indicar uma tentativa de contextualizar a celebração dentro de uma perspectiva crítica, questionando a eficácia das comemorações em trazer mudanças reais ou em resolver as questões de desigualdade e injustiça.

A presença dessa charge no contexto da discussão sobre os eventos culturais e a falta de recursos pode ser interpretada como um reflexo das tensões existentes entre a forma como as questões afro-brasileiras são tratadas publicamente e as realidades enfrentadas pelas comunidades afro-brasileiras. Ela pode sugerir que, mesmo quando há esforços para celebrar a história e promover a cultura, o contexto social e político pode influenciar fortemente a forma como essas iniciativas são recebidas e percebidas.

Assim como são colocadas nas páginas dos jornais denúncias referentes à falta de recursos, do não repasse das verbas destinadas às atividades para o Movimento Negro, também temos denúncias sobre como a prefeitura organizou as atividades do Centenário da Abolição, o 13 de Maio que em Manaus contou com uma programação que não tinha simbolismo como retrata os militantes do Movimento Alma Negra e pelo babalorixá Oxé Obá, essas falas só reforçam o descaso com a cultura negra e por vezes uma falsa tentativa de inserir o debate

antirracista puramente por questões políticas eleitoreiras ou para tentar minimizar o descaso de órgãos públicos com a pauta antirracista.

> As comemorações oficiais do 13 de maio, primeiro centenário da abolição de escravatura, foram criticadas ontem por um integrante do Movimento Alma Negra (Moan) e pelo babalorixá Oxé Obá do Tempo de Candomblé Terreiro de Santa Barbara. Raimundo Pinto, do Moan, considera que o momento não é de festa, e sim de reflexão. José Ribamar Nonato da Silva, do candomblé, acha que a programação foi multo pobre. (Jornal do Comércio, Caderno Cidade, 14 de maio de 1998).
>
> Todo o negro hoje deveria estar de luto, desabafa Pinto, explicando que quando foi assinada a Lei Aurea o negro simplesmente foi expulso da senzala sem ter para onde ir. Por não ter sido integrado na sociedade da época, até hoje ele continua marginalizado, afirma ele. "Sem terra para plantar. sem casa onde morar o negro foi habitar nos guetos, depois de escravo tornou-se marginal das favelas, tal o motivo da inconveniência da festa", assinala Raimundo Pinto. (Jornal do Comércio, Caderno Cidade, 14 de maio de 1998).

A crítica às comemorações oficiais do Centenário da Abolição da Escravatura em Manaus, conforme relatado pelas declarações de Raimundo Pinto do Movimento Alma Negra e José Ribamar Nonato da Silva do candomblé, demonstra uma dissonância significativa entre a celebração oficial e a realidade vivida pelas comunidades afro-brasileiras.

Raimundo Pinto expressa um descontentamento profundo com o caráter festivo das comemorações, argumentando que o 13 de Maio deveria ser um momento de reflexão e não apenas de celebração. Para Pinto, a data não representa um simples marco de liberdade, mas sim um lembrete da marginalização contínua dos negros após a abolição. Ele aponta que a libertação não trouxe melhorias reais para a vida dos ex-escravizados, que foram deixados sem nenhuma terra, sem casa e sem integração social, acabando por se estabelecer em guetos e favelas, em uma condição de marginalização persistente.

José Ribamar Nonato da Silva, por sua vez, critica a programação das festividades como sendo "muito pobre", evidenciando uma falta de reconhecimento e valorização da riqueza cultural e histórica das comunidades afro-brasileiras. Sua crítica reflete a percepção de que as celebrações foram superficialmente organizadas, sem o devido simbolismo ou significado profundo para a cultura negra.

Essas críticas ressaltam uma questão fundamental: o descompasso entre as intenções políticas e as realidades vividas pelas comunidades afro-brasileiras. As festividades oficiais muitas vezes podem ser vistas como uma tentativa de atender a uma agenda política, sem abordar de forma substancial as questões estruturais que perpetuam a desigualdade e a marginalização. Em vez de promover uma verdadeira integração e valorização da cultura negra,

essas celebrações podem servir para ocultar a falta de progresso real e os problemas persistentes enfrentados por essas comunidades.

Além disso, o contraste entre as celebrações oficiais e as críticas dos militantes do Movimento Alma Negra e do candomblé sublinha a necessidade de uma abordagem mais autêntica e comprometida com as questões antirracistas. A crítica de Pinto sobre a festa como uma forma de minimizar o descaso com a cultura negra indica uma percepção de que tais eventos muitas vezes falham em abordar as verdadeiras necessidades e aspirações das comunidades afro-brasileiras.

Como afirmado anteriormente, a importância afro religiosa para a construção e ampliação do movimento negro é explicita, na fala de José Ribamar temos que a comemoração deveria ser feita dando a chave da cidade ao preto mais velho, rodas de samba, capoeira e afoxé, para as religiões de matriz africana, os "pretos velhos" trazem consigo uma ancestralidade muito importante, são eles os antigos escravos africanos que sofreram as violências da escravidão no Brasil, mas que conseguiram superar as dificuldades com fé, sabedoria e humildade, logo os adeptos da religião são orientados a respeitar os "pretos velhos", pois eles são detentores de uma enorme sabedoria, trazendo para os movimentos negros a conclusão de que o movimento se constrói por raízes históricas e permanece vivo pela luta dos mais velhos.

> Lamentando o esquecimento da celebração de missa pelas almas dos negros mortos o chicote, José Ribamar Nonato da Silva, defende também a celebração de missa pela alma da princesa Isabel. "Ela foi enviada por lá, o deus da adivinhação" explica. Para ele as festividades deveriam contar também com a entrega de uma chave da cidade ao preto mais velho e muita roda de samba, capoeira e afoxé.
>
> Nonato herdou o terreiro, situado na rua Joko Alfredo 311-A, de Margarida de Xapanã, mas antes dela havia Joana Campos, Antônia Lobão e Maria Estrela. As duas últimas eram maranhenses e contavam fatos do tempo da escravidão. Ontem ele não realizou nenhuma comemoração no terreiro por ser sexta-feira. "E dia de Oxalá e não podemos jogar búzios nem comer carne", explica. (Jornal do Comércio, Caderno Cidade, 14 de maio de 1998).

Para Nonato, a celebração deveria incluir a entrega simbólica da chave da cidade ao "preto mais velho", reconhecendo sua sabedoria e experiência, e ser marcada por práticas culturais como rodas de samba, capoeira e afoxé. Essa proposta sublinha a relevância dos "pretos velhos" como portadores de uma rica ancestralidade e conhecimento histórico, preservando a memória e os valores das tradições afro-brasileiras.

Os "pretos velhos" são vistos como detentores de uma sabedoria profunda, que resulta da vivência e resistência durante o período da escravidão e das experiências subsequentes. Eles

representam uma conexão vital com a história e a cultura afro-brasileira, trazendo para o movimento negro um entendimento contínuo de suas raízes e uma orientação para as práticas contemporâneas.

A crítica de Nonato à falta de uma missa em memória dos negros mortos pelo chicote, bem como sua proposta de incluir homenagens como a entrega da chave da cidade, reflete uma frustração com o que ele vê como uma comemoração superficial, que não honra adequadamente a história e o sofrimento das pessoas negras. Ele sugere que a comemoração deveria incorporar práticas culturais significativas para as comunidades afro-brasileiras, que são vistas como formas autênticas de celebrar e reconhecer a contribuição e o legado dos afro-brasileiros.

A menção ao terreiro e a tradição religiosa de Nonato também destaca a continuidade e a preservação das práticas culturais afro-brasileiras. A ausência de celebrações no terreiro devido ao dia sagrado de Oxalá demonstra o compromisso com as tradições religiosas e a forma como essas práticas moldam a vida comunitária. O respeito por esses momentos sagrados reforça a ideia de que a identidade e a luta dos negros estão intrinsecamente ligadas às suas práticas culturais e espirituais.

Essa importância religiosa destacada na fala de Nonato mostra o racismo muitas vezes mascarado como um desconhecimento mas que só revela um desinteresse por parte da Prefeitura na organização do evento, pensar uma atividade sem consultar a população negra que deveria participar da mesma e ainda ir de encontro aos seus princípios religiosos como a sexta de Oxála, que é o dia que os Umbandistas e Candomblecistas se resguardam de atividades em respeito ao orixá, muitas casas orientam que se vista branco, se evite sair para lugares a noite, e principalmente que o dia seja utilizado para tomar banhos e fazer rezas, por conta dessa falta de busca pelos costumes, cultura e religiosidades outra ação mal vista: “Criticada lavagem das escadas da prefeitura”. (Jornal do Comércio, Caderno Cidade, 14 de maio de 1998).

> O centenário da abolição da Escravatura no Brasil foi comemorado em Manaus com o lançamento de um selo, lavagem da Escadaria da Prefeitura, mostra e artes plásticas e uma procissão. O ato público convocado pelo Movimento Alma Negra Moan) para a praça da Saudade, às 16 horas, não aconteceu. A comunidade da Praça resolveu este ano integrar as festas religiosas do bairro ontem centenas de fiéis se dividiram nas procissões de Nossa Senhora de Fátima e São Benedito. Maria de Lourdes Fonca, 63 anos, explicou que organiza a procissão de São Benedito a muitos anos, no dia 12 de abril. "Desta vez o vigário fez a proposta de unir a festa com a de Nossa Senhora de Fátima", disse acrescentando que alguns racistas do bairro não gostaram muito da ideia. (Jornal do Comércio, Caderno Cidade, 14 de maio de 1998).

> Na opinião de Raimundo Pinto, membro do Movimento Alma Negra (Moan) a lavagem não tem sentido simbólico. "é mais uma leseira". Ele explicou que o simbolismo está envolto em tradição. "Isso reflete a própria ignorância das pessoas que fizeram a programação. Lavar a escadaria da Igreja do Senhor do Bonfim, em Salvador, tem toda uma tradição", assina. (Jornal do Comércio, Caderno Cidade, 14 de maio de 1998).

A análise dos eventos comemorativos do centenário da Abolição da Escravatura em Manaus revela profundas lacunas na consideração das tradições e práticas culturais afro-brasileiras. A falta de sensibilidade e de compreensão das tradições religiosas afro-brasileiras se manifestou em várias críticas à programação, evidenciando um descompasso entre as ações propostas e as expectativas da comunidade negra.

A crítica principal recai sobre a lavagem da escadaria da Prefeitura, uma ação que foi interpretada por Raimundo Pinto, membro do Movimento Alma Negra (Moan), como desprovida de sentido simbólico. Pinto argumenta que o simbolismo cultural e religioso não foi considerado na execução da atividade, o que reflete uma ignorância sobre as tradições afro-brasileiras. Para ele, a lavagem da escadaria não tem a mesma importância cultural que práticas semelhantes em outras regiões, como a lavagem das escadarias da Igreja do Senhor do Bonfim em Salvador, que é uma tradição com um significado profundo e específico. Essa falta de compreensão e respeito pelas tradições locais resultou em uma atividade que foi vista como desrespeitosa e superficial.

Além disso, a realização de eventos no dia de Oxalá, um dia sagrado para muitos umbandistas e candomblecistas, foi um exemplo claro de desconsideração pelos princípios religiosos. Oxalá é um orixá central nas religiões afro-brasileiras, e o respeito a esse dia envolve práticas de resguardo e devoção, como vestir branco e evitar atividades externas. A programação que não levou em conta a importância do dia de Oxalá demonstra uma falta de sensibilidade cultural e de respeito pelas tradições religiosas da comunidade negra.

Outro aspecto crítico é a tentativa de integração forçada de festividades religiosas locais, como a união da procissão de São Benedito com a festa de Nossa Senhora de Fátima. Essa integração foi realizada sem considerar as opiniões da comunidade e o contexto cultural, resultando em uma celebração que não respeitou as tradições e preferências locais. A falta de consideração pela diversidade cultural e pelas práticas tradicionais contribuiu para a percepção de que o evento foi uma tentativa superficial de inclusão, sem um verdadeiro entendimento ou respeito pelas festividades afro-brasileiras.

Todas essas questões seriam evitadas se tradições históricas do povo negro fossem entendidas, valorizadas e difundidas na sociedade. Os anos que sucederam a abertura política,

trouxeram diversos desafios para os movimentos sociais. Estabeleceu-se uma maior articulação para a construção de um processo democrático na luta pelas diretas e por uma Constituição com ampla participação popular e avanços nos direitos das chamadas minorias: indígenas, quilombolas, população negra, mulheres, crianças, pessoas com deficiências, reafirmação do estado laico, plural e o respeito às liberdades religiosas, conforme sinalizado acima.

Por isso, o debate racial é fundamental para reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial do país, para denunciar e combater as práticas racistas que prejudicam a cidadania e a democracia, para promover a reparação histórica e social das populações negras e indígenas, para garantir os direitos humanos e a justiça para todos e todas. Como resultado dessas inúmeras lutas, a Constituição de 1988 traz o viés da diversidade e avanços no campo democrático, garantia de direitos e a afirmação dos espaços de construção de políticas públicas e controle social.

1.2 AFOXÉ, CAPOEIRA, SAMBA E HIP-HOP: A CULTURA NEGRA COMO RESISTÊNCIA

Outra questão importante levantada pela pesquisa através dos jornais é a forte articulação e manifestação cultural dos movimentos negros no Samba, Capoeira, Batuques e outros. É adentrando ao campo da perspectiva de resistência cultural desses grupos que compreendemos a importância, por exemplo, do Festejo de São Benedito na Praça 14, os Blocos de Carnaval e outras manifestações. Em manchete do dia 12 de janeiro de 1988, no Caderno Carnaval, do Jornal do Comércio, discute-se “A arte em contato com o povo”, quando a STA, Superintendência de Teatro do Amazonas, afirma que tem um milhão de cruzados para implantar projetos nos bairros de Manaus, com a informação no tópico “Axé Amazonas” da matéria que:

> Para o centenário da abolição a STA não tem uma programação específica, mas vai contribuir na realização de eventos, com a montagem de espetáculos, como a "missa Luba" e coreografias como "Fragmentos" e Porto de lenha". Na verdade, a STA pretende desenvolver um trabalho integrado com os grupos e entidades que realizam atividades com a cultura afro-brasileira, como o movimento Alma Negra, Afoxé Malungo Dudu, associação de capoeiristas do Amazonas e outros segmentos da comunidade preocupados com a causa do negro no país. (Jornal do Comércio, 12 de janeiro de 1988).

Nesse mesmo aspecto, ao ser noticiado o aniversário do bairro da Praça 14, temos como base das festividades o samba, o afoxé, a capoeira e a macumba, além da tradição de se contar a história do Quilombo e da formação do bairro da Praça 14 e de comer as comidas típicas afro-brasileiras. Essas formas de se organizar e resistir da população negra do estado dizem muito sobre como o movimento negro se organiza, tendo como base a ancestralidade e a memória de um povo. Trata-se de sujeitos históricos que lutam pela memória de suas vivas tradições, através das narrativas orais, de conhecimentos ancestrais, e que constrói o sentimento de pertencimento negro, a uma comunidade, a um território, o que mobiliza a luta e a defesa desse lugar de pertencimento.

> Na noite de ontem, as batucadas da escola de samba Vitória Régia, do bloco Jaqueirão, Afoxé Malungo Dudu, e pessoas identificadas com a questão do negro no Amazonas estiveram presentes na Praça 14 para relembrar as origens da cultura afro-brasileira no Amazonas. Hoje, segundo Carlinhos do Jaqueirão, também oriundo dos pioneiros da praça 14, haverá na sede do bloco carnavalesco a noite muita festa, a reunião dos ancestrais que contaram a história do bairro, pratos típicos da cultura afro ameríndia, apresentação de danças como a capoeira, afoxé e macumba. (Jornal do Comércio, Caderno Momento, 14 de janeiro de 1988).

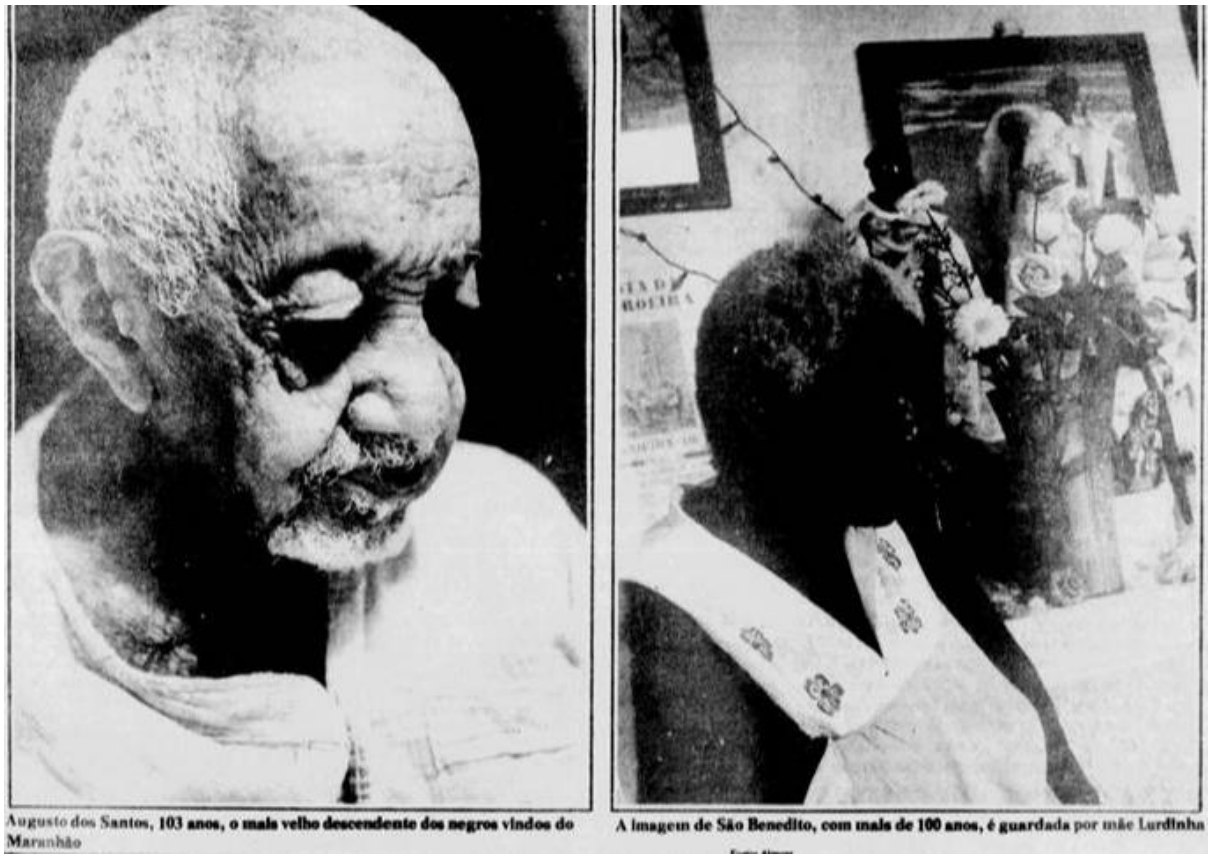
Junto ao texto da manchete temos também que paralelo às festividades, Adenilton Pinto, exporá fotografias dos conflitos sociais do mundo no qual os negros são discriminados e uma sequência de reproduções fotográficas com escravos brasileiros antes da Abolição. Bem como imagens destacadas abaixo de moradores da Praça 14 e sua trajetória de vida, como o negro mais velho, a mãe de santo Lurdinha que guarda a imagem de São Benedito e o Capoeirista Lula que constrói uma narrativa de dias melhores para o bairro. (Jornal do Comércio, 14 de janeiro de 1988, Caderno Momento).

Segundo Carlinhos do Jaqueirão, também um dos pioneiros da Praça 14, as festividades continuariam na sede do bloco carnavalesco. A programação incluía uma série de atividades que remetiam às tradições afro-ameríndias, como danças típicas, incluindo capoeira, afoxé e macumba. Além disso, a festa apresentava pratos típicos da cultura afro-ameríndia, buscando não apenas entreter, mas também educar e relembrar a importância dessas tradições na formação da identidade cultural do bairro.

Paralelamente às festividades, Adenilton Pinto, preparava uma exposição fotográfica que abordava temas importantes e atuais relacionados à discriminação racial. A exposição incluía imagens dos conflitos sociais enfrentados pelos negros ao redor do mundo, bem como uma série de reproduções fotográficas que retratavam escravos brasileiros antes da Abolição. As imagens destacavam também figuras locais como o negro mais velho da Praça 14, a mãe de

santo Lurdinha, que guarda a imagem de São Benedito, e o capoeirista Lula, conhecido por sua atuação na comunidade e por construir uma narrativa de esperança e melhoria para o bairro.

Esse evento destacou o esforço de grupos e indivíduos em manter vivas as tradições e histórias afro-brasileiras, bem como a necessidade de reconhecer e celebrar essas raízes culturais. A celebração na Praça 14 e a exposição fotográfica representaram um esforço significativo para valorizar a contribuição dos afrodescendentes para a cultura local e para promover uma compreensão mais profunda das questões de discriminação e resistência enfrentadas pela comunidade negra.



(Figura 12- Na imagem, Augusto do Santos, o mais velho descendente dos negros vindos do Maranhão e Mãe Lurdina com a imagem de São Benetido com mais de 100 anos).

(Figura 13- Na imagem mestre Lula, mestre de capoeira do bairro).

Seguindo a narrativa sobre as festividades no Jaqueirão temos no Jornal do Comércio, Caderno Cidade de 15 de janeiro de 1998 temos "Jaqueirão solicitado para centro cultural" em que o importante lugar é permeado de atividades culturais em comemoração aos 126 anos de fundação do bairro da Praça 14 de Janeiro. Jornal do Comércio, 15 de janeiro de 1988, Caderno Momento).

> Os festejos nos 126 anos de Fundação do bairro da Praça 14 de Janeiro prosseguiram, ontem à noite, com rodas de samba incrementadas pelas baterias da escola Vitória Régia e de bloco Jaqueirão e shows de mulatas, bala nas e capoeira, no Centro de Comemorações de Eventos do bairro, o Jaqueirão, na esquina das runs Japurá e Visconde Porto Alegre.
>
> Ontem, Carlos Augusto dos Santos, 28, neto do homem mais velho da Praça 14. Augusto dos Santos, 104, filho de uma das famílias fundadoras da comunidade, disse que a festa de aniversário da Praça 14 de janeiro deste ano foi a melhor de todas, porque reuniu a maioria dos moradores, foi prestigiada por autoridades estaduais e municipais e atraiu até mesmo turistas. (Jornal do Comércio, Caderno Momento, 15 de janeiro de 1998).

No contexto das festividades em homenagem ao centenário da Abolição e ao aniversário de fundação do bairro Praça 14 de Janeiro, o Jornal do Comércio de 15 de janeiro de 1988 destaca a importância do bloco Jaqueirão e do Centro de Comemorações de Eventos do bairro. Esses locais desempenharam um papel central nas celebrações dos 126 anos de fundação da Praça 14, que se tornaram um marco para a comunidade local.

Durante a noite anterior, as festividades foram animadas por uma variedade de apresentações culturais. As rodas de samba, acompanhadas pelas baterias da escola de samba Vitória Régia e do bloco Jaqueirão, trouxeram uma energia vibrante ao evento. Além das rodas de samba, o programa incluiu shows de mulatas, bala-nás e capoeira, refletindo a riqueza das tradições culturais afro-brasileiras que permeiam o bairro. Essas atividades não só celebravam o aniversário do bairro, mas também ressaltavam a importância da preservação e promoção da cultura afro-brasileira na região.

Carlos Augusto dos Santos, neto do homem mais velho da Praça 14, Augusto dos Santos, que tem 104 anos e é descendente de uma das famílias fundadoras da comunidade, destacou a relevância da festa. Segundo ele, as comemorações deste ano foram as melhores de todas, reunindo a maioria dos moradores e atraindo a atenção de autoridades estaduais e municipais, além de turistas. Esse reconhecimento e prestígio conferidos à festa evidenciam a importância do Jaqueirão e do bairro Praça 14 como centros culturais vibrantes e significativos na história e na vida da comunidade afro-brasileira local.

Na fala de Nestor Nascimento podemos observar a importância que o bairro Jaqueirão e as festividades que ali ocorrem são históricas, trazidas pelas primeiras famílias negras que vieram do Maranhão e dão início aos cultos afros, fundamentais para a manutenção da identidade negra, o Jaqueirão é um bairro histórico e cultural da cidade de Manaus, localizado na zona Sul, próximo à Praça 14 de Janeiro. O bairro surgiu no final do século XIX, quando a família de Maria Severa Nascimento Fonseca, uma mulher negra escravizada que migrou do Maranhão para Manaus, se instalou na região. A família de Maria Severa foi uma das responsáveis pela fundação do Quilombo Urbano Barranco de São Benedito, o segundo território quilombola urbano reconhecido no Brasil. (Perreira, 2022).

> Nestor Nascimento: "O Jaqueirão é uma tradição deste bairro e esperamos que a partir de agora passe a ocupar o seu verdadeiro espaço, concentrando, aqui, todas as promoções socioculturais da comunidade. O Jaqueirão existe desde que aqui chegaram as primeiras famílias negras, vindas do Maranhão. E serviu de palco para festas religiosas, como as de São Benedito. Foram meus avós que deram início aos cultos voltados à manutenção da identidade negra, aqui na Praça 14 de Janeiro", observou. (Jornal do Comércio, Caderno Momento, 15 de janeiro de 1998).

Nestor Nascimento enfatiza a importância histórica e cultural do Jaqueirão, afirmando que o espaço é uma tradição vital para o bairro. Ele destaca que o Jaqueirão não é apenas um local de eventos, mas um símbolo das raízes da comunidade negra na Praça 14 de Janeiro. De acordo com Nascimento, o Jaqueirão tem sido o palco de celebrações desde a chegada das

primeiras famílias negras vindas do Maranhão, e tem servido como um espaço significativo para festas religiosas, como as de São Benedito. A história do Jaqueirão, segundo ele, está intrinsecamente ligada à manutenção da identidade negra e à preservação das tradições culturais.

O depoimento de Nascimento ressalta a continuidade e a relevância do Jaqueirão como um espaço cultural e social fundamental para a comunidade afro-brasileira local. Ao afirmar que o Jaqueirão deveria passar a ocupar seu verdadeiro espaço, concentrando as promoções socioculturais da comunidade, Nascimento está promovendo a valorização e o reconhecimento do papel do centro cultural na vida do bairro. Essa valorização é crucial para fortalecer a identidade cultural e histórica da Praça 14 de Janeiro, oferecendo um espaço dedicado à celebração e preservação das tradições afro-brasileiras.

Portanto, o Jaqueirão é um bairro que mantém viva a memória e a cultura do povo negro no Amazonas, é um bairro que celebra a resistência e a identidade negra, além de realizar todos os anos a tradicional festa de São Benedito, sendo palco de diversas lutas dos movimentos negros de Manaus e que merece ser conhecido e valorizado pela sua história e pela sua contribuição para a diversidade étnico-racial e cultural. O bairro é um exemplo de luta e devoção ao sagrado, de expressão artística e popular, de orgulho e pertencimento à comunidade como podemos observar na fala de Carlos Augusto:

> Carlos Augusto disse que esse trabalho, hoje, é desenvolvido por "Mãe Marina", 69, pelo pai de santo Manoel Paixão, do Centro "Mae Marina", e o acadêmico Nestor Nascimento. Explicou que desde o final do século passado que a comunidade negra do bairro é responsável pela promoção de festas populares, culturais e religiosas, incluindo pastoras e bumbás, agora incrementadas com a participação do bairro nos desfiles de carnaval através da escola de samba Vitória Régia. (Jornal do Comércio, Caderno Momento, 15 de janeiro de 1998).

Carlos Augusto, ao comentar sobre as festividades e o papel do Jaqueirão na comunidade da Praça 14 de Janeiro, ressalta a continuidade e a importância da promoção de eventos culturais e religiosos pelo bairro. Ele menciona que esse trabalho é atualmente liderado por figuras importantes como Mãe Marina, o pai de santo Manoel Paixão, do Centro "Mãe Marina", e o acadêmico Nestor Nascimento.

De acordo com Carlos Augusto, a comunidade negra do bairro tem sido responsável pela promoção de festas populares, culturais e religiosas desde o final do século passado. Essas celebrações incluem eventos tradicionais como pastoras e bumbás, que são parte fundamental da cultura local. Recentemente, o bairro também passou a se envolver mais ativamente nos

desfiles de carnaval, com a participação da escola de samba Vitória Régia, o que demonstra a integração da cultura afro-brasileira nas festividades mais amplas da cidade.

O reconhecimento do trabalho dessas figuras e a participação ativa da comunidade no carnaval são testemunhos da vitalidade e da influência contínua das tradições afro-brasileiras na vida cultural da Praça 14 de Janeiro. A presença de líderes como Mãe Marina e Manoel Paixão, junto com a participação no carnaval, sublinha a importância de manter e celebrar as tradições culturais e religiosas que definem a identidade da comunidade.

Ao falar da incrementação da participação da comunidade nos desfiles de Carnaval, Carlos Augusto menciona a escola de Samba Vitória Régia, a mesma foi fundada em 1º de dezembro de 1975, na Rua Jonathas Pedrosa, no bairro do Jaqueirão, na Praça 14 de Janeiro. Trazendo em seus enredos importantes questões sobre o movimento negro como apresentado no Jornal do Comércio, no caderno Geral em 21 de fevereiro de 1980:

> Paulista, Chiquinha e muitas outras desfilaram na passarela organizada pelo Roberto Carreira para tantas quantas quisessem dela desfrutar na noite que ficou escrita no Carnaval 20. De avenida João Alfredo pouco pode ser descrito aqui pois tudo que se imaginou aconteceu: A Falta de segurança, a que dá daquele marco da entrada e outros ziriguidum aconteceram para a plateia ir pra casa outra vez desejar um espetáculo rico de cores. Quem salvou a pátria foi a Escola de Samba Vilória Regia com os guias do candomblé representados em seus carros alegóricos de Gliff de Almelda entre os brincantes dessa "Escola que dá um pouco de si para o carnaval amazonense tendo à sua frente a figura de Nuno Cunha nosso conhecidíssimo amigo. (Jornal do Comércio, Caderno Geral, 21 de fevereiro de 1980).

A descrição da festa de carnaval organizada por Roberto Carreira destaca a exuberância e os desafios da noite, em que a Escola de Samba Vilória Régia se destaca como um ponto alto. A passarela, que ofereceu a muitos uma oportunidade de brilhar, não conseguiu escapar dos problemas típicos de grandes eventos, como a falta de segurança e outros imprevistos que marcaram a celebração. Apesar dessas dificuldades, o espetáculo de cores e alegria continuou a encantar o público.

A Escola de Samba Vilória Régia, com seus carros alegóricos e a presença dos guias do candomblé, teve um papel fundamental em salvar a festividade, trazendo uma representação significativa da cultura afro-brasileira para o carnaval amazonense. Os carros alegóricos, com temas relacionados ao candomblé, proporcionaram um espetáculo rico em simbolismo e tradição, destacando a importância das raízes culturais africanas no contexto carnavalesco.

Nuno Cunha, uma figura conhecida e respeitada, também foi mencionado como um elemento importante da escola, contribuindo para o sucesso da apresentação. Sua presença e a

contribuição da Vilória Régia ajudaram a transformar a noite de carnaval em um evento memorável, mesmo diante dos desafios enfrentados.

Em Manaus, o samba teve um papel importante para o movimento negro, foi uma forma de valorizar e divulgar a história e as tradições do Quilombo Urbano Barranco de São Benedito, para Hall (2003, p. 324), o estilo, a música e o corpo negro irrompem novas estratégias subterrâneas de recodificação e transcodificação da cultura, bem como significação crítica e como um ato de significar a partir de materiais preexistentes. Mesmo sendo um gênero resultante das estruturas musicais híbridas, foi com os símbolos da cultura negra que o samba se tornou expressão musical em todo o Brasil. O samba foi uma forma de afirmar a presença e a contribuição do povo negro para a formação da sociedade amazonense, que muitas vezes era invisibilizada ou negada. (Munanga, 2006).

As perspectivas culturais são amplas, o movimento negro organiza suas ações principalmente através da capoeira, da dança e de atividades que rememoram a resistência do povo negro e sua cultura, com grupos de Afoxé e apresentação de dança do espetáculo "Fragmentos", em texto do Jornal do Comércio, Caderno Cidade de 09 de abril de 1988, com título "Cultura negra fará show pela Abolição".

> No próximo dia 13 de maio, a Comissão Estadual da Programação do Centenário da Abolição (Procen-AM) dá prosseguimento às atividades educativas e culturais e comemora a libertação dos escravos. O assessor da comissão do Procem, Carlos Santiago, revelou que embora "em ressonância, abaixo da classe média e fora das principais capitais" o movimento negro obteve vitórias.
>
> Com início previsto para as 16 horas, dia 13, os festejos comemorando a Abolição da Escravatura incluem o lançamento do jornal do Movimento Alma Negra (Moan), além da abertura de praxe pelo presidente estadual do programa, Nestor Nascimento. Na ocasião, será lançado oficialmente o calendário estadual do programa a ser realizado durante o ano de 1988.
>
> Um show de capoeira da Associação dos Capoeiristas do Estado do Amazonas iniciará a parte de shows, por volta das 19 horas. A programação pros segue com a apresentação do espetáculo de dança Fragmentos, da Superintendência Cultural do Teatro Amazonas. (Jornal do Comércio, Caderno Cidade, 09 de abril de 1988).

(Figura 14 - Espetáculo de dança Fragmentos. Fonte: Imagem cedida por Cléia Alves)

A dança também foi uma forma de expressão artística, cultural e social que teve um papel importante para o movimento negro em Manaus, na imagem acima temos o espetáculo de dança "Fragmentos", mencionado no Jornal do Comércio, Caderno Cidade de 09 de abril de 1988, a imagem foi cedida por Cléia Alvez, que em sua fala menciona a dança como um importante espaço para a sua formação e atuação no movimento negro:

> Eu sou artista né, trabalho com vários segmentos artísticos da minha primeira formação e a minha primeira trajetória dentro do movimento artístico foi com dança né, tive aí toda uma trajetória com dança e esse período foi que eu tive que ter os contatos com movimento negro né, principalmente com Nestor Nascimento, nessa época da década de 80, 88 principalmente foi nessa época que eu conheci né o movimento negro e aí dentro disso eu fui envolvendo por várias outros segmentos né música, movimento cultural, capoeira, fui cantar e isso sempre atrelando com a dança. (Cléia Alves)
>
> A própria dança, que era o GEDAM, o grupo espaço de dança do Amazonas, o primeiro grupo de dança de Manaus que naquela época era experimental ainda. E esse grupo ele já trabalhava com essa temática né, com as canções de Milton Nascimento né, de Chico Buarque, a gente estava saindo no período ditadura, naquela época anos 80, então isso já era um estilo já era um estimulo pra essa caminhada para essa questão mesmo movimento negro né. (Cléia Alves)

O espetáculo de dança "Fragmentos", mencionado no Jornal do Comércio em 9 de abril de 1988, representa um exemplo significativo da expressão artística e cultural ligada às religiões

de matriz africana em Manaus. Na imagem cedida por Cléia Alves, vemos mulheres vestidas com roupas típicas dessas religiões: um pano de cabeça, ou Ojá, e uma saia branca, que são costumeiramente usadas em rituais e celebrações afro-brasileiras. Esses trajes não são apenas elementos visuais, mas carregam profundas significações culturais e espirituais.

A dança, como é o caso de "Fragmentos", desempenhou um papel crucial na articulação e fortalecimento do movimento negro em Manaus. Na década de 1980, a dança era mais do que uma forma de expressão artística; era um meio de reivindicação cultural e social, e também um espaço de resistência e identidade para a comunidade afro-brasileira.

Cléia Alves, uma figura central na cena artística e cultural de Manaus, compartilha que sua trajetória começou com a dança e que foi nesse contexto que se envolveu com o movimento negro. Segundo Alves, o grupo de dança GEDAM (Grupo Espaço de Dança do Amazonas) foi pioneiro na cidade, sendo o primeiro grupo experimental a incorporar temas relacionados ao movimento negro em suas apresentações. Esse grupo utilizava músicas de artistas como Milton Nascimento e Chico Buarque, refletindo uma transição política e cultural significativa que ocorria no Brasil pós-ditadura.

O envolvimento de Cléia Alves com o movimento negro através da dança também está associado ao seu contato com líderes do movimento, como Nestor Nascimento. Esse envolvimento não se limitou à dança, mas se expandiu para outros segmentos culturais, como a música e a capoeira, integrando diferentes formas de expressão artística em sua trajetória e na luta pelo reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira.

O espetáculo "Fragmentos", portanto, não apenas representa uma forma de expressão artística, mas também serve como um testemunho do papel da dança na construção e consolidação do movimento negro em Manaus. Ele evidencia como a arte pode ser um veículo poderoso para a afirmação cultural e para a luta social, refletindo a rica herança das tradições afro-brasileiras e seu impacto na vida comunitária e cultural da região.

Como mencionado por Cléia, o GEDAM foi um dos grupos de dança que se destacou nesse período, fundado em 1986 pela coreógrafa Conceição Souza. O GEDAM era um grupo de dança contemporânea que realizava espetáculos que abordavam temas como a escravidão, a resistência negra, a cultura afro-brasileira, a violência policial, o genocídio da juventude negra, entre outros. (Rosa, 2011) O grupo tinha como objetivo produzir e difundir a dança como forma de expressão artística, cultural e social, valorizando a diversidade e a identidade amazônica.

O GEDAM tem um histórico de engajamento em questões sociais, especialmente relacionadas ao racismo e à discriminação. O grupo já realizou espetáculos que abordaram

temas como a escravidão, a resistência negra, a cultura afro-brasileira, a violência policial, o genocídio da juventude negra, entre outros (Rosa, 2011).

> Então a gente participava de muitas manifestações, a gente era muito chamado né, por causa da temática que a gente encontrava né de dança, então a gente estava sempre junto então as pessoas viram os trabalhos assim "vamos vocês precisam estar com a gente para fortalecer" né, então o próprio grupo já era um grupo legal de debate político, de manifestação, a gente estava sempre nas praças e se ia ter uma manifestação falavam "chama o GEDAM da chama para dançar, para fazer uma manifestação, para fazer uma intervenção artística já com a música do Milton Nascimento falando, já com a música do Milton Nascimento, tipo dando um recado. (Cléia Alves).

O Grupo Espaço de Dança do Amazonas (GEDAM) destacou-se não apenas como um espaço de expressão artística, mas também como um importante veículo de engajamento social e político. Com uma trajetória marcada pelo compromisso com questões sociais, o GEDAM abordou em seus espetáculos temas cruciais como a escravidão, a resistência negra, a cultura afro-brasileira, a violência policial e o genocídio da juventude negra. Esses temas refletem a relevância do grupo na luta contra a discriminação e o racismo, utilizando a dança como uma ferramenta para a conscientização e o ativismo.

Cléia Alves, que esteve intimamente envolvida com o GEDAM, destaca como o grupo foi chamado frequentemente para participar de manifestações e intervenções artísticas devido à sua temática relevante e engajada. O GEDAM não se limitava a apresentações artísticas convencionais; seu trabalho incluía performances que tinham um forte componente político e social. As danças do grupo eram frequentemente acompanhadas por músicas de Milton Nascimento e outros artistas que ressoavam com as mensagens que o grupo desejava transmitir. Essas performances não apenas serviam como entreterimento, mas também educavam e mobilizavam o público sobre questões importantes, servindo como um meio de protesto e um chamado à ação.

O GEDAM se tornou um ponto de encontro para debates políticos e manifestações, refletindo o papel vital da arte como uma forma de resistência e protesto. A capacidade do grupo de utilizar a dança para abordar questões sociais e fomentar discussões sobre racismo e injustiça demonstra como a arte pode ser uma ferramenta poderosa para a mudança social. A participação ativa do GEDAM em eventos e manifestações não só fortaleceu sua posição como um grupo de destaque na cena cultural de Manaus, mas também reafirmou seu compromisso com a luta por justiça e igualdade.

O grupo contribui para o combate ao racismo e para a valorização da cultura negra na Amazônia, mostrando que a dança pode ser um meio de expressão, de denúncia, de celebração e de educação. Podemos portanto afirmar que a dança era uma forma de valorizar e divulgar a história e as tradições do povo negro na Amazônia, de denunciar e combater o racismo e a discriminação, de afirmar a identidade e a diversidade étnico-racial e cultural, de celebrar a resistência e a alegria, de promover a educação e a conscientização sobre a questão racial.

De mesmo modo o grupo Afoxé Malungo Dudu foi um dos primeiros grupos de afoxé do Amazonas. O grupo tinha como objetivo resgatar e difundir a cultura afro-brasileira na região, através da música, da dança, da religiosidade e da consciência política. (Silva, 2020). O grupo Afoxé Malungo Dudu teve uma atuação importante na década de 80, pois participou de vários eventos e movimentos culturais e sociais que valorizaram e fortaleceram a identidade negra na Amazônia.

No Jornal do Comércio, Caderno Cidade de 09 de abril de 1988, ainda falando sobre a Programação do Centenário da Abolição é elencada a participação do grupo:

> O grupo Afoxé Malungo Dudu fará parte dessa programação apresentando o show que inclui dança e música da cultura negra. Durante o intervalo acontecerá a chegada dos Filhos de Odé, um grupo que cultiva a cultura Afro-brasileira criado aqui em Manaus saindo em passeata do Siringal-Mirim até a Praça da Saudade. (Jornal do Comércio, Caderno Cidade de 09 de abril de 1988)

O grupo Afoxé Malungo Dudu desempenhou um papel crucial na promoção e preservação da cultura afro-brasileira no Amazonas, especialmente durante a década de 1980. Como um dos primeiros grupos de afoxé da região, seu objetivo era não apenas resgatar, mas também difundir as tradições afro-brasileiras através da música, dança e religiosidade, além de fomentar uma consciência política sobre as questões enfrentadas pela comunidade negra.

Na década de 1980, o Afoxé Malungo Dudu se destacou por sua participação em eventos e movimentos culturais que visavam valorizar e fortalecer a identidade negra na Amazônia. O grupo foi ativo na realização de eventos que celebravam a herança afro-brasileira, aproveitando a música e a dança para transmitir a riqueza da cultura negra e promover a conscientização sobre a importância dessas tradições.

Um exemplo significativo de sua atuação foi durante as comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, conforme relatado no Jornal do Comércio, Caderno Cidade de 09 de abril de 1988. Nessa ocasião, o Afoxé Malungo Dudu foi destacado como parte essencial da programação, apresentando um show que integrava dança e música afro-brasileira. A programação também incluía a chegada dos Filhos de Odé, um grupo que cultivava a cultura

afro-brasileira em Manaus, com uma passeata do Siringal-Mirim até a Praça da Saudade. Este evento demonstra a importância do Afoxé Malungo Dudu na articulação e celebração das tradições afro-brasileiras, além de seu papel em movimentar e engajar a comunidade local na valorização de sua herança cultural.

Na fala de Cléia, ela elenca a primeira participação que se recorda no grupo de Afoxé Malungo Dudu, recorda em sua fala que sua primeira participação foi como dançarina, período referente ao Centenário da Abolição:

> A primeira formação do Malungo Dudu foi no final da década de 80, que eu participei né, já eu acho que ele já tem uns 30 anos mas eu não lembro exatamente a data de quando foi a primeira formação, eu sei que eu entrei nessa formação né. Na época estava dançando muito né, era no Centenário da Abolição né. E aí o próprio KK Bonates ele me viu dançando com a Conceição Souza, e aí perguntou olha ela não não pode participar também com a gente dançando? Era as bailarinas da professora Conceição Souza, eu a Eva Brown e a Suzana Cláudia né.
>
> E como a gente já tinha essa movimentação afro que a gente dançava, então o Malungo tinha essa parte né, tem até hoje né essas temática, essas músicas de afoxé, de cultura popular, de samba, e aí ele me convidou, aí eu fiquei dançando. Até então no primeiro momento, a primeira formação, na minha primeira vez que eu participei, eu entrei dançarina, eu dançava só, dançava e cantava mais dançando lá com aquelas roupas coloridas, aquelas cangas né, tipo dançavam nessa época. (Cléia Alves)

A trajetória de Cléia Alves com o grupo Afoxé Malungo Dudu é um exemplo significativo do papel que a arte desempenha na afirmação e preservação da cultura afro-brasileira. Na década de 1980, Cléia começou sua participação no Afoxé Malungo Dudu, um dos pioneiros no Amazonas no resgate e promoção da cultura afro-brasileira, particularmente durante as festividades do Centenário da Abolição.

Na narrativa de Cléia, destacam-se dois aspectos importantes: sua entrada no grupo e a natureza das atividades que desenvolveu. Ela se lembra de ser convidada por KK Bonates para se juntar ao grupo, após uma performance notável ao lado de Conceição Souza e outras bailarinas. Esse convite não foi apenas uma oportunidade para Cléia exibir suas habilidades, mas também para contribuir para um projeto cultural significativo.

O Afoxé Malungo Dudu, sob a liderança de Bonates, ofereceu a Cléia uma plataforma para explorar e expressar a cultura afro-brasileira através da dança e da música. Inicialmente, Cléia se destacou como dançarina, participando de performances que incorporavam elementos tradicionais, como roupas coloridas e cangas, e que eram características das apresentações de afoxé da época.

Sua experiência no grupo reflete a importância do Afoxé Malungo Dudu na cena cultural de Manaus, especialmente no contexto das celebrações do Centenário da Abolição. O grupo

não apenas celebrou as tradições afro-brasileiras, mas também contribuiu para a visibilidade e valorização da cultura negra na região. As apresentações de Cléia e suas colegas, com suas expressões artísticas e simbólicas, ajudaram a fortalecer a identidade cultural da comunidade negra e a promover uma maior consciência sobre suas tradições e desafios.

Aqui inserimos a imagem cedida por Cléia de como eram as apresentações e vestimentas da época, em apresentação sua no FECANI – Festival da Canção de Itacoatiara, no qual a mesma se apresentou já participando dos movimentos sociais, as dançarinas da imagem usam as “cangas” mencionadas em sua fala, sobre as roupas também podemos identificar um estética culturalmente negra, que se constrói a partir do compartilhamento entre a cultura negra que organiza espaços como o Centro de Cultura e Arte Negra, criado em 1969 na cidade de São Paulo, que desencadeou a formação de outros grupos voltados para a temática afro-brasileira. (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, P. 282).

A imagem cedida por Cléia Alves, que mostra sua participação no FECANI – Festival da Canção de Itacoatiara, oferece um vislumbre das apresentações e vestimentas típicas da época, particularmente das dançarinas envolvidas no movimento cultural afro-brasileiro. Nas fotos, é possível observar a utilização das "cangas", uma peça de vestuário que, combinada com o uso de roupas coloridas e acessórios típicos, reflete a estética cultural afro-brasileira.

Essas vestimentas têm uma forte conexão com as tradições e expressões culturais negras, representando uma fusão de elementos visuais que foram se consolidando ao longo do tempo através do compartilhamento e da influência de movimentos e organizações dedicadas à promoção da cultura afro-brasileira. A estética apresentada na imagem é um reflexo do legado e da influência de espaços como o Centro de Cultura e Arte Negra, fundado em 1969 na cidade de São Paulo. Este centro foi um marco importante na formação de grupos culturais que destacaram a rica herança afro-brasileira e fomentaram a criação de espaços similares em outras regiões.

O Centro de Cultura e Arte Negra foi fundamental para a consolidação de uma identidade afro-brasileira visível e celebrada em várias formas de expressão artística, incluindo a dança, a música e a performance. A influência desse centro e dos movimentos que dele surgiram pode ser vista na maneira como as dançarinas se apresentam, evidenciando a construção de uma estética que é, ao mesmo tempo, culturalmente rica e distintiva.

(Figura 15 - Apresentação FECANI – Itacoatiara, 1993,
Fonte: Imagem cedida por Cléia Alves)

O grupo Afoxé Malungo Dudu foi um dos pioneiros na difusão da cultura afro-amazônica, contribuindo para a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial e cultural de Manaus. O grupo foi um exemplo de resistência e expressão artística do povo negro na região. Assim como essa expressão da estética negra é indissociável do plano político, do econômico, de percepção da diversidade e de afirmação étnica. Neusa Santos Sousa (Souza, 1987) nos lembra que ser negro é antes de tudo, tornar-se negro, ou seja é um processo que se constrói culturalmente, de acordo com as experiências vivenciadas pelo indivíduo no seio de relações sociais

Essas afirmações são perspectivas que o movimento negro construiu no país a partir de suas vivências. Entender o processo da abolição como algo que em nenhum momento garantiu a real liberdade dos escravizados é necessário para compreender, por exemplo, as desigualdades sociais e raciais vivas nas décadas de 70 e 80, como a disputa por terra, a resistência contra a carestia, a luta pelo reconhecimento de territórios quilombolas, e a defesa do movimento negro de se romper com a ideia de democracia racial, e de liberdade a partir da abolição, afirmando que essa liberdade só é conquistada com equidade de direitos, acesso à alimentação, moradia, educação, saúde e outros direitos básicos fundamentais.

1.3 AINDA SOBRE RAÇA: MOVIMENTO INDÍGENA E A LUTA POR DEMARCAÇÃO

A Conferência Nacional do Bispos Brasileiros (CNBB) colocou a questão da terra no centro da Campanha da Fraternidade de 1980: Terra de Deus, terra de irmãos. Um documento sobre a terra foi produzido para subsidiar a discussão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Fomentava-se nas periferias pobres das cidades brasileiras a discussão sobre a situação de pobreza que a maioria da população estava vivendo. Nas CEBs e na CPT foi se formando um conjunto de lideranças comunitárias que começaram a discutir seu futuro e suas utopias. A conquista da terra foi uma delas. Assim, com o aumento da pressão social, também cresceu a violência dos latifundiários, naquele momento praticada como recurso extremo para reter a propriedade privada capitalista da terra.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao colocar a questão da terra no centro da Campanha da Fraternidade de 1980 com o tema "Terra de Deus, terra de irmãos", destacou a importância crucial do acesso à terra e seus impactos na justiça social e na dignidade humana. O documento produzido pela CNBB visava promover uma reflexão aprofundada nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) sobre a condição de pobreza prevalente nas periferias urbanas e a necessidade de transformação social por meio da conquista e da justa distribuição de terras.

O foco da CNBB não se limitou apenas a uma análise teórica, mas promoveu uma discussão ativa sobre a reforma agrária e a redistribuição de terras como instrumentos fundamentais para o combate à pobreza e à desigualdade social. A Campanha da Fraternidade de 1980, ao colocar a questão da terra como um tema central, mobilizou lideranças comunitárias e ativistas para se engajarem na luta por direitos territoriais, refletindo um compromisso com a justiça social e a dignidade dos mais pobres. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tornaram-se espaços cruciais para a formação e mobilização de lideranças comunitárias, que começaram a articular suas utopias e estratégias para alcançar a conquista da terra.

No entanto, a crescente pressão social pela reforma agrária não ocorreu sem resistência. A reação violenta dos latifundiários, que usaram da força para manter a propriedade privada da terra, evidencia a profundidade dos conflitos gerados por essa disputa territorial. A violência dos latifundiários evidenciou a importância e a urgência da questão da terra, reforçando a

necessidade de uma reforma agrária abrangente e eficaz para garantir justiça social e econômica.

Paralelamente, a análise da participação política indígena revela um aspecto crucial da luta por direitos e representação. Em 4 de julho de 1985, o Jornal do Comércio destacou o desejo dos indígenas de buscar uma solução política dentro da Nova República, evidenciado pela candidatura de Álvaro Sampaio, um indígena tucano e coordenador da União Nacional dos Estudantes (UNE), à deputado federal. A Lei nº 6.001, conhecida como Estatuto do Índio, ainda tratava os indígenas como tutelados do Estado, limitando sua autonomia plena, mas permitia que exercessem atividades políticas. A candidatura de Sampaio representava uma tentativa de superar essas limitações e alcançar maior visibilidade e influência política para a causa indígena.

Em quadro do dia 04 de julho de 1985, Caderno Cidade, página 4, do Jornal do Comercio, sob o título "Índios querem solução com a Nova República":

> Apesar de permanecer em como tutelados do Estado já que até o momento no país nenhum índio foi emancipado a lei de número 6001 do estatuto do índio não impede, apesar de suas inúmeras dualidades, que os indígenas exerçam atividades políticas, A exemplo do que já aconteceu em outros estados ponto no Amazonas, a concretização de fatos nesse sentido deverão ocorrer nas próximas eleições de 86 quando o índio tucano Álvaro Sampaio coordenador geral da uni deverá candidatar-se a deputado federal. Ele ainda não definiu seu partido, embora na semana passada tivesse insinuado ao jornal do comércio uma certa simpatia pelo partido dos trabalhadores, o PT. (Jornal do Comércio, 04 de julho de 1985, caderno Cidade, página 4).

(Figura 16 - Jornal do Comércio, 04 de julho de 1985, Caderno Cidade, p. 04).

A matéria publicada no Jornal do Comércio em 4 de julho de 1985, no Caderno Cidade, revela um momento significativo na trajetória política e social dos povos indígenas no Brasil, especialmente no Amazonas. Com o título "Índios querem solução com a Nova República", o texto discute a situação dos indígenas no contexto da Nova República, que havia iniciado com a redemocratização do Brasil após o regime militar.

O quadro destaca a situação dos indígenas como "tutelados" do Estado, uma referência ao fato de que, apesar de serem reconhecidos em termos legais, ainda não haviam conquistado plena autonomia e emancipação. A Lei nº 6.001, conhecida como Estatuto do Índio, que havia sido promulgada em 1973, estabelecia uma série de normas que visavam regulamentar a vida dos povos indígenas, mas também perpetuava um modelo de tutela que limitava sua autonomia política e social.

No entanto, a matéria aponta que, apesar das limitações impostas pelo Estatuto, os indígenas tinham a possibilidade de exercer atividades políticas. Isso é exemplificado pela candidatura de Álvaro Sampaio, um indígena tucano que, na época, era coordenador geral da UNI (União Nacional dos Estudantes) e estava se preparando para se candidatar a deputado federal nas eleições de 1986. A notícia destaca a simpatia de Sampaio pelo Partido dos Trabalhadores (PT), um partido que, na época, estava começando a ganhar força e a se afirmar como uma alternativa política àqueles que eram os partidos tradicionais.

A escolha do Partido dos Trabalhadores (PT) como uma possível plataforma política por Sampaio refletia o crescente alinhamento entre movimentos indígenas e a agenda de transformação social promovida por partidos de esquerda. Esse alinhamento destacava a interseção entre a luta pelos direitos territoriais e a busca por uma representação política mais eficaz.

O texto revela um momento de transição e de busca por novas formas de representação e de reivindicação política por parte dos povos indígenas. A candidatura de Álvaro Sampaio simboliza uma tentativa de maior inserção e influência indígena na esfera política nacional, buscando soluções e melhorias para as questões que afetam diretamente as comunidades indígenas no Brasil. Esse movimento se insere em um contexto mais amplo de busca por reconhecimento e direitos, que se tornaria cada vez mais relevante na agenda política brasileira nos anos seguintes.

As propostas mais recorrentes nessas discussões giraram em torno de temas como o respeito à identidade étnica, o direito às terras e seu subsolo, e o fim do regime de tutela. Esses três temas estavam diretamente relacionados ao contexto histórico, em que se destacava: um projeto do Estado para os indígenas que era integracionista, ou seja, guiado pela perspectiva de integrar os indígenas à comunhão nacional, descaracterizando-os etnicamente; o problema de terras indígenas tomadas por particulares ou mesmo por iniciativas governamentais, como a Transamazônica, e seu subsolo, cobiçado por empresas de mineração; e o regime de tutela, que considerava os indígenas apenas como parcialmente capazes perante a lei, sendo tutelados pelo Estado, o que fazia com que não fossem considerados cidadãos de direito (Gomes) 2012; Brasil, 2014).

Assim, a análise dessas questões revela como a luta pela terra e a busca por representação política estão intrinsecamente ligadas. A Campanha da Fraternidade de 1980 e a participação política indígena demonstram a importância de abordar a questão da terra e a autonomia política como elementos centrais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As iniciativas da CNBB e de líderes indígenas destacam a necessidade de enfrentar as desigualdades estruturais e promover a justiça social por meio da redistribuição de terras e da inclusão política, refletindo um compromisso com a dignidade e os direitos humanos em um contexto de profunda transformação social e política.

Em quadro do dia 20 de abril de 1985, Caderno Cidade, página 4, do Jornal do Comercio, sob o título “Índios querem solução com a Nova República”:

> Em homenagem ao dia do Índio, que transcorreu ontem, a assembleia legislativa, acatando proposta do deputado João Pedro, do PMDB, realizou uma sessão especial com a participação de representantes das comunidades indígenas, Universidade do Amazonas, conselho indigenista missionário e fundação nacional do Índio, os quais fizeram uma exposição a respeito da arte atual situação dos primeiros habitantes da nossa terra, tendo as entidades de apoio aos índios pedido maior atenção a esta comunidade na Nova República. (Jornal do Comércio, 20 de abril de 1985, Caderno Cidade, p. 04).

O quadro do Jornal do Comércio, datado de 20 de abril de 1985, no Caderno Cidade, traz uma reportagem sobre as celebrações do Dia do Índio e a atenção que foi dada à causa indígena na Assembleia Legislativa. O título "Índios querem solução com a Nova República" reflete o desejo das comunidades indígenas por uma maior consideração e avanço em seus direitos e condições na nova era democrática do Brasil.

Na data mencionada, foi realizada uma sessão especial na Assembleia Legislativa, promovida pelo deputado João Pedro do PMDB. Este evento contou com a presença de uma diversidade de representantes e entidades voltadas para a causa indígena, incluindo membros das comunidades indígenas, a Universidade do Amazonas, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O encontro teve como objetivo expor e discutir a situação atual das comunidades indígenas, destacando a importância de uma maior atenção e suporte para esses povos no contexto da Nova República.

No texto alguns sub tópicos chamam atenção, "Povos ameaçados", "Governador contra", em que se lê:

> Representando o Cimi falou Egydeo Shwade, quem discorreu, na sua exposição, sobre a questão de Balbina, em que segundo ele, ameaça a sobrevivência dos povos Waimiri Atroari tendo-se reportado a seguir a respeito de um documento encaminhado às entidades internacionais preocupadas com a sorte desses índios, antes o iminente perigo que pesa sobre a sua reserva com a formação do reservatório da referida hidrelétrica. (Jornal do Comércio, 20 de abril de 1985, Caderno Cidade, página 4).
>
> O líder do PDS, deputado Valdir Barros, ao fazer saudação aos índios, pela passagem de sua data máxima, passou a interpelar os participantes como convidados da sessão especial em torno das questões levantadas em plenário, e depois a respeito de declarações feitas pelo governador Gilberto Mestrinho contra os defensores da comunidade indígena. o parlamentar quis saber dos conferencistas se é verdade as informações veiculadas à imprensa através da polícia Federal, sobre o cicuma do alto Solimões, acusados de participarem do plantio de Equador, na produção e comercialização de cocaína, mas não obteve a resposta devido à proibição pelo regimento interno da casa. outra pergunta no episódio da invasão das terras indígenas de surucucu, em Roraima, a Funai acusou políticos amazonenses de suspeito no patrocínio dessa invasão. Foi dito aqui que foram encontradas armas na Seseg. Teria sido

> o governo do Amazonas o agente promotor dessas invasões? (Jornal do Comércio, 20 de abril de 1985, Caderno Cidade, página 4).

O contexto histórico brasileiro das décadas de 1970 e 1980 foi crucial para o fortalecimento e rearticulação de diversos movimentos sociais, incluindo o movimento indígena. Durante esse período, o país enfrentou um recrudescimento das forças da ditadura militar instaurada em 1964, caracterizado por uma crescente repressão política e social. No entanto, essa conjuntura adversa também catalisou uma série de resistências e reações que moldaram a trajetória de luta por direitos e justiça social, culminando nas importantes conquistas da Constituição Federal de 1988.

A crise econômica que atingiu o Brasil no início dos anos 70 teve um impacto profundo sobre a sociedade, exacerbando as desigualdades e intensificando a mobilização de movimentos sociais. Os movimentos tradicionais, como os de trabalhadores e estudantes, intensificaram suas atividades, e novas formas de organização social emergiram em resposta às diversas formas de exclusão e injustiça. O movimento indígena, em particular, ganhou destaque ao se posicionar como um ator crucial na luta por direitos e reconhecimento.

O relatório de 20 de abril de 1985 do Jornal do Comércio evidencia o papel ativo do movimento indígena nesse contexto. A sessão especial na Assembleia Legislativa, realizada em homenagem ao Dia do Índio, demonstrou a crescente visibilidade e influência das questões indígenas. A presença de representantes de entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a discussão sobre temas críticos, como o impacto da construção da Hidrelétrica de Balbina sobre os Waimiri Atroari, refletem o engajamento dos indígenas na luta por seus direitos e pela preservação de suas terras e culturas.

A intervenção de Egydeo Shwade, que denunciou a ameaça representada pela Hidrelétrica de Balbina, demonstra preocupação com as consequências ambientais e sociais para os povos indígenas. A discussão sobre as denúncias envolvendo a produção e comercialização de cocaína e a invasão de terras indígenas revela as tensões e desafios enfrentados pelos movimentos indígenas na defesa de seus territórios e na resistência a práticas prejudiciais.

O período também foi marcado por uma reavaliação das políticas de desenvolvimento e pela busca de uma maior inclusão e justiça social. O movimento indígena, assim como outros movimentos sociais emergentes, desempenhou um papel significativo na formulação das reivindicações que seriam incorporadas na Constituição de 1988. A Constituição Federal de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã, representou um marco na formalização

dos direitos dos povos indígenas e na garantia de sua participação nas decisões que afetam suas vidas e territórios.

Nesse contexto, pensando o momento histórico brasileiro, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas fortemente pelo recrudescimento das forças da ditadura de 1964, período que é enfrentado de forma não homogenia por muita resistência naqueles anos, rearticulando o saldo dessas inúmeras conquistas e vitórias na proposição do que veríamos aprovado em 1988 na Constituição Federal Cidadã. Logo, a forte crise econômica que assolará o país, ainda no início dos anos setenta, será responsável pelo ressurgimento, não apenas dos movimentos sociais mais tradicionais (como o movimento de trabalhadores, estudantes e outros), mas também de novas formas de organização social (contra diversas perspectivas da exclusão) que vislumbrarão então a possibilidade de mudanças sociais e políticas concretas no período, sendo sujeito histórico forte e presente nesse processo o movimento indígena se faz presente com diversos setores como a Pastoral da Terra para reivindicar seus direitos.

De acordo com Munduruku, "a organização [do movimento indígena] começou a ocorrer efetivamente no início dos anos 1970, quando o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à CNBB, passou a atuar como idealizador e realizador de assembleias de chefes indígenas" (Munduruku, 2012, p. 112). Ainda segundo o autor, "era propósito do CIMI que os indígenas presentes também tomassem consciência de seu papel histórico na transformação da sociedade" (Munduruku, 2012, p. 112).

Em quadro do dia 06 de fevereiro de 1985, caderno Nacional, página 7, do Jornal do Comercio, sob o título "Índios em pé de guerra na Transamazônica":

> A Transamazônica poderá ser interditada hoje pelos índios Apinagés e mais 600 garimpeiros de outras tribos que uniram-se a eles para reiniciar, hoje a demarcação de suas terras. às 8:30 de hoje sobre a chefia do cacique Raoni. os índios tentaram isolar uma área de 143.600 hectares em disputa com fazendeiros e posseiros. (Jornal do Comércio, 06 de fevereiro de 1985, caderno Nacional, p. 07).
>
> (...) sendo controlados pelo cacique Francisco, que reuniu seus guerreiros, prometendo começar o dia, com uma grande concentração disposta a repelir a força qualquer tentativa de adiamento da demarcação, referindo-se ao presidente da FUNAI Francisco afirmou:
>
> — marabuto precisa saber que índio não é santo para viver de promessa - disse." (Jornal do Comércio, 06 de fevereiro de 1985, caderno Nacional, p. 07).

No quadro de 06 de fevereiro de 1985, do Jornal do Comércio, a situação dos indígenas na Transamazônica é destacada com uma forte mobilização liderada pelos índios Apinagés e outros grupos, incluindo garimpeiros de diferentes tribos. Eles se uniram para reiniciar a demarcação de suas terras, uma área de 143.600 hectares que estava em disputa com fazendeiros e posseiros.

O cacique Raoni, conhecido por seu ativismo e liderança, estava à frente desse movimento, destacando a importância da demarcação para a proteção de seus territórios. Por outro lado, o cacique Francisco, que também liderava uma parte do movimento, fez uma declaração contundente, dizendo que "índio não é santo para viver de promessa". Essa frase reflete a frustração e desconfiança dos indígenas em relação às promessas não cumpridas pelas autoridades, como o presidente da FUNAI.

Esse episódio é um exemplo da resistência indígena em um momento crucial para a história do Brasil. A mobilização dos povos indígenas na Transamazônica e sua luta para garantir a demarcação de suas terras são emblemáticas de um período de crescente organização e visibilidade dos movimentos indígenas. Essa luta foi fundamental para o reconhecimento de seus direitos e para as mudanças legislativas que seriam consolidadas na Constituição de 1988.

Desse modo, com a “tomada de consciência” das lideranças indígenas, que passaram elas próprias a organizar assembleias, surge em meados de 1980 a União das Nações Indígenas. Seu propósito era “manter um diálogo com as lideranças regionais, locais e com o Estado, para tornar visível sua existência e para mostrar que era possível construir uma aliança permanente entre os povos para a luta por seus direitos” (Munduruku, 2012, p. 114). Para alcançar seus objetivos as primeiras lideranças concentraram-se, em um primeiro momento, em Brasília e São Paulo.

Em quadro do dia 2 de junho de 1985, Caderno Cidade, página 3, do Jornal do Comercio, sob o título “UNI reunirá tribos do Amazonas”:

> Chegará hoje o coordenador da União das nações indígenas une, o índio tucano Álvaro Sampaio. Ele manterá contatos com as comunidades indígenas do baixo Amazonas, Solimões Rio Negro, onde está havendo a ocorrência por parte de garimpeiros brancos em áreas indígenas. a demarcação das áreas indígenas é um dos pontos a serem determinados de imediato, diante da possibilidade de implantação de uma reforma agrária ponto em razão disso, o conselho indigenista missionário e a Fetagri já tem suas reivindicações e posições, inclusive com critérios antropológicos sobre o que significa indianidade”. (Jornal do Comércio, 2 de junho de 1985, Caderno Cidade, p. 03).

O trecho do Jornal do Comércio de 2 de junho de 1985, que relata a chegada do coordenador da União das Nações Indígenas (UNI), Álvaro Sampaio, ao Amazonas, destaca um momento significativo no contexto da luta pela demarcação das terras indígenas e pela defesa dos direitos das comunidades tradicionais. A visita de Sampaio às comunidades indígenas dos rios Baixo Amazonas, Solimões e Rio Negro, que enfrentavam a invasão de garimpeiros brancos, destaca o enfrentamento dos conflitos de terra e a crescente pressão sobre os territórios indígenas.

O foco principal da visita de Álvaro Sampaio era a demarcação das áreas indígenas, um ponto crucial para a proteção dos direitos territoriais das comunidades tradicionais. A invasão de garimpeiros nas terras indígenas não apenas ameaçava a integridade ambiental desses territórios, mas também colocava em risco a sobrevivência cultural e física das comunidades locais. O problema de garimpeiros invasores evidencia a constante luta das comunidades indígenas contra forças externas que buscam explorar seus recursos naturais sem respeito pelas suas terras e modos de vida.

O trecho também menciona a possibilidade de implantação de uma reforma agrária, que adiciona uma camada complexa à questão da demarcação das terras indígenas. A reforma agrária, voltada para a redistribuição de terras para pequenos agricultores e para a justiça social, pode impactar diretamente a forma como as terras indígenas são reconhecidas e protegidas. Nesse contexto, a demarcação das terras indígenas torna-se um elemento crucial para assegurar que as comunidades tradicionais possam manter seu território e sua autonomia frente aos interesses de exploração externa.

Além disso, a presença do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) no processo de reivindicação e posicionamento sobre a indianidade demonstra a articulação entre diferentes organizações na defesa dos direitos indígenas. Essas organizações desempenham um papel vital em oferecer suporte técnico e político para as comunidades, utilizando critérios antropológicos e jurídicos para reforçar a legitimidade das reivindicações indígenas.

O envolvimento de Álvaro Sampaio e a mobilização de organizações indígenas e de apoio indicam uma crescente conscientização e articulação das comunidades para enfrentar os desafios relacionados à demarcação de terras e à proteção contra a invasão de garimpeiros. A atuação de líderes indígenas e organizações parceiras reflete um esforço coordenado para garantir que os direitos territoriais sejam respeitados e que as comunidades indígenas possam preservar sua cultura e sua terra em face das pressões externas.

Assim, a visita de Álvaro Sampaio e o debate sobre a demarcação das áreas indígenas destacam a complexidade da luta pela terra no Brasil, o em que questões de justiça social, direitos humanos e preservação cultural se entrelaçam. O contexto descrito revela a importância de um diálogo contínuo e de ações concretas para assegurar a proteção dos territórios indígenas e para enfrentar as ameaças externas que comprometem a integridade dessas comunidades.

A UNI/Unind foi a primeira tentativa por parte de indígenas no Brasil de se organizarem em âmbito nacional com o propósito de articular todos os povos indígenas localizados em território nacional em torno de problemas e demandas comuns. À parte as dificuldades quanto às dinâmicas e tentativas de atuações convergentes, algumas de suas lideranças desempenharam a função de reverberar os posicionamentos políticos em âmbitos e fóruns estratégicos, que ecoaram no texto constitucional e em políticas públicas posteriores.

No quadro de 2 de junho de 1985 do Jornal do Comércio, o foco está na chegada de Álvaro Sampaio, coordenador da União das Nações Indígenas (UNI). Sampaio estava em visita às comunidades indígenas do baixo Amazonas, Solimões e Rio Negro, regiões em que a presença de garimpeiros brancos estava ameaçando as terras indígenas. A demarcação dessas áreas era uma prioridade urgente, especialmente considerando a iminente reforma agrária.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura já tinham preparado suas reivindicações e posicionamentos sobre o assunto, incluindo critérios antropológicos sobre o conceito de indianidade. Essas discussões estavam diretamente ligadas ao fortalecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e ao enfrentamento das ameaças externas, como a exploração mineral nas terras tradicionais.

No quadro de 6 de junho de 1985, do Jornal do Comércio, a crítica direcionada à Fundação Nacional do Índio (Funai) reflete a insatisfação com a sua atuação no contexto dos povos indígenas. A Funai era vista como uma instituição que deveria promover políticas indigenistas eficazes e respeitosas, mas, de acordo com o documento final da reunião da União das Nações Indígenas (UNI), estava falhando nesse papel. A crítica era que a Funai estava mais voltada para o "empreguismo" e o "clientelismo de estado" do que para a proteção e promoção dos direitos indígenas.

O documento, intitulado "Morte e Vida dos Povos Indígenas na Amazônia", foi elaborado durante uma reunião da UNI em Manaus e assinado por Álvaro Sampaio, Gabriel Gentil e Raimundo Ferreira de Souza Dico. Esse documento foi planejado para servir como um subsídio para discussões sobre a questão indígena brasileira na Assembleia sobre Direitos Humanos em Genebra, marcada para agosto daquele ano.

Em quadro do dia 06 de junho de 1985, Caderno Cidade, página 4, do Jornal do Comercio, sob o título “Funai é criticada pela união indígena”:

> A Funai deveria ser executora de uma política indigenista consequente, primando pela dignidade dos povos indígenas, e não como uma agência de empreguismo, suscitando no meio dos índios, o clientelismo de estado ponto este, é um dos parágrafos do documento final da reunião da organização das nações indígenas ocorrida em Manaus no período de 3 a 5 desse mês. o documento, assinado pelo coordenador da uni, índio tucano Álvaro Sampaio e também por Gabriel Gentil e Raimundo Ferreira de Souza dico, intitula-se morte e vida dos povos indígenas na Amazônia, e será um dos subsídios para a questão indígena brasileira, que será discutida em Genebra na assembleia sobre direitos humanos em agosto próximo. (Jornal do Comércio, 06 de junho de 1985, Caderno Cidade, p. 04).

O trecho do Jornal do Comércio de 6 de junho de 1985 revela um momento significativo na trajetória da luta pelos direitos indígenas no Brasil, evidenciando as tensões entre as expectativas das comunidades indígenas e as práticas institucionais. O documento intitulado “Morte e Vida dos Povos Indígenas na Amazônia”, elaborado durante uma reunião da União das Nações Indígenas (UNI) em Manaus e assinado por Álvaro Sampaio, Gabriel Gentil e Raimundo Ferreira de Souza Dico, representa um esforço das lideranças indígenas para promover um debate sobre a questão indígena em uma esfera internacional.

O documento, planejado para ser apresentado na Assembleia sobre Direitos Humanos em Genebra, destaca a importância da visibilidade e do reconhecimento das questões indígenas no cenário global. A escolha de levar a discussão para uma plataforma internacional reflete a urgência e a seriedade com que as lideranças indígenas encaravam os problemas enfrentados pelas suas comunidades. A tentativa de envolver uma audiência global demonstra um esforço para assegurar apoio e visibilidade para as reivindicações dos povos indígenas, muitas vezes negligenciadas ou mal compreendidas no contexto nacional.

A crítica à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) mencionada no trecho é particularmente significativa. O documento acusa a FUNAI de não cumprir adequadamente seu papel como defensora dos direitos indígenas, mas de agir como uma “agência de empreguismo” que fomenta o clientelismo estatal entre os indígenas. Essa crítica reflete um sentimento de frustração e desilusão com a forma como a FUNAI, uma instituição criada para proteger e promover os direitos dos povos indígenas, estava efetivamente funcionando na época. A crítica sugere que a FUNAI, ao invés de ser uma defensora ativa e eficaz dos direitos indígenas, estava mais preocupada com a administração interna e o emprego de seus funcionários, o que comprometeria sua capacidade de lidar com as necessidades reais das comunidades indígenas.

Esse confronto entre as expectativas das comunidades indígenas e a atuação da FUNAI exemplifica um problema mais amplo de desconexão entre as políticas públicas e as necessidades reais dos povos indígenas. As lideranças indígenas, representadas por Álvaro Sampaio e outros signatários do documento, estavam buscando uma abordagem mais respeitosa e eficiente para a gestão dos assuntos indígenas, que considerasse as especificidades e as realidades das comunidades.

Além disso, o contexto da elaboração do documento e da crítica à FUNAI se insere em um momento histórico em que o Brasil estava passando por mudanças políticas e sociais significativas. A busca por maior autonomia e reconhecimento dos direitos indígenas estava alinhada com as mudanças na conjuntura política do país, no qual a chamada "redemocratização" e a luta por direitos civis estavam em alta.

Em suma, o documento "Morte e Vida dos Povos Indígenas na Amazônia" e a crítica à FUNAI refletem uma etapa crucial na luta pelos direitos indígenas, marcada por um desejo de maior representatividade e eficácia na defesa dos interesses das comunidades indígenas. A tentativa de levar essas questões para um fórum internacional e a crítica às instituições nacionais evidenciam a busca por uma abordagem mais justa e eficaz para enfrentar os desafios enfrentados pelos povos indígenas na Amazônia.

Lacerda (2007), explica que os indígenas ao não se sentirem representados pela agência indigenista passaram também a objetivarem estabelecer relações diretas com as autoridades do governo. Entretanto, as lideranças indígenas não eram encaradas com seriedade por parte das lideranças governamentais, de todo modo sempre evidenciavam as suas autoridades perante a sociedade não indígena. Essas lideranças indígenas não encaravam as suas diferenças como incapacidades, não compreendendo o porquê das recusas por parte das autoridades do Estado.

Em quadro do dia 10 de julho de 1985, Caderno Cidade, página 4, do Jornal do Comercio, sob o título "Fazendeiros Armados já preocupam a Igreja":

> É ridículo. Os grandes fazendeiros já estão armados desde 64, sempre estiveram à frente dessas matanças e agora estão aproveitando o momento para legitimar uma prática de muitos e muitos anos devidamente acobertada pelo governo! (Jornal do Comércio, 10 de junho de 1985, Caderno Cidade, p. 04).
>
> A afirmação é da representante da comissão pastoral da terra, Lucilene Lira, ao comentar a proposta do senador Saldanha derse, um grande latifundiário de Mato grosso, de armar todos os fazendeiros para evitar que sejam massacrados por posseiros. Segundo Lucilene, atual situação de conflitos espalhados por todo país, por ocupação de terra, já vem se arrastando a bastante tempo e que só agora foi evidenciada diante da impossibilidade de se deterem os avanços

> dos movimentos populares na busca de repartição igualitária dos milhares de hectares de terra improdutiva ou concentradas nas mãos de grandes empresas e latifundiários. (Jornal do Comércio, 10 de junho de 1985, Caderno Cidade, p. 04).
>
> A questão mais séria porém, como observou Lucilene são os projetos de colonização criados pelo governo, invariavelmente localizados em áreas de tensão, como projeto esperança e novo Aripuanã, que está sendo transferido para o projeto Juma na Transamazônica, no município de Apuí, instalados propositalmente em áreas indígenas, com vista a formar uma ocupação através de desocupações, nesse caso indígena. (Jornal do Comércio, 10 de junho de 1985, Caderno Cidade, p. 04).

O quadro de 10 de julho de 1985, do Jornal do Comércio, destaca a crescente tensão no campo relacionado ao conflito de terras e à militarização dos fazendeiros. Lucilene Lira, representante da Comissão Pastoral da Terra, criticou duramente a proposta do senador Saldanha Derse para armar os fazendeiros como uma forma de proteção contra posseiros. Lira considerou essa medida como uma tentativa de legitimar práticas violentas que, segundo ela, já eram comuns desde a década de 1960 e que agora estavam sendo exacerbadas.

Ela ressaltou que a situação de conflitos de terra, particularmente em áreas de colonização como os projetos Esperança e Novo Aripuanã, estava se agravando. Esses projetos, que estavam sendo transferidos para o projeto Juma na Transamazônica, eram frequentemente localizados em áreas de tensão, incluindo terras indígenas. O governo, ao estabelecer esses projetos em áreas indígenas, parecia estar fomentando a ocupação de terras e forçando desocupações, o que agravava ainda mais o conflito.

Lucilene destacou que a atual situação de conflito e ocupação de terras era resultado de uma longa trajetória de práticas injustas e de concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários, enquanto a sociedade enfrentava a crescente pressão dos movimentos populares por uma repartição mais justa e igualitária das terras.

O quadro publicado no Jornal do Comércio em 10 de julho de 1985 sublinha uma fase crítica nos conflitos de terra no Brasil, marcada pela crescente militarização dos fazendeiros e pela resposta da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A declaração de Lucilene Lira, crítica à proposta do senador Saldanha Derse de armar os fazendeiros, oferece um panorama da complexa e violenta realidade enfrentada pelos movimentos de luta por terra no país.

A proposta de armamento dos fazendeiros, defendida por Derse, representa uma abordagem radical e controversa para lidar com a violência e os conflitos de terra. Segundo Lira, essa medida visa legitimar práticas violentas que já eram endêmicas e acobertadas pelo governo. A crítica de Lira reflete uma percepção de que a militarização dos fazendeiros não é

uma solução para a violência rural, mas sim uma forma de intensificar e institucionalizar a repressão contra os movimentos de posseiros e trabalhadores rurais. Ao descrever a situação como “ridícula”, Lira aponta para a perpetuação de uma cultura de violência e impunidade que data desde a década de 1960, indicando que as práticas violentas dos fazendeiros foram historicamente apoiadas e até incentivadas pelo governo.

O contexto da discussão é crucial para entender as implicações da proposta de armar fazendeiros. Na época, o Brasil vivia uma intensa luta pela reforma agrária e uma redistribuição de terras, com uma crescente mobilização dos movimentos sociais para enfrentar a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários e latifundiários. A proposta de armar os fazendeiros surge como uma reação defensiva dos interesses poderosos, que buscam proteger suas propriedades e status frente à crescente pressão por mudanças estruturais na distribuição de terras.

Além da militarização, Lira destaca a questão dos projetos de colonização, como o Projeto Esperança e o Novo Aripuanã, que foram transferidos para a área da Transamazônica. A instalação desses projetos em áreas de tensão, muitas vezes sobre terras indígenas, é criticada por ser uma estratégia deliberada para desestabilizar comunidades locais e facilitar a ocupação por interesses agrários e econômicos. A crítica aponta para a utilização de políticas públicas como ferramentas de ocupação e controle, em vez de instrumentos para promover uma reforma agrária justa e equitativa.

A análise da situação descrita no artigo revela um cenário em que a violência e a militarização são usadas para preservar o status quo da propriedade e da distribuição de terras no Brasil. A reação das lideranças sociais e das organizações como a CPT é uma tentativa de denunciar e combater essas práticas, buscando uma solução que respeite os direitos dos trabalhadores rurais e das comunidades indígenas. O episódio destaca a profundidade dos conflitos de terra no Brasil e as tensões entre interesses poderosos e as demandas por justiça social e reforma agrária.

Portanto, o episódio de julho de 1985 é emblemático da luta contínua por uma reforma agrária justa no Brasil. A militarização dos fazendeiros e a crítica à política de colonização revelam as dificuldades e as estratégias conflitantes em jogo, refletindo a complexidade e a gravidade das disputas por terra no país. As críticas de Lucilene Lira e a situação descrita evidenciam a necessidade urgente de soluções que abordem de forma equitativa e justa as questões de posse e uso da terra, respeitando os direitos das comunidades afetadas e buscando uma resolução pacífica e sustentável para os conflitos.

As entidades indigenistas contribuíram significativamente para a luta indígena, embora estes devam ser vistos como os principais atores na conquista de seus direitos. João Pacheco de Oliveira elucida que o "o movimento ganhou ainda mais força e visibilidade, com os encontros passando a reunir também organizações não governamentais, antropólogos e outros interessados na temática indígena" (OLIVEIRA, 2016, p 277). Durante os primeiros anos de sua existência, o CIMI se apoiou em uma estrutura bastante informal, com ativistas motivados e fundos limitados. Sem uma doutrina estratégica bem definida, mas apenas uma orientação geral.

Com sede em Brasília e a maior parte de sua rede ativa no Mato Grosso, o CIMI então procurava estender seu alcance e desenvolver ramos regionais, modelados na estrutura administrativa da poderosa CNBB, na qual cada bispo é responsável por pastorais locais. Copiar este modelo era também uma estratégia para ganhar legitimidade frente à hierarquia católica. Em quadro do dia 5 de fevereiro de 1985, caderno Cidade, página 3, do Jornal do Comercio, sob o título "CIMI confirma invasão da reserva "Surucucu"."":

> Em entrevista coletiva prestada a imprensa, na tarde de ontem, o coordenador do conselho indigenista missionário em Manaus Victor kameyama, informou que entre 8 e 10 horas da manhã de ontem 65 garimpeiros haviam pousado na Serra do surucucus em Roraima onde vivem os índios Ianomami. Os garimpeiros usavam trajes do exército e utilizavam armas o que motivou o não impedimento de tal invasão pelo funcionário da FUNAI naquela área. (Jornal do Comércio, 5 de fevereiro de 1985, caderno Cidade, p. 03).
>
> Já no final da década passada quando a problemática indígena furtivamente vim à tona no país aqui em Manaus diversos grupos preocupados com a sobrevivência desses povos já elaboravam manifestos e documentos denunciando a situação em que poderiam chegar os yanomami com a iminência da entrada de mineradoras em seus territórios. (Jornal do Comércio, 5 de fevereiro de 1985, caderno Cidade, p. 03).
>
> (...) na oportunidade o coordenador do CIMI em Manaus e o bispo em Roraima foram unânimes em afirmar que os yanomami nação indígena recém-contada não terão possibilidades de sobreviver a uma investida tão brutal já que estão completamente vulneráveis as doenças da população envolvente e essa investida empresarial será inclusive, fatal para aqueles que ainda falam a sua língua de origem. (Jornal do Comércio, 5 de fevereiro de 1985, caderno Cidade, p. 03).

Em 5 de fevereiro de 1985, o Jornal do Comércio trouxe uma reportagem preocupante sobre a invasão da reserva indígena Surucucu, localizada em Roraima e habitada pelos índios Yanomami. O coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em Manaus, Victor Kameyama, revelou em uma coletiva de imprensa que, no período das 8 às 10 horas da manhã

do mesmo dia, cerca de 65 garimpeiros haviam desembarcado na Serra do Surucucu. Estes garimpeiros, equipados com trajes militares e armamentos, invadiram a área sem que a FUNAI pudesse impedir a ação, dado o nível de militarização dos invasores.

A invasão ocorreu em um contexto de crescente preocupação com a sobrevivência dos povos indígenas, especialmente os Yanomami, que estavam sendo ameaçados pela aproximação de mineradoras e pela exploração de seus territórios. O CIMI e o bispo em Roraima expressaram grave preocupação com a situação dos Yanomami, afirmando que a invasão não apenas representava uma violação de seus direitos territoriais, mas também uma ameaça direta à sua sobrevivência, devido à vulnerabilidade das comunidades indígenas às doenças e ao impacto ambiental causado pela mineração.

O CIMI, com sede em Brasília e uma rede principalmente ativa no Mato Grosso, estava tentando expandir sua atuação para outras regiões, adotando uma estrutura administrativa similar à da CNBB para ganhar legitimidade dentro da hierarquia católica. O Conselho estava mobilizado para denunciar e combater as agressões aos povos indígenas e suas terras, buscando chamar a atenção para a grave situação enfrentada pelos Yanomami e outros grupos indígenas ameaçados pela expansão econômica e mineradora na Amazônia.

O relato publicado pelo Jornal do Comércio em 5 de fevereiro de 1985 destaca um episódio crítico de invasão da reserva indígena Surucucu, habitada pelos Yanomami, e revela a profundidade das ameaças enfrentadas pelos povos indígenas no Brasil. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e suas tentativas de resposta a esta crise são o foco central da reportagem, que expõe a vulnerabilidade das comunidades indígenas diante das pressões externas e a complexidade dos desafios enfrentados na proteção de seus territórios.

A invasão da reserva Surucucu por garimpeiros, que ocorreram sob a cobertura de trajes militares e com o uso de armas, é um exemplo emblemático da forma como a exploração econômica pode impactar gravemente as comunidades indígenas. A ação dos garimpeiros, que agiram com impunidade, demonstra a falta de controle e proteção efetiva por parte das autoridades responsáveis, como a FUNAI. Este evento revela a fragilidade das instituições encarregadas da proteção dos direitos dos povos indígenas e a facilidade com que interesses econômicos podem superar medidas de proteção e regulamentação.

O CIMI, que na época buscava expandir sua rede e ganhar legitimidade ao adotar uma estrutura administrativa similar à da CNBB, desempenhou um papel crucial na resposta a essa crise. O relato de Victor Kameyama, coordenador do CIMI em Manaus, reflete a urgência e a gravidade da situação enfrentada pelos Yanomami. A invasão, que aconteceu rapidamente e

sem a devida reação das autoridades, expôs os riscos mortais para os Yanomami, que são particularmente vulneráveis a doenças trazidas por forasteiros e à destruição de seu habitat.

A estratégia do CIMI de copiar o modelo da CNBB, organizando ramos regionais e buscando maior legitimidade e eficácia, pode ser vista como uma tentativa de fortalecer a rede de apoio e de resposta às ameaças enfrentadas pelas comunidades indígenas. No entanto, a eficácia dessa estratégia é posta à prova diante de uma realidade em que a invasão e a exploração dos territórios indígenas continuam a ser um problema significativo. A falta de uma resposta rápida e eficaz por parte das autoridades pode ser interpretada como uma falha sistêmica na proteção dos direitos dos povos indígenas e na implementação de políticas públicas efetivas.

Além disso, o contexto mais amplo da questão indígena no Brasil, evidenciado por documentos e manifestos anteriores que alertavam sobre a iminência de mineradoras nos territórios indígenas, indica uma preocupação crescente e uma resposta insuficiente por parte do governo e das instituições responsáveis. A falta de ação efetiva e de proteção adequada contribui para a sensação de impotência e vulnerabilidade das comunidades indígenas diante das invasões e da exploração de seus territórios.

Em resumo, o episódio da invasão da reserva Surucucu evidencia a luta contínua dos povos indígenas no Brasil para proteger seus territórios e garantir seus direitos frente a pressões externas e interesses econômicos. A resposta do CIMI e as críticas à FUNAI destacam as dificuldades enfrentadas por essas organizações e a necessidade urgente de reformas e ações eficazes para proteger os direitos e a integridade das comunidades indígenas. A situação evidencia a necessidade de um compromisso mais sólido e coordenado para enfrentar os desafios relacionados à exploração e à violência contra os povos indígenas, garantindo assim a preservação de suas terras e culturas.

Dessa forma, os agentes indigenistas contribuíram com o movimento indígena não apenas com a legislação, “embora importante não pode ser vista como a realidade completa”, afinal fizeram registros e organizaram os indígenas para lutarem por seus direitos de maneira mais acertada, agindo a partir das decisões das lideranças indígenas, pois eram eles que sabiam das necessidades de seu povo e das dificuldades enfrentadas, assim “a história do indigenismo não é portanto dissociável da história indígena, simplesmente engloba mais atores” (Cunha, 2009, p. 130)

Portanto, o Movimento Indígena corresponde a uma parte das lutas e resistências da história dos povos indígenas, não se dando nesse período o início, mas o momento em que eles

saíram de suas comunidades se deslocando para as cidades, portando o conhecimento pelos seus direitos e os reivindicando, mesmo quando ainda estavam sob o sistema de tutela.

A etnicização trazida pelo CIMI originou mudanças na consciência de valores e representações de setores elitários que não costumavam considerar as culturas indígenas como um valor em si. Não obstante um paternalismo inerente, esta engenharia de movimento social criou o que veio a se tornar um forte movimento indígena. A influência do CIMI no movimento indígena também ficou marcada por falhas, geralmente porque os projetos que concebia eram afetados pelo culturalismo ou careciam da participação de sociedades indígenas.

Neste sentido, é preciso perceber que é nesse período que se consolida uma disputa entre dois projetos políticos divergentes no cenário brasileiro: um projeto político "democratizante", que teria como principais elementos propulsores os movimentos sociais nacionais das décadas de 1970/80 – que, por sua vez, possuem como marco fundador o restabelecimento da democracia formal e apostam na possibilidade da ação conjunta do Estado e sociedade civil em prol do aprofundamento democrático.

E, em contrapartida, um projeto neoliberal, que defenderia a necessidade do Estado brasileiro se isentar de seu papel garantidor de direitos sociais. A imprensa também disputa e é disputada por esses projetos, por isso sua importância para a análise da consolidação dos movimentos indígenas em Manaus, visando compreender sua atuação e organização, assim como consolidar novos debates históricos sobre a presença desses sujeitos em Manaus, visando também apresentar apontamentos sobre esses "novos sujeitos históricos" que se colocam na luta por demarcação de terras, saúde, educação e outras.

Ainda assim resistências, tradições e ancestralidades perduram, sobrevivem e resistem a esses processos, apontamos aqui a fala de Cila Reis (Maria Auxiliadora), que narra a trajetória de sua família, da vinda do Alto Solimões para Manaus e sua percepção sobre a sua ancestralidade:

> à princípio a minha ancestralidade toda é indígena dos Tikunas, né, porque vovó ela era uma espécie de pajé, né, aí eu tinha, assim, papai dava uns banhos em mim, né, de folha de muruca- mu–cu-ru-ca-á e sempre me rezava, né, me benzia e levava numa rezadeira, né, porque a… a minha mãe ela tinha mediunidade, né, e aí a geralmente passa de… é uma é uma herança que a gente que a gente… é… no nosso subconsciente tem já dentro da nossa cultura, né, vamos dizer assim, e eu não entendia muito essa minha ancestralidade, né, que era… que eu- por quê que papai, é, me dava banho, né, com folhas, é, por quê que ele me levava pra rezadeira, né, aí quando tinha alguma enfermidade na minha cabeça aí ela se proliferava rápido, assim, aí eu eu sentia, né, essa energia, como eu sinto até hoje, e não entendia por quê que essa minha ancestralidade não foi passada pra mim, porque a minha vó era Tikuna, eles moravam numa aldeia, e a na vin- na vinda pra cá toda, nesse processo

> todo de papai ter perdido a mamãe nova com quatro filhos, né, filhas, é, e ela estava grávida, né, de um menino que ele queria tanto, né, acho que foi toda essa perturbação que deixou ele, é, não muito esclarecedor, né, e aqui eu adquiri outras culturas, né, outros hábitos, outros costumes, e aí a gente não teve essa, é, é, é, essa- mas eu- eu- a gente sempre tem, né, a gente traz na nossa ancestralidade toda essa cultura que é… é, por exemplo, o quê que a gente faz, a gente a gente banha, né, ainda, de folhas, né, a gente gostava muito de tomar água em pote, né, aquela água fria que é o costume dos indígenas, quando a gente se banha a gente primeiro molha a cabeça, né, pra poder molhar o corpo, a gente tem várias culturas que traz que não foi passada pra mim, mas eu herdei eu- e hoje eu já compreendo como é que é essa minha ancestralidade que papai não teve, né, mamãe, é, mamãe morreu cedo, ela que era mais a… a questão de de cuidado e zelo, né. (Cila)

O depoimento de Cila revela uma forte conexão com sua ancestralidade indígena, especificamente dos Tikunas, e uma busca por compreensão e reconexão com suas raízes culturais. Ela menciona que sua avó era uma espécie de pajé, figura central nas tradições espirituais indígenas, e que seu pai continuou algumas dessas práticas, como banhos de ervas e rezas, transmitindo um legado espiritual e cultural que, apesar de fragmentado, permanece presente em sua vida.

Cila expressa uma certa frustração e perplexidade por não ter recebido diretamente a totalidade dessa herança ancestral, especialmente devido às circunstâncias difíceis que sua família enfrentou, como a morte precoce de sua mãe e o consequente impacto emocional em seu pai. No entanto, ela reconhece que, mesmo sem uma transmissão completa e consciente dessas tradições, elas ainda sobrevivem de forma sutil em seus hábitos e práticas cotidianas.

O relato também destaca a força das tradições indígenas que se mantêm vivas através de costumes simples, como o uso de banhos de folhas e a forma de se banhar, que, mesmo sem uma explicação clara ou uma transmissão formal, são práticas que continuam a ser valorizadas e entendidas como parte da identidade e da cultura herdada. A menção ao uso de potes de barro para beber água e a ordem de molhar a cabeça antes do corpo ao se banhar são exemplos dessas práticas que, embora possam parecer rotineiras, carregam um significado profundo de continuidade cultural.

Cila revela que, com o tempo, passou a compreender melhor essa ancestralidade, apesar de não ter tido um contato direto com todos os aspectos dela. Esse processo de entendimento e aceitação de sua herança cultural parece ser uma jornada pessoal, em que ela reconhece que, mesmo sem a presença física de seus antepassados para guiar diretamente, suas tradições continuam a influenciar sua vida de maneira significativa. Isso reflete a resiliência da cultura indígena, que persiste através das gerações, mesmo quando confrontada com desafios e rupturas.

Assim como, também podemos perceber uma ligação forte com a Igreja Católica, que desempenha no período um papel ativo junto aos movimentos sociais, sendo muitas vezes um espaço de luta e reinvindicação pensando na comunhão, no bem comum e na fé, que revelam as multiplicidades do território Amazônico, marcado pela presença de negros, indígenas, de muitas religiões que se entrelaçam.

> eu tive toda essa referência da Igreja Católica, né, que é- que… que ela era- como ela era monja beneditina, é, e o meu pai também, né, sempre tinha essa calma no coração dele devido à perda, né, da mãe, é… se fortificar, né, com a fé, com essa essas orações, sempre tinha esse ritual esse ritual na Igreja Católica, né, então por isso ele me levavam pra lá, né, eu sempre fui ativa e… e ela me levava também aí, enfim, aí depois eu cresci um pouquinho aí eu tinha que ir acompanhar minhas irmãs, porque elas já estavam na fase do namoro e o papai queria- enfim, resumo, eu ia pra eu vivia no círculo da igreja de manhã, de manhã com ele, a tarde com a minha tia e a noite com as minhas irmãs (risos), mas era assim, algo assim que eu não tinha assim uma, é… é, era bom, né, mas a minha ancestralidade sempre foi assim contemplação, né, eu ia mais pra questão de contemplação mesmo e enfim, compreender tudo o que estava que era muito confuso, né, na nossa adolescência muito confuso, ainda mais quando você não tem uma orientação materna, né, e aí como os pais queriam, é… o do ritmo dele (Cila)

Cila descreve uma experiência de vida marcada por uma forte presença da Igreja Católica, influenciada por sua família, especialmente seu pai e sua tia. A fé católica, transmitida por meio de rituais e orações, foi uma fonte de conforto e força para seu pai após a perda de sua mãe, e ele fez questão de inserir Cila nesse ambiente religioso.

Ela menciona que, desde jovem, participou ativamente das atividades da igreja, passando boa parte de seus dias em diferentes momentos e locais relacionados à prática católica, seja acompanhando o pai, a tia ou as irmãs. No entanto, apesar de estar imersa nesse contexto, Cila sugere que sua verdadeira conexão sempre esteve mais ligada à contemplação e a uma busca por compreensão, especialmente durante a adolescência, uma fase naturalmente confusa e ainda mais desafiadora sem a orientação materna.

Essa relação com a Igreja Católica parece ter sido uma maneira de buscar respostas e estabilidade em meio ao caos emocional que vivenciou, mas, ao mesmo tempo, ela reconhece a presença de sua ancestralidade indígena como uma força contemplativa em sua vida. A mistura dessas influências culturais e espirituais reflete a complexidade de sua identidade e a maneira como ela tentou conciliar esses diferentes aspectos ao longo de sua vida.

A relação entre a Igreja Católica e o movimento indígena no Brasil é marcada por complexidade e contradições, refletindo tanto a história de colonização quanto as transformações internas da Igreja ao longo dos séculos. Desde os primeiros momentos da colonização, a Igreja Católica desempenhou um papel central na evangelização das populações

indígenas, muitas vezes impondo valores europeus e tentando suprimir práticas culturais e religiosas indígenas. As missões católicas, espalhadas por diversas regiões, incluindo a Amazônia, buscaram converter os indígenas ao cristianismo e "civilizá-los" segundo os padrões europeus. No entanto, essa missão colonizadora não foi unânime dentro da Igreja.

Embora grande parte da atuação católica estivesse alinhada com os interesses coloniais, algumas figuras dentro da Igreja criticaram os abusos cometidos contra os indígenas e defenderam seus direitos. Um exemplo significativo dessa postura é Bartolomeu de Las Casas, que no século XVI denunciou a exploração violenta dos indígenas e defendeu seu tratamento humano. Essa divergência interna na Igreja Católica marcou o início de uma relação ambígua com os movimentos indígenas, que perdurou ao longo dos séculos.

Com o passar do tempo, especialmente no século XX, a postura da Igreja Católica em relação aos povos indígenas começou a mudar. O Concílio Vaticano II (1962-1965) incentivou uma maior abertura da Igreja para causas sociais e direitos humanos, o que influenciou a criação de organizações como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972. O CIMI adotou uma abordagem mais alinhada com a defesa dos direitos indígenas e a preservação de suas culturas, contrastando com as práticas anteriores de aculturação forçada. Ao longo das décadas seguintes, o CIMI tornou-se uma voz importante na denúncia de invasões de terras indígenas e de violência contra os povos indígenas, como no caso dos Yanomami em Roraima.

No entanto, a atuação do CIMI e de outros setores progressistas da Igreja não foi universalmente aceita dentro da própria instituição. Havia tensões entre alas conservadoras, que resistiam ao ativismo indígena, e setores mais progressistas, que viam na aliança com os povos indígenas uma forma de justiça social e de proteção ambiental. Essas divergências internas refletem a complexidade da relação da Igreja Católica com os movimentos indígenas, uma relação que, ao mesmo tempo em que colaborou com a colonização, também ofereceu suporte importante na luta pelos direitos indígenas.

Atualmente, essa relação continua a acontecer. O Papa Francisco, por exemplo, tem demonstrado apoio às causas indígenas, especialmente em questões ambientais e de direitos humanos. No Sínodo para a Amazônia, realizado em 2019, ele destacou a importância de proteger a Amazônia e seus povos, reconhecendo os danos causados pela colonização e pelo desenvolvimento predatório na região. No entanto, a Igreja Católica ainda enfrenta desafios internos, com setores conservadores criticando o que veem como concessões excessivas às culturas indígenas e ao ativismo social.

Assim, a relação entre a Igreja Católica e o movimento indígena no Brasil é um reflexo das tensões e alianças que marcaram a interação entre diferentes culturas e instituições ao longo da história. Embora tenha havido momentos de imposição e conflito, também existem exemplos de solidariedade e colaboração, especialmente nas últimas décadas. A Igreja Católica, através de organizações como o CIMI, continua a desempenhar um papel significativo no apoio às causas indígenas, mesmo que de maneira complexa e, por vezes, dividida internamente.

Em Manaus, a presença do CIMI acontece em inúmeras reinvindicações do movimento indígena, principalmente na questão da terra, invasões de mineradoras e outros. No Jornal do Comércio, na edição do caderno "Cidade" publicada na quarta-feira, 1º de janeiro de 1986, na página 10, sob o título "DNPN diz que não pode conter as invasões" e no box "Mineração", foi abordada a impossibilidade da DNPN em controlar as invasões.

> O diretor regional do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Fernando Burgos, disse que, precisamente, são as áreas das empresas Oriente Novo, Taboca e Brascam, onde os "garimpeiros avulsos" estão realizando há dois meses as denunciadas "invasões ilegais". Ele acha que o DNPM não tem obrigações de intervir nos conflitos, já que não é um órgão policial.
>
> Por outro lado, o presidente da Associação dos Garimpeiros de Roraima, José Altino Machado, afirma que os garimpeiros só sairão das áreas após a publicação do Novo Código de Mineração. Para sua execução, não foram chamados órgãos que lidam diretamente com a questão, envolvendo comunidades que vivem nas proximidades dessas áreas de exploração mineral, como é o caso do CIMI e da Funai. (Jornal do Comércio. Caderno Cidade. DNPN diz que não pode conter as invasões. Quarta-feira, 1º de janeiro de 1986, p. 10, box Mineração)

O texto publicado no Jornal do Comércio sobre o papel do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a atuação dos garimpeiros revela uma complexa interseção de interesses entre diferentes atores envolvidos na questão da mineração e dos direitos territoriais no Brasil. O texto evidencia a tensão entre as autoridades reguladoras e os grupos que reivindicam a proteção de territórios indígenas e áreas de exploração mineral.

O diretor regional do DNPM, Fernando Burgos, afirma que o órgão não tem a obrigação de intervir nos conflitos gerados pelas "invasões ilegais" promovidas por garimpeiros avulsos nas áreas das empresas Oriente Novo, Taboca e Brascam. Segundo Burgos, o DNPM não é uma entidade policial e, portanto, não possui o papel de conter esses conflitos. Esta perspectiva revela uma visão limitada das funções do DNPM, que parece se restringir ao controle da produção mineral sem considerar a necessidade de proteção dos direitos dos povos afetados por atividades mineradoras. A postura do DNPM pode ser vista como uma tentativa de

distanciamento das responsabilidades sociais e ambientais associadas à sua atuação, o que pode resultar em um agravamento das condições de conflito e na violação dos direitos das comunidades locais.

Por outro lado, José Altino Machado, presidente da Associação dos Garimpeiros de Roraima, afirma que a saída dos garimpeiros das áreas de exploração mineral está condicionada à publicação do Novo Código de Mineração. Machado sugere que a resolução do conflito depende de uma mudança legislativa, o que indica uma percepção de que as atuais regulamentações são inadequadas para lidar com a realidade do setor. A sua afirmação destaca a falta de uma abordagem integrada que considere tanto as necessidades de regulamentação quanto as exigências de proteção aos direitos das comunidades afetadas.

Trazendo o texto noticiado um quadro de fragmentação na abordagem das questões de mineração e direitos indígenas no Brasil. A falta de envolvimento de órgãos como o CIMI e a Funai nas discussões e na execução das políticas relacionadas à mineração e aos direitos territoriais reflete uma ausência de coordenação entre as autoridades governamentais e as instituições que trabalham diretamente com as comunidades indígenas. O CIMI, por exemplo, desempenha um papel crucial na defesa dos direitos dos povos indígenas e poderia oferecer uma perspectiva valiosa sobre a situação, se devidamente incluído no processo de formulação e implementação de políticas.

A interação entre o DNPM, a Associação dos Garimpeiros e o movimento indígena demonstra as tensões existentes entre a exploração econômica e a proteção dos direitos humanos e ambientais. A ausência de uma abordagem colaborativa e a falta de uma resposta coordenada e inclusiva podem perpetuar conflitos e injustiças, refletindo uma necessidade urgente de revisão das políticas e práticas relacionadas à mineração no Brasil. A integração das preocupações e contribuições de todas as partes envolvidas é essencial para avançar em direção a soluções que equilibrem os interesses econômicos com a proteção dos direitos territoriais e ambientais.

No Jornal do Comércio, na edição do caderno "Cidade" publicada na sexta-feira, 3 de janeiro de 1986, página 9, no box intitulado "UNI", foi divulgado um documento que comenta a situação indígena. Este documento aborda questões cruciais relacionadas às condições e desafios enfrentados pelas comunidades indígenas, refletindo a preocupação com a proteção de seus direitos e a necessidade de uma resposta adequada para os problemas enfrentados por essas populações.

> O presidente da União das Nações Indígenas (UNI), Ayrton Krenak, acompanhado do secretário nacional do CIMI, Antônio Brandi, e de

> indigenistas do Centro de Trabalhadores Indígenas (CTI), sediado em São Paulo, passaram na manhã de ontem por Manaus, seguindo para Roraima, onde participaram da Assembleia Anual dos índios Macuxi. Na oportunidade, entregaram ao Jornal do Comércio os pressupostos feitos a pedido do atual presidente da Funai sobre as relações entre Igreja e Estado.
>
> O documento estabelece as bases para o diálogo entre a Igreja Missionária e o Estado e foi elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Dentre aproximadamente 30 páginas, estão explicitadas a atual situação das terras indígenas do país, destacando as áreas dos Ticunas, Katukina, Kanamarí, Colina Apurinã, Zero AEO, Ari, Meatroari, Tenharins, Índios Arredios e Isolados, que permanecem em evidência.
>
> O documento questiona o motivo pelo qual o grupo interministerial criado pelo Decreto nº 88.118/83, responsável por apreciar as propostas de demarcação de terras indígenas para posterior assinatura pelos ministros e pelo presidente da República, não se reuniu mais desde outubro do ano passado. Isso resultou na estagnação de processos de demarcação administrativa de áreas indígenas, das quais três estão no Amazonas: Tem Arim, Colina e outras etnias do Rio Biá.
>
> Esse comportamento do grupo interministerial é definido como omissão no documento elaborado pelo CIMI, que lembra que todos os governos prometeram aos povos indígenas e à sociedade civil que todas as terras seriam demarcadas. Convém lembrar que a própria Lei nº 6.001, em seu artigo 65, já estabelecia, em 1973, um prazo de cinco anos para que o governo efetivasse a demarcação das terras indígenas. (Jornal do Comércio. Caderno Cidade, 03 de janeiro de 1986, p. 09, box "UNI", título: "Documento comenta a situação indígena".)

O documento, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e apresentado pelo presidente da União das Nações Indígenas (UNI), Ayrton Krenak, e outros representantes, traça um panorama detalhado da situação das terras indígenas no Brasil. Com cerca de 30 páginas, o documento destaca a situação crítica de diversas áreas indígenas, como as dos Ticunas, Katukina, Kanamarí, Colina Apurinã, Zero AEO, Ari, Meatroari, Tenharins, Índios Arredios e Isolados. Este relatório serve como um importante registro das condições atuais e das áreas em que a situação continua a exigir atenção e ação.

A crítica central do documento é dirigida ao grupo interministerial estabelecido pelo Decreto nº 88.118/83, que deveria tratar das propostas de demarcação de terras indígenas. O documento questiona por que esse grupo não se reuniu desde outubro do ano anterior, resultando na estagnação de processos de demarcação administrativa, incluindo três casos específicos no Amazonas: Tem Arim, Colina e outras etnias do Rio Biá. Essa ausência de atividade é interpretada como uma forma de omissão, algo que o CIMI critica fortemente, apontando para a falta de cumprimento das promessas feitas por diversos governos sobre a demarcação das terras indígenas.

Além disso, o documento faz referência à Lei nº 6.001, que já havia estabelecido um prazo de cinco anos, a partir de 1973, para a efetivação da demarcação das terras indígenas. Esse detalhe destaca uma falha persistente no cumprimento das normas legais e no atendimento das demandas históricas dos povos indígenas, refletindo uma contínua falta de compromisso por parte do Estado.

O contexto apresentado evidencia a tensão entre a necessidade urgente de ação governamental e a persistente falha em atender essas necessidades. A crítica ao grupo interministerial e a lembrança da legislação anterior ressaltam a complexidade da questão e a importância de uma resposta adequada para os problemas enfrentados pelos povos indígenas. O documento e suas implicações destacam a importância de um diálogo efetivo entre a Igreja Missionária e o Estado, bem como a necessidade de uma abordagem mais proativa e eficiente para a demarcação e proteção das terras indígenas no Brasil.

No Jornal do Comércio, na quinta-feira, 9 de janeiro de 1986, edição número 33.802, na capa, foi publicado o título "CIMI acha que a culpa pertence à mineradora."

> Na reunião do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), realizada ontem, o coordenador Egon Dionísio afirmou que as empresas de mineração, como a Paranapanema, são culpadas pelo confronto entre índios e garimpeiros. Os participantes do encontro acreditam que essas exploradoras de ouro estimulam os nativos a expulsar garimpeiros avulsos, objetivando dominar a área rica em minérios, como acontece no pari Cachoeira.
>
> Título: 4.000 índios preparados para a guerra
>
> Aproximadamente 4.000 índios tukano estão preparados para enfrentar os garimpeiros na área do pari Cachoeira, onde ocorreu um conflito alguns dias atrás, resultando na morte de três indígenas. Além disso, outros 20.000 nativos de tribos diferentes estão dispostos a ajudar na expulsão dos garimpeiros. A denúncia formulada pelo líder indígena Álvaro Tukano fez com que o presidente da Funai, Apoena Meireles, solicitasse a colaboração da Polícia Federal para tentar impedir o confronto armado. Amanhã, agentes federais, acompanhados por dois funcionários do Ministério da Justiça e pelo delegado regional da Funai, Sebastião Amâncio, seguirão para o local. (Jornal do Comércio. Quinta-feira, 9 de janeiro de 1986. Número 33.802, Capa, título: "CIMI acha que a culpa pertence à mineradora.)

(Figura 17- Jornal do Comércio, 9 de janeiro de 1986, Capa, título: "CIMI acha que a culpa pertence à mineradora.)

No contexto da reunião realizada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o coordenador Egon Dionísio apresentou uma visão crítica sobre o papel das empresas de mineração, como a Paranapanema, nos conflitos entre índios e garimpeiros. Segundo Dionísio, essas empresas são responsabilizadas pelo aumento das tensões, uma vez que seriam responsáveis por estimular os nativos a expulsar os garimpeiros avulsos. O objetivo, conforme a perspectiva do CIMI, seria a dominação das áreas ricas em minérios, como a região do pari Cachoeira.

Esse posicionamento reflete uma crítica mais ampla à atuação das mineradoras, que são vistas como agentes provocadores de conflitos ao invés de contribuir para uma resolução pacífica e sustentável. O impacto das atividades de mineração sobre as comunidades indígenas é um tema recorrente de preocupação, especialmente quando as empresas parecem priorizar a exploração econômica em detrimento da integridade e dos direitos das populações locais.

O título "4.000 índios preparados para a guerra" destaca a gravidade da situação em pari Cachoeira. A preparação de cerca de 4.000 índios tukano para enfrentar os garimpeiros e a disposição de outros 20.000 nativos de diversas tribos para auxiliar na expulsão dos garimpeiros refletem um nível de mobilização e tensão muito elevado. A denúncia feita pelo líder indígena Álvaro Tukano, que resultou na intervenção do presidente da Funai, Apoena Meireles, e na solicitação de apoio da Polícia Federal, revela a gravidade do conflito e a necessidade urgente de medidas para evitar um confronto armado.

A mobilização de forças federais, incluindo agentes da Polícia Federal e funcionários do Ministério da Justiça, indica um esforço para controlar a situação e evitar uma escalada de violência. No entanto, a intervenção externa é apenas uma parte da solução necessária para abordar as questões subjacentes que envolvem a mineração e os direitos indígenas. A tensão atual entre garimpeiros e indígenas é um reflexo da complexa e muitas vezes conflituosa relação entre exploração de recursos naturais e a proteção das comunidades afetadas.

As questões territoriais foram amplamente debatidas ao longo de 1986, refletindo a crescente preocupação com o impacto das políticas de colonização e desenvolvimento nas comunidades indígenas, na edição do caderno "Cidade" de 11 de janeiro de 1986, na página 11, no box intitulado "Colonização", foi publicado um artigo com o título "Território do Negro Preocupa Indigenistas". O texto aborda as preocupações levantadas pelos indigenistas em relação à criação do território federal do Rio Negro. Durante um curso sobre a conjuntura política atual promovido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foram discutidas as implicações dessa possível criação para as comunidades indígenas da região.

> Durante o curso sobre a conjuntura política atual realizado até a última quinta-feira pelo Conselho Indigenista Missionário, houve considerações sobre a possibilidade da criação do território federal do Rio Negro, já que para o secretário nacional do CIMI, Antonio Brandi, e para o professor e antropólogo José Ribamar Bessa, os índios podem ser esvaziados da área, repetindo-se mais um processo de colonização.
>
> Para o indigenista Egon Dionísio, os desentendimentos que ocorreram atualmente no Rio Negro estão sendo vistos debaixo de dois pontos de vista, tanto pelo governo quanto pelos empresários de mineração, que, num jogo climático, sempre terminam ficando com as áreas indígenas. Ribamar Bessa citou que historicamente, desde que a província de São José do Rio Negro deixou de pertencer ao Grão-Pará e Maranhão, os primeiros decretos governamentais voltaram-se justamente contra as comunidades indígenas, ou seja, as leis estabeleciam que qualquer cidadão branco poderia caçar e utilizar o trabalho dos índios por 10 anos. (Jornal do Comércio. Caderno Cidade, 11 jan. 1986. Página 11. Box Colonização. Título: "Território do negro preocupa indigenistas.")

Durante um curso promovido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que abordou a conjuntura política atual, surgiram considerações sobre a possível criação do território federal do Rio Negro. O secretário nacional do CIMI, Antonio Brandi, e o professor e antropólogo José Ribamar Bessa expressaram suas preocupações de que a criação desse território poderia resultar na remoção forçada dos índios da área, replicando assim um processo de colonização que já é uma preocupação histórica.

Egon Dionísio, outro indigenista, observou que os desentendimentos recentes no Rio Negro estão sendo minimizados tanto pelo governo quanto pelos empresários de mineração, que, em um jogo de interesses, acabam se apropriando das terras indígenas. Ribamar Bessa destacou que, historicamente, desde a época em que a província de São José do Rio Negro deixou de pertencer ao Grão-Pará e Maranhão, os primeiros decretos governamentais voltaram-se contra as comunidades indígenas, estabelecendo leis que permitiam a exploração de suas terras e trabalho por cidadãos brancos. Essas questões ressaltam a contínua luta dos povos indígenas para proteger seus territórios e direitos frente a um contexto de exploração e desconsideração histórica.

Por fim, a luta pela demarcação de terras indígenas e a resistência contra a exploração mineral e outros interesses externos têm sido temas centrais nas discussões sobre os direitos dos povos indígenas no Brasil, e a manchete "Briga com mineradora demitiu professores" evidencia a complexidade e a persistência desses conflitos. A retirada dos missionários Dorothy e Egídio Schwade da área indígena do Waimiri-Atroari, conforme relatado pelo Jornal do Comércio em 12 de dezembro de 1986, exemplifica as tensões contínuas entre interesses corporativos, a política pública e a autonomia das comunidades indígenas. "A retirada dos missionários Dorothy e Egídio Schwade, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da área indígena do Waimiri-Atroari, pelo titular da Quinta Superintendência Regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Sebastião Amâncio, gerou mais um impasse entre o CIMI e a FUNAI.

> O casal, que era professor na escola daquela área indígena, foi demitido devido às suas posições contrárias à permanência da mineradora Paranapanema no local, conforme informado em nota divulgada pelo CIMI na tarde de ontem. A explicação fornecida pelo superintendente foi de que os próprios índios solicitaram a retirada dos professores, alegando que eles não estavam alinhados com os ensinamentos da comunidade.
>
> Dorothy e Egídio estavam na área desde julho de 1985. Antes de se mudarem para lá, participaram de um grupo de trabalho na FUNAI, a pedido do próprio órgão. Foi em setembro de 1985 que o casal se instalou na área, a pedido da comunidade indígena e do superintendente regional da FUNAI." (Jornal do Comércio, 12 de dezembro de 1986). Briga com mineradora demitiu professores. Caderno Nacional.

A decisão de demitir os professores devido às suas posições contrárias à presença da mineradora Paranapanema na área indígena evidencia um aspecto crucial da luta indígena: a influência de poderes externos sobre as decisões e os direitos das comunidades. O caso destaca como as ações corporativas podem ter impacto direto nas políticas de proteção territorial e nas condições de vida das populações indígenas. A presença de empresas de mineração e a

exploração de recursos naturais frequentemente entram em conflito com os direitos territoriais dos povos indígenas, exacerbando as disputas por terras e ameaçando a preservação cultural e ambiental.

Os debates sobre demarcação de terras indígenas giram em torno de três questões principais: o respeito à identidade étnica, o direito às terras e seu subsolo, e o fim do regime de tutela. O episódio envolvendo os Schwade reflete a luta pela preservação da identidade étnica dos povos indígenas. A presença de missionários e a intervenção da FUNAI em áreas indígenas, muitas vezes, é vista como uma forma de controle ou assimilação que pode prejudicar a cultura e os direitos dos povos locais. O fato de que os professores foram removidos por suas posições contra a mineradora sugere que havia um conflito de interesses que envolvia não apenas as preocupações dos próprios indígenas, mas também uma política que poderia estar alinhada mais com os interesses corporativos do que com a proteção real dos direitos indígenas.

Além disso, a questão do direito às terras e seu subsolo está fortemente relacionada ao contexto histórico e atual das disputas territoriais. As terras indígenas muitas vezes são visadas por empreendimentos que buscam explorar seus recursos naturais, como evidenciado pelo caso da mineradora. A luta pela demarcação dessas terras é crucial para garantir que os povos indígenas tenham controle sobre seus territórios e possam proteger seus recursos naturais de exploração indevida.

O regime de tutela, que tratava os indígenas como parcialmente capazes e tutelados pelo Estado, é um reflexo da falta de reconhecimento pleno dos direitos e da autonomia indígena. Embora este regime tenha sido formalmente superado em muitas áreas, suas consequências persistem na forma de políticas e práticas que ainda limitam a verdadeira autonomia dos povos indígenas.

A Campanha da Fraternidade de 1980 e a crescente participação política indígena destacam a importância de abordar a questão da terra e a autonomia política como elementos centrais na busca por justiça social. As iniciativas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a mobilização dos líderes indígenas demonstram um compromisso com a redistribuição de terras e a inclusão política, refletindo a necessidade de enfrentar desigualdades estruturais e promover a justiça social.

Em conclusão, o episódio envolvendo a demissão dos professores Dorothy e Egídio Schwade é um exemplo claro das disputas complexas e contínuas sobre a demarcação de terras indígenas. As questões de identidade étnica, direito às terras e subsolo, e o fim do regime de tutela são centrais para entender a luta indígena e a necessidade de políticas públicas que

respeitem e protejam os direitos dos povos indígenas. A persistência desses debates ao longo das décadas sublinha a relevância contínua da luta por justiça e igualdade, e a importância de um compromisso real com a dignidade e os direitos humanos no contexto da transformação social e política do Brasil.

CAPÍTULO 2 – MOVIMENTO DE MULHERES: GREVE E A LUTA POR UM PROJETO ALTERNATIVO DE VIVER, SER E EXISTIR

Entre 1985 e 1987, o Distrito Industrial viveu um intenso período de greves, em que as mulheres tiveram grande destaque. “A maioria dessas greves eram lideradas por mulheres, tinham homens, mas a liderança maior era das mulheres. Elas garantiram a presença de todas as pessoas durante os três anos das grandes greves”. (Jornal do Comércio, edição de 09 de março de 1986, p.04). A luta das mulheres trabalhadoras em Manaus toma força no interior da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Metalúrgicas, uma espécie de coordenadoria organizada dentro do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, que representa a voz das mulheres que encamparam as suas demandas dentro do próprio sindicato. Essa organização conforme Torres (2005, p.184) tem seu ponto alto “no Encontro da Mulher Operária de Manaus organizado pelas mulheres trabalhadoras da indústria”.

Nos anos de 1985 e 1986, a participação das mulheres nos espaços políticos ganhou destaque crescente na mídia, refletindo um momento de mudança e afirmação feminina no cenário nacional. O jornal veiculou várias reportagens e análises sobre o papel crescente das mulheres na política e na sociedade.

Um exemplo significativo é a edição do Jornal do Comércio de 09 de março de 1986, que, coincidentemente com o Dia Internacional da Mulher, destacou a atuação da Comissão dos Direitos da Mulher Brasileira. Chefiada pela deputada Ruth Escobar, a comissão estava promovendo simpósios em diversos estados, abordando a participação das mulheres no desenvolvimento sócio-político do Brasil. O objetivo era alterar a mentalidade da sociedade em relação ao papel das mulheres, enfatizando sua capacidade e inteligência e buscando a abertura de portas para sua plena participação.

A edição incluía também uma charge que evidenciava as representações de gênero da época. A caricatura de José Sarney, presidente da república, segurando uma lista de compras, faz referência aos efeitos da tabela Sunab, instituída entre fevereiro e março de 1986 como parte do Plano Cruzado. A imagem, que representava a "dona de casa" em um papel que parecia vinculado a diretrizes econômicas, destacava a tensão entre o papel tradicional feminino e as novas exigências econômicas e sociais.

Durante este período, mulheres em todo o país se organizaram em mutirões de "compras" para combater a inflação e definir limites para o aumento dos preços de itens essenciais, refletindo um engajamento ativo e coletivo na luta por melhores condições de vida

e controle econômico. O crescente envolvimento das mulheres na política e nas questões sociais, evidenciado pela atuação da Comissão e pelas ações comunitárias, mostrou uma mudança significativa nas dinâmicas de gênero e na luta por direitos e igualdade.

Caderno Opinião do dia 09 de março de 1986, com o título "A mulher na vida Nacional":

> Aproveitando a data internacional consagrada à mulher, a Comissão dos Direitos da Mulher Brasileira chefiada pela deputada Ruth Escobar vem patrocinando em todos os Esta dos simpósios sobre a participação da mulher no desenvolvi mento sócio-político brasileiro possivelmente o objetivo maior é conseguir uma mudança de mentalidade de nossa sociedade sobre o papel que a mulher exerce na vida de qual quer povo, a fim de que se abram todas as portas à sua capa cidade e à sua inteligência. (Jornal do Comércio, edição de 09 de março de 1986, p.02).

Ao lado da manchete temos a seguinte charge, a qual evidencia olhares e percepções sobre representações de gênero quanto àquele processo. No desenho, vemos caricatura de José Sarney, então presidente da república, segurando lista de compras, provável referência aos efeitos esperados pela instituição da tabela Sunab, editada entre fevereiro e março de 1986 para diferentes regiões do país no âmbito do Plano Cruzado. A imagem da "dona de casa", neste caso, parece perder a sua condição de sujeito para a de operadora de diretrizes econômicas que lhe escapam. Nesse mesmo período, como sabemos, mutirões de "compras" eram organizados por mulheres em bairros de todo o país a fim de definir limites e obstáculos para a inflação de artigos básicos da cesta alimentar.

De outro lado, também pequenos comerciantes enfrentaram dificuldades frente ao controle do preço pelos grandes comércios atacadistas. Era o início do fim dos pequenos mercadinhos de bairro, os quais perderiam espaço para a concorrência dos lojistas das redes de supermercados de expressivo poder aquisitivo e regulação do mercado varejista. Destacamos assim, ambiguidades presentes na charge expressas pela legenda "Ser ou não ser... Vamos ver no que dá", evidenciando que planejamentos de cima para baixo podem sofrer enfrentamos jamais passivos dos "de baixo".

(Figura 18- Jornal do Comércio, edição de 09 de março de 1986, p.02).

A manchete de 17 de janeiro de 1989, no caderno Economia do Jornal do Comércio, criticava a eficácia de um novo plano econômico, refletindo uma crescente desilusão pública com as políticas de controle de preços. A manchete, "Este plano é mais um Cambalacho", destacava a visão pessimista de Ricardo, um sindicalista, sobre a capacidade do governo de implementar medidas eficazes para controlar a inflação e punir comerciantes que burlassem as regras.

Ricardo argumentava que o novo plano de congelamento de preços tinha poucas chances de sucesso porque o público havia perdido a confiança nas ações governamentais. Ele observou que, no passado, durante o Plano Cruzado, o governo não havia tomado medidas efetivas contra especuladores e comerciantes que desrespeitavam o controle de preços. Essa falta de ação havia minado a eficácia das políticas e o engajamento popular em movimentos como os mutirões de donas de casa que denunciavam remarcações de preços.

O jornal destacava uma percepção de que os planos econômicos do governo eram falhos e que a falta de fiscalização e punição para os que violassem as normas continuaria a ser um problema. A desilusão com a eficácia das medidas econômicas e a falta de confiança na capacidade governamental para garantir o controle de preços estavam em alta, refletindo um período de frustração e ceticismo em relação às políticas econômicas e sua implementação.

Conforme é apresentado em manchete de 17 de janeiro de 1989, no caderno Economia, “Este plano é mais um Cambalacho”:

> Desta vez, assegura Ricardo, ‘o congelamento dos preços tem menos chance de dar certo, pois ninguém mais acredita que o governo vá tomar alguma medida para controlar os preços e punir os comerciantes que burlarem as

> novas medidas, sendo assim não haverá mais os movimentos de donas de casa para denunciar os remarcadores de preços. Pois, se no Plano Cruzado o governo nada fez para combater estes especuladores, não vai ser neste que haverá medidas por parte dos órgãos para combater estes comerciantes que descumprirem o congelamento' afirma o sindicalista. (Jornal do Comercio, edição de 17 de janeiro de 1989, p.7).

A relação entre a greve e a representação das mulheres na mídia é um aspecto crucial para compreender como as ações femininas são moldadas e percebidas dentro de um contexto patriarcal. As representações visuais e textuais que circulam nos meios de comunicação frequentemente refletem a dominação masculina, em que as mulheres são muitas vezes definidas por aqueles que exercem controle sobre os códigos de representação. Como argumenta Marshment (1993), a cultura patriarcal impõe uma visão sobre as mulheres que tende a subordinar suas contribuições e reduzir sua visibilidade a estereótipos ou papéis secundários.

A greve de Sanyo, um evento de relevância para a discussão das condições de trabalho e dos direitos dos trabalhadores, exemplifica como a participação feminina pode ser representada de maneira desigual. A fotografia de uma poetisa, que escreve um poema sobre a greve e é retratada ao lado de uma máquina de escrever, evidencia a tentativa das mulheres de afirmar sua voz e suas experiências através da arte e da escrita. Contudo, a legenda que descreve a imagem – "poeta foi Pinduca ao fotografar um momento da greve de Sanyo" – sugere uma interseção entre o ato de criar e a tentativa de capturar um momento significativo com um olhar poético.

O fato de que a imagem é inserida no contexto da greve reforça a ideia de que, embora as mulheres estejam ativamente engajadas na luta por melhores condições de trabalho e igualdade, sua representação muitas vezes é mediada por um olhar externo e masculino. Essa dinâmica revela uma tensão entre a tentativa das mulheres de se afirmar como protagonistas de suas próprias histórias e a maneira como suas ações são interpretadas e divulgadas.

Na década de 1980, o movimento feminista começou a ganhar visibilidade e a influenciar a discussão pública sobre o papel das mulheres na sociedade. A participação feminina em greves e movimentos sociais foi um reflexo dessa mudança, mas a forma como essas contribuições eram representadas na mídia frequentemente continuava a ser condicionada por um viés patriarcal. As mulheres, apesar de desempenharem papéis ativos e significativos, eram muitas vezes reduzidas a símbolos ou representações que serviam mais aos interesses daqueles que controlavam os meios de comunicação.

A fotografia muitas vezes colocada no jornal tem uma dimensão política. E as mulheres podem ser sujeitas a definições e decisões de outros. As imagens são produzidas e disseminadas

num contexto de dominação masculina das instituições e dos códigos de representação (Marshment, 1993). Isto significa que na cultura patriarcal, as mulheres são definidas por aqueles que as subordinam. Estas definições são ideológicas: “Em qualquer situação em que um grupo social tem o poder de representar outro grupo, é provável que essas representações sirvam os seus próprios interesses e não os do grupo representado”.

Na fotografia podemos observar que é uma mulher jovem, possivelmente numa sala onde pousa para a fotografia, ao seu lado está uma máquina de escrever que reforça a ideia de uma escrita poética. A fotografia tem como legenda “poeta foi Pinduca ao fotografar um momento da greve de Sanyo”.

(Figura 19 - Jornal do Comercio, 09 de março de 1985, p.7).

A empresa Sanyo citada é responsável por uma das maiores greves ocorridas em 1985, sendo uma empresa do ramo eletroeletrônico foi responsável por uma mobilização de cerca de 850 trabalhadores e trabalhadoras que reivindicaram uma melhoria salarial junto ao sindicato dos trabalhadores. Quanto à greve da Sanyo, os trabalhadores reivindicavam equiparação salarial, aumento real de 120%, estabilidade de um ano no emprego e promoção. O jornal Acrítica destacava que, “850 operários param a Sanyo em nova greve no Distrito.” (Jornal do Comércio, 26 de março de 1985).

O começo da greve se deu pela equiparação salarial, por que “a Sanyo paga o menor salário do Distrito Industrial, principalmente na questão da mão de obra especializada, explicou Carlos Lacerda, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e técnico da empresa”. A greve se iniciou em 25 de março, com adesão total dos trabalhadores e com os patrões dispostos a negociar, ainda que a proposta não atendesse às expectativas dos grevistas. As negociações se encaminharam lentamente e os grevistas garantiam que poderiam mobilizar outras empresas do Distrito, caso o impasse não fosse resolvido. (Jornal Acrítica, 26 de março de 1985).

Em 27 de agosto de 1985, o Jornal do Comércio publicou uma manchete que sublinhava a dura resposta das empresas às greves: "Empresas demitem em massa grevistas do DI". A matéria relatava que a Douglas Mitsumi Eletrônica e a Evadin, duas grandes empresas da região, haviam iniciado uma série de demissões em massa como represália aos trabalhadores que participaram da greve. A Douglas havia demitido 21 empregados, e a Evadin, 18, todos acusados de participarem do movimento grevista. Os demitidos, em busca de solução, se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos, evidenciando a mobilização contínua dos trabalhadores em busca de seus direitos.

Neste cenário, as mulheres desempenharam papéis cruciais não apenas como participantes, mas também como líderes e vozes influentes dentro dos movimentos grevistas. Sua presença foi notável tanto na organização das greves quanto nas estratégias de resistência frente às represálias das empresas. A participação feminina foi uma expressão de sua crescente reivindicação de igualdade de condições e reconhecimento dentro do ambiente de trabalho, refletindo um descontentamento com as condições laborais e a busca por justiça social.

O destaque dado pela imprensa à participação feminina nas greves de 1985 a 1987 reflete uma mudança nas percepções sociais e na representação das mulheres nos movimentos trabalhistas. A cobertura jornalística não apenas documentou as ações das grevistas, mas também ajudou a destacar o papel essencial que desempenharam na luta por melhores condições de trabalho e na defesa dos direitos dos trabalhadores. A fotografia de uma poetisa mencionada anteriormente, que documenta a greve de Sanyo, também é um reflexo dessa interseção entre arte e ativismo, sublinhando como as mulheres utilizaram diferentes formas de expressão para fortalecer suas vozes na esfera pública.

Conforme mencionado anteriormente em manchete da edição de 27 de agosto de 1985, temos que “Empresas demitem em massa grevistas do DI”:

> As empresas Douglas Mitsumi Eletrônica e Evadin começaram ontem pela manhã uma verdadeira “caça” aos grevistas. A Douglas demitiu 21 em

> pregados a Evadin demitiu 18. Todos julgados culpados por participarem da greve, segundo disseram os próprios demitidos, que se encontravam reunidos na manhã de ontem no Sindicato dos Metalúrgicos, onde buscavam solução para o problema. (Jornal do Comercio, 27 de agosto de 1985, p.3).

Em grifo nosso do texto do quadro destacamos “Os trabalhadores disseram que dentro da empresa, que tem 70 porcento do seu quadro de mulheres, existem verdadeiros grupos de aliciamento das mulheres que são "cantadas e pressionadas pelos chefes. O desvio de soldas também foi denunciado pelos trabalhadores, que disseram que eles passam pela revista no final do dia, enquanto alguns chefes fazem verdadeiros saques na em presa.”. (Jornal do Comercio, edição de 27 de agosto de 1985, p.3).

A demissão em massa de trabalhadoras notificada na manchete anterior se justificou na ilegalidade da greve, mas como argumenta o sindicato dos metalúrgicos e os próprios trabalhadores e trabalhadoras a repressão a greve e a demissão se dá pela denúncia que os mesmos vem fazendo das irregularidades dentro das empresas e das péssimas condições de trabalho, conforme a fala de Ricardo Morais presidente do sindicato dos metalúrgicos colocada em box ao lado já que sabemos por meio da notícia que a agenda do metalúrgico foi enviada a Polícia Federal:

> Ricardo Moraes explicou o porque das anotações que acabaram fazendo com que a sua agenda fosse parar no Departamento de Polícia Federal. levada pelo secretário-geral da presidência do TRT. 11 Região. Ananias Dantas Goes. Ricardo comentou que as anotações: "O julgamento da greve será no dia 25, às 9 horas da manhã de domingo. Todos os trabalhadores devem voltar ao trabalho? Qual será a decisão dos trabalhadores? Ocupar a fábrica? Tocar fogo? Danificar todas as peças das máquinas? Sequestrar o dono da fábrica, foram feitas durante a assembleia dos trabalhadores em greve da Douglas. (Jornal do Comercio, 27 de agosto de 1985, p.3).

Em um contexto de crescente tensão e mobilização durante as greves de 1985 em Manaus, a situação se intensificou com a exposição de anotações que levantaram sérias preocupações. Em uma edição do Jornal do Comércio datada de 27 de agosto de 1985, uma matéria revela como essas anotações levaram a uma investigação mais profunda por parte das autoridades.

Ricardo Moraes, um dos envolvidos, explicou que as anotações controversas que acabaram na posse do Departamento de Polícia Federal foram originalmente feitas durante uma assembleia de trabalhadores em greve da Douglas. Essas anotações continham questões e estratégias potencialmente incendiárias sobre o futuro da greve, como o possível fechamento das fábricas, a destruição de equipamentos, e até mesmo ações mais radicais como sequestrar o

dono da fábrica. A menção de tais estratégias foi um reflexo da frustração e do desespero dos trabalhadores diante da resistência das empresas e das represálias que enfrentavam.

As anotações mencionadas por Moraes, detalhadas como: “O julgamento da greve será no dia 25, às 9 horas da manhã de domingo. Todos os trabalhadores devem voltar ao trabalho? Qual será a decisão dos trabalhadores? Ocupar a fábrica? Tocar fogo? Danificar todas as peças das máquinas? Sequestrar o dono da fábrica?”, evidenciam a profundidade da crise enfrentada pelos trabalhadores e as medidas desesperadas que foram discutidas em momentos de alta tensão.

Esse incidente sublinhou a atmosfera de extrema tensão que permeava as greves e como as autoridades, ao tomarem conhecimento dessas anotações, passaram a ver o movimento grevista sob uma luz mais suspeita e preocupada com a ordem pública. O fato de que essas anotações foram levadas ao Departamento de Polícia Federal e a preocupação subsequente com possíveis ações radicais refletem o clima de confronto e a severa reação dos poderes estabelecidos frente aos movimentos de greve.

Ricardo Moraes foi eleito para presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, em janeiro de 1984 pela chapa Puxirum, em oposição a Francisco Fernandes Vieira, presidente do sindicato há quase doze anos, nesse momento se consolida o processo de mobilização e organização dos trabalhadores em torno das lutas operárias. Ricardo Moraes foi uma figura importante dentro do Sindicato dos Metalúrgico e por duas gestões (1984-1986 /1987-1989) ele foi um dos responsáveis pelo reordenamento político-sindical dos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus.

E afirma ainda que a greve teve os resultados esperados, sendo greves com participação de maioria feminina e com princípios políticos específicos:

> O fato de a maioria grevistas da Douglas serem mulheres é muito significativo já que existe, ou existia uma mentalidade entre os empresários de que é mais interessante contratar mulheres porque eles são mais passivas e aceita trabalhar por menores salários. Para o presidente do sindicato, as mulheres estão mostrando aos empresários que elas também sabem brigar pelos seus direitos e que querem trabalhar, mas com dignidade. (Jornal do Comercio, 27 de agosto de 1985, p.3).

A edição de 27 de agosto de 1985 do Jornal do Comércio destaca como a maioria dos grevistas na empresa Douglas eram mulheres, o que foi considerado um evento significativo. Tradicionalmente, havia uma mentalidade predominante entre empresários de que as mulheres eram mais passivas e aceitariam trabalhar por salários mais baixos. Essa percepção era

sustentada pela ideia de que as mulheres eram menos propensas a lutar por melhores condições de trabalho e a se envolver em confrontos sindicais.

No entanto, a realidade demonstrou o contrário. A presença massiva de mulheres na greve desafiou essas crenças preconceituosas. Conforme relatado no jornal, o presidente do sindicato ressaltou que as mulheres estavam não apenas reivindicando seus direitos, mas também mostrando uma disposição firme para lutar por dignidade no trabalho. Este movimento não só questionou a visão estereotipada de que as mulheres eram menos combativas, mas também evidenciou sua determinação em conquistar condições de trabalho mais justas e respeitosas.

Essa dinâmica revelou a força emergente das mulheres nos movimentos sindicais e sociais da época. Elas não estavam dispostas a aceitar a discriminação ou a subestimação de suas capacidades. Ao se engajar ativamente na greve, as mulheres mostraram que estavam dispostas a enfrentar os desafios e a negociar por melhores condições, desafiando diretamente a ideia de que seriam passivas ou menos assertivas.

A fala de Francy Guedes revela a interconexão entre as demandas das mulheres do Distrito Industrial de Manaus em 1985 e as experiências vivenciadas por mulheres como ela no bairro Jorge Teixeira. A falta de creches era uma das questões centrais enfrentadas pelas trabalhadoras na época, uma vez que muitas delas não tinham onde deixar seus filhos enquanto estavam no trabalho ou participando de atividades sindicais e de organização. Essa ausência de serviços de creche resultava em dificuldades adicionais para as mulheres, que muitas vezes eram pressionadas a abortar ou enfrentavam obstáculos para conciliar o cuidado dos filhos com suas responsabilidades profissionais.

> É, a questão da luta da creche, é, é como eu te falei no início, eu estive na na luta, mas não no núcleo principal, né, estive ali, mas como industriária, que eu, é, iniciei minha vida trabalhando no Distrito, e aí a gente tinha aquela luta, mas eu não tenho assim muito do que te dizer da luta em si, né, porque eu não não estava lá, as bandeiras eram essas, porque as- nós- porque eu ainda era jovem quando eu estuda- quando eu tava no Distrito, mas a grande maioria das mulheres não tinham onde deixar os filhos, né, então uma luta- uma questão que a gente tinha com as mulheres lá do Jorge Teixeira era isso, elas iam, mas a gente garantia que, enquanto elas tivessem lá, que era reunião de duas, três horas, no máximo, a gente cuidava, elas podiam levar os filhos que a gente cuidava, né, então por isso que eu te digo que a gente sustentava a luta da questão da creche. (FRANCY)

No relato de Francy, ela reflete sobre sua participação na luta pela criação de creches em Manaus, destacando seu papel como parte de um movimento mais amplo, mas não no núcleo

central da liderança. Seu testemunho oferece uma perspectiva importante sobre a dinâmica do ativismo local e o impacto de ações de apoio mútuo.

Francy inicia afirmando que, apesar de sua contribuição, ela não estava diretamente no centro das atividades mais visíveis ou decisivas da luta. Em vez disso, seu envolvimento era mais periférico, na condição de industriária que trabalhava no Distrito. No entanto, o papel dela e de outras mulheres do bairro Jorge Teixeira foi fundamental para o sucesso da mobilização.

Ela descreve um desafio específico enfrentado pelas mulheres da época: a falta de locais seguros e confiáveis para deixar seus filhos enquanto participavam das reuniões e das ações políticas. Em resposta a essa necessidade, Francy e suas colegas garantiram que, durante as reuniões de duas a três horas, as crianças fossem cuidadas por elas mesmas. Esse suporte prático permitiu que as mulheres participassem ativamente da luta pela creche sem se preocupar com a segurança e o bem-estar de seus filhos.

Este apoio mútuo não só ajudou a viabilizar a participação das mulheres no movimento, mas também sustentou a luta de forma contínua e efetiva. Embora Francy não tenha estado na linha de frente, suas ações foram essenciais para a mobilização e demonstraram como o ativismo pode se manifestar em formas diversas e complementares, com um impacto significativo na realização dos objetivos coletivos. O relato de Francy revela a importância das contribuições práticas e do suporte comunitário dentro do contexto de movimentos sociais, mostrando que mesmo ações aparentemente menores podem ter um efeito profundo e duradouro.

Além disso, a fala de Francy ressalta como as mulheres eram alvo de violência e assédio tanto nos espaços de trabalho quanto em suas próprias casas. Muitas delas precisavam encontrar formas de apoio mútuo e solidariedade para enfrentar essas situações, formando uma rede de suporte entre si. A luta por creches não era apenas uma demanda por serviços de cuidado infantil, mas também uma reivindicação por autonomia e liberdade para as mulheres, permitindo-lhes participar ativamente na esfera pública e no movimento sindical.

> Ali a gente era eu, Mariene, Miracelma e tinha mais duas mulheres que eu não lembro o nome, Maria Eugênia, e aí a gente… era nossa ajuda, a gente fazia cota pra tudo, né, pra que essas mulheres fossem, elas tinham que ter um incentivo, um incentivo sempre tinha que ser um lanche, né, porque senão (risos) não ia, e aonde também, vindo da do Distrito, a gente tinha que se essas mulheres- se a gente precisava que essas mulheres fossem pra abrir a mente delas, pra esclarecer, pra empoderar elas do direito delas, elas tinham que levar os filhos, porque elas não podiam deixar os filhos, né, então a gente tinha que ter o ambiente pra cuidar dessas crianças enquanto as outras cuidavam das mães, mas tudo era… cotizado entre nós, né, uma levava um lanche, outra

> levava uns brinquedos e isso e aquilo, e e era assim que a gente fazia todo final de semana, todo final de semana a gente tinha uma reunião ali pra gente conseguir tirar- conseguimos tirar várias mulheres na questão da violência, conseguimos aprender junto com elas também, né, a gente levava o nosso conhecimento e elas… no-nos davam o conhecimento delas e aí a gente fazia essa troca de de de saberes, né, e aí a gente conseguia, eu lembro que a gente tirou várias mulheres, indicou várias mulheres pra trabalho, aí depois a gente vinha com aquela intenção de que tinha que ensinar essas mulheres a ser independentes, né, porque todas dependiam do marido pra alguma coisa, por isso sofriam a violência, e eu sempre digo pra todo mundo quando as pessoas chamam de- as mulheres de sem vergonha, "ah, é que ela é sem vergonha, gosta de apanhar", nenhuma mulher gosta de apanhar, nenhuma mulher gosta de apanhar, mas elas vão pra onde? Entendeu? Na grande maioria moram atrás da casa da sogra, não tem onde morar, né, então sofre a violência porque tem que cuidar dos filhos e não tem pra onde ir, e nós trabalhávamos muito nessa temática aí de que elas precisavam serem independente, a fazerem alguma coisa, serem independente, pra que pudesse sair do círculo da violência, né, e aí era coisa básica que a gente tinha que ensinar, era corte e costura, era unha, fazer sabão e tudo mais, que hoje a gente já diz que isso já não é mais, né, já não dá mais pra elas saírem do que estão, mas naquela época era o que a gente tinha, o Estado não não não te dava também nenhuma condição de você ir, levar pra essas mulheres, entendeu? Também não não não dava, e aí éramos nós e nós mesmas, nós enquanto instituição partidária que que- é por isso que eu sou muito, não sei vocês, mas eu falo por mim que eu sou muito PT por isso, porque eu tudo que eu- o PT me ensinou a ser isso, o PT me ensinou a ser feminista, o PT me ensinou a cuidar dessas mulheres, quer dizer, ensinou entre aspas, porque era a nossa bandeira e dizia "então vão lá e lutem" (risos). (Francy)

A fala de Francy observa com clareza o papel crítico da solidariedade feminina e a luta pela criação de creches como parte de uma estratégia mais ampla para conquistar direitos e autonomia. Em seu relato, Francy destaca como ela e outras mulheres se mobilizaram para oferecer suporte prático e emocional a outras mulheres que enfrentavam dificuldades significativas. Esse suporte não se limitava apenas à organização de reuniões e fornecimento de recursos, mas envolvia também uma profunda compreensão das condições adversas enfrentadas pelas mulheres em suas vidas diárias.

Durante os anos 1980, Manaus vivenciava um período de intensas mobilizações sociais, especialmente em resposta às demandas por melhores condições de trabalho e serviços essenciais. As greves e os movimentos sociais eram frequentemente impulsionados por condições de trabalho precárias e pela necessidade de mudanças estruturais. Nesse contexto, a luta por creches emergiu não apenas como uma demanda por serviços de cuidado infantil, mas como uma reivindicação fundamental pela autonomia das mulheres. As mulheres estavam, assim, exigindo um espaço que permitisse sua participação ativa na vida pública e no movimento sindical, sem ter que sacrificar o cuidado de seus filhos.

Francy detalha como a falta de infraestrutura pública e apoio institucional forçava as mulheres a depender de redes de apoio mútuo. Elas organizavam reuniões semanais, nas quais se revezavam em levar lanches, brinquedos e outros recursos necessários para garantir que as mães pudessem participar das atividades sem preocupações adicionais com o cuidado dos filhos. Esse esforço não apenas facilitava a participação das mulheres em atividades de empoderamento e educação, mas também fortalecia a rede de solidariedade entre elas.

A solidariedade e o apoio mútuo eram essenciais para enfrentar a violência e a opressão sistemática que muitas mulheres vivenciavam. Francy menciona que, além das questões relacionadas ao cuidado infantil, sua luta incluía a promoção da independência financeira e pessoal das mulheres. Ao ensinar habilidades práticas, como corte e costura, e ao oferecer oportunidades de emprego, o grupo buscava ajudar as mulheres a superar a dependência econômica de seus parceiros, um fator significativo que contribuía para a violência doméstica.

Francy critica a visão de que as mulheres que sofrem violência o fazem por escolha ou por uma falta de dignidade. Ela enfatiza que a violência é muitas vezes uma consequência da falta de opções e do suporte insuficiente por parte do Estado e das instituições. O relato evidencia a profunda interconexão entre a luta por creches e a luta mais ampla por direitos e igualdade de gênero, mostrando como a ausência de políticas públicas adequadas impulsionou as mulheres a se organizarem e a se apoiarem mutuamente.

A experiência de Francy e suas colegas reflete um modelo de ativismo baseado na solidariedade e no apoio mútuo, que foi crucial para enfrentar a desigualdade e a violência de gênero. Esse ativismo não apenas buscou atender às necessidades imediatas das mulheres, mas também trabalhou para transformar as condições estruturais que perpetuavam a opressão. A luta por creches, portanto, foi um componente essencial de uma estratégia mais ampla para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, destacando a importância da solidariedade e da organização comunitária no avanço dos direitos das mulheres.

Assim, a luta das mulheres por creches se tornou parte integrante da luta mais ampla por direitos trabalhistas e igualdade de gênero. Elas reconheciam a importância de garantir condições adequadas para o cuidado de seus filhos, ao mesmo tempo em que buscavam transformar as estruturas opressivas que perpetuavam a desigualdade e a violência contra as mulheres. A solidariedade entre as mulheres, como evidenciado pela experiência de Francy e suas colegas, foi fundamental para fortalecer seu movimento e avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Para além do distrito industrial, outras profissões ocupadas por mulheres em Manaus também mostram outras formas de violência, como é destacado sobre as frentistas em notícia do dia 23 de fevereiro de 1986, “Intoxicação não assusta mulheres frentistas”. A matéria expõe a condição de proibição para que mulheres exerçam a profissão de frentista com base em que mulheres grávidas não podem ser expostas ao forte cheiro de gasolina, suposta causa de mal-estar. A fala delas sobre a decisão, contudo, evidencia outras dimensões da articulação das mulheres no período:

> Ao captar várias opiniões sobre o assunto, a nossa reportagem constatou que a maioria das mulheres, dentre elas a repórter Aldenice Noronha, são de opinião contrária à proibição. Para Aldenice, essa proibição vem a ser mais uma medida machista, a discriminando mulher no mercado de trabalho. Se a preocupação se fundamenta a partir do mal que o cheiro da gasolina cause à mulher grávida. que a ela seja concedida a de vida licença médica. Não sei quais são as causas reais da proibição, mas não concordo com ela e acho que a mulher deve ter o direito de trabalhar também nos postos de gasolina, se assim o decidir. (Jornal do Comercio, 23 de fevereiro de 1986, p.13)”.

Além disso, a notícia também tem o relato da frentista Irene Morais, que trabalha no posto Equador e aponta como únicos problemas a grosseria e o assédio de alguns homens, que o jornal chama de “cantadas”, ao que ela responde que por estar dentro de uma cultura machista aconteceria em qualquer outro espaço de trabalho. Outra frentista de nome Nair afirma que o serviço no posto é mais fácil, pois não impede de serem donas de casa, sendo o trabalho no posto de meio período, elas deixam tudo pronto em casa antes de irem para o trabalho, o que não conseguiram trabalhando no distrito pois não dariam conta da jornada de trabalho, além dos cuidados com os filhos, e na maior parte das vezes, forçosamente também com os maridos. (Jornal do Comercio, edição de 23 de fevereiro de 1986, p.13).

A trajetória de Francy, como descrita em sua fala, oferece uma visão clara da diversidade de papéis que as mulheres podem desempenhar em contextos de luta social e política. A experiência dela, que começou na função de doméstica e caminhou para um papel ativo no movimento social e na luta contra a violência de gênero, evidencia como as mulheres muitas vezes se veem forçadas a se engajar profundamente em questões sociais e políticas para promover mudanças significativas em suas comunidades.

Francy relata seu envolvimento inicial na luta contra a violência doméstica no bairro Jorge Teixeira, onde, junto a outras mulheres, fundou o Centro de Defesa da Mulher. Este grupo não apenas ofereceu suporte e proteção para vítimas de violência, mas também promoveu a educação política e o empoderamento feminino. A criação desse centro reflete a importância

das mulheres na mobilização e organização de respostas comunitárias às injustiças sociais, demonstrando que elas frequentemente assumem papéis de liderança em contextos nos quais a violência e a desigualdade são prevalentes.

A experiência de Francy também revela um aspecto mais amplo do ativismo feminino, que se manifesta em sua participação na Marcha Mundial das Mulheres. Sua jornada demonstra o papel das mulheres como agentes de mudança, que não apenas identificam e abordam as necessidades locais, mas também se conectam com movimentos globais para fortalecer a luta por igualdade e justiça. Isso evidencia que o ativismo feminino muitas vezes transcende fronteiras locais, contribuindo para uma rede mais ampla de apoio e solidariedade.

> Não, eu não tenho formação, a minha profissão sempre foi, é, à princípio eu fui doméstica e depois a gente entrou na luta do movimento social, né, já- eu já tinha o quê quando eu entrei… meu fi- eu casei com vinte e quatro, é, eu acho que eu já tinha uns vinte e poucos anos quando eu entrei nessa luta do movimento social já na questão da mulher, da violência contra a mulher, ali no barrio Jorge Teixeira, né, na na iniciando aquele bairro, é, tinha muita violência doméstica, né, e muito estupro, e aí a Mariene, ela… isso já- a gente já enquanto partido, né, a gente tinha essa necessidade de de tá fazendo um trabalho nesses barrios distantes, né, aonde eram ocupações, né, que não tinham todos os serviços, né, e aí as mulheres ficavam muito, é, nessa… na questão da violência, e aí eu lembro que a gente formou um grupo, né, Centro de Defesa da Mulher, aonde a gente, é, ia- levava as formações políticas, partidárias, que era que era necessário, né, e também essas formações da… do empoderamento das mulheres, entendeu, e a gente começou ali no Jorge Teixeira, depois do Jorge Teixeira, é, eu lembro que foi meu primeiro movimento de mulheres, meu primeiro… né, nessa questão, aí veio a Marcha Mundial das Mulheres, né, eu não lembro quantos anos faz que eu tô na Marcha Mundial (riso contido).

No entanto, enquanto Francy e outras mulheres estão na linha de frente da luta por direitos e igualdade, a representação das mulheres na mídia frequentemente se distancia de suas contribuições reais e se concentra em aspectos redutivos e sensacionalistas. A análise da cobertura da imprensa em Manaus, como exemplificado pela notícia do Jornal do Comércio sobre o carnaval, revela como o corpo feminino é frequentemente criminalizado e objetificado. A reportagem, que discute o erotismo e a obscenidade das mulheres que aparecem nuas, reflete uma prática comum de reduzir as mulheres a estereótipos sexuais, desconsiderando suas contribuições significativas e o impacto real de suas ações.

A criminalização, principalmente de seus corpos, também se dá em inúmeros momentos, para além da sua organização dentro dos movimentos. Em ocasiões festivas como o carnaval, as mulheres são constantemente associadas pelas manchetes com conteúdo sexuais. A notícia “Carnaval: erotismo não é obscenidade”, discute sobre mulheres que apareceram completamente nuas, o que para o jornal fica entre o erotismo e a obscenidade. E ainda afirma

o corpo editorial que não deixariam passar em branco esse exagero feito pelas escolas de samba em Manaus no carnaval de rua e transmitida pelas emissoras. A prática de criminalização do corpo feminino evidencia aí interesses múltiplos, sobretudo comerciais. (Jornal do Comércio, edição de 13 de fevereiro de 1986, p.2).

Essa discrepância entre o papel ativo das mulheres na luta social e sua representação na mídia evidencia um problema mais profundo de reconhecimento e valorização. Enquanto Francy e outras mulheres lutam por mudanças sociais e pelo empoderamento feminino, a mídia frequentemente reforça narrativas que minimizam ou desconsideram essas contribuições, focando em aspectos comerciais e sensacionalistas. Isso não apenas distorce a percepção pública do papel das mulheres, mas também perpetua a desigualdade e a marginalização.

Portanto, a experiência de Francy, assim como a cobertura midiática da época, revela a complexidade das questões enfrentadas pelas mulheres e a necessidade de um reconhecimento mais profundo e honesto de suas contribuições e desafios. A diferença entre a atuação efetiva das mulheres em movimentos sociais e sua representação na mídia é um reflexo de uma dinâmica mais ampla de desigualdade e falta de reconhecimento, que precisa ser abordada para garantir uma representação mais justa e equitativa das mulheres na sociedade.

2.1 MOVIMENTO DE DONAS DE CASA: O BOICOTE A FOME E A PERCEPÇÃO DE CLASSE

O movimento de donas de casa e o boicote aos preços de carne na década de 70 e 80 foi um exemplo de resistência civil e de participação política das mulheres no Brasil. O movimento mostrou que as donas de casa não eram apenas responsáveis pelo cuidado da família, mas também tinham voz e opinião sobre os problemas do país. O movimento também contribuiu para a formação de uma consciência crítica e cidadã entre as mulheres, que passaram a se envolver mais em outras causas sociais e políticas.

A iniciativa em Manaus apresenta diferenças significativas em relação aos movimentos semelhantes observados em outras partes do Brasil, como em São Paulo. Lá, o boicote foi amplamente coordenado por telefone, facilitado pela participação de indivíduos da classe média que tinham acesso a meios de comunicação mais sofisticados. Em contraste, o boicote em

Manaus foi organizado de maneira mais direta e local, através de convites pessoais às vizinhas e amigas. Este método demonstra a adaptação dos métodos de mobilização às condições e recursos disponíveis na região.

A exigência das donas de casa para que o Governo do Estado adote uma política mais popular que reduza o preço da carne reflete uma busca por justiça econômica. Elas pedem não apenas um alívio imediato para o custo de vida, mas também uma abordagem mais inclusiva e sensível às necessidades das massas assalariadas que lutam para se manter. Essa demanda por ação governamental é um chamado para uma política que considere e atenda às realidades dos cidadãos menos favorecidos.

O boicote proposto visa impactar o mercado ao reduzir a demanda por carne, esperando que isso leve a uma diminuição dos preços. A expectativa é que, se um número significativo de pessoas participar do boicote, a oferta e a demanda possam se equilibrar, forçando uma revisão dos preços praticados pelos fornecedores. Embora o sucesso de tal estratégia dependa da adesão em massa, a ação demonstra o poder do consumo coletivo como ferramenta de protesto e mudança.

(Figura 20 - Jornal do Comércio, “Donas de casa boicotam a carne por falta de dinheiro na bolsa, Caderno Geral, 08 de fevereiro de 1980)

> Os altos preços cobrados pela carne bovina e suína levaram algumas donas de casa amazonenses a se reunirem e iniciarem um boicote aos preços, similar ao que ocorre atualmente em outras cidades brasileiras. A iniciativa partiu das senhoras Ana Maria Gonçalves, Luzanira Batista de Carvalho e Dária Péres da Silva, durante uma conversa sobre o crescente custo de vida no bairro do Coroado. Elas destacaram, entretanto, que apenas estão retomando o boicote,

> uma vez que "o pobre já boicota obrigatoriamente, por não ter dinheiro", uma prática que já existe há bastante tempo.
>
> Em entrevista ao *Jornal do Comércio*, as donas de casa exigiram do Governo do Estado uma ação mais popular que diminuísse o preço da carne e beneficiasse as massas assalariadas, que não têm condições de adquirir o produto.
>
> O método de atuação é diferente do empregado em São Paulo. Lá, o movimento foi praticamente deflagrado por telefone, pois os participantes eram integrantes da classe média. Aqui, o convite para o boicote deve ser feito por meio de convites diretos às vizinhas e amigas, já que o poder das líderes do movimento não permite a utilização do telefone. Elas esperam uma participação em massa de todas as donas de casa, acreditando que, se o boicote for mantido por um período de duas semanas, por exemplo, sem comprar carne, os preços sofrerão uma diminuição. (Jornal do Comércio, Caderno Geral, 08 de fevereiro de 1980.)

O boicote das donas de casa foi uma resposta direta ao aumento exorbitante dos preços de carne, um item essencial na dieta de muitas famílias de baixa renda. A ação dessas mulheres revelou uma estratégia de resistência que se distanciava das práticas típicas da classe média, como visto em São Paulo, onde o boicote foi orquestrado majoritariamente por telefone. Em Manaus, o movimento adotou uma abordagem mais comunitária, com convites diretos às vizinhas e amigas, refletindo a natureza local e a capacidade organizacional das líderes.

Essa mobilização não apenas criticava a política de preços, mas também buscava uma ação governamental mais eficaz e voltada para as necessidades das camadas sociais menos favorecidas. As líderes do movimento argumentaram que a ausência de alternativas acessíveis obrigava os mais pobres a boicotar a carne por falta de dinheiro, uma realidade que já existia há algum tempo. Assim, elas pressionavam o governo para que tomasse medidas que facilitassem o acesso ao produto essencial para a dieta das famílias trabalhadoras.

O impacto deste boicote transcendeu a simples luta contra o aumento dos preços. Ele simbolizou uma forma de conscientização política e cidadã das mulheres, que passaram a se engajar mais profundamente em outras questões sociais e políticas. Através dessa ação, as donas de casa não apenas desafiaram a política econômica vigente, mas também fortaleceram a ideia de que sua participação ativa era crucial para a mudança social.

O movimento mostrou que, mesmo sem recursos sofisticados, é possível criar uma rede de apoio e mobilização eficaz para enfrentar desafios comuns. A estratégia de contato direto e a organização comunitária evidenciam a capacidade das mulheres de transformar suas realidades e influenciar políticas públicas. Assim, o boicote das donas de casa não foi apenas

uma resposta ao problema imediato dos preços elevados, mas também uma manifestação da crescente consciência política e social entre as mulheres da época.

> Embora o boicote, em seu sentido estrito, signifique o rompimento de relações comerciais entre países ou classes sociais, como ocorreu, por exemplo, entre os Estados Unidos e a União Soviética, as donas de casa em Manaus utilizaram o termo para protestar contra o aumento descontrolado do custo de vida, que impede até mesmo os mais pobres de comprar itens essenciais, como a carne popularmente conhecida como jaraqui.
>
> No entanto, as donas de casa de baixa renda, que representam a classe mais numerosa da sociedade, expressaram que o boicote é uma estratégia que parece ser voltada apenas para pessoas com maior poder aquisitivo. Lizanira Batista de Carvalho e Rita Augustim de Souza, duas líderes da campanha, destacaram que "este tal de boicote é uma coisa de gente que tem dinheiro", e enfatizaram a necessidade de redução dos preços para que os pobres possam ter acesso ao que precisam para se alimentar.
>
> Rita Augustim de Souza, uma das manifestantes líderes, mencionou que o boicote não pode partir das donas de casa de baixa renda, pois elas próprias enfrentam dificuldades financeiras e estão impedidas de comprar carne há cerca de quatro anos. Somente com o apoio das senhoras de classe média é que o boicote pode ser efetivamente implementado.” (Jornal do Comércio, Caderno Geral, “Donas de casa prosseguem o boicote para governo baixar o preço da carne”, 09 de fevereiro de 1980.)

Embora a prática de boicote em Manaus não se configure como um rompimento formal de relações comerciais, ela representa uma tentativa de exercer pressão econômica sobre os preços abusivos que têm restringido o acesso de famílias de baixa renda a alimentos básicos. No entanto, o movimento enfrenta críticas internas, principalmente das próprias donas de casa de menor poder aquisitivo, que veem o boicote como uma estratégia predominantemente voltada para as classes mais abastadas.

Lizanira Batista de Carvalho e Rita Augustim de Souza, líderes da campanha, destacam que o boicote pode ser visto como uma tática de quem possui maiores recursos financeiros, alegando que “este tal de boicote é uma coisa de gente que tem dinheiro”. Essa visão crítica ressalta uma lacuna importante: a incapacidade das donas de casa de baixa renda de implementar o boicote de forma autônoma, devido à sua própria precariedade econômica. Rita Augustim de Souza enfatiza que essas mulheres estão impedidas de adquirir carne há anos e que, sem o suporte das senhoras de classe média, o boicote seria ineficaz.

Portanto, o movimento das donas de casa em Manaus evidencia um cenário complexo em que a estratégia de boicote, embora inspirada por práticas semelhantes em outras partes do Brasil, enfrenta desafios específicos. A mobilização por parte das mulheres de classe média é essencial para a realização do boicote, refletindo uma interseção entre classe social e capacidade

de ação política. Este exemplo evidencia como a luta por justiça econômica e social pode ser marcada por tensões internas, em que as estratégias adotadas nem sempre atendem uniformemente às necessidades e capacidades de todos os envolvidos.

Ainda assim, o movimento de boicote aos preços da carne na década de 70 em Manaus, liderado por figuras como Alexandra Moraes, Marizete Lima de Moura, Márcia Macedo Martins, Marta Vidal e Maria do Rosário Reís, sublinha um momento significativo na história da participação política feminina no Brasil. Essas mulheres, residentes no Parque Adrianópolis e pertencentes a camadas sociais elevadas, usaram sua influência e recursos para abordar um problema crucial: o alto custo da carne, que estava tornando o produto inacessível para as camadas mais carentes da população.

O movimento de boicote, promovido por essas donas de casa, desafiou as expectativas tradicionais de gênero ao mostrar que suas preocupações e ações não se limitavam apenas ao âmbito doméstico, mas se estendiam à esfera pública e política. A decisão de organizar um boicote não foi apenas uma forma de protesto contra os preços abusivos, mas também um meio de exercer uma pressão direta sobre os responsáveis pelos preços do mercado, destacando o papel das mulheres na luta por justiça econômica e social.

O envolvimento dessas mulheres na organização e liderança do movimento aponta a crescente conscientização política entre as donas de casa na década de 70. Em um contexto no qual a participação política feminina frequentemente era restrita a papéis tradicionais, essas ações revelam uma transformação nas expectativas e nas capacidades das mulheres para influenciar questões públicas. O boicote não apenas visava reduzir os preços da carne, mas também simbolizava um avanço na participação ativa das mulheres em questões sociais, demonstrando que elas eram capazes de unir esforços e recursos para provocar mudanças significativas.

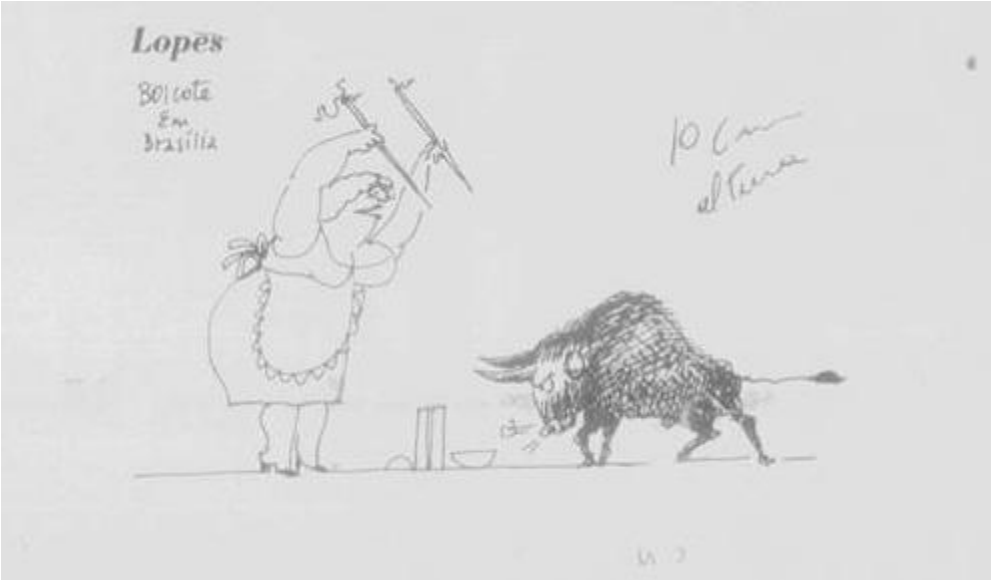
(Figura 21 - Jornal do Comércio, Caderno Geral, página 02, 22 de fevereiro de 1980.)

> As senhoras Alexandra Moraes; Marizete Lima de Moura: Marcia Macedo Martins; Marta Vidal e Maria do Rosário Reís, residentes no Par- que Adrianópolis, estão liderando, em Manaus, o boicote da carne verde num movimento que visa tão somente fazer baixar os preços do produto, para que sejam dadas condições capazes das pessoas de baixa renda adquirirem a carne, pois, como se vem observando, muita gente pertencente às camadas mais carentes, já deixou de adquirir o artigo nos mercados e feiras da cidade, tendo em vista o alto preço.
> Essas senhoras, pertencentes a meios elevados, estiveram reunidas, mais uma vez, à tarde de ontem, na mansão de dona Marcia Macedo Matins discutindo o momentoso problema, oportunidade em que acenava nossa reportagem e que foi gentilmente recebida por aquelas distintas demais." (Jornal do Comércio, Caderno Geral, 22 de fevereiro de 1980, p. 02)

Além de sua importância imediata no combate à inflação dos preços, o movimento também contribuiu para a formação de uma consciência crítica e cidadã entre as mulheres. Através dessa experiência, muitas mulheres começaram a reconhecer seu poder de mobilização e a importância de se engajar em outras causas sociais e políticas. Esse processo de conscientização e participação foi crucial para o desenvolvimento de uma agenda política mais inclusiva e representativa no Brasil.

O legado desse movimento de boicote aos preços da carne reflete uma mudança na percepção do papel das mulheres na sociedade. Ao se posicionarem como agentes ativos na luta por justiça econômica, essas mulheres não apenas desafiavam a ordem estabelecida, mas também ajudavam a pavimentar o caminho para uma maior participação feminina em outras áreas de ativismo e política. O movimento exemplifica como a resistência civil e a participação política podem emergir de iniciativas aparentemente simples, mas profundamente significativas, contribuindo para mudanças sociais e políticas mais amplas.

> A CAMPANHA do boicote da carne verde, por parte das donas de casa e que já alcançou resultados alentadores no sul do país, tem agora amplitude nacional e chega ao Amazonas, mais propriamente a Manaus, liderada por um grupo de senhoras que de forma nenhuma pretendem auto-promoção, como fizeram questão de sublinhar à reportagem associada, mas têm o único e meritório objetivo de apoiar o governo de José Lindoso combatendo a panela vazia e opondo-se ao descarado assalto à bolsa do povo, cometido por estabelecimentos diversos e açougues que marcam e remarcam os preços a seu livre arbítrio na ganância de lucro fácil e desenfreado.
>
> A CAMPANHA em marcha estende-se já por setores significativos da cidade, e somam-se as adesões ao movimento, desde a população abastada até às camadas sociais mais humildes, praticamente sem condições mínimas de adquirirem, pelos preços atuais, a carne de que necessitam.
>
> NESTE sentido, as senhoras que lideram o boicote já fizeram ver superiormente que as camadas mais carentes da nossa população deixaram de adquirir o artigo nos mercados e feiras da cidade perante os preços proibitivos, como sublinham, e que as classes média e pobre cerrem fileiras em torno da campanha e do próprio governo para que se venham a atingir resultados positivos." (Jornal do Comércio, "Vamos ao Boicote", Caderno Opinião, 23 de fevereiro de 1980, p. 04)



(Figura 22 - Jornal do Comércio, "Vamos ao Boicote", Caderno Opinião, , 23 de fevereiro de 1980, p. 04)

O movimento de boicote à carne liderado por donas de casa em Manaus, conforme relatado pelo Jornal do Comércio, demonstra um momento significativo de mobilização civil e participação política no Brasil da década de 1980. Inicialmente, a campanha teve sucesso no sul do país e expandiu sua influência nacionalmente, alcançando o Amazonas. Este movimento destaca o papel ativo das mulheres na resistência contra o aumento descontrolado dos preços e na luta por justiça econômica.

Embora o boicote, em seu conceito tradicional, se refira ao rompimento de relações comerciais entre países ou classes sociais, as donas de casa em Manaus adaptaram o termo para expressar sua insatisfação com a escalada dos preços da carne, um item essencial na dieta popular. A utilização do termo "boicote" neste contexto reflete a adaptação local do conceito de resistência, enfatizando a necessidade de intervenção para proteger o poder aquisitivo das camadas mais vulneráveis da população.

O movimento é liderado por um grupo de mulheres que, apesar de afirmar não ter interesse em auto-promoção, buscam, de forma meritória, apoiar o governo na luta contra o que consideram um "descarado assalto à bolsa do povo." A crítica é dirigida a estabelecimentos comerciais e açougues que praticam aumentos abusivos de preços, explorando a vulnerabilidade econômica das famílias de baixa renda.

A campanha se estende por diversos setores da cidade, abrangendo desde a população mais abastada até as camadas sociais mais humildes, que enfrentam dificuldades para adquirir carne devido aos preços elevados. Essa ampla adesão demonstra a relevância do movimento e a capacidade das mulheres de mobilizar diferentes segmentos da sociedade em torno de uma causa comum.

No entanto, as líderes do boicote destacam uma questão crucial: as camadas mais carentes da população são as mais afetadas pelos altos preços e, muitas vezes, são forçadas a abrir mão da carne devido à sua impossibilidade financeira. Portanto, é fundamental que as classes média e baixa se unam à campanha para pressionar o governo e os comerciantes a adotarem medidas que garantam a acessibilidade dos alimentos básicos.

A charge mencionada na notícia oferece uma crítica visual e irônica ao movimento de boicote promovido pelas donas de casa, destacando a dinâmica política e econômica envolvida na questão dos preços elevados.

Na charge, uma mulher com avental de estilo tradicional de dona de casa e sapatos de saltinho é retratada segurando duas agulhas de crochê. A figura da mulher, com um visual doméstico e um tanto caricatural, sugere um contraste entre a natureza cotidiana das tarefas domésticas e o ato político de boicote que ela está realizando. O uso das agulhas de crochê pode simbolizar a habilidade e o trabalho que essas mulheres empregam em suas lutas, mas também pode ser interpretado como uma ironia ao sugerir que as soluções propostas são tão simples quanto criar um item artesanal.

O título "boicote em Brasília", escrito na charge, faz referência direta ao movimento, posicionando-o no contexto da capital federal. A escolha de Brasília como cenário visual, com

seus famosos prédios e cúpulas representadas ao fundo, reforça a conexão com o governo e a política nacional. A presença de um boi ou touro de aparência agressiva, localizado abaixo da mulher e destacado de forma proeminente, serve como uma metáfora para a pressão e a força das políticas econômicas que estão sendo desafiadas. O boi pode simbolizar a força bruta dos aumentos de preços e a resistência das forças comerciais contra as demandas populares.

A charge, criada por Lopes, utiliza o humor e a crítica visual para comentar sobre a discrepância entre o esforço das donas de casa em Manaus e a resposta política e econômica que esperam. Ela sugere que, apesar das boas intenções e da mobilização das mulheres, as questões de política econômica e de preços são tratadas de forma distante e muitas vezes insensível pelos órgãos governamentais e pelos centros de poder em Brasília.

Essa representação visual é um meio eficaz de transmitir a complexidade e a frustração em torno do boicote, evidenciando a tensão entre o esforço local e as forças políticas e econômicas mais amplas que afetam a vida cotidiana das pessoas. A charge encapsula a ironia da situação e a percepção de que as ações das donas de casa, embora significativas, enfrentam desafios substanciais ao tentar impactar a política econômica nacional.

As donas de casa se organizavam pelo boicote aos preços e contra a fome em 1970 de várias formas, formando clubes de mães, associações e comunidades eclesiais de base, que discutiam os problemas sociais e econômicos do país e buscavam soluções coletivas; Participando de manifestações nas ruas, nos mercados e nos açougues, exigindo a redução dos preços e a melhoria da qualidade dos produtos; Fazendo campanhas de conscientização e educação alimentar, incentivando o consumo de outros tipos de proteína, como ovos, leite e peixe; Criando redes de solidariedade e apoio mútuo, trocando experiências, informações e alimentos entre si; Denunciando as injustiças e violações dos direitos humanos cometidas pelo regime militar, especialmente contra os presos políticos e seus familiares.

A fala de Francy oferece uma perspectiva vívida da situação de pobreza e da luta contra a fome no bairro Praça 14, em Manaus, durante a década de 1980. Ela descreve um bairro composto principalmente por pessoas pretas, destacando suas raízes históricas ligadas à formação de um quilombo. Francy recorda sua infância marcada pela presença de manifestações culturais, como os bois-bumbás e a dança indígena da Tribo dos Andirás, que animavam a vida na comunidade.

No entanto, em meio a essas lembranças alegres, Francy também aponta para a realidade da fome que assolava muitas famílias do bairro. Ela destaca o papel crucial de indivíduos como o senhor que realizava um trabalho social no Canto da Peixada. Esse senhor distribuía filés de

peixe e ossadas para famílias carentes, aliviando a fome de muitas delas. Essa ação exemplifica a importância dos movimentos comunitários e do apoio mútuo dentro dos bairros para combater a fome e a pobreza.

É evidente que as donas de casa desempenhavam um papel fundamental nessa luta contra a fome. Francy menciona a distribuição de alimentos feita pelo senhor do Canto da Peixada como uma iniciativa que ajudou a alimentar várias famílias carentes. Além disso, ela destaca a participação das mulheres no movimento de bairro, indicando que elas não apenas cuidavam de suas famílias, mas também se envolviam ativamente em ações para combater a fome e apoiar os membros mais vulneráveis da comunidade.

> A minha infância, é, o que eu lembro era assim, nós sempre fomos pobres, né, e a Praça 14 é um bairro… de pessoas pretas, que veio… do- ali onde se formou o quilombola, né, mas é um bairro praticamente de pessoas pretas, né, e o que eu lembro, assim, da minha infância, são os bois-bumbás que a gente brincava na rua, na época não era asfaltado, tinha a Tribo dos Andirás, não sei se vocês lembram, era uma… era uma dança indígena, né, que… que trazia muito turista pra aquele pedaço naquela época, né, a gente morava- tinha o Canto da Peixada, que a gente morava bem próximo do Canto da Peixada, e o Canto da Peixada, aque-aquele senhor, que eu esqueço o nome dele, ele fazia um um trabalho social na comunidade que era muito interessante, que depois que a gente foi perceber que aquilo era um trabalho social, né, ele… era um um… eles só usavam a… do peixe, o filé do peixe, e aquelas ossadas eles distribuíam pras famílias carentes, e ali muitas vezes ele matou muita fome de várias famílias ali, como também, hoje eu acho que não sei se ainda existe, uma panificadora Rainha Isabel, que tem bolachas, massas, né, mas na época que era panificadora também eles faziam esse serviço social porque o bairro Praça 14 era um bairo muito carante, né, e aí eles também distribuíam pão de manhã cedo, então a família que acordasse cedo ia lá e pegava um um… uma determinada quantidade de pães, então isso também matou a fome de muita gente ali, e ali, é, já foi me acendendo um pouco o que é trabalhar com comunidade, chamando a atenção um pouco pra isso, né, pra que e-essa- é, a importância que tinha esses comerciantes de darem um um uma vida mais, como é que eu vou dizer, é… pra aquelas famílias que tinha dias que não tinham o que comer, comiam aquilo que eles davam, né, então o que eu lembro bem da minha infância ali da Praça 14 é isso. (Francy)

A análise da participação das donas de casa e da comunidade em ações contra a fome revela um aspecto significativo da luta pela justiça social e pelo bem-estar coletivo, evidenciado pela memória de Francy sobre sua infância no bairro Praça 14 em Manaus. Essa narrativa não apenas demonstra a contribuição crucial das mulheres na sustentação e fortalecimento da rede de apoio comunitário, mas também oferece um panorama sobre como ações locais podem impactar a vida das pessoas em situações de vulnerabilidade.

A presença de iniciativas como a distribuição de ossadas de peixe pelo senhor do Canto da Peixada e o fornecimento de pão pela panificadora Rainha Isabel demonstra a importância da solidariedade e do apoio mútuo em comunidades carentes. Esses exemplos destacam como figuras locais, muitas vezes sem grandes recursos financeiros, podem fazer a diferença na vida dos menos favorecidos. A ajuda oferecida por essas instituições não apenas aliviava a fome imediata, mas também servia como um pilar de sustentação para famílias que enfrentavam dificuldades econômicas severas.

Francy menciona que, na época, as donas de casa não se limitavam a cuidar de suas próprias famílias, mas também se envolviam ativamente em esforços para melhorar as condições de vida na comunidade. Essa participação ativa das mulheres reflete uma mobilização social significativa, em que elas desempenhavam papéis que transcendem os limites do lar e entram na esfera pública, confrontando desafios sociais e econômicos com um espírito de colaboração e empatia.

O relato da infância de Francy também é significativo ao mostrar como as memórias de atividades culturais e iniciativas comunitárias moldaram sua percepção do trabalho social. A recordação de bois-bumbás e danças indígenas sugere que a comunidade não apenas enfrentava dificuldades, mas também se engajava em práticas culturais que ajudavam a unir e fortalecer o tecido social.

Este panorama evidencia que, embora o contexto econômico e social possa ser desafiador, a mobilização comunitária e a solidariedade têm o potencial de criar redes de apoio que oferecem um alívio essencial para aqueles em necessidade. Além disso, demonstra como ações localizadas e a participação ativa das donas de casa podem ser ferramentas poderosas na luta contra a fome e na promoção de um maior equilíbrio social. As iniciativas mencionadas não apenas forneceram alívio imediato, mas também reforçaram a importância do envolvimento comunitário e da ação colaborativa em tempos de crise.

Também na fala marcante de Luiz Borges concedida a pesquisa ele relata o problema da fome e da carestia de alimentos, assim como as alternativas que sua mãe encontrava na época para garantir o sustento e alimentação da família:

> inclusive eu levei uma queda dum… acho que foi dum cupuaçuzeiro, até tenho umas costelas montadas, tentando tirar o cupuaçu pra gente comer, e a gente comia muita castanhola ali no… aqui no… Parque Amazonense, onde tinha antigamente um estádio de futebol, e ali tinha muita mangueira e castanholeira, na época da man- da mangueira a gente fazia festa, na época da castanhola, que ela dá mais constante, a gente comia muito, essa castanhola que existe, ainda existe hoje, ela rompe assim no solo, mas é muito

> interessante, eu comia co- hoje eu já tentei comer várias vezes, ela não é boa, é muito rancen- rancenssa assim, muito travosa, né, e à época a gente tinha isso, então nesse momento da época do do período da ditadura deu pra perceber que era muito difícil pra quem era pobre, não sei se tu me imagina assim na política, como eu falei, entender, foi em oitenta eu com treze anos, que eu tava fazendo a… acho que era quinta série, sexta série, era nesse nível, então eu observei que tinha muito isso, mas o entorno daquilo, que a minha mãe ganhava muito pouco e não se conseguia sobreviver. (Borges)

A fala de Luiz Borges sobre a fome e a carestia de alimentos durante a ditadura oferece uma perspectiva crítica e reveladora das condições socioeconômicas enfrentadas por famílias pobres na época. Este testemunho evidencia não apenas a dificuldade diária de garantir a alimentação básica, mas também destaca as respostas adaptativas que surgem em contextos de crise.

Primeiramente, a experiência de Luiz Borges demonstra o impacto severo da escassez de alimentos sobre a vida das famílias de baixa renda. O esforço de colher cupuaçu, um fruto nativo, e a dependência de alimentos como a castanhola sublinham a realidade dura enfrentada pelas comunidades pobres. A dificuldade em acessar alimentos essenciais revela uma falha estrutural na distribuição de recursos e na política econômica da época, que perpetuava a desigualdade e a fome entre os mais vulneráveis.

Além disso, o relato evidencia a capacidade de adaptação e a resiliência das famílias em meio à adversidade. A busca por alternativas alimentares e a celebração de colheitas locais, apesar das limitações e desafios, são formas de resistência e sobrevivência. Este comportamento adaptativo não é apenas uma reação à carestia, mas também um reflexo de uma cultura de sobrevivência moldada por condições econômicas adversas.

A referência ao período da ditadura é particularmente significativa, pois contextualiza a crise alimentar dentro de um ambiente político e econômico mais amplo. A ditadura civil-militar foi marcada por repressão e desigualdade, e os relatos como o de Luiz Borges demonstram como as políticas à época influenciaram diretamente as condições de vida das populações mais pobres. A dificuldade em prover o sustento básico em um cenário de repressão política e econômica amplifica a necessidade de uma análise crítica sobre as políticas públicas e a sua eficácia em enfrentar as crises alimentares.

O testemunho de Luiz Borges também ressalta a importância de considerar as experiências individuais dentro de um contexto mais amplo de políticas econômicas e sociais. É fundamental que as políticas de assistência social e segurança alimentar sejam projetadas com uma compreensão profunda das realidades vividas pelas comunidades mais afetadas. A

capacidade de adaptação das famílias não deve obscurecer a necessidade de reformas estruturais que abordem as causas profundas da fome e da desigualdade.

Borges segue sua fala apontando contrapontos entre sua realidade hoje e a vivida pela família na década de 1980:

> Hoje o meu filho é vegano extremo, né, acho estranho, ele é vegano de tudo, aí o meu primeiro bife eu me lembro aos sete anos eu fui pra escola, o sabor do bife, eu lembro super até- eu sou eu sou apaixonado por carne, mas eu me recordo do bife aos sete anos de idade, então não sei se antes dos sete anos eu tinha comido carne, mas eu me recordo do sabor do bife aos sete anos indo pra escola, foi um bife que eu vi, vi não, que eu pude comer, na casa da minha mãe quando a gente tava morando de alu- que a gente morou muito de aluguel, no Beco do Macedo, a gente morou de aluguel em vários lugares, mas a gente era despejado de todo canto por causa da questão do pagamento do aluguel, né, um negócio interessante, por isso que depois, já em oitenta e um, acabou que nós tivemos que voltar pra casa do meu avô onde tinha o terreno, tinha a parte lá dela, ela teve que se ceder realmente, dizer "pô, eu tenho que voltar porque eu não tenho condições mais de pagar aluguel", então imagina assim, que eu não tenho ideia de quanto era aluguel, de como era, né, mas era uma situação muito difícil, então esse esse período foi muito estranho pra mim, mas a coisa boa, que eu digo assim, que eu tinha de consciência, era que tinha que estudar, tinha que estudar, acontecesse o que acontecesse tinha que estudar, e eu acho que essa essa coisa que a minha mãe me passou do estudo. (Borges)

A experiência narrada sobre o bife e a dificuldade com o aluguel revela contrastes significativos que ajudam a entender o impacto das condições econômicas na vida das pessoas. A lembrança do sabor do bife, um prazer simples, destaca a importância da carne como alimento essencial e a frustração que surge quando este item básico se torna inacessível devido a preços elevados. O boicote aos preços da carne, portanto, não é apenas uma protesto contra o custo elevado, mas uma tentativa de restaurar o acesso a um alimento que é crucial para a satisfação e a dignidade alimentar.

A dificuldade enfrentada em relação ao aluguel evidencia a instabilidade financeira comum em famílias de baixa renda. A necessidade de se mudar frequentemente devido à incapacidade de pagar o aluguel demonstra a pressão constante que essas famílias enfrentam. O boicote pode ser visto como uma resposta direta a essa pressão, buscando aliviar a carga financeira e garantir que alimentos essenciais, como a carne, se tornem mais acessíveis.

A decisão de retornar à casa do avô por não conseguir arcar com o aluguel sublinha a importância das redes de apoio familiar em tempos de crise. Esta situação destaca como as famílias se apoiam mutuamente para enfrentar dificuldades econômicas, um aspecto que também reforça a necessidade de ações coletivas, como o boicote, para provocar mudanças

estruturais. A mobilização coletiva contra os preços altos é uma forma de resistência que busca pressionar políticas para uma maior justiça econômica.

Além disso, a ênfase na educação como um caminho para superar dificuldades reforça o paralelo entre esforços individuais e coletivos. Assim como a educação é vista como um meio para melhorar a qualidade de vida, o boicote é uma ação coletiva que visa criar condições mais justas e acessíveis para todos. Essa comparação evidencia que, enquanto o boicote enfrenta uma crise imediata de acesso a alimentos, a educação é uma estratégia a longo prazo para combater a desigualdade econômica e social.

A reação das donas de casa amazonenses ao aumento dos preços da carne bovina e suína é um exemplo claro de como a mobilização popular pode surgir em resposta a crises econômicas locais. Em fevereiro de 1980, um grupo de mulheres, liderado por Ana Maria Gonçalves, Luzanira Batista de Carvalho e Dária Péres da Silva, iniciou um boicote aos preços da carne no bairro do Coroado, em Manaus. Este movimento reflete uma estratégia de resistência frente a um problema econômico que afeta diretamente a vida cotidiana de muitas pessoas.

O boicote surgiu em um contexto de crescente custo de vida, em que a carne, essencial na dieta local, tornou-se inacessível para grande parte da população. As donas de casa expressaram, em entrevista ao Jornal do Comércio, que a situação econômica forçou as pessoas a boicotarem produtos devido à falta de recursos. O boicote, então, não é apenas uma ação de protesto, mas também um reflexo de uma prática histórica na qual a população de baixa renda é forçada a se unir contra preços exorbitantes devido à sua situação financeira precária.

> Os altos preços cobrados pela carne bovina e suína levaram algumas donas de casa amazonenses a se reunirem e iniciarem um boicote aos preços, como ocorre atualmente em outras cidades brasileiras. A iniciativa partiu das senhoras Ana Maria Gonçalves, Luzanira Batista de Carvalho e Dária Péres da Silva, durante uma conversa sobre o crescente custo de vida no bairro do Coroado. Elas disseram, entretanto, que apenas estão reforçando o boicote "porque o pobre boicota obrigatoriamente, por não ter dinheiro, contra os preços da carne, já existe há bastante tempo".
>
> Falando para o Jornal do Comércio, as donas de casa exigiram do Governo do Estado uma atitude mais popular que diminua o preço da carne e beneficie as largas massas assalariadas sem condições de comprar a carne.
>
> O método de atuação é diferente do empregado em São Paulo. Lá, o movimento foi praticamente deflagrado por telefone, pois os participantes eram integrantes da classe média.
>
> Aqui, o convite para o boicote deve ser feito através de convites às vizinhas e amigas, já que o poder das líderes do movimento não permite a utilização do telefone. Elas esperam uma participação em massa de todas as donas de casa.

Se o boicote for feito por um prazo considerável, como duas semanas, sem comprar carne, os preços provavelmente sofrerão uma diminuição. (Jornal do Comércio. Donas de casa boicotam a carne por falta de dinheiro na bolsa. Caderno Geral, 8 fev. 1980).

(Figura 23 - Jornal do Comércio, “Donas de casa prosseguem o boicote para governo baixar o preço da carne”, Caderno Cidade, 09 de fevereiro de 1980).

Embora na verdade não exista um boicote, que significa o rompimento de relações comerciais entre classes ou nações, como no caso dos Estados Unidos com a União Soviética, as donas de casa estão utilizando o termo para protestar contra o galopante custo de vida, que não dá condições ao pobre de comprar nem mesmo o popular jaraqui.

As donas de casa de baixa renda, que representam a classe mais numerosa da sociedade, concordaram ontem que "esse tal de boicote é coisa de gente que tem dinheiro", e acrescentaram: "Nós queremos que os preços baixem para que os pobres tenham o que comer", frisaram Luzanira Batista de Carvalho e Rita Augustim de Souza, duas líderes da campanha.

Rita Augustim de Souza, uma das manifestantes líderes, disse que o boicote não pode partir delas, pois são bastante pobres e essa condição as impede de comprar carne há cerca de quatro anos. Somente com a ajuda de senhoras da classe média, o boicote pode ocorrer. (Jornal do Comércio. Donas de casa prosseguem o boicote para governo baixar o preço da carne. Caderno Cidade, 09 fev. 1980).

O trecho anterior apresenta a luta de donas de casa de baixa renda contra o aumento do custo de vida, especialmente no que diz respeito ao preço da carne. Embora o termo “boicote” seja utilizado de forma simbólica, essas mulheres, que representam a maior parte da sociedade, destacam a injustiça que enfrentam ao serem incapazes de comprar até mesmo alimentos básicos como o jaraqui. Esse movimento não é apenas uma forma de resistência, mas também uma denúncia de como o sistema econômico favorece aqueles com maior poder aquisitivo, deixando os mais pobres à margem.

As líderes do movimento, Luzanira Batista de Carvalho e Rita Augustim de Souza, reconhecem que o boicote tradicionalmente é uma estratégia de quem tem condições econômicas para renunciar ao consumo de certos produtos. Contudo, a realidade das donas de casa de baixa renda é que elas já estão há muito tempo impossibilitadas de adquirir carne, o que as coloca em uma posição de impotência diante dos altos preços. O movimento, portanto, ganha força com o apoio de mulheres de classe média, que têm mais recursos para efetivar o boicote e pressionar o governo e os mercados.

A inclusão de uma imagem de donas de casa na feira comprando peixe junto à notícia reforça a realidade enfrentada por essas mulheres. A imagem serve como uma representação visual da luta diária das classes menos favorecidas para conseguir alimentos, destacando a necessidade de buscar alternativas mais acessíveis, como o peixe, diante da impossibilidade de adquirir carne.

Essa representação visual intensifica o impacto da narrativa, mostrando que, enquanto o termo “boicote” pode parecer distante ou simbólico, para essas donas de casa é uma realidade prática e urgente. Elas não têm escolha a não ser recorrer a opções mais baratas para alimentar suas famílias. A imagem, portanto, complementa a denúncia textual ao tornar palpável a desigualdade econômica e a luta por sobrevivência em meio ao aumento do custo de vida. Ela humaniza a discussão, mostrando que por trás das estatísticas e dos protestos existem pessoas reais enfrentando dificuldades diárias para garantir o básico para suas famílias.

Esse episódio evidencia a disparidade social e econômica que permeia o Brasil, onde as classes mais vulneráveis sofrem as consequências diretas da inflação e do aumento dos preços sem ter mecanismos eficientes para reagir. A mobilização dessas mulheres é uma tentativa de reivindicar uma vida mais digna, em que o acesso aos alimentos básicos não seja um privilégio, mas um direito. Assim, o protesto delas vai além da simples recusa ao consumo, mas é uma crítica contundente a um sistema que perpetua a desigualdade.

A ação dessas senhoras revela uma preocupação social que transcende sua própria realidade econômica. Ao liderar um movimento que busca benefícios para os menos favorecidos, elas exemplificam a solidariedade entre classes e a capacidade de usar sua posição privilegiada para promover mudanças que impactam positivamente as classes mais vulneráveis.

No entanto, a organização desse boicote por pessoas de classes mais altas também levanta questões sobre a efetividade e a dinâmica dos movimentos sociais. Por um lado, o envolvimento dessas senhoras pode conferir maior visibilidade e pressão ao movimento. Por outro, pode ser visto como um movimento distante das necessidades reais das pessoas que enfrentam diretamente as dificuldades econômicas diárias, uma vez que a mobilização parte de um espaço de privilégio, como a mansão de Dona Márcia Macedo Martins.

Esse contraste ressalta a complexidade das lutas sociais em contextos de desigualdade. Embora o apoio de classes mais altas possa ser crucial para o sucesso de certos movimentos, é fundamental que esses movimentos mantenham um vínculo autêntico com as realidades das pessoas que pretendem beneficiar. A articulação entre diferentes classes em torno de uma causa comum pode ser poderosa, mas também exige sensibilidade e atenção para garantir que as vozes dos mais necessitados sejam ouvidas e representadas de maneira justa.

> Um grupo de donas de casa, que está mobilizando o povo de Manaus para boicotar os preços da carne, esteve ontem de manhã com o prefeito José Fernandes, no Paço da Liberdade, reivindicando a fiscalização dos preços estabelecidos pela SUNAB nas feiras e mercados, bem como pedindo medidas sociais que possibilitem melhorias na vida e na alimentação da população.
>
> O encontro das senhoras com o prefeito foi realizado às 10h, com a Sra. Márcia Macedo Martins apresentando os objetivos do movimento, que, segundo ela, visa combater a inflação e garantir melhores condições de vida, principalmente para as classes economicamente desfavorecidas. O prefeito considerou o movimento de grande importância social e prestou sua solidariedade, que se dará através das medidas que já estão em andamento. (Jornal do Comércio. “Prefeito assume luta das donas de casa e promete carne barata”. Caderno Cidade, 23 de fevereiro de 1980, p. 3)

O relato sobre o encontro entre um grupo de donas de casa de Manaus e o prefeito José Fernandes, descrito na reportagem do Jornal do Comércio, evidencia uma mobilização significativa que ocorre na esfera local em resposta à crise econômica. As donas de casa, lideradas por figuras como Márcia Macedo Martins, têm se empenhado na luta contra os altos preços da carne, um produto essencial na dieta da população. Este movimento é um exemplo claro da atuação da sociedade civil em busca de soluções para problemas econômicos que afetam diretamente a qualidade de vida das camadas mais desfavorecidas.

O boicote ao preço da carne surge como uma estratégia para pressionar os responsáveis pela regulação dos preços, especificamente a SUNAB, a adotar medidas mais eficazes. A iniciativa destaca a importância da fiscalização dos preços nos mercados e feiras para assegurar que não haja abusos que prejudiquem a população de baixa renda. A falta de controle adequado pode levar a uma disparidade crescente no acesso a produtos básicos, exacerbando as desigualdades sociais e econômicas.

A reunião com o prefeito José Fernandes, realizada no Paço da Liberdade, representa uma tentativa de canalizar o descontentamento popular em ações concretas. A intervenção do prefeito, que considerou o movimento de grande importância social e comprometeu-se a apoiar com medidas que já estão em andamento, é um passo crucial para legitimar e institucionalizar o esforço das donas de casa.

O movimento também revela uma abordagem prática para enfrentar a inflação, promovendo um diálogo direto entre a comunidade e as autoridades locais. A ação das donas de casa e a resposta do prefeito mostram como a mobilização social pode influenciar a agenda política e econômica local. No entanto, é crucial que as medidas propostas sejam implementadas de forma eficaz e transparente para que realmente contribuam para a redução dos preços e a melhoria das condições de vida para os mais necessitados.

> Boicote de donas de casa faz cair a venda da carne verde em Manaus
>
> A queda vertiginosa na demanda pela carne verde em Manaus pode ser atribuída tanto à falta de condições financeiras da população quanto ao avanço do movimento das donas de casa que estão boicotando os preços da carne. A constatação foi feita durante a manhã de ontem, quando a reportagem do Jornal do Comércio observou uma grande quantidade de carne nos açougues e supermercados sem compradores.
>
> Entretanto, uma parte significativa da redução na venda da carne verde no mercado de Manaus deve ser atribuída aos dois fatores mencionados. Na semana passada, as donas de casa das camadas sociais mais desfavorecidas já haviam denunciado a impossibilidade de adquirir 1 kg do produto, enquanto os preços dos peixes tradicionais dos nossos rios apresentaram um crescimento inflacionário semelhante.
>
> Adesão
>
> Visando uma mobilização maior das donas de casa amazonenses, o grupo que lidera o movimento solicitou, ontem de manhã, um trabalho nas bases da comunidade manauara. Foi realizada propaganda do movimento nos açougues e na Ceasa. Muitas donas de casa aderiram ao movimento, deixando de comprar carne. Algumas delas chegaram a devolver o produto como forma de adesão ao boicote. No entanto, as senhoras de menor poder aquisitivo apenas prestaram solidariedade ao movimento, pois não possuem condições

> econômicas para participar ativamente do boicote. (Jornal do Comércio. Boicote de donas de casa faz cair a venda da carne verde em Manaus. Jornal do Comércio, 24 de fevereiro de 1980, Caderno Cidade, p. 03)

O boicote à carne verde liderado por um grupo de donas de casa em Manaus gerou uma queda significativa nas vendas desse produto, refletindo um impacto visível nos mercados e açougues da cidade. Esse fenômeno pode ser atribuído a duas principais causas: a limitação financeira da população e o esforço organizado das donas de casa para contestar os altos preços da carne. As observações feitas durante a manhã do dia 24 de fevereiro de 1980, pela reportagem do Jornal do Comércio, mostraram que uma grande quantidade de carne permaneceu nos estabelecimentos sem compradores, o que indica um efeito direto do movimento de boicote.

A situação econômica das camadas mais desfavorecidas da sociedade tem um papel crucial nesse contexto. Muitas dessas famílias já enfrentavam dificuldades para adquirir a carne devido aos preços elevados. A denúncia das donas de casa de baixa renda sobre a impossibilidade de comprar carne, devido à inflação e ao aumento dos preços, demonstra a crescente insustentabilidade da situação econômica local. Ao mesmo tempo, a adesão ao boicote não se restringe apenas às camadas mais baixas da população. Donas de casa das camadas sociais mais favorecidas também estão participando ativamente, o que amplifica o impacto do movimento.

Além disso, a estratégia do movimento de propaganda ativa nos açougues e na Ceasa foi eficaz em reunir adesões. O retorno de carne já comprada como um ato de boicote reflete um compromisso significativo com a causa. No entanto, a participação das donas de casa de menor poder aquisitivo foi mais limitada, pois essas mulheres, apesar de solidárias ao movimento, não têm as mesmas condições econômicas para adotar o boicote como uma estratégia de consumo.

A combinação desses fatores – a situação econômica das camadas mais desfavorecidas e o engajamento ativo de todas as classes sociais – evidencia a eficácia e a necessidade de movimentos sociais organizados para enfrentar questões de inflação e altos preços. O boicote não apenas destaca a insustentabilidade dos preços elevados, mas também demonstra a capacidade da mobilização comunitária em provocar mudanças significativas no mercado. A resposta do prefeito José Fernandes, que prometeu medidas para aliviar a situação, é uma resposta necessária a um problema que afeta profundamente a qualidade de vida da população local.

(Figura 24 - Jornal do Comércio. Donas de casa, açougueiros e a igreja aderem ao boicote. Caderno Cidade, 26 de fevereiro de 1980, p. 03)

> Donas de casa, igreja e até açougueiros estão na luta pelo boicote da carne bovina e outros artigos básicos de alimentação do homem, objetivando a queda nos elevados preços. Os açougueiros são os mais prejudicados com o movimento, considerando que as vendas caíram muito nos últimos dias. Mesmo assim, alguns são inteiramente favoráveis ao movimento que começou pelas donas de casa do bairro do Coroado. (Jornal do Comércio. Donas de casa, açougueiros e a igreja aderem ao boicote. Caderno Cidade, 26 de fevereiro de 1980, p. 3)

(Figura 25 - Jornal do Comércio. Venda de carne caiu e até açougueiro está favorável ao boicote do produto. Caderno Cidade, 26 de fevereiro de 1980, p. 03)

> Venda de carne caiu e até açougueiro está favorável ao boicote do produto
> Os açougueiros afirmam que são os mais prejudicados, pois, apesar de não diminuírem os preços de 100 cruzeiros para a carne de terceira qualidade, 120 cruzeiros para a segunda e 130 para a primeira, os consumidores estão sumindo dos mercados e açougues, preferindo o peixe e outro tipo de alimentação mais barata. Segundo eles, o principal fator do aumento está na taxa de cobrança de imposto estadual, que para os açougueiros é feita de acordo com o faturamento: 1,20% ao PIS, 16% ao ICM, 4,8% ao Funrural e mais um cruzeiro e 50 centavos por quilo cobrado pelo frigorífico como taxa de abate.
>
> Segundo o senhor Raimundo Souza, até o momento ainda não há uma baixa nos preços estipulados para as diversas especialidades de carne de boi. Porém, diminuiu a demanda de compra por parte dos consumidores, cujos prejudicados são os açougueiros, que já recebem a carne a um preço bastante elevado e sujeitos a impostos altíssimos cobrados pelo fisco estadual.
> Na opinião dos açougueiros Oswaldo Araújo Mendonça e Valdemar Oliveira, ambos do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, o boicote a cada momento toma proporções maiores e pode chegar ao seu objetivo, que é abaixar o preço da carne bovina e produtos considerados de primeira necessidade. No entanto, só acreditam na conclusão da meta se o governo estadual participar, diminuindo as taxas de impostos. (Jornal do Comércio. Venda de carne caiu e até açougueiro está favorável ao boicote do produto. Caderno Cidade, 26 de fevereiro de 1980, p. 3)

A queda nas vendas de carne e a adesão de açougueiros ao boicote contra o aumento dos preços do produto evidenciam uma complexa interação entre forças de mercado, políticas fiscais e ações coletivas de consumidores. Este fenômeno é um exemplo significativo de como movimentos sociais podem influenciar o comportamento econômico e pressionar mudanças nas políticas públicas.

A primeira questão a ser analisada é o impacto do aumento dos preços da carne sobre os açougueiros. Embora os preços tenham permanecido estáveis, com a carne de terceira qualidade custando 100 cruzeiros, a de segunda 120 cruzeiros e a de primeira 130 cruzeiros, a demanda dos consumidores diminuiu consideravelmente. O fenômeno de queda nas vendas, mesmo com preços não alterados, pode ser atribuído ao fato de que os consumidores estão mudando suas preferências para alternativas mais baratas, como o peixe, ou outros alimentos menos caros. Essa mudança nas preferências alimentares reflete a pressão econômica sobre as famílias, especialmente as de baixa renda, que são mais sensíveis a variações de preço.

A carga tributária sobre o setor de açougue, que inclui impostos como 1,20% ao PIS, 16% ao ICM, 4,8% ao Funrural, e uma taxa adicional por quilo cobrado pelo frigorífico, exacerba ainda mais a situação. Os açougueiros argumentam que esses impostos altos

contribuem para os elevados preços da carne, o que, por sua vez, diminui a demanda e afeta diretamente seus negócios. A complexidade fiscal e o impacto dessa carga sobre o preço final ao consumidor são questões centrais no debate sobre a eficácia do boicote.

O apoio dos açougueiros ao boicote, apesar de sua própria perda financeira, reflete uma percepção de que a ação pode forçar uma revisão das políticas de preço e impostos. Açougueiros como Oswaldo Araújo Mendonça e Valdemar Oliveira do Mercado Municipal Adolpho Lisboa acreditam que a escalada do boicote pode levar a uma redução nos preços da carne e de produtos básicos. No entanto, eles também reconhecem que a realização desse objetivo depende crucialmente da ação do governo estadual para reduzir as taxas de impostos.

O boicote, nesse contexto, emerge como uma estratégia de resistência coletiva que visa não apenas ajustar o preço dos produtos, mas também sinalizar a necessidade de reformas fiscais. A mobilização dos consumidores e o apoio dos açougueiros indicam uma convergência de interesses que busca uma solução para uma crise de acessibilidade alimentar exacerbada por fatores econômicos e fiscais.

> As donas de casa entrevistadas pelo *Jornal do Comércio* no Mercado Adolpho Lisboa estão acompanhando as discussões do movimento pelos veículos de comunicação das cidades. Embora indiretamente estejam participando do problema, algumas delas diminuíram o consumo diário de carne.
> Sou a favor do boicote da carne e parabenizo o *Jornal do Comércio* por ter dado início à campanha no Amazonas juntamente com as donas de casa líderes. Acredito que os resultados serão os melhores exemplos do sul e, dentro de poucos dias, teremos carne barata em condições de ser adquirida por todas as classes sociais, em destaque para as classes de baixa renda mais oprimida, disse dona Regina de Souza Silva, residente na Rua Boulevard Amazonas, que foi mais além dizendo que vai procurar as líderes do movimento para emprestar a sua parcela de colaboração.
> Vale ressaltar que na missa de ontem na Igreja Metropolitana de Manaus, o arcebispo metropolitano Dom Milton Corrêa falou em seu sermão sobre o assunto, destacando o total interesse da Igreja Católica favorável ao boicote, em especial da carne bovina, que sempre está longe da mesa das famílias pobres. A Igreja está prestando apoio em todos os movimentos de ideologia a favor do povo. Consideramos o boicote uma maneira válida de corrigir os preços altíssimos dos produtos de alimentação básica da humanidade, muitas vezes exagerados por falta de fiscalização rígida das autoridades, falou Dom Milton Corrêa.

As entrevistas realizadas com donas de casa no Mercado Adolpho Lisboa mostram um envolvimento crescente na questão, com muitas participantes reduzindo seu consumo diário de carne como forma de protesto. Essa adesão, mesmo que indireta, revela o impacto do movimento nas escolhas alimentares e na consciência coletiva sobre os preços dos alimentos.

Dona Regina de Souza Silva, residente na Rua Boulevard Amazonas, expressou seu apoio ao boicote e elogiou o papel do Jornal do Comércio em iniciar a campanha. Ela acredita que a ação não apenas trará resultados positivos a curto prazo, mas também contribuirá para a redução dos preços da carne, beneficiando todas as classes sociais, especialmente as de baixa renda. Sua disposição de colaborar com as líderes do movimento demonstra um compromisso ativo com a causa e uma crença na eficácia da mobilização comunitária.

O apoio da Igreja Católica ao boicote é um aspecto significativo da questão. Durante a missa na Igreja Metropolitana de Manaus, o arcebispo Dom Milton Corrêa destacou o interesse da Igreja em apoiar o boicote, particularmente à carne bovina, que frequentemente está fora do alcance das famílias mais pobres. A declaração de Dom Milton Corrêa enfatiza a posição da Igreja como aliada dos movimentos sociais que visam corrigir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população. Ele considera o boicote uma ferramenta válida para ajustar os preços excessivos dos produtos básicos, um problema frequentemente exacerbado pela falta de fiscalização rigorosa.

Esse respaldo da Igreja não só amplia o alcance do movimento, mas também confere uma dimensão moral e social à campanha. A combinação do esforço das donas de casa com o suporte institucional e religioso cria uma poderosa frente unida contra a inflação dos preços dos alimentos. A participação ativa da comunidade, aliada ao apoio de figuras influentes como o arcebispo, reforça a importância do boicote como uma forma legítima de protesto e uma estratégia potencialmente eficaz para promover mudanças nas políticas de preços e na fiscalização.

Além das questões relacionadas ao preço dos alimentos, outras preocupações mais graves emergem nas denúncias reportadas pelo Jornal do Comércio. As donas de casa têm trazido à tona uma série de irregularidades que vão desde o consumo de carne de cavalo, vendida como carne bovina, até a comercialização de produtos deteriorados, temas que frequentemente ocupam as manchetes dos jornais.

A denúncia de que a população amazonense estaria consumindo carne de cavalo, conforme relatado pela Sociedade Amazonense de Defesa da Economia das Donas de Casa, levanta preocupações profundas sobre a segurança alimentar e a ética na comercialização de alimentos. A venda de carne de cavalo nos açougues dos bairros Alvorada e Compensa, disfarçada como carne bovina, evidencia não apenas um ato de fraude, mas também um risco sério à saúde pública, uma vez que a carne estaria sendo manipulada em condições inadequadas e proveniente de animais doentes.

A diferença na qualidade da carne, apontada por moradoras locais, como a falta de maciez e a cor escura, sugere que os consumidores foram enganados ao adquirir um produto de origem duvidosa. Essa prática, além de prejudicar a confiança do público nos estabelecimentos comerciais, coloca em risco a vida de milhares de pessoas que podem estar consumindo carne contaminada. A falta de higiene nos "frigomatosos" mencionados no texto agrava ainda mais a situação, demonstrando a necessidade urgente de fiscalização rigorosa por parte das autoridades competentes.

> A população amazonense está consumindo carne de cavalo. A denúncia foi feita pela Sociedade Amazonense de Defesa da Economia das Donas de Casa, que se reuniu ontem com o objetivo de levar as denúncias às autoridades competentes.
>
> As denúncias apontam os açougues do Alvorada e da Compensa como os principais focos de venda de carne de cavalo, comercializada como se fosse carne bovina.
>
> Conforme relataram as domésticas Maria Aparecida, moradora da Compensa, e Joana Nunes, residente no Alvorada I, a diferença entre os dois tipos de carne está justamente na falta de maciez, devido à grande quantidade de nervos, além de a carne ficar completamente escura e sem cheiro, ao contrário da carne de gado.
>
> Por meio de sindicâncias realizadas pelas domésticas, foi verificado que, além de ser um tipo estranho de carne, ela estaria contaminada, uma vez que os chamados "frigomatosos" não oferecem nenhuma condição de higiene. O mais grave é que os animais abatidos geralmente encontram-se doentes.
>
> A sugestão da Sociedade Amazonense de Defesa das Donas de Casa é que as autoridades realizem visitas sistemáticas aos açougues de todos os bairros de Manaus, exigindo, inclusive, as notas fiscais dos produtos colocados à venda. (Jornal do Comércio. "Povo está consumindo carne de cavalo." Caderno Política, 26 de junho de 1981, p. 05)

A atuação da Sociedade Amazonense de Defesa das Donas de Casa ao trazer essa questão à tona é de suma importância, pois aponta para a necessidade de maior vigilância e regulação no setor alimentício. A sugestão de visitas sistemáticas aos açougues e a exigência de notas fiscais são medidas fundamentais para garantir a transparência e a segurança no consumo de alimentos. Contudo, é necessário que essas ações sejam acompanhadas de punições severas para os responsáveis pela adulteração e venda ilegal de carne, a fim de evitar que práticas como essas voltem a ocorrer.

> O chefe da Fiscalização Sanitária da Secretaria Municipal de Educação, Dr. Stéfano Petreski, alerta as donas de casa sobre comerciantes inescrupulosos

> que, contrariando e ludibriando a fiscalização sanitária, continuam expondo à venda produtos suspeitos de deterioração.
>
> Recentemente, o Dr. Petreski informou que, em virtude da intensa fiscalização no centro da cidade, supermercados e atacadistas estão desviando mercadorias suspeitas para os bairros periféricos. Os agentes de saúde da SEMA localizaram mercadorias deterioradas nos bairros da Compensa 3, Coroado e Redenção, que foram adquiridas em armazéns e supermercados do centro.
>
> O chefe da fiscalização aconselha as donas de casa a observarem atentamente os produtos antes de adquiri-los, e adverte: não comprem produtos com latas amassadas, enferrujadas ou estufadas, verduras podres e carnes com manchas verdes ou negras. (Jornal do Comércio. Saúde diz que comércio vende comida estragada. Caderno Política, 16 de setembro de 1981, p. 16)

A manchete acima revela uma preocupação central com a segurança alimentar e as práticas comerciais desleais, particularmente nos bairros periféricos de Manaus. A denúncia feita pelo chefe da Fiscalização Sanitária da Secretaria Municipal de Educação, Dr. Stéfano Petreski, evidencia um problema sistêmico em que, devido à fiscalização mais intensa no centro da cidade, comerciantes inescrupulosos desviam mercadorias deterioradas para áreas menos monitoradas, como os bairros da Compensa 3, Coroado e Redenção.

Essa situação traz à tona uma reflexão crítica sobre a vulnerabilidade das populações residentes nas periferias urbanas. Essas comunidades, muitas vezes com menor acesso a serviços essenciais e fiscalização, acabam sendo as mais prejudicadas pela venda de produtos alimentícios de baixa qualidade ou até mesmo estragados. Isso reflete não apenas uma questão de saúde pública, mas também um problema social mais amplo, em que a desigualdade se manifesta na qualidade dos bens de consumo acessíveis a diferentes estratos da população.

A prática de desviar produtos deteriorados para os bairros periféricos não é apenas uma violação das normas de segurança alimentar, mas também um ato de discriminação econômica. As populações dessas áreas, geralmente compostas por pessoas de baixa renda, tornam-se alvo fácil para comerciantes que buscam maximizar seus lucros à custa da saúde dos consumidores. Isso reforça a necessidade de uma fiscalização mais equitativa e abrangente, que não se limite ao centro das cidades, mas que garanta condições dignas de consumo para todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.

Além disso, a advertência para que as donas de casa observem atentamente os produtos antes de comprá-los ressalta a responsabilidade individual na garantia da segurança alimentar. No entanto, essa responsabilidade não pode ser vista como substituta da necessidade de políticas públicas eficazes que protejam os consumidores e punam rigorosamente os infratores. A proteção dos direitos dos consumidores, especialmente em áreas periféricas, exige uma ação

conjunta entre governo e sociedade para assegurar que práticas comerciais desleais não continuem a ocorrer impunemente.

Em outro momento, já no ano de 1985 temos o fascículo do jornal, no caderno “Cidade Aflita”, lê-se que “Donas de casa estão no sufoco”:

> As donas de casa são a senhora Joana Rodrigues Moreira (...) e Expedita Soares Leão (...) também do Educandos. Elas falarão sobre o atual custo de vida, notadamente no que se refere aos preços de alimentos comprados em supermercados, feiras e mercados. As duas discutiram como daqui pra frente irão fazer para, pelo menos conseguir o essencial, eliminando algo útil, mas que para ela e os demais de sua casa têm que começar a conviver sem ele. (Jornal Acrítica, Caderno Cidade Aflita, 18 de julho de 1985,)

O trecho de 1985 destacado no caderno "Cidade Aflita" do jornal "Acrítica" revela a realidade difícil enfrentada pelas donas de casa diante do aumento do custo de vida, especialmente no que se refere aos preços dos alimentos. As senhoras Joana Rodrigues Moreira e Expedita Soares Leão, residentes do bairro Educandos, expressam a angústia de não apenas lidar com a inflação, mas também de ter que fazer escolhas difíceis sobre o que podem ou não manter no orçamento doméstico.

Esse contexto reflete uma situação de crise econômica que afeta diretamente as famílias de baixa renda, como as que vivem em bairros populares de Manaus. A necessidade de “eliminar algo útil” evidencia a precariedade das condições de vida, em que o básico, como alimentos, deve ser priorizado em detrimento de outros bens e serviços que, embora importantes, se tornam inacessíveis.

A luta das donas de casa por ajustar o orçamento doméstico frente à inflação e à carestia dos alimentos é um reflexo da vulnerabilidade econômica dessas famílias. Em um contexto no qual o custo de vida aumenta desproporcionalmente aos rendimentos, as escolhas tornam-se cada vez mais difíceis, e a sobrevivência passa a ser o foco principal. Isso revela não apenas a disparidade econômica, mas também a falta de políticas públicas eficazes para proteger as famílias de baixa renda das flutuações econômicas e garantir que elas possam manter um padrão mínimo de qualidade de vida.

Além disso, a situação dessas mulheres destaca a importância do papel das donas de casa na economia doméstica e no planejamento familiar. Elas são as responsáveis por gerenciar os recursos escassos e garantir que suas famílias tenham o necessário para sobreviver, mesmo em tempos de crise. A história de Joana e Expedita é emblemática de um problema social maior, em que a falta de apoio e proteção social expõe as populações mais vulneráveis a situações de privação e insegurança alimentar.

O relato de 1985 não é apenas uma descrição das dificuldades enfrentadas por duas mulheres, mas sim um retrato de uma realidade mais ampla, que continua a desafiar as famílias de baixa renda nas periferias urbanas. É um chamado para a reflexão sobre a necessidade de políticas públicas que possam aliviar o peso do custo de vida para essas famílias e garantir que todos tenham acesso aos bens essenciais para uma vida digna.

Na mesma notícia, as "donas de casa" listam formas de como lidar com o período de carestia, com a falta do feijão, do leite, do pão e da carne, assim como mencionam que suas famílias têm que se adaptar, devendo apaziguar-se quanto ao que lhes falta. As mesmas identificam quais alimentos são considerados ricos nutricionalmente e quais elas podem comprar, deixando transparecer como articulam a sobrevivência de seu lar e enfrentam a duras penas não saber até quando ainda conseguirão manter a si mesmas, a casa e os filhos. Pela presença dessas mulheres naquele cotidiano buscaremos problematizar a construção ideológica e patriarcal do seu lugar social de "donas de casa".

Na imagem temos duas mulheres "donas de casa" dentro de um supermercado, aparentemente cabisbaixas, dentro do contexto da notícia a foto provavelmente foi tirada pensando a situação na qual os preços e a denúncias que elas apresentam são encontradas nesse sentimento de tristeza que a foto passa.

(Figura 26 - Jornal Acrítica, Caderno Cidade Aflita, 18 de julho de 1985)

Esse é um cenário que segue sem grandes mudanças. Em 1988, com a manchete "paga mais caro quem compra em feira", donas de casa relatam não somente que a instabilidade do preço é alarmante, mas que a vantagem dos mercados é a venda fiada, em que se compra e se pode pagar depois, o que revela não só a preocupação com os preços, mas o endividamento das mesmas.

Jornal do Comércio, caderno Cidade de 09 de fevereiro de 1988, com título “Engajamento da mulher destacado no Encontro”:

> A Associação das Donas de Casa do Estado do Amazonas (ADCEA) promoveu ontem, no auditório Gilberto Mendes de Azevedo, o 2º Encontro Municipal da Mulher, que contou com a participação de representantes de vários segmentos, como a Igreja, associações comunitárias e sindicatos e se desenvolveu com exposições e debates. (Jornal do Comércio, 14 de janeiro de 1988)
>
> A presidente da ADCEA. Neuda Maria de Lima, que esperava uma maior participação, disse que o encontro teve como finalidade avaliar o engajamento da mulher nos vários segmentos da sociedade. Ela explicou que a associação que dirige tem atualmente 25 núcleos em 16 bairros e não se li mita a trabalhar com cursos de corte e costura, arte culinária e outros desse tipo, mais incentiva a mulher a discutir o seu papel na sociedade. Criticou a classe intelectual que, no entender dela, está afastada dos movimentos populares, num momento em que deveria estar engajada contribuindo na luta por mudanças. (Jornal do Comércio, 14 de janeiro de 1988)

O cenário relatado em 1988 no jornal "Jornal do Comércio" reflete a continuidade das dificuldades enfrentadas pelas donas de casa no Amazonas, especialmente no que se refere à instabilidade dos preços e ao endividamento. A manchete "Paga mais caro quem compra em feira" evidencia que, além de enfrentarem preços elevados, as donas de casa se veem forçadas a recorrer à venda fiada, um sistema que permite a compra com pagamento posterior, mas que inevitavelmente contribui para o endividamento dessas mulheres. Isso não apenas revela a vulnerabilidade econômica dessas famílias, mas também expõe um ciclo de dependência financeira que se perpetua devido à falta de alternativas acessíveis e economicamente viáveis.

O segundo trecho, que descreve o 2º Encontro Municipal da Mulher promovido pela Associação das Donas de Casa do Estado do Amazonas (ADCEA), traz à tona a importância do engajamento feminino nos movimentos sociais e a tentativa de ampliar o papel das mulheres além das atividades tradicionalmente associadas ao espaço doméstico. A presidente da ADCEA, Neuda Maria de Lima, ao criticar a falta de envolvimento da classe intelectual nos movimentos populares, ressalta a necessidade de uma participação mais ampla e diversa na luta por mudanças sociais, especialmente em um contexto em que as donas de casa enfrentam desafios significativos para sustentar suas famílias.

O engajamento da ADCEA em promover debates e exposições sobre o papel da mulher na sociedade demonstra um esforço para capacitar e conscientizar as mulheres sobre suas condições e direitos, buscando ampliar sua atuação para além das funções tradicionais, como cursos de corte e costura ou culinária. Este movimento não só fortalece a posição das donas de casa no cenário social e econômico, mas também evidencia uma tentativa de transformação

social na qual as mulheres são incentivadas a participar ativamente das discussões sobre seu papel na sociedade.

No entanto, a crítica à falta de envolvimento da classe intelectual sugere uma desconexão entre diferentes segmentos sociais, que poderia ser crucial para o avanço das causas populares. A ausência de apoio intelectual em momentos de crise e luta popular destaca a necessidade de uma maior integração entre diferentes grupos da sociedade para a construção de soluções mais abrangentes e eficazes. Nesse sentido, a reflexão sobre o engajamento da mulher nos movimentos populares não apenas destaca a importância da ação coletiva, mas também sugere que mudanças significativas exigem uma aliança entre todos os setores da sociedade.

O contexto da década de 1980, com seus desafios econômicos e sociais, é crucial para entender a situação descrita. O Brasil enfrentou uma grave crise econômica durante este período, marcada por alta inflação, desemprego e dificuldades para a população de baixa renda. Essas condições levaram as pessoas a desenvolverem mecanismos de sobrevivência e estratégias alternativas para enfrentar a fome e a falta de recursos. O relato trazido por Borges sobre o "pão mofento" é uma representação vívida das dificuldades diárias enfrentadas por muitas famílias e da maneira como a necessidade força a criatividade e a adaptabilidade

> Cês sabem o que é pão mofento?
> - Pão mo- ele ele tem um mofo, é, a validade já existia, negócio que antigamente era bem mais longo, hoje é mais encurtada porque tudo tem uma vida útil, né, aí a minha vó ela conseguia, minha bisavó ela conseguia de uma- não sei qual era a padaria, não sei se era a Lisbonense, que eu vou contar uma história da Lisbonense rapidinho de fundo, é… que tinha aqui na… na Leonardo Malcher, aqui no Centro, Lisbonense, ela trad- ainda existe lá, né, aí ela dava pra gente o pão mofento, como é que a minha mãe fazia, elas faziam pra pro pro pão mofento que tava cheio de mofo, já não prestava não prestava pra comer, se assava ele, torrava ele, aí você matava aqueles fungos, bactérias que tinha ali, e a gente comia, eu, é… vindo do do Estadual na época, no início do Estadual- não, Benjamin Constant, minto, do Benjamin Constant ou era Estadual, sei lá, foi Benjamin depois foi Estadual, acho que era do Estadual mesmo, não, do Benjamin Constant, vindo do Benjamin Constant, eu estudei no Benjamin Constant, esqueci de falar pra ti, foi foi no… aqui no… Plácido Serrano, Benjamin Constant e o Dom Pedro II, tudo escola… os dois aqui pra entrar era uma briga, aí eu vinha do Benjamin Constant, eu era doido pra comer o pão quente da Lisbonense, de manhã cedo, no que eu vou passando, à época era um ticketzinho, como a gente tem ticket de pagamento, né, só que era bem pequenininho, muito assim, cara, mas tava o ticket no chão, aí eu peguei, tinham vários no chão, mas como tinha no chão já era rasgado, e esse tava intacto, aí eu olhei olhei, não acreditei, eu disse "porra, será que é verdade", aí eu olhei prum monte tudo rasgado, eu disse "pô, vou ver se será- alguém não não quis esperar na fila", que a fila tava grande, era famosa essa padaria, aí eu fui pra fila com o ticket, cês não vão acreditar, dez pães eu consegui naquele- minha amiga, pensa numa loucura que foi comer aqueles dez pães quando eu cheguei em casa com a minha família, cara, negócio é i-

> nes-que-cí-vel isso na minha vida, então essa situação do pão mofento. (Borges)

O relato começa descrevendo o pão mofento, um alimento que, devido à sua validade encurtada, se tornou impróprio para consumo direto. A prática de assar ou torrar o pão para remover fungos e bactérias é uma estratégia utilizada para tornar o alimento seguro para consumo, evidenciando a necessidade de improvisação diante da falta de alternativas alimentares adequadas. Essa abordagem não apenas demonstra a adaptabilidade das famílias em situações adversas, mas também revela a dura realidade da vida em um contexto econômico instável.

A referência à padaria Lisbonense e à prática de utilizar pães mofentos demonstra a forma como as pessoas eram forçadas a aproveitar ao máximo os recursos disponíveis, mesmo quando esses eram de qualidade duvidosa. O episódio em que o narrador, ao encontrar um ticket intacto para pães, consegue adquirir uma grande quantidade de pão fresco é um testemunho do impacto emocional e material que uma pequena ajuda pode ter em tempos de dificuldade. O entusiasmo com o qual o narrador e sua família receberam os pães destaca a escassez e a importância de tais oportunidades para melhorar a qualidade de vida, mesmo que de forma temporária.

Além disso, o relato revela a importância das redes de apoio comunitário e dos sistemas informais de distribuição de alimentos que ajudavam a mitigar os efeitos da crise econômica. A prática de aproveitar alimentos de baixa qualidade, como o pão mofento, e a excitação ao encontrar pães frescos são reflexos das condições de vida precárias e da dependência de recursos limitados.

A narrativa sobre o pão mofento e o movimento das donas de casa nos anos de crise econômica no Brasil oferece uma reflexão profunda sobre a capacidade humana de adaptação e sobrevivência em tempos de adversidade. Tanto a prática de reaproveitar alimentos quanto a mobilização política das mulheres para boicotar os preços da carne revelam a força das estratégias coletivas e individuais diante da escassez. Esses relatos nos mostram que, em contextos de desigualdade e vulnerabilidade, as pessoas são forçadas a adotar medidas extremas para garantir a sobrevivência, muitas vezes transformando a necessidade em uma luta cotidiana contra a precariedade.

Ao olharmos para essas histórias, percebemos que as crises não afetam apenas o bem-estar material das pessoas, mas também moldam sua percepção de classe, sua compreensão do

poder de consumo e sua capacidade de ação política. A luta pela dignidade, seja em pequenos gestos como reaproveitar o pão mofado ou em grandes movimentos como o boicote, nos mostra como a necessidade pode impulsionar estratégias de sobrevivência e resistência. Essas ações, por mais duras e desafiadoras que sejam, revelam o potencial do coletivo e da consciência crítica para desafiar as estruturas opressivas e garantir a subsistência em um contexto marcado pela miséria.

2.2 A "QUESTÃO DOS BAIRROS" MOVIMENTO DE LUTA POR HABITAÇÃO E MORÁDIA

A década de 1980 em Manaus foi marcada por intensas disputas pelo direito à moradia, refletindo um panorama de crescente desigualdade e exclusão social. A cobertura da imprensa local, evidenciada principalmente pelo "Jornal Acrítica" e o "Jornal do Comércio", frequentemente destacou as consequências das mobilizações populares com uma perspectiva que favorecia a ordem estabelecida, em vez de abordar as causas subjacentes das crises habitacionais e sociais.

Os jornais da época tendiam a retratar as greves e ocupações de terras como ameaças à ordem pública e à estabilidade urbana. Em vez de explorar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e moradores em situação precária, as reportagens enfocavam o caos gerado por essas ações e a necessidade de medidas repressivas para restaurar a normalidade. A greve dos motoristas em 1985, por exemplo, foi amplamente coberta como um evento que causava desordem e desconforto para a população, com ênfase na resposta policial e nas alegações de excesso de demanda sobre os serviços públicos. Essa abordagem não apenas minimizava as razões legítimas das greves, mas também reforçava uma narrativa que criminalizava os movimentos de resistência.

Da mesma forma, as ocupações de terras, como a realizada na Ponta Negra, eram frequentemente apresentadas de maneira que desconsiderava o contexto de crise habitacional e as condições precárias enfrentadas pelos ocupantes. As famílias retratadas eram frequentemente estigmatizadas, com a imprensa subestimando a gravidade das condições de moradia e a falta de alternativas habitacionais viáveis. A abordagem muitas vezes ignorava a realidade de

desemprego e inflação, fatores que forçavam muitas pessoas a buscar soluções alternativas para a habitação.

No entanto, a importância dos movimentos sociais, liderados por figuras como Irmã Helena e relatados por ativistas como Francy, não pode ser subestimada. Esses movimentos desempenharam um papel crucial na organização comunitária e na luta por direitos básicos. Irmã Helena, em particular, liderou um movimento que buscava não apenas a reivindicação de moradia, mas também a promoção de justiça social e igualdade. A experiência de Francy no Centro de Defesa da Mulher evidencia como as lideranças femininas foram fundamentais para abordar questões como a violência doméstica e a falta de serviços essenciais, oferecendo uma resposta direta às necessidades urgentes das comunidades periféricas.

Esses movimentos sociais, ao contrário da imagem frequentemente difundida pela imprensa, eram impulsionados por uma busca legítima por justiça e dignidade. A liderança feminina e a organização comunitária representavam uma resistência significativa contra as narrativas excludentes e criminalizadoras, mostrando que a luta por moradia e direitos sociais era, e continua sendo, um aspecto fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A experiência narrada por Borges sobre as dificuldades enfrentadas por sua família na década de 1970 revela uma faceta crucial da crise habitacional: o impacto profundo e duradouro que a instabilidade na moradia pode ter sobre a vida pessoal e familiar. O relato demonstra não apenas a privação imediata de serviços básicos como água e eletricidade, mas também o trauma e a insegurança emocional associados à falta de um lar estável. Esse contexto pessoal, ao ser analisado à luz das questões sociais e políticas da época, oferece uma reflexão mais ampla sobre as implicações da crise habitacional e a necessidade urgente de abordagens mais eficazes para garantir moradia digna para todos.

> Eu me recordo de uma situação que nós vivemos, em setenta e seis ou setenta e… acho setenta e cinco, mais ou menos, por aí, setenta e cinco, onde meu pai e minha mãe não conseguiram pagar o aluguel e e não pagaram luz nem água, e nós passamos nove meses sem água e sem luz, e não sei porquê que não fomos despejados, mas que a gente teve esse problema do despejo que era um trauma na minha vida, que à época eu vivi muito em vários lugares, mas eu relato já já, que é o período da da da criança, da infância mesmo, né, porque minha mãe se recusava a voltar pro terreno do meu pai, como a gente, herdou do meu avô, porque ela tinha casado, né, então ela achava que o papai era muito internacional, meu meu saudoso papai, e aí… Francisco Silva Borges, aí a gente passou esse período todinho que foi um aprendizado interessante de proteger a família. (Borges)

Primeiramente, a dificuldade de Borges e sua família em manter um lar funcional destaca um aspecto essencial da crise habitacional: a privação não se limita apenas ao não pagamento de serviços básicos, mas também à insegurança contínua que afeta o bem-estar emocional e psicológico dos indivíduos. O fato de a família ter vivido sem água e luz por meses, e a preocupação constante com o risco de despejo, evidencia a pressão constante e o estigma que acompanham a insegurança habitacional. Essa pressão não apenas compromete a qualidade de vida, mas também influencia profundamente as dinâmicas familiares e a saúde mental dos envolvidos.

Ademais, o relato de Borges expõe como a crise habitacional pode afetar as decisões pessoais e familiares. A recusa da mãe em retornar ao terreno herdado do avô, mesmo diante da dificuldade, demonstra uma tentativa de preservar a dignidade e a autonomia frente à adversidade. Este aspecto revela que a crise habitacional não é apenas uma questão de falta de recursos materiais, mas também envolve questões de identidade, orgulho e resistência. A experiência de Borges é um exemplo claro de como a instabilidade habitacional pode levar as famílias a tomarem decisões difíceis e muitas vezes dolorosas, na tentativa de manter um senso de controle e dignidade.

A crise habitacional da década de 1970, marcada por altos índices de inflação e desemprego, agravou significativamente as dificuldades enfrentadas pelas famílias de baixa renda. Nesse cenário, o problema da moradia não era isolado, mas parte de um quadro mais amplo de desigualdade econômica e social. O testemunho de Borges reflete uma realidade comum para muitos, evidenciando a ausência de políticas públicas eficazes para lidar com a escassez habitacional e a falta de suporte para as famílias vulneráveis.

Além disso, a importância dos movimentos sociais e das ações coletivas na luta por moradia digna é evidente ao considerar o contexto da época. Enquanto Borges e sua família enfrentavam desafios pessoais significativos, movimentos organizados lutavam por reformas habitacionais e justiça social. Esses movimentos, muitas vezes liderados por figuras comunitárias e mulheres, desempenharam um papel crucial em visibilizar as necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade e pressionar por mudanças nas políticas públicas. A experiência pessoal de Borges, portanto, não pode ser dissociada da luta coletiva por uma sociedade mais justa e equitativa.

No Jornal Acrítica, as manchetes com maior destaque são de “caos”, narrando que a cidade ficou imobilizada por conta da greve e que a população ficou desassistida. Cabe aqui ressaltar que a postura com que o jornal destaca o tema não é a dos trabalhadores, tão pouco a

do resultado da greve, haja vista que a categoria conseguiu negociar os benefícios e o reajuste salarial. O que o jornal destaca é o dano que a greve causa, e inclusive a postura de se precaver das empresas colocando policiais na rua contra os grevistas. Além disso, dá-se destaque para pronunciamento do prefeito de que existiam muitos motoristas desempregados, quase que afirmando que os que estavam em greve poderiam ficar também ou deveriam valorizar o trabalho independente das condições (Jornal Acrítica, 19 de março de 1985, Caderno Cidade, p. 07).

Essas questões podem ser observadas em diversos momentos em que a disputa pela cidade é evidenciada no jornal. Em manchete do dia 01 de novembro de 1985 na capa do jornal temos o enunciado "Esperança na área de invasão", tratando a notícia sobre um grupo de posseiros que teria invadido a área da Ponta Negra e construído barracões. O espaço teria logo sido cercado por policiais, enquanto os posseiros esperavam uma decisão referente à propriedade do local. Na imagem que acompanha a manchete, vemos mulheres costurando à mão a bandeira do Brasil, ao lado de um bebê que dorme em uma rede. Qual o real perigo que aquelas famílias poderiam apresentar: desarmadas, desassistidas, em condições precárias de habitação. (Chalhoub, 1990 e 2001).

(Figura 27 - Jornal do Comércio, Esperança na área de invasão, 01 de novembro. 1985)

A questão levantada pela reportagem expõe a realidade de uma parcela da população que, sem acesso à terra ou condições adequadas de habitação, recorre à ocupação como uma forma de sobrevivência. A presença policial diante dessas famílias revela a violência estrutural

do Estado, que prioriza a proteção da propriedade privada em detrimento dos direitos fundamentais de seus cidadãos. A situação dessas famílias reflete um contexto histórico de negação de direitos e de criminalização dos movimentos populares, que, ao buscarem melhores condições de vida, são frequentemente tratados como ameaça.

Em um país com profundos problemas de distribuição de renda e terras, a ocupação de áreas ociosas por populações marginalizadas é uma estratégia de resistência e sobrevivência. O verdadeiro perigo que essas famílias representam não está em sua capacidade de violência, mas no desafio que impõem à ordem estabelecida, ao exigir visibilidade e reconhecimento de seus direitos. O ato de costurar a bandeira do Brasil na imagem que acompanha a reportagem é simbólico: essas mulheres, ao fazerem esse gesto, reivindicam seu lugar dentro da nação, pedindo que o país também as reconheça como parte de sua história e sociedade.

Por vezes, a ideia que o jornal passa é a de que aquelas pessoas estão ali por escolha, que foram avisadas de que não deveriam estar ali, logo não sendo legítima a sua resistência contra a reintegração de posse do terreno. Mas, para além do jornal, ao observarmos como se davam perspectivas excludentes de relações sociais daquele momento, e também de agora, percebemos que o período enfrenta altas taxas de desemprego, acompanhadas de uma inflação elevadíssima dos preços, quando muitas dessas famílias perderam o lugar em que moravam, não tendo então condições de se readequarem ao novo perfil do mercado imobiliário. E nesse momento, o debate sobre a habitação parece se voltar para o exclusivo interesse de remoção daquelas pessoas, tidas como indesejáveis, sem que seja abordado pelo jornal o seu destino após aquele despejo.

O que se observa aí, contudo, são trabalhadores e trabalhadoras organizados em movimentos sociais que lutam pela terra e moradia digna (Gohn, 2011; Maricato, 2008; Rolnik, 1997; Sader, 1988), sob a liderança de Irmã Helena, mulher negra que protagonizaria então importante capítulo da organização social e popular na cidade a partir de perspectivas solidárias e religiosas de base (Alves, 2017; Salles e Torres, 2018). A notícia, veiculada no caderno policial, dá conta da recepção por perspectivas criminalizadoras daqueles movimentos sociais e seus sujeitos históricos pela imprensa e sociedade do período.

Nesse contexto, a fala de Francy ressalta a dura realidade enfrentada pelas mulheres nos bairros periféricos de Manaus, onde a violência doméstica e o estupro eram problemas alarmantes. Sua entrada na luta do movimento social, especialmente na questão da violência contra a mulher no bairro Jorge Teixeira, evidencia a necessidade urgente de ações coletivas para enfrentar essas questões. Ao mencionar a formação do Centro de Defesa da Mulher, Francy

destaca a importância dos movimentos de base na proteção dos direitos e na promoção do empoderamento feminino em comunidades vulneráveis.

> Eu casei com vinte e quatro, é, eu acho que eu já tinha uns vinte e poucos anos quando eu entrei nessa luta do movimento social já na questão da mulher, da violência contra a mulher, ali no barrio Jorge Teixeira, né, na na iniciando aquele bairro, é, tinha muita violência doméstica, né, e muito estupro, e aí a Mariene, ela… isso já- a gente já enquanto partido, né, a gente tinha essa necessidade de de tá fazendo um trabalho nesses barrios distantes, né, aonde eram ocupações, né, que não tinham todos os serviços, né, e aí as mulheres ficavam muito, é, nessa… na questão da violência, e aí eu lembro que a gente formou um grupo, né, Centro de Defesa da Mulher, aonde a gente, é, ia- levava as formações políticas, partidárias, que era que era necessário, né, e também essas formações da… do empoderamento das mulheres, entendeu, e a gente começou ali no Jorge Teixeira, depois do Jorge Teixeira, é, eu lembro que foi meu primeiro movimento de mulheres, meu primeiro (…). (Francy)

Esses movimentos de base, como evidenciado na fala de Francy e na liderança de Irmã Helena mencionada no texto adicional, são fundamentais para dar voz e agência às comunidades marginalizadas. Eles representam uma resistência contra as perspectivas excludentes e criminalizadoras da imprensa e da sociedade da época, que muitas vezes retratavam esses movimentos como ilegítimos ou perigosos. Ao contrário, eles são movidos por uma busca legítima por justiça social, terra e moradia digna, liderados por figuras inspiradoras como Irmã Helena.

É importante reconhecer o papel crucial desses movimentos sociais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Eles não apenas enfrentam questões urgentes como a violência de gênero e a falta de moradia, mas também desafiam narrativas dominantes e lutam por uma mudança sistêmica que beneficie verdadeiramente as comunidades mais vulneráveis. A liderança feminina, em particular, desempenha um papel central nesses movimentos, trazendo perspectivas únicas e uma abordagem solidária e inclusiva para a luta pelos direitos humanos e pela dignidade de todos.

Algo importante também de salientar nessa notícia é a participação de padre Luciano, que na semana anterior àquele episódio, ao tentar rezar uma missa no local, tinha sido jogado no chão por policiais. Nas reportagens posteriores ao ocorrido, é cada vez mais frequente a participação direta de Irmã Helena. (Jornal Acrítica, 01 de novembro de 1985, capa). Em manchete do dia seguinte, 02 de novembro de 1985, já temos a notícia de que os “posseiros” foram retirados do local. A imagem associada à manchete mostra duas crianças e ao fundo uma bandeira do brasil, como se o jornal fizesse alusão à imagem anterior, na qual a bandeira era confeccionada. No texto da matéria, que também está destaca na capa daquele fascículo do

jornal, ficamos sabendo que 200 homens do batalhão de polícia fizeram a reintegração de posse, e que a Irmã Helena só deixou o local após a garantia de que nenhum dos moradores seriam presos pela resistência à derrubada de suas casas. (Jornal Acrítica, 2 de novembro de 1985, capa).

(Figura 28 - Jornal Acrítica, 2 de novembro de 1985, capa)

Em manchete do dia 24 de novembro de 1985, outro processo de desocupação é destacado, dessa vez envolvendo moradores do Trevo, episódio sublinhado pela manchete "Promessa de Terra: Posseiros retirados". A notícia menciona que as famílias abrigadas no bairro do Trevo, no conjunto Ayapuá, foram retiradas do local pela guarda municipal, com a promessa de que seriam reassentados no bairro São José. A matéria publicou naquela capa a fotografia de Irmã Helena chorando, ao lado dos moradores. Contudo, no "caderno cidade" daquele mesmo fascículo, a notícia aprofunda a discussão, evidenciando resistências e luta naquele enfrentamento.

O envolvimento de Irmã Helena nas lutas dos posseiros relatadas nas reportagens de novembro de 1985 é um exemplo marcante da aliança entre movimentos sociais e figuras religiosas que atuam em prol das classes marginalizadas. As manchetes dos dias 01, 02 e 24 de novembro de 1985, publicadas pelo Jornal Acrítica, retratam não apenas a violência e as táticas de repressão utilizadas para remover famílias de áreas ocupadas, mas também a atuação direta de Irmã Helena como defensora dessas comunidades vulneráveis.

O jornal do Comércio também dá destaque ao processo de desocupação, no qual vemos que o uso da força policial para despejar as famílias e destruir as barracas evidencia a repressão que essas populações enfrentam, muitas vezes desconsiderando as condições precárias que as levaram a ocupar a área. A presença da irmã Helena, que tenta pacificar o conflito e proteger os invasores, destaca o papel da solidariedade e do ativismo social frente às injustiças estruturais.

A situação revela uma falha sistêmica em oferecer soluções habitacionais adequadas e acessíveis para todos. Em vez de tratar as ocupações como meras invasões ilegais, é essencial que o poder público e a sociedade civil busquem compreender e solucionar as raízes do problema, que estão intimamente ligadas à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes para a moradia.

(Figura 29 - Jornal do Comércio. “Mais tumultos na Ponta Negra deixam criança ferida”, 29 de outubro 1985, capa)

> As famílias invasoras do terreno da estrada da Ponta Negra insistem em permanecer na área mesmo enfrentando a polícia militar. Novos tumultos foram registrados ontem à tarde e o garoto Jorge Ney, de 2 anos de idade, acabou sendo ferido na cabeça na confusão que se formou, o que acirrou ainda mais os ânimos entre os revoltosos. Outras pessoas também saíram com hematomas e escoriações na correria gerada pelo confronto. O terreno de 320.000 m² pertence a Jeferson Carvalho e começou a ser terraplanado no

> início da tarde, uma vez que o proprietário pretende desmarcar o terreno para vender os lotes como forma de evitar que os invasores fiquem com a área. O trator trabalhava na derrubada de árvores e aproveitava para destruir as estacas e barracas colocadas por algumas famílias no final de semana. A multidão reagiu e, sem temer os cassetetes, revólveres e metralhadoras portados pelos policiais, forçou a paralisação do serviço. Mais uma vez, irmã Helena colocava-se do lado dos invasores e tentava convencer o comandante do pelotão, tenente Lemos, a parar o trator. (Jornal do Comércio. Mais tumultos na Ponta Negra deixam criança ferida, 29 de outubro 1985, capa.)

(Figura 30- Jornal do Comércio, "Trator tenta impedir o avanço dos invasores", Caderno Cidade, 29 de outubro 1985, , p. 03.)

> Continua a resistência das famílias no terreno da entrada da Ponta Negra. A cada momento a situação tende a agravar-se com os invasores tentando ocupar a área à força diante de pelotão da polícia militar. Ontem registraram-se novos tumultos com uma criança de 2 anos ferida. A irmã Helena conseguiu paralisar um trator que derrubava os barracos. (Jornal do Comércio, Trator tenta impedir o avanço dos invasores , 29 outubro 1985, caderno cidade, p. 3.)

A reportagem sobre os conflitos na Ponta Negra oferece uma visão crítica sobre a tensão entre o poder público e os movimentos de ocupação urbana. A notícia, destacando o confronto entre policiais e invasores e o envolvimento da irmã Helena, revela a complexidade da luta pela

terra em um contexto urbano marcado por disparidades socioeconômicas. Temos no Jornal do Comércio que:

> Nem a chuva de ontem impediu a presença da polícia e dos invasores no terreno em litígio na entrada na Ponta Negra. Final, só os tratores não trabalharam. Final, a irmã Helena foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional por estar à frente do movimento, enquanto o governador Gilberto Mestrinho disse que o estado não pode pagar uma propriedade por particular e tomar conta dela.
>
> Os ânimos foram acirrados entre a polícia e os invasores. Logo cedo, os policiais, cumprindo ordens do judiciário, mantiveram-se a postos no cordão de isolamento para evitar o avanço do povo. Final, houve uma tentativa, mas a massa foi contida pelos militares que forçaram o recuo da multidão para fora da área, machucaram algumas pessoas, arrastaram o padre Luciano e ameaçaram prender a irmã Helena. Os invasores reagiram em defesa da religiosa e esta acabou ficando livre.
>
> Indagado sobre a ocorrência de um processo de invasão ao longo da estrada da Ponta Negra, por ser praticamente desabitada, em suas margens, Gilberto Mestrinho negou isto dizendo: "Primeiro o projeto urbanístico já foi feito; segundo asfaltou e arborizou as áreas de atração turística. O balneário da Ponta Negra é um grande projeto. A parte que cabe ao estado nós estamos fazendo. Agora nós não podemos pegar uma propriedade particular e tomar conta dela. Os terrenos estão sendo loteados e a polícia militar está aí para garantir o direito do cidadão. (Jornal do Comércio, Irmã é enquadrada na Lei de Segurança Nacional., 30 outubro 1985, caderno cidade, p. 3)

(Figura 31 - Jornal do Comércio, Irmã é enquadrada na Lei de Segurança Nacional., 30 outubro 1985, caderno cidade, p. 3)

A presença “inabalável” dos policiais e a resistência dos invasores, apesar das condições adversas como a chuva, reflete a persistência das comunidades em sua luta por espaço e reconhecimento. A tentativa dos policiais de forçar o recuo dos invasores, que resultou em confrontos físicos e ferimentos, é um reflexo do embate entre o direito de propriedade e as necessidades habitacionais das populações marginalizadas. A irmã Helena, uma figura de liderança entre os invasores, foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional, uma medida extrema que demonstra a criminalização do ativismo social em defesa dos direitos à moradia.

O posicionamento do governador Gilberto Mestrinho, que afirma que o Estado não pode intervir em propriedades particulares e que os projetos urbanísticos estão sendo cumpridos conforme o planejado, revela a visão institucional sobre a questão. A defesa de Mestrinho sobre a divisão entre áreas de interesse turístico e áreas desabitadas, e a justificativa de que a polícia está lá para "garantir o direito do cidadão", mostra uma perspectiva que prioriza o desenvolvimento e a especulação imobiliária em detrimento das necessidades habitacionais das populações pobres. Sua declaração de que o projeto urbanístico da Ponta Negra é prioridade para o Estado enquanto a ocupação de terras privadas é uma questão a ser resolvida pelos proprietários é uma forma de reafirmar a hierarquia e a desigualdade no uso do espaço urbano.

A resistência dos moradores da Ponta Negra, evidenciada pela continuidade das ocupações e a defesa ativa dos líderes comunitários, confronta diretamente a narrativa oficial e o tratamento das áreas periféricas. Ao desafiar o processo de exclusão e marginalização, os invasores não apenas buscam reivindicar um direito básico à moradia, mas também enfrentam um sistema que frequentemente ignora ou desvaloriza suas necessidades e direitos.

> Por determinação da justiça, a polícia militar cumpriu a missão de retirar centenas de famílias que ocupavam mais de 300.000 m² de terras da família Carvalho, na estrada da Ponta Negra. A operação militar ocorreu ontem de manhã sob o comando do major Elson Guimarães, assistente do comandante Hélio Mota.
>
> A operação estava marcada para as 9:00, mas só foi concluída por volta das 13:00 devido à resistência dos invasores liderados por irmã Helena e outros líderes comunitários. O trabalho dos policiais militares foi inicialmente de pedir a retirada pacífica. Caso contrário, seriam forçados a usar a força conforme mandato judicial expedido pelo juiz da primeira Vara Civil da capital, José Ribamar dos Anjos Feitosa. Apenas empurraram.
>
> Foi uma manhã movimentada. Policiais de choque, donos da terra, oficial de justiça, repórteres e invasores ilustravam a frente do conjunto Ayapuá. Depois de algumas horas de conversas, os policiais começaram a remover barracas e utensílios domésticos. O povo assistia calado ao fim de suas esperanças de ocupar uma área nobre de terra.

Sem perspectiva

Desolados fora do terreno dos Carvalho, as famílias demonstravam falta de esperança de terem sua própria casa por mais humilde que seja em qualquer lugar. As pessoas cercaram os repórteres do Jornal do Comércio e expressaram suas lamúrias, criticando o governador, o prefeito e a polícia.

A irmã Helena, ainda presente, comentou que aquelas pessoas não têm esperança de conseguir um pedaço de terra. Ela interrompe quando alguém menciona que o governador Mestrinho pode resolver a questão: "Não podemos esperar mais nada de alguém, muito menos das autoridades interferirem", disse a freira.

O povo voltou a falar com a reportagem dizendo que ninguém olha para eles, todos se sentem desprezados e humilhados. "O jeito é agora ficar naquela pequena faixa de terra que sobrou da estrada da Ponta Negra com a Avenida Brasil. O local é aprazível, mas não daria para abrigar 20 famílias sendo coletivamente mais de 100 no mesmo teto."

E assim encerrou-se parcialmente o episódio da invasão da estrada da Ponta Negra. Não se sabe por quanto tempo as famílias ficarão na Encruzilhada. Sabe-se, no entanto, que a polícia está disposta a permanecer o tempo necessário para guardar as terras particulares. (Jornal do Comércio. Justiça usou a polícia para retirar invasores. Caderno Cidade, p. 4, 3 novembro 1985)

Justiça usou a Polícia para retirar invasores

Os policiais derrubaram os barracos

(Figura 32 - Jornal do Comércio. Justiça usou a polícia para retirar invasores. Caderno Cidade, 3 de novembro 1985, p. 04)

A ação judicial que determinou a remoção de centenas de famílias das terras da família Carvalho, na estrada da Ponta Negra, revela profundas questões sociais e políticas que merecem uma análise crítica. O episódio, ocorrido em 3 de novembro de 1985, exemplifica como o uso da força estatal pode, muitas vezes, acirrar as tensões entre interesses privados e as necessidades das populações vulneráveis.

A operação militar, conduzida pelo major Guimarães sob o comando do juiz José Ribamar dos Anjos Feitosa, foi uma tentativa de cumprir uma ordem judicial de desocupação. O contexto da ação foi marcado por resistência organizada pelos invasores, liderados por figuras como a irmã Helena e outros líderes comunitários. A resistência dos ocupantes, que se manifestaram com barracas e utensílios domésticos, demonstrou a luta desesperada por uma moradia digna e a frustração diante da injustiça percebida.

É crucial reconhecer que a questão não é apenas legal, mas profundamente humana e social. As famílias desabrigadas foram retiradas de uma área que, embora não legalmente aprovada para ocupação, representava uma possibilidade de sobrevivência e dignidade para aqueles que, de outra forma, estariam à margem da sociedade. A operação, que começou com o intuito de uma retirada pacífica, acabou por se transformar em um processo mais doloroso e humilhante, acentuado pela resistência dos habitantes e pela necessidade de uma solução urgente.

A falta de alternativas apresentadas às famílias desalojadas é um ponto central na discussão. As críticas dirigidas ao governador, ao prefeito e à polícia refletem um sentimento de abandono e desespero. As palavras da irmã Helena, que expressou a falta de esperança nas autoridades para resolver a questão, são um testemunho da desconexão entre os poderes públicos e a realidade dos menos favorecidos. A declaração da freira sobre a ineficácia das promessas oficiais revela uma profunda desilusão com o sistema de justiça e a governança local.

O episódio também levanta questões sobre o papel das autoridades na mediação de conflitos fundiários. Enquanto a remoção das famílias pode ter sido juridicamente correta, a abordagem usada e a falta de uma estratégia de realocação adequada demonstram uma falha em equilibrar o cumprimento da lei com a consideração das necessidades humanas. O fato de que a polícia teve que permanecer para "guardar" as terras particulares é um indicativo de que a solução não foi plenamente satisfatória para as partes envolvidas.

No episódio de 02 de novembro de 1985, em que 200 homens do batalhão de polícia realizaram a reintegração de posse, a presença de Irmã Helena foi crucial para evitar que os

moradores fossem presos, conforme relatado na matéria. Esse ato de resistência, simbolizado pela confecção de uma bandeira do Brasil na imagem anterior e pela bandeira ao fundo da foto do dia seguinte, reflete a tentativa dessas famílias de reivindicar sua cidadania e pertencimento ao território brasileiro, mesmo sob condições precárias e diante da repressão do Estado. A bandeira, símbolo nacional, sugere um apelo ao reconhecimento de direitos e dignidade, algo frequentemente negado aos pobres e despossuídos.

Página 2

PROMESSA DE TERRA

Antonio Menezes

Irmã Helena Augusta não contém o choro na retirada

(Figura 33 - Jornal Acrítica, 24 de novembro de 1985, Caderno Cidade, p. 10)

A ação da guarda municipal em 24 de novembro de 1985, quando famílias do bairro Trevo foram removidas sob a promessa de reassentamento, traz à tona a forma autoritária e muitas vezes desumana com que questões de habitação e ocupação de terras urbanas eram tratadas. A presença de Irmã Helena, chorando ao lado dos moradores, humaniza a narrativa, destacando o sofrimento das famílias e a falta de garantias concretas para o futuro delas. Mais uma vez, as promessas de moradias no bairro São José revelam-se vagas e incertas, sugerindo que as ações do governo local visavam apenas a "limpar" as áreas antes de eventos festivos, conforme denunciado pela freira.

Esse episódio reflete uma prática comum em diversas regiões do Brasil, em que comunidades pobres, sem acesso à terra ou à moradia, enfrentam não apenas a marginalização socioeconômica, mas também a violência do Estado. A ausência de diálogo entre as lideranças comunitárias e o governo, denunciada por Irmã Helena, revela a falta de interesse das autoridades em buscar soluções pacíficas e inclusivas para os problemas habitacionais. Em vez

disso, a retirada forçada dos posseiros em caminhões da prefeitura, sem qualquer clareza sobre seu destino, exemplifica a precariedade e a incerteza que essas famílias enfrentavam.

Com o título "Operação surpresa: Clima de tensão para retirar os invasores", a reportagem menciona que os ocupantes, de acordo com Irmã Helena cerca de 70 famílias, só estariam sendo retirados do local porque no dia seguinte ocorreria aí uma festa, e que para o prefeito eles sujavam a aparência festiva e sem conflitos que se queria para o momento. Irmã Helena ainda denuncia o autoritarismo e a violência com que os moradores são retirados, pontuando que diversas vezes eles procuraram algum diálogo com o prefeito, mas não tiveram retorno. As famílias acabam sendo retiradas em caminhões da prefeitura, sem saber ao certo para onde estariam sendo levadas, com a promessa evasiva de supostas moradias no São José. (Jornal Acrítica, 24 de novembro de 1985, Caderno Cidade, p. 10).

Assim, as reportagens sobre a participação de Irmã Helena nas desocupações de novembro de 1985 destacam a importância da resistência e da luta por direitos básicos, como a moradia, em um contexto de repressão. Ao mesmo tempo, evidenciam o papel crucial de líderes sociais e religiosos na defesa dos mais vulneráveis, lutando por dignidade e justiça em uma sociedade marcada por desigualdades. A atuação de Irmã Helena transcende a dimensão religiosa e se insere no campo político e social, como uma defensora das classes populares, questionando a opressão e a marginalização institucionalizadas.

A participação da igreja católica, a partir de frentes de luta e mobilização popular organizadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nesse processo, é marcante. Em manchete do dia 25 de novembro de 1985, lemos que "Igreja chama povo na luta pela reforma agrária", sendo este tema levantado pela Campanha da Fraternidade daquele momento. Além disso, reforça aquela política de relação da Igreja com a sociedade, que a habitação e o direito pela terra deviam ser temas amplamente debatidos pela sociedade. Com o protagonismo do movimento de moradia, tendo Irmã Helena à frente, observamos a articulação desses grupos com a igreja, seja por ser a igreja uma organização que tem um local de destaque nas instituições, ou mesmo pelo respeito que ela agrega. Em muitos momentos do período analisado nesta pesquisa, é essa figura da igreja, da irmã Helena, e dos próprios padres envolvidos naquelas lutas, que se coloca como possibilidade social mais amplamente organizada pela defesa de direitos e políticas públicas.

Somente no dia 29 de novembro de 1985 é que o jornal noticia que "Termina o drama dos sem-terra", quando lemos que a população que teria sido retirada do trevo estava instalada no bairro São José, contudo, não todas as famílias. No trecho em que se reproduz fala de irmã

Helena, ficamos sabendo que 29 famílias continuavam em um abrigo provisório. (Jornal Acrítica, caderno Cidade, p.9). Todo o processo relatado aqui mostra a forma como esses trabalhadores, mães, donas de casa, se articulam no processo de disputa pela cidade, condições de habitação, saneamento, o básico que deveria ser assegurado.

Em contrapartida, o processo de criminalização não apenas dessas famílias, mas de outros espaços da cidade, segue. No "caderno Polícia" do dia 29 de novembro de 1985, lemos sobre "Assaltantes baleados no tiroteio da favela". Damos destaque aqui para o termo "favela" empregado pelo jornal, como definição imediata de local perigoso, portanto espaço social marcada pela convivência exclusiva de tiroteios, mortes, crimes. Ao abordar o tema, destaca a reportagem que

> Durante um tiroteio na favela no morro da Japinlândia, os assaltantes conhecidos como Caveira e Waldinho foram baleados e encontrados a morte pela rádio patrulha. (...) Os polícias da delegacia de plantão estiveram em investigação no local, encontrando balas deflagradas, cigarros de maconha e duas facas deixadas pelos marginais que fugira. (Jornal Acrítica, Caderno de Polícia, 29 de novembro de 1985)

Em suma, o caso da estrada da Ponta Negra demonstra um dilema persistente nas políticas de habitação e justiça social: a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a proteção dos direitos de propriedade e o atendimento das necessidades básicas das populações vulneráveis. A operação militar, enquanto formalmente correta em termos de cumprimento de uma ordem judicial, falhou em endereçar as causas profundas da ocupação e as expectativas legítimas dos moradores. Esse episódio serve como um alerta sobre a importância de soluções mais humanizadas e inclusivas na gestão de conflitos sociais e na formulação de políticas públicas.

Esse conflito entre a especulação imobiliária e a necessidade habitacional reflete uma questão mais ampla e sistêmica sobre o direito à cidade e a distribuição equitativa dos recursos urbanos. A luta pela Ponta Negra, como noticiado, é emblemática das tensões que surgem quando as políticas de desenvolvimento urbano entram em confronto com as realidades vividas por populações em situação de vulnerabilidade. Ao destacar a violência policial e a criminalização dos líderes comunitários, a reportagem expõe a profunda desigualdade e o descontentamento que permeiam a gestão urbana e a luta por justiça social na cidade.

Outros bairros também passam a ser referidos no jornal como "favelas", com a pressuposição daquelas características desvalorizadoras. São bairros como a Compensa de Santo Antônio, bairros que surgem de ocupações, muitos próximos do bairro Ponta Negra, reservado para a especulação imobiliária de elite na capital. Os bairros pobres ao redor daquela

região passam a ser designados pela percepção editorial daquela imprensa como lugares perigosos, marcados por problemas como o roubo e a violência. Por extensão, tais perspectivas desvalorizadoras passam a ser atribuídas aos moradores dessas localidades, pessoas pobres, trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda. Trata-se de lugares marcados pela falta de políticas públicas, de assistência social, saneamento básico, saúde pública, educação e outros.

Em notícia do quadro "Cidade Aflita" do dia 18 de novembro de 1987 do Jornal A Crítica, com a manchete "Beira- Rio invadida por favelas", lemos que:

> Os assessores do Prefeito Manoel Ribeiro insistem em fazer vista grossa para os problemas existentes na cidade de Manaus. A Avenida Beira – Rio no Bairro do Coroado, por exemplo, está se transformando numa imensa favela do dia para a noite, sem que apareça um fiscal no local para proibir a construção de palafitas à margem do igarapé que corta o bairro. A Avenida Beira-Rio era uma das vias mais bonitas e largas existentes no bairro do Coroado, porém, agora, se transformou numa das favelas mais feias e sujas, devido à construção de dezenas de palafitas dentro do igarapé sujando-o. (Jornal A Crítica, 18 de nov. de 1987, Caderno Cidade, p.05).

A notícia publicada pelo Jornal A Crítica em 18 de novembro de 1987, sob a manchete "Beira-Rio invadida por favelas", exemplifica uma crítica ácida à gestão pública e à situação urbanística da cidade de Manaus. A reportagem destaca a rápida transformação da Avenida Beira-Rio, uma das áreas anteriormente mais valorizadas do Bairro do Coroado, em uma zona degradada devido à construção desordenada de palafitas ao longo do igarapé local. O texto reflete uma indignação com a ausência de fiscalização e a falta de medidas efetivas por parte da administração municipal, liderada pelo Prefeito Manoel Ribeiro, para conter o avanço das ocupações irregulares.

Esse cenário revela um conflito entre a representação negativa dos espaços ocupados por populações de baixa renda e a realidade das dificuldades enfrentadas por esses moradores. A imprensa, ao enfatizar a degradação visual e ambiental das áreas afetadas, sugere uma relação direta entre a presença de favelas e a poluição dos igarapés, promovendo uma narrativa que criminaliza os habitantes dessas áreas. A imagem construída pela notícia reforça a ideia de que os moradores são responsáveis pela deterioração urbana, desviando o foco das responsabilidades do poder público e das falhas na gestão urbana.

A crítica implícita à gestão pública na reportagem se articula com a especulação imobiliária do período pós-ditadura, que visava a valorização de áreas urbanas por meio da limpeza e reordenamento dos espaços. A "criminalização" desses espaços de moradia popular, através da mídia, contribui para a desvalorização social dessas áreas e legitima o deslocamento

ou a exclusão dos moradores, que são apresentados como os principais responsáveis pelos problemas urbanos.

Contudo, é crucial reconhecer a resistência desses moradores e a sua luta contra essa dinâmica de exclusão. Apesar da representação negativa na imprensa, os habitantes dessas áreas não aceitaram passivamente a criminalização de suas condições de vida. As mobilizações e os movimentos sociais de moradia, que se tornaram mais evidentes ao longo dos anos, demonstram uma resistência contínua e organizada contra a marginalização e a exclusão. A memória dessas lutas contribui para uma compreensão mais ampla da produção social do espaço urbano e revela um processo de resistência que transcendeu a narrativa oficial da imprensa. Esse diálogo entre a história da resistência e os movimentos sociais contemporâneos destaca a importância de uma abordagem mais inclusiva e justa na discussão sobre o direito à cidade e à habitação..

O processo contínuo de ignorar a falta de gestão pública de qualidade nesses espaços aparece então diretamente relacionado ao movimento de sua desvalorização social por aquela imprensa, quando são os seus próprios moradores culpados pelas dificuldades e mazelas urbanas que enfrentam. Contudo, a resistência a essa dinâmica de exclusões evidencia que a criminalização da vida na cidade de Manaus jamais foi aceita pacificamente por aqueles manauaras pobres e organizados, processo que mesmo a imprensa se viu obrigada a noticiar. São lutas que marcaram positivamente a produção social do espaço urbano naquele momento, memória que dialoga historicamente com resistências que também articulam os movimentos sociais de moradia pelo direito à cidade, e à História.

A greve dos trabalhadores, como noticiado, foi um evento crucial para a cidade, refletindo uma mobilização que visava melhorias salariais e condições de trabalho. Embora a cobertura jornalística tenha frequentemente enfatizado o impacto negativo da greve sobre a cidade e a necessidade de intervenção policial, o verdadeiro foco da mobilização foi a conquista de direitos e benefícios para os trabalhadores. A capacidade de negociação e a organização dos grevistas demonstraram a eficácia dos movimentos sociais em lutar por melhores condições de vida e trabalho, mesmo diante de adversidades e resistência de setores do poder público e empresarial.

As ocupações urbanas, como as ocorridas na Ponta Negra e no Trevo, evidenciam a persistência dos movimentos sociais em enfrentar a crise habitacional e a exclusão social. As ocupações eram uma resposta direta à falta de acesso à moradia digna e à crescente especulação imobiliária. A resistência dos posseiros, retratada com frequência em um tom criminalizador pelos meios de comunicação, revelou a urgência das demandas por moradia e a precariedade

das condições de vida enfrentadas pelas famílias. Essas ocupações foram um grito de alerta sobre a necessidade de políticas habitacionais mais inclusivas e a importância da reforma agrária urbana.

A atuação de figuras como Irmã Helena foi fundamental para a mobilização e o suporte às comunidades em situação de vulnerabilidade. Sua liderança destacou o papel essencial das mulheres e dos movimentos de base na luta pela moradia e pelos direitos humanos. A formação de centros de defesa, como o Centro de Defesa da Mulher mencionado, demonstra como os movimentos sociais organizaram ações concretas para enfrentar a violência de gênero e promover o empoderamento feminino. A resistência de Irmã Helena e sua atuação nas ocupações de terrenos foram vitais para desafiar a narrativa dominante e pressionar por mudanças estruturais nas políticas públicas.

A participação da Igreja Católica, particularmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), também desempenhou um papel importante na mobilização social. A colaboração entre os movimentos sociais e a Igreja ajudou a legitimar as demandas dos moradores e a amplificar a voz das comunidades em luta. A relação entre a Igreja e os movimentos de moradia evidenciou a importância do apoio institucional na promoção de causas sociais e na articulação de políticas públicas voltadas para a justiça social.

O movimento de moradia em Manaus, com suas múltiplas frentes de atuação e resistência, destacou a capacidade das comunidades de se mobilizarem e lutarem por seus direitos, apesar dos desafios enfrentados. A luta por moradia digna e a busca por justiça social foram centrais na construção de uma narrativa de resistência e empoderamento, desafiando as estruturas de poder estabelecidas e pressionando por uma mudança sistêmica na forma como a cidade trata seus habitantes mais vulneráveis. Esse processo não apenas enfrentou as desigualdades e a exclusão social, mas também contribuiu para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, reafirmando a importância dos movimentos sociais na defesa dos direitos humanos e na promoção da dignidade para todos.

2.3 A LUTA POR CRECHE E A "QUESTÃO DO ABORTO" NO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS

A luta por creche no Distrito Industrial de Manaus, uma área vital para a economia local e marcada por sua densidade populacional, evidencia a tensão entre as necessidades das famílias trabalhadoras e as limitações das políticas públicas. Este movimento tem como pano de fundo

a questão do aborto, que emergiu como um tema controverso e sensível no contexto dessa luta social. As famílias, muitas vezes compostas por trabalhadores de baixa renda, enfrentam desafios significativos para garantir o cuidado e a educação de seus filhos enquanto lidam com as consequências de uma falta de infraestrutura adequada, como creches. A discussão sobre o aborto, embora possa parecer um tópico separado, está interligada à questão da assistência social e da qualidade de vida dessas famílias, refletindo a complexa interseção entre direitos sociais, políticas públicas e realidades econômicas locais.

O encontro promovido pela Secretaria Municipal de Educação (Semec) em 21 de maio de 1981 no Distrito Industrial de Manaus trouxe à tona uma questão social de grande relevância: o aborto. A segunda assembleia feminina, que teve início às 8:00 da manhã, contou com a presença de figuras importantes, como a professora Raimunda Danielle e a senadora Eunice Micheles, e abordou uma série de temas relacionados à participação feminina na política e na sociedade.

> A segunda assembleia feminina aberta ontem às 8:00 com uma ocorrência da professora Raimunda Danielle, titular da Secretaria Municipal de Educação, a promotora do encontro será encerrada às 15:00 da manhã com a palestra "A participação da mulher na política brasileira" que será proferida pela senadora Eunice Micheles.
>
> O encontro foi aberto ontem com as presenças do governador José Lindoso e do prefeito José Fernandes, tendo logo em seguida falado a professora Bitencourt, diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras, sobre a mulher e a atualidade, que foi encerrada às 11:00, após um produtivo debate sobre o assunto.
>
> Muitas mulheres estão participando do encontro e, pela opinião formulada no debate público durante os debates, o encontro está sendo proveitoso.
>
> Aborto
>
> Várias angulações sobre a questão do aborto serão questionadas hoje, durante a palestra que se iniciará às 8:00 da manhã de hoje com a palestrante Maria Auxiliadora Luz Torres. O aborto promete ser um dos assuntos mais controvertidos da segunda assembleia feminina que encerrará amanhã, vendo um grande interesse por parte das mulheres amazonenses para discutirem o assunto. (Jornal do Comércio. Mulheres amazonenses discutem aborto no encontro da Semec. Caderno Cidade, p. 3, 21 maio 1981)

A palestra de abertura, conduzida pela professora Bitencourt, trouxe reflexões sobre o papel da mulher na atualidade, seguida por um debate produtivo que envolveu muitas participantes. Contudo, o tema mais controverso e de maior interesse durante o encontro foi o

aborto. Este assunto, amplamente debatido ao longo do dia, refletiu a preocupação das mulheres amazonenses com a autonomia sobre seus corpos e as implicações sociais e políticas da questão.

A palestra de Maria Auxiliadora Luz Torres, prevista para iniciar às 8:00 da manhã seguinte, prometia aprofundar o debate sobre o aborto, destacando a relevância desse tema no contexto das políticas públicas e da vida das mulheres. O interesse manifestado pelas participantes sublinha a urgência de discutir e enfrentar as questões relacionadas ao aborto, evidenciando a importância de plataformas como essas para o avanço das discussões sobre direitos das mulheres e questões sociais na região.

São muitas as denúncias colocadas pelas mulheres trabalhadoras, desde a jornada de trabalho abusiva até o processo de esterilização nas fabricas, Durante o 7º Encontro da Mulher, realizado no Sindicato dos Metalúrgicos nos dias 7 e 8 de março de 1986, graves denúncias foram formuladas contra empresas do Distrito Industrial. A coordenação do encontro entregou documento enumerando algumas dessas práticas nocivas ao trabalhador, sendo as principais delas ligadas a saúde das mulheres como as práticas proibitivas de que elas tenham filhos levando a questão da natalidade e do aborto colocadas em notícia no dia 12 de março de 1986 no Jornal do Comercio:

> Uma variedade de atividades Insalubres, que vão desde a exposição a substâncias químicas utilizadas para amolecer alimentos, que invariavelmente causam gastrites, perturbações nervosas e até a obrigatoriedade de desempenhar tarefas que não constam na Carteira de Trabalho. Essas são algumas das denúncias formuladas no 7º Encontro da Mulher Trabalhadora Amazonense, encerrado no dia 8 último com a presença de quase 300 mulheres, que teve lugar no Sindicato dos Metalúrgicos. (Jornal do Comercio, 12 de fevereiro de 1986, p.12).

Em resposta as denúncias o Delegado Regional do Trabalho, Manoel Nogueira, diz que não leu o documento, mas tem dúvidas com relação aos problemas nele enumerados, dizendo que as denúncias são demagogas em notícia no dia 13 de março de 1986 no Jornal do Comercio:

> Apesar de "não ter lido" as denúncias feitas pelas mulheres trabalhadoras das fábricas do Distrito Industrial com relação as violências a que são sistematicamente submetidas, o delega- do regional I do Trabalho, Manoel Nogueira, disse ontem que tem dúvidas com relação aos problemas que elas abordaram durante o VII Encontro da Mulher, realizado nos últimos dias 7 e 8. (...) Assim como outras reclamações, são notícias "infundadas e demagogas", uma vez que, conforme repetiu algumas vezes, disse: "Não tenho tempo para ler esse tipo de documento e além do mais. eu mesmo já almocei no Dl. com os operários, e constatei que a alimentação fornecida pelas empresas, é de melhor qualidade da que eu como em minha casa. (Jornal do Comercio, 13 de fevereiro de 1986, p.15).

Não obstantes as trabalhadoras respondem e mantem sua frente de denúncias, em grifo nosso destacamos a fala de Auxiliadora Mourão “as declarações do delegado nada mais são do que uma prova a mais da incompetência de pessoas que ocupam cargos importantes de grande abrangência. "Com o poder que exerce, não se justifica o desconhecimento dos problemas dos trabalhadores". destacou ela. sugerindo ainda que pessoas com maior sensibilidade conhecimento ocupem cargos como o de Manoel Nogueira. (Jornal do Comercio, edição de 14 de fevereiro de 1986, p.13).

O impacto dos debates suscitados a partir dessas denúncias é bastante significativo para a sociedade Amazonense, a partir do Encontro das Mulheres Trabalhadoras outras atividades vão se manifestando pela cidade, no dia 20 de maio de 1986 temos o seguinte “Operárias pedem apoio para fiscalizar a saúde”:

> Uma comissão representativa das organizadoras do Encontro Amazonense de Mulheres esteve sexta-feira na Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade do Amazonas, para discutir com os médicos de vários departamentos uma forma de auxiliá-las na fiscalização da saúde das trabalhadoras especialmente do Distrito Industrial. (Jornal do Comercio, 20 de maio de 1986, p.14).

Durante o 7º Encontro da Mulher Trabalhadora Amazonense, realizado nos dias 7 e 8 de março de 1986, emergiu um quadro alarmante sobre as condições de trabalho no Distrito Industrial de Manaus, evidenciado pelas denúncias formuladas pelas trabalhadoras. As acusações de práticas prejudiciais à saúde, como a exposição a substâncias químicas tóxicas e a imposição de tarefas não registradas, revelaram a gravidade da situação enfrentada pelas mulheres nas fábricas. Entre as denúncias mais preocupantes estavam as que se referiam à proibição de ter filhos e o processo de esterilização forçada, práticas que evidenciam uma abordagem coercitiva e discriminatória por parte dos empregadores (Jornal do Comércio, 12 de março de 1986, p.12).

A reação do Delegado Regional do Trabalho, Manoel Nogueira, foi um reflexo da falta de sensibilidade e compreensão dos problemas reais enfrentados pelas trabalhadoras. Ao desqualificar as denúncias como "infundadas e demagogas", Nogueira demonstrou uma desconexão preocupante com a realidade vivida pelos trabalhadores e com as questões de saúde e direitos no ambiente de trabalho (Jornal do Comércio, 13 de março de 1986, p.15). Sua resposta não só minimizou a seriedade das acusações, mas também revelou uma falta de comprometimento com a resolução dos problemas relatados.

A crítica à postura de Nogueira foi contundente, como evidenciado pelas palavras de Auxiliadora Mourão, que destacou a incompetência de autoridades que não compreendem os desafios enfrentados pelos trabalhadores. Mourão apontou a necessidade de uma liderança mais empática e informada, o que sugere uma crítica mais ampla à eficácia das políticas e práticas de fiscalização e proteção dos direitos dos trabalhadores (Jornal do Comércio, 14 de março de 1986, p.13).

A resposta das trabalhadoras e a mobilização subsequente evidenciam uma crescente conscientização e engajamento com a saúde e direitos no ambiente de trabalho. A iniciativa de buscar apoio da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Amazonas para monitorar as condições laborais demonstra a determinação das trabalhadoras em lutar por melhores condições e uma resposta mais efetiva às suas demandas (Jornal do Comércio, 20 de maio de 1986, p.14). Essas ações revelam um impacto significativo na sociedade amazonense, evidenciando o papel crucial das mulheres na promoção de mudanças e na melhoria das condições de trabalho.

O debate também se estende aos órgãos de saúde como a SEMSA, em 21 de maio de 1986 temos a manchete “Anticonceptivos preocupam Semsa”, em que lemos que O documento que resume as reivindicações e denúncias das representantes que compõem a comissão organizadora do Encontro Amazonense de Mulheres, realizado no mês de março, já era conhecido pelo secretário municipal de Saúde, Fernando Ferreira, que o recebeu na se mana passada. Segundo ele, este documento ser viu para um debate mais amplo sobre a problemática das trabalhadoras na 8 Conferência Nacional de Saúde.

Outro processo de disputa pelas mulheres é a construção da Delegacia da Mulher, em que podemos acompanhar a narrativa de negação desse direito as mulheres de Manaus, em primeiro quadro de notícia em 27 de setembro de 1985, no caderno Opnião temos “Delegacia da Mulher em Manaus”:

> Articula-se na Secretaria de Segurança do Estado o projeto de criação de uma Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, vítima constante de violências dentro de nossa sociedade. O projeto seguiria o modelo da Delegacia Instalada na cidade de São Paulo, onde todo o corpo policial é composto de mulheres, sob a orientação de uma delegada de carreira. Tal preocupação tem em vista evitar constrangimento às mulheres que venham a recorrer aos serviços especializados da Delegacia criada para sua proteção. As mulheres vítimas de maus tratos, principalmente de seus maridos, encontrariam na sua Delegacia pelo menos solidariedade e respeito ao seu sofrimento, nem sempre encontráveis diante de um comissário ou agente policial, Integrantes de uma sociedade culturalmente machista.(Jornal do Comercio, 27 de setembro de 1985, p. 02).

E poucos meses após a primeira notícia temos o resultado de sua ação, na qual aparece a notícia do parecer contrário a implementação da delegacia por parte do parlamentar Armando Freitas, “Parecer contrário é reação machista”, e em que damos destaque as falas das mulheres que se articulam e direcionam a importância da construção da delegacia, bem como denunciam os motivos da sua não implementação, além de evidenciarem que para que a construção seja efetiva existem outros debates que precisam ser feitos como coloca a socióloga Marilene Correa e a estudante Sônia Mourão (Jornal do Comercio, edição de 5 de outubro de 1985, p.4):

> Para a socióloga Marilene Correa, a questão é muito paradoxa, no sentido de que a implantação dessa Delegacia não irá resolver os problemas estruturais de dominação da mulher, ao mesmo tempo em que à nível de urgência, poderá ser um importante instrumento contra a violência diária "Vai ser possível um atendimento de emergência. Aliás, as mulheres não se mostraram nem um pouco intimida das em comparecer a uma delegacia para dar parte de espancamentos" frisou, levando contudo, que a posição da mulher, e a forma como ela está instalada na sociedade, como força de trabalho ou reprodutora da espécie, e as "violências surdas", a que são submetidas nas relações de trabalho, e outras instâncias, dificilmente poderão ser detectadas, sem uma análise mais aprofundada sobre a questão.
>
> Mas para a estudante Sônia Mourão, a questão principal é de nível proteção, no que a Delegacia terá fundamental importância: "Todos os problemas a gente sabe que não vai resolver, mas pelo menos a mulher vai ter mais proteção. A mulher não vai ficar tão indefesa contra as violências diárias". (Jornal do Comercio, edição de 5 de outubro de 1985, p.4)

A luta pela criação de uma Delegacia da Mulher em Manaus revela um cenário complexo de resistência e necessidade de proteção especializada para as vítimas de violência. Inicialmente, em 27 de setembro de 1985, a proposta de estabelecer uma Delegacia Especializada na cidade foi apresentada como uma importante medida para oferecer suporte e respeito às mulheres vítimas de violência doméstica. Seguindo o modelo de São Paulo, a delegacia seria composta exclusivamente por mulheres policiais, sob a liderança de uma delegada de carreira. Essa estrutura visava minimizar o constrangimento frequentemente enfrentado pelas mulheres ao relatar abusos em um ambiente policial predominantemente masculino, refletindo uma tentativa de adaptar a abordagem policial às necessidades específicas das vítimas (Jornal do Comércio, 27 de setembro de 1985, p.2).

No entanto, poucos meses depois, surgiram obstáculos significativos à implementação desse projeto. Em 5 de outubro de 1985, o parlamentar Armando Freitas emitiu um parecer contrário à criação da Delegacia da Mulher, destacando uma reação machista que evidenciava a resistência à mudança. Esse parecer foi criticado por muitas mulheres e especialistas, que

argumentaram que a decisão refletia uma negação das necessidades urgentes das vítimas de violência e uma falta de compreensão dos problemas estruturais de dominação de gênero.

A socióloga Marilene Correa, em seu comentário, destacou que, embora a Delegacia da Mulher não fosse uma solução completa para os problemas estruturais de opressão das mulheres, ela representaria um avanço significativo em termos de proteção imediata. Correa argumentou que, apesar das limitações da proposta, a criação da delegacia poderia oferecer um atendimento de emergência essencial e um ambiente mais acolhedor para as denúncias de violência. Ela também ressaltou que a violência contra as mulheres frequentemente se manifesta em formas sutis, como nas relações de trabalho, e que essas questões exigem uma análise mais profunda e abrangente (Jornal do Comércio, 5 de outubro de 1985, p.4).

A estudante Sônia Mourão, por sua vez, enfatizou a importância da proteção que a Delegacia da Mulher poderia proporcionar. Para ela, mesmo que a criação da delegacia não resolvesse todos os problemas enfrentados pelas mulheres, ela garantiria uma forma de proteção e um suporte crucial contra as violências diárias. A presença de uma estrutura dedicada e sensível às necessidades das vítimas era vista como um passo importante para combater a sensação de desamparo que muitas mulheres sentem ao buscar justiça (Jornal do Comércio, 5 de outubro de 1985, p.4).

A controvérsia em torno da criação da Delegacia da Mulher em Manaus demonstra um conflito entre a necessidade de reformas imediatas para proteger as mulheres e as barreiras culturais e institucionais que impedem o avanço dessas medidas. A resistência ao projeto reflete uma resistência mais ampla às mudanças nas estruturas de poder e à promoção de uma abordagem mais sensível e inclusiva no tratamento das questões de violência de gênero. A luta das mulheres para estabelecer essa delegacia é um exemplo claro de como a mobilização social pode confrontar e desafiar as normas estabelecidas, buscando criar mecanismos mais eficazes para garantir a segurança e os direitos das vítimas.

Essa representação das mulheres na imprensa ganha força e suas pautas aparecem cada vez mais nos jornais, são feministas, grevistas, trabalhadoras, professoras, prostitutas que vão se colocando na sociedade. Em manchete do dia 15 de fevereiro de 1987 temos dois quadros, “A QUESTÃO DO ABORTO (I)” e a “QUESTÃO DO ABORTO (II)”. Em que temos que:

> Como já era esperado, mais um caso de morte provocada por aborto clandestino e mal feito reabriu os debates sobre a legalização da prática no País. O Comitê da Mulher Trabalhadora do Amazonas é contrário à legalização do aborto. A alegação é a de que a mulher merece respeito e informação de toda a sociedade para saber como evitar ter filhos, ou no caso de gravidez. como enfrentá-la. (Jornal do Comércio, 15 de fevereiro de 1987, p.02).

O texto da notícia também aponta que direcionamentos do Comitê da Mulher Trabalhadora do Amazonas não condiziam com o pensamento feminista de mulheres de outros estados e justifica isso na possível base religiosa que orientava o Comitê:

> A posição do Comitê da Mulher Trabalhadora do Amazonas tem clara influência cristã, embora o grupo não esteja necessariamente ligado à Igreja Católica, ou qual quer outra igreja cristã. E a CNBB - o órgão mais representativo da Igreja em todo o País- quem defende de há muitos anos exatamente essa tese, totalmente contrária à prática & aborto em todos os sentidos. (Jornal do Comércio, 15 de fevereiro de 1987, p.02).

A questão da representação feminina na imprensa e os debates sobre direitos reprodutivos são temas cruciais que evidenciam a complexidade das lutas sociais enfrentadas pelas mulheres. No contexto de 1987, a presença cada vez mais visível de feministas, grevistas, trabalhadoras e outras mulheres na mídia reflete uma maior conscientização e mobilização sobre questões de gênero, incluindo o direito ao aborto e a esterilização forçada.

A manchete do dia 15 de fevereiro de 1987 no Jornal do Comércio destaca duas visões opostas sobre o aborto. Por um lado, o Comitê da Mulher Trabalhadora do Amazonas expressa uma posição contrária à legalização do aborto, argumentando que as mulheres devem receber respeito e informações adequadas para evitar a gravidez ou enfrentá-la de maneira informada. Essa posição é criticada no texto da notícia por refletir uma influência cristã, que pode não corresponder às perspectivas feministas de outros estados, destacando uma possível discordância interna entre os diferentes grupos feministas e suas bases ideológicas (Jornal do Comércio, 15 de fevereiro de 1987, p.02). O Comitê parece representar uma perspectiva conservadora que prioriza a moralidade religiosa sobre a autonomia e os direitos reprodutivos das mulheres, evidenciando uma divisão entre abordagens progressistas e conservadoras na luta pelos direitos das mulheres.

Paralelamente, o processo de esterilização forçada nas fábricas do Distrito Industrial de Manaus revela uma violação grave dos direitos das mulheres, que foram induzidas a aceitar a laqueadura tubária sob promessas de benefícios e segurança no emprego. Esse procedimento irreversível foi muitas vezes realizado sem o pleno consentimento das mulheres ou sem a informação adequada sobre suas consequências (Cristina, 2021). A prática de esterilização forçada é um exemplo emblemático de como os direitos reprodutivos das mulheres foram manipulados e abusados em nome de controle social e econômico.

A denúncia e o combate a essas práticas por movimentos sociais e feministas foram essenciais para trazer à luz as irregularidades e violações cometidas. O Projeto Pathfinder, responsável pela esterilização forçada, foi alvo de investigações judiciais e parlamentares, e o

caso foi considerado um crime contra a humanidade pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 1991 (Cristina, 2021). Este caso evidencia como a luta por direitos reprodutivos e a proteção contra práticas abusivas são interligadas e como a mobilização social e a pressão internacional podem ser ferramentas eficazes na luta por justiça.

A interseção desses dois aspectos – o debate sobre o aborto e a prática de esterilização forçada – mostra como a questão dos direitos reprodutivos das mulheres é multifacetada e frequentemente enfrentada com resistência tanto de instituições quanto de grupos conservadores. A crescente visibilidade das pautas feministas na imprensa indica uma mudança na percepção pública e uma maior disposição para confrontar e questionar práticas injustas e discriminatórias. O desafio continua sendo a superação das barreiras culturais e institucionais que perpetuam a desigualdade e a violação dos direitos das mulheres, exigindo uma abordagem mais inclusiva e informada para garantir a autonomia e a proteção das mulheres em todos os aspectos de suas vidas.

Em 1986, o Comitê citado na notícia surgiu como resultado da organização das operárias, um grupo feminino foi formado por trabalhadoras do Distrito e se reuniu no Dia Internacional da Mulher, no 1º Encontro da Mulher Operária de Manaus. Os temas discutidos foram o "mercado de trabalho, a discriminação profissional e sexual, direito a creche, salários idênticos para as mesmas funções, discriminação do aborto e outras questões" (Jornal do Comércio, edição de 09 de março de 1986, p.04).

No ano de 1986, em denúncia ao jornal Acrítica, Ricardo Moraes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, afirma que "através de denúncias das operárias, as indústrias adotam medidas que levam as mulheres a optar pelo aborto, visto que muitas mulheres foram demitidas ou tomaram advertência por estarem grávidas", além disso, os próprios médicos das empresas indicavam o aborto. O projeto, em linhas gerais, tinha como objetivo "esterilizar" as operárias do Distrito Industrial de Manaus em um prazo de 12 meses, a contar de julho de 1986. Esse projeto inicialmente visava atingir 2.400 famílias. No final, o presidente do sindicato ainda afirma que essa era uma forma de evitar que qualquer funcionária ficasse grávida. (Jornal A Crítica, edição de 09 de fevereiro de 1986, p.10).

O projeto denunciado, que pretendia "esterilizar" 2.400 famílias em 12 meses, demonstra um nível alarmante de violação dos direitos reprodutivos das mulheres. Essa medida não só interfere diretamente nas decisões pessoais das operárias, como também as desumaniza, tratando a gravidez como um obstáculo que deve ser eliminado para preservar os interesses econômicos. Esse tipo de controle sobre o corpo feminino no ambiente de trabalho é uma clara

manifestação de opressão de gênero e de classe, perpetuada por políticas patriarcais que visavam a exploração da mão de obra feminina em condições precárias.

Essa denúncia levanta questões sobre o papel do Estado e das empresas na proteção dos direitos das mulheres trabalhadoras. Em vez de oferecer condições dignas e respeitar a maternidade, as indústrias optaram por uma política de repressão, visando a manutenção de um sistema que privilegiava o lucro sobre a vida humana. A luta dessas mulheres por direitos básicos, como creche e igualdade salarial, é emblemática de uma resistência contra a opressão de gênero e da busca por uma sociedade mais justa e equitativa.

Aqui vemos a dualidade entre os debates a nível estadual e nacional, o movimento de mães e a luta por creche em Manaus se consolida dentro da perspectiva do direito à maternidade e à creche. Em contraponto, o aborto é colocado em um plano como uma pauta do movimento feminista a nível nacional em 1987, mas é evidenciado em 1986 como uma forma de abuso dentro do espaço de trabalho para com essas mulheres que tinham o direito à maternidade negado.

A fala de Francy Guedes destaca a realidade de violência enfrentada por muitas mulheres para além do ambiente do Distrito Industrial de Manaus. Ela ressalta como a dependência econômica das mulheres em relação aos maridos as tornava mais vulneráveis à violência doméstica. Francy enfatiza que nenhuma mulher escolhe ser vítima de violência, mas muitas se encontravam em situações em que não tinham opções viáveis de escape. Ela aponta que, frequentemente, as mulheres aguentavam o abuso porque não tinham para onde ir, sendo obrigadas a permanecer em situações abusivas por falta de recursos financeiros e de suporte social.

É evidente que as mulheres enfrentavam múltiplas formas de opressão, não apenas no ambiente de trabalho, mas também em seus lares. A falta de autonomia financeira e de recursos, combinada com estruturas sociais que perpetuavam a desigualdade de gênero, mantinha muitas mulheres presas em ciclos de violência doméstica. Francy destaca o papel crucial que ela e outras mulheres desempenhavam ao tentar ajudar suas colegas a se tornarem independentes, capacitando-as com habilidades básicas de sobrevivência, como costura e cuidados domésticos.

Além disso, Francy menciona o Partido dos Trabalhadores (PT) como uma influência importante em sua compreensão das questões feministas e de empoderamento das mulheres. Ela destaca que o PT a ensinou a lutar pelos direitos das mulheres e a se envolver ativamente na defesa de suas causas. Isso sugere que, para Francy e outras mulheres como ela, o ativismo

político era uma ferramenta crucial na luta contra as várias formas de opressão que enfrentavam, tanto no local de trabalho quanto em suas vidas pessoais.

> Ali a gente era eu, Mariene, Miracelma e tinha mais duas mulheres que eu não lembro o nome, Maria Eugênia, e aí a gente… era nossa ajuda, a gente fazia cota pra tudo, né, pra que essas mulheres fossem, elas tinham que ter um incentivo, um incentivo sempre tinha que ser um lanche, né, porque senão (risos) não ia, e aonde também, vindo da do Distrito, a gente tinha que se essas mulheres- se a gente precisava que essas mulheres fossem pra abrir a mente delas, pra esclarecer, pra empoderar elas do direito delas, elas tinham que levar os filhos, porque elas não podiam deixar os filhos, né, então a gente tinha que ter o ambiente pra cuidar dessas crianças enquanto as outras cuidavam das mães, mas tudo era… cotizado entre nós, né, uma levava um lanche, outra levava uns brinquedos e isso e aquilo, e e era assim que a gente fazia todo final de semana, todo final de semana a gente tinha uma reunião ali pra gente conseguir tirar- conseguimos tirar várias mulheres na questão da violência, conseguimos aprender junto com elas também, né, a gente levava o nosso conhecimento e elas… no-nos davam o conhecimento delas e aí a gente fazia essa troca de de de saberes, né, e aí a gente conseguia, eu lembro que a gente tirou várias mulheres, indicou várias mulheres pra trabalho, aí depois a gente vinha com aquela intenção de que tinha que ensinar essas mulheres a ser independentes, né, porque todas dependiam do marido pra alguma coisa, por isso sofriam a violência, e eu sempre digo pra todo mundo quando as pessoas chamam de- as mulheres de sem vergonha, "ah, é que ela é sem vergonha, gosta de apanhar", nenhuma mulher gosta de apanhar, nenhuma mulher gosta de apanhar, mas elas vão pra onde? Entendeu? Na grande maioria moram atrás da casa da sogra, não tem onde morar, né, então sofre a violência porque tem que cuidar dos filhos e não tem pra onde ir, e nós trabalhávamos muito nessa temática aí de que elas precisavam serem independente, a fazerem alguma coisa, serem independente, pra que pudesse sair do círculo da violência, né, e aí era coisa básica que a gente tinha que ensinar, era corte e costura, era unha, fazer sabão e tudo mais, que hoje a gente já diz que isso já não é mais, né, já não dá mais pra elas saírem do que estão, mas naquela época era o que a gente tinha, o Estado não não não te dava também nenhuma condição de você ir, levar pra essas mulheres, entendeu? Também não não não dava, e aí éramos nós e nós mesmas, nós enquanto instituição partidária que que- é por isso que eu sou muito, não sei vocês, mas eu falo por mim que eu sou muito PT por isso, porque eu tudo que eu- o PT me ensinou a ser isso, o PT me ensinou a ser feminista, o PT me ensinou a cuidar dessas mulheres, quer dizer, ensinou entre aspas, porque era a nossa bandeira e dizia "então vão lá e lutem. (Francy)

A declaração de Francy oferece uma visão poderosa e prática da mobilização social em contextos de vulnerabilidade, destacando como a ausência de suporte institucional pode ser suprida por esforços comunitários e pela solidariedade. Sua narrativa não apenas revela os desafios enfrentados por mulheres em situação de violência doméstica, mas também destaca o papel crucial das redes de apoio e da ação coletiva na busca por mudança social.

Através de sua descrição, Francy enfatiza a importância da solidariedade e do apoio mútuo entre as mulheres envolvidas em sua iniciativa. A organização de cotas para lanches e brinquedos e o cuidado das crianças durante as reuniões mostram como a mobilização

comunitária é fundamental para criar condições favoráveis à participação e ao empoderamento. Este modelo de ajuda prática e emocional não só facilita a inclusão das mulheres em atividades de capacitação, mas também constrói uma rede de suporte essencial para enfrentar os desafios diários. Essa abordagem pragmática revela uma compreensão profunda das necessidades das participantes e destaca a capacidade das comunidades de se auto-organizarem quando o apoio externo é insuficiente.

Francy também aponta a ausência de suporte estatal e institucional como um dos principais obstáculos enfrentados. Sua fala sublinha como, na falta de políticas públicas adequadas, o fardo de enfrentar questões como a violência doméstica recai sobre as próprias comunidades e suas organizações. A carência de recursos e a falta de infraestrutura apropriada revelam uma lacuna significativa entre as necessidades da população e a capacidade do Estado de oferecer assistência efetiva. Esse cenário não apenas limita as opções disponíveis para as mulheres, mas também revela a necessidade urgente de políticas públicas que abordem de forma mais abrangente e eficaz as condições que perpetuam a violência e a desigualdade.

No que diz respeito ao empoderamento, Francy destaca a importância de oferecer habilidades práticas como corte e costura, que, embora simples, desempenham um papel crucial na promoção da independência econômica das mulheres. A capacitação nessas áreas visa romper com a dependência econômica que muitas vezes perpetua ciclos de violência, proporcionando às mulheres as ferramentas necessárias para alcançar uma maior autonomia. Além disso, a crítica de Francy às ideias preconceituosas de que as mulheres "gostam de apanhar" reflete uma tentativa de desmistificar e humanizar a experiência das vítimas de violência, desafiando estigmas e promovendo uma compreensão mais empática e justa das suas realidades.

A influência do Partido dos Trabalhadores (PT) na atuação de Francy também é um ponto relevante. A forma como o partido moldou sua abordagem e suas práticas demonstra a interseção entre política e ativismo social. O apoio partidário oferecido a essas iniciativas, apesar das limitações, proporcionou uma estrutura organizacional e uma bandeira comum para as ações de empoderamento e apoio às mulheres. Essa relação entre partido e ativismo é fundamental para entender como as redes de apoio podem se beneficiar da articulação política e da mobilização social para enfrentar desafios estruturais e promover mudanças significativas.

E não é só nos espaços das fábricas, ou das comunidades que os direitos das mulheres são violados. No Caderno Opinião do dia 13 de fevereiro de 1986 temos como notícia "Uma coisa muito feia": queixas surgiram contra a Secretaria de Educação e Cultura do Estado que

estaria exigindo das professoras aprovadas no concurso um exame comprovando não estarem grávidas, requisito para que pudessem seguir para a próxima etapa do concurso. O tema aparece como discriminação, mas também como uma coisa "muito feita", que por conseguinte é também uma violação contra essas mulheres.

> Mulheres se mobilizam para garantir avanço
>
> A julgar pelo anteprojeto aprovado pelas subcomissões, a nova Constituição brasileira revelará retrocessos em alguns pontos da proposta aprovada ou mesmo pelo simples veto de ideias progressistas.
>
> A coordenadora do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, Gilda Cabral, que se encontra em Manaus para acertar com os membros de entidades de defesa da mulher algumas formas de articulação e a coleta de assinaturas para garantir os direitos da mulher na Constituição, fez uma advertência digital. Cabral indica retrocesso principalmente nas questões relacionadas ao aborto. No perfil do anteprojeto, ela demonstra o atraso final, lembrando que os dispositivos contidos na Constituição em vigor no país, ligados à questão do aborto, foram eliminados no anteprojeto. O Código Penal prevê que é permitido realizar abortos em mulheres cuja gravidez signifique risco de vida ou em caso de estupro comprovado. No entanto, esses dispositivos legais foram excluídos a partir da aprovação da proposta de que a vida está assegurada desde a concepção até a morte na subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais.
>
> Segundo a proposta aprovada no encontro nacional da mulher e constituinte realizado no ano passado, a questão do aborto deve ser um direito da mulher, que decide se interromper a gravidez é a melhor forma de resolver ou prevenir problemas.
>
> Para Lúcia Antony, da União das Mulheres do Amazonas, não é a legalização do aborto que aumentará o índice de casos. A exemplo de vários países onde o aborto é legalizado, deve-se exercer paralelamente campanhas de esclarecimento capazes de conscientizar a mulher sobre os riscos do aborto e informá-la sobre as várias formas contraceptivas de evitar a gravidez.
>
> Gilda Cabral argumenta que é o estado que gasta com sequelas do aborto, o que daria para empreender uma política de educação e orientação sobre a legislação. Vale lembrar que, sem o respaldo legal, milhares de mulheres continuam praticando o aborto de forma clandestina e com alto risco de vida. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, no ano passado foram realizados 3.000.000 de abortos no Brasil, revelou a coordenadora.(Jornal do Comércio. Mulheres se mobilizam para garantir avanço, Caderno Política Local, 02 de junho de 1987, p. 03)

CONSTITUINTE

Mulheres se mobilizarão para garantir avanços

"A julgar pelo anteprojeto aprovado pelas subcomissões, a nova Constituição brasileira revelará retrocessos em alguns pontos das propostas aprovadas ou mesmo pelo simples veto de idéias progressistas".

A advertência é de Gilda Cabral, coordenadora do Conselho Nacional do Direito da Mulher, que se encontra em Manaus onde veio acertar com membros de entidades de defesa da mulher, formas de articular a coleta de assinaturas para garantir os direitos da mulher na Constituição.

Gilda tenta mobilização nacional

(Figura 34 - Jornal do Comércio. Mulheres se mobilizam para garantir avanço, 2 jun. 1987. Caderno Política Local, p. 3)

A mobilização das mulheres em defesa dos seus direitos constitucionais, especialmente no que tange à questão do aborto, revela uma preocupação crescente com os possíveis retrocessos na nova Constituição brasileira. Segundo Gilda Cabral, coordenadora do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, o anteprojeto em discussão apresenta significativos retrocessos, particularmente nas áreas relacionadas aos direitos reprodutivos das mulheres. Cabral destaca que, enquanto a Constituição em vigor já permitia o aborto em casos específicos, como risco de vida para a gestante ou em situações de estupro, o anteprojeto elimina esses dispositivos legais, impondo uma visão mais conservadora e restritiva sobre a questão.

A discussão em torno do aborto é central na mobilização das mulheres, que buscam garantir que seus direitos sejam preservados e ampliados. O anteprojeto, ao restringir a interrupção da gravidez apenas para casos nos quais a vida da gestante está em risco e eliminando a possibilidade em casos de estupro, representa um retrocesso significativo. Essa mudança não apenas nega a autonomia das mulheres sobre suas próprias escolhas reprodutivas, mas também ignora a complexidade das situações individuais enfrentadas por mulheres em circunstâncias adversas.

A proposta aprovada no encontro nacional da mulher e constituinte, que defendia o aborto como um direito da mulher, foi um passo importante para a garantia dos direitos reprodutivos. No entanto, a atual proposta contrária sugere que a vida deve ser protegida desde a concepção até a morte, o que pode restringir ainda mais o acesso ao aborto seguro e legal. A partir dessa perspectiva, a questão não se limita apenas ao âmbito jurídico, mas também envolve a saúde e a segurança das mulheres, que podem ser afetadas pela prática de abortos clandestinos e inseguros.

Lúcia Antony, da União das Mulheres do Amazonas, refuta a ideia de que a legalização do aborto levaria a um aumento no número de casos. Ela defende que o exemplo de países onde o aborto é legalizado demonstra que a verdadeira solução reside na educação e na informação. Campanhas de esclarecimento sobre os riscos do aborto e sobre métodos contraceptivos são fundamentais para que as mulheres possam tomar decisões informadas e seguras. Antony argumenta que a legalização do aborto, acompanhada de políticas de educação e conscientização, não só respeita os direitos das mulheres, mas também pode reduzir a incidência de abortos inseguros.

A questão econômica também é relevante, como destacado por Gilda Cabral. O estado, ao não oferecer respaldo legal para o aborto, acaba arcando com os custos relacionados às sequelas de abortos realizados de forma clandestina. Isso indica uma necessidade urgente de políticas públicas que promovam educação e orientação adequadas sobre a legislação e sobre opções contraceptivas, para reduzir o número de abortos inseguros e os custos associados.

Portanto, a mobilização das mulheres e a resistência contra retrocessos na Constituição refletem uma luta contínua pela proteção e expansão dos direitos reprodutivos. É essencial que a legislação acompanhe as necessidades e a realidade das mulheres, garantindo não apenas a proteção de seus direitos, mas também a segurança e a saúde delas. A discussão sobre o aborto, portanto, deve ser abordada com sensibilidade e consideração pelas complexas circunstâncias enfrentadas por muitas mulheres, e a legislação deve refletir um compromisso com a justiça e a equidade.

A questão do aborto, especialmente em casos de violência sexual, gerou uma intensa discussão em Manaus, mobilizando a União das Mulheres de Manaus e outras ativistas que se opõem à posição conservadora do arcebispo de Belém, Dom Gaudêncio Ramos. O arcebispo, que defende uma postura rígida da Igreja em relação ao aborto, afirmando que a mulher nunca é vítima e agiria sempre com consentimento, desencadeou uma polêmica adicional com suas declarações. Sua visão de que o aborto, inclusive em casos de violência sexual, deve ser

proibido reflete uma abordagem moralista que ignora as complexidades das circunstâncias enfrentadas pelas mulheres.

> Mulheres contra moralismo
>
> A polêmica questão do aborto, sobretudo em casos de violência sexual, mereceu uma análise da União das Mulheres de Manaus e de outras mulheres indignadas com a posição do arcebispo de Belém, Dom Gaudêncio Ramos, que considera que a mulher nunca é vítima e age sempre com consentimento.
>
> Com a posição da Igreja em condenar a prática do aborto até mesmo em caso de violência sexual, mais uma polêmica foi criada em relação à nova Constituição brasileira. Em menos de 2 meses após sua implementação em Manaus, a Delegacia de Crimes Contra a Mulher já registrou 651 ocorrências, sendo 26 de estupros em menores de idade.
>
> O arcebispo de Belém, Dom Gaudêncio Ramos, defendeu que a mulher deve lutar até a morte porque, se morrer, será canonizada, como foi Santa Maria Gorete. Ele concorda com a posição da Igreja na nova Constituição em proibir até o aborto terapêutico e considera que a mulher não é vítima de estupro, uma vez que é muito difícil haver o estupro sem o seu consentimento.
>
> Criticando a posição da Igreja, Lúcia Antony afirmou que até 1935 a Igreja aprovava o aborto de acordo com Santo Tomás de Aquino, que considerava como vida apenas quando o feto estava formado, aceitando a operação antes dos 3 meses. Lúcia Antony ressaltou que, juntamente com a Igreja, alguns grupos contrários ao aborto, mesmo em tempos que defendem clínicas particulares que controlam a natalidade, também atuam.
>
> A partir do momento em que o estado enfrentar esse problema de frente, ele procurará prestar melhor orientação e esclarecer a população sobre os métodos anticonceptivos para evitar um grande número de abortos.
>
> Para Lúcia Antony, a questão da violência sexual que leva à prática do aborto terapêutico é fruto da crise econômica do país. Ela acredita que a falta de emprego, os baixos salários e as péssimas condições de moradia levam a esses tipos de infrações que ferem a sociedade. O primeiro passo para amenizar este problema seria a orientação às mulheres sobre as formas de denúncia.
>
> A União das Mulheres de Manaus, como as demais entidades femininas, foi uma das maiores defensoras da criação da Delegacia de Crimes Contra a Mulher. Hoje, a maior luta está em torno da criação de albergues que proporcionem às mulheres segurança para si e para seus filhos, o que consequentemente aumentaria o número de denúncias de violências sexuais.
>
> Em 8/03/1985, as mulheres iniciaram a campanha "Mulheres e Constituintes", reivindicando a criação da Delegacia de Mulheres. Segundo Lúcia Antony, a criação desta delegacia visava agilizar processos. A instalação de albergues tem o objetivo de oferecer assistência e segurança às mulheres após as denúncias, durante o período de restauração do processo, estando sob o cuidado do estado.(Jornal do Comércio. Mulheres contra moralismo, Caderno Cidade, 06 de setembro de 1987, p.0 9)

(Figura 34 - Jornal do Comércio. “Mulheres contra moralismo”, Caderno Cidade, 06 de setembro de 1987, p. 09)

A reação à posição da Igreja foi imediata e forte. Em menos de dois meses após a implementação da nova Constituição em Manaus, a Delegacia de Crimes Contra a Mulher registrou 651 ocorrências, das quais 26 envolviam estupros de menores de idade. Esses números sublinham a urgência da questão e a necessidade de políticas eficazes que ofereçam proteção e apoio às vítimas de violência sexual.

Dom Gaudêncio Ramos, ao associar o sofrimento das mulheres à canonização, reforça a visão conservadora que nega a realidade do trauma enfrentado pelas vítimas de violência sexual. A insistência na posição da Igreja de que o aborto deve ser proibido, mesmo em situações de estupro, acentua a disparidade entre as necessidades das mulheres e as normas morais impostas. Sua perspectiva é amplamente criticada por Lúcia Antony, da União das Mulheres do Amazonas, que aponta uma contradição histórica na posição da Igreja. Antony lembra que até 1935, a Igreja aceitava o aborto em casos específicos, de acordo com Santo Tomás de Aquino, que considerava a vida do feto formada apenas após três meses de gestação.

Lúcia Antony critica a posição atual da Igreja e a defende como desatualizada e desconsiderada das realidades enfrentadas pelas mulheres. Ela enfatiza a necessidade de campanhas educativas e a importância de proporcionar orientação adequada sobre métodos

anticonceptivos, a fim de reduzir o número de abortos inseguros. Antony sugere que a crise econômica também contribui para o aumento dos casos de violência sexual e, consequentemente, a demanda por abortos terapêuticos. A falta de emprego, baixos salários e condições precárias de moradia são fatores que agravam a situação e exigem uma resposta mais eficaz por parte do estado.

A União das Mulheres de Manaus tem sido um importante defensora da criação da Delegacia de Crimes Contra a Mulher, e sua luta atual é pela instalação de albergues que ofereçam segurança e apoio às mulheres e seus filhos. A campanha "Mulheres e Constituintes" de 1985, que visava a criação da delegacia, foi um passo crucial para agilizar processos e garantir assistência às mulheres vítimas de violência. A instalação desses albergues representa um avanço significativo na proteção das vítimas e na promoção de um ambiente em que as denúncias de violência sexual possam ser feitas com segurança e confiança.

Em suma, a mobilização das mulheres contra o moralismo em torno da questão do aborto é uma resposta a uma abordagem conservadora que ignora as complexidades e necessidades reais das mulheres. A luta por direitos reprodutivos e pela proteção das vítimas de violência sexual continua sendo uma prioridade para as ativistas, que buscam garantir que a legislação reflita a realidade e as necessidades das mulheres, promovendo justiça e equidade.

Logo, esses acontecimentos levam as mulheres a se organizar em clubes de mães, na luta por creche, como um direito que garante sua permanência no espaço de trabalho, trazendo a luta pela creche como um direito trabalhista. Scott (1995) aponta que essa ação coletiva firmou a consciência de gênero para o reconhecimento de seus direitos. E este despertar possibilitou compreender que as diferenças impostas entre os sexos é a primeira forma de significar as relações de poder. A cobrança para que esse atendimento fosse extensivo às outras camadas da população, fez com que se inserisse o tema das demandas por creches na pauta política mais ampla da cidade e no país. Seria então reconhecida como uma política pública para a primeira infância na Constituição Federal de 1988, sendo ratificada como política educacional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

CAPÍTULO 3: DAS DISPUTAS PELA CIDADE ÀS DISPUTAS POR MEMÓRIA.

A imprensa desempenha um papel crucial na construção e na disseminação de narrativas sobre a violência e o crime, como observado no Jornal A Crítica. A cobertura midiática muitas vezes retrata a violência como um fenômeno decorrente do comportamento da classe trabalhadora, apresentando-a como reprovável e associada a crimes de sangue, desavenças e brigas resultantes de diversos motivos, como desentendimentos amorosos e consumo excessivo de álcool. No entanto, raramente a imprensa aborda a violência social como resultado da divisão de classes e da produção urbana da pobreza. Aspectos como a inação do governo e a falta de políticas sociais eficazes são negligenciados em favor de uma narrativa simplista que estigmatiza determinados grupos sociais.

Um exemplo dessa abordagem se manifesta na cobertura do jornal sobre as reformas implementadas por Gilberto Mestrinho. Embora apresentadas como medidas necessárias para o progresso social e econômico da cidade, as reformas são justificadas de forma a priorizar questões sociais, como educação, saúde, abastecimento e habitação. Mesmo quando se discute a segurança pública, o enfoque recai sobre ações policiais que são apresentadas como benéficas para a população, como a operação Aciso, que é descrita como uma iniciativa para fornecer assistência social e segurança aos bairros. Essa abordagem ressalta uma perspectiva de repressão em nome da segurança pública, ao mesmo tempo em que minimiza questões estruturais que contribuem para a violência urbana.

Outro aspecto relevante é a forma como o jornal categoriza e prioriza determinados crimes em sua cobertura. Enquanto crimes como roubo de carros recebem destaque em grandes manchetes, delitos menores, como furtos em estabelecimentos comerciais, são relegados a um espaço secundário. Essa diferenciação na cobertura reflete uma valorização seletiva dos crimes, muitas vezes associada aos interesses econômicos e políticos da classe dominante. Da mesma forma, a imprensa contribui para a estigmatização de determinadas áreas urbanas e grupos sociais, retratando bairros com alta concentração de trabalhadores como locais de "caos" e "desordem", sem abordar as condições socioeconômicas que contribuem para essa realidade.

Essas narrativas não apenas refletem, mas também influenciam as percepções e as políticas públicas relacionadas à violência e à criminalidade. Ao destacar determinados crimes e estigmatizar certos grupos sociais, a imprensa contribui para a perpetuação de estereótipos e desigualdades sociais. É essencial compreender o contexto histórico e político no qual essas

narrativas são construídas, bem como as implicações de tais representações na formulação de políticas de segurança e no enfrentamento das desigualdades urbanas. A análise crítica da cobertura midiática sobre a violência e o crime é fundamental para promover uma abordagem mais justa e equitativa dessas questões, buscando soluções que abordem suas raízes estruturais e promovam a inclusão social e a justiça.

Um exemplo dessa narrativa é movimento dos moradores de São Raimundo para a construção de uma ponte que ligue o bairro ao centro da cidade, como descrito no Jornal do Comércio, revela uma dinâmica significativa na disputa por memória e na luta por melhorias urbanas. A aspiração por uma ponte, que simboliza mais do que apenas uma infraestrutura, representa um desejo profundo de conexão e reconhecimento, além de evidenciar a maneira como as promessas políticas e a mobilização comunitária se entrelaçam.

> A maior e mais antiga a aspiração dos moradores de São Raimundo a ponte para ligar o bairro ao centro da cidade poderá ser decisiva para muitos políticos que tentarão as eleições ou reeleições no próximo pleito popular de 82, conforme desejam significativas parcelas da população.
>
> Segundo a nossa reportagem pôde constatar ontem numa enquete com seus moradores muitos foram os políticos que se elegeram prometendo lutar pela construção da ponte havendo até mesmo casos de deputados federais havendo até mesmo casos de deputados federais.
>
> Os moradores pretendem construir nas próximas semanas, um vigoroso movimento popular para conscientizar a população do bairro a votar nos candidatos comprometidos com os interesses da comunidade bem como pressionar as atuais esferas governamentais a se interessarem pelos problemas sociais do São Raimundo. Conforme diz claramente algumas donas de casa, a ponte do bairro seria construída ainda na época em que a ponte do educandos começou a ser construída pois esse projeto estaria incluído no PDL ocorre que o prefeito Jorge Teixeira, um dos que mais prometeu construir a ponte, acabou terminando seu mandato sem concretizar o sonho dos seus moradores.
>
> Desta forma, descrentes de muitos políticos amazonenses e até mesmo aqueles que militam nas oposições, os moradores pretendem primeiramente lutar Unidos pela construção da ponte ou então eleger moradores do próprio bairro que se comprometeram a lutar pelas aspirações da comunidade. (Jornal do Comércio Moradores de São Raimundo fazem movimento para construir pontes, 21 de maio 1981, p. 03)

Historicamente, a construção de infraestrutura urbana, como pontes, é frequentemente vista como um marcador de progresso e desenvolvimento. No caso de São Raimundo, a ponte não é apenas uma questão de transporte, mas um símbolo de inclusão e equidade no acesso às oportunidades que o centro da cidade pode oferecer. A demora na construção da ponte,

prometida e adiada por vários políticos, reflete a frustração de uma comunidade que se sente ignorada e marginalizada pelas esferas de poder.

A disputa por memória aqui é evidente na forma como os moradores utilizam a construção da ponte para mobilizar a opinião pública e a classe política. A aspiração pela ponte é não apenas um desejo pragmático de melhorar a conectividade, mas também um meio de reivindicar o reconhecimento e a valorização do bairro dentro do contexto urbano mais amplo. O fato de que a construção da ponte foi prometida por diversos políticos, mas nunca concretizada, acentua a sensação de desilusão e desconfiança em relação às promessas eleitorais. Essa situação destaca como a memória coletiva de promessas não cumpridas e a luta contínua por reconhecimento moldam a identidade e a coesão comunitária.

A mobilização popular mencionada no texto, que visa pressionar as autoridades e eleger candidatos comprometidos com as aspirações do bairro, reflete um esforço para transformar uma demanda local em uma questão de relevância política e social. A construção de uma ponte, neste contexto, torna-se um símbolo da luta por justiça social e acesso igualitário às oportunidades urbanas. Os moradores de São Raimundo, ao promoverem um movimento para pressionar por suas demandas, não apenas buscam a realização de uma promessa antiga, mas também reafirmam sua importância e seu papel na narrativa urbana da cidade.

A disputa por memória está também relacionada à maneira como a história local é contada e lembrada. A promessa não cumprida de construção da ponte é um exemplo de como a memória coletiva pode ser marcada por expectativas frustradas e promessas não realizadas. Esse processo de lembrar e relembrar essas promessas não cumpridas contribui para a construção de uma identidade comunitária que resiste e luta por mudanças.

Além disso, a tentativa de eleger candidatos locais comprometidos com a construção da ponte é uma forma de internalizar o poder político e garantir que os interesses da comunidade sejam representados de forma mais direta. A ideia de que os moradores do bairro possam assumir posições de liderança política é uma tentativa de garantir que suas necessidades e aspirações sejam finalmente atendidas.

A busca por infraestrutura básica é um elemento central na luta das comunidades periféricas para garantir condições de vida dignas e melhorar sua qualidade de vida. O caso da Colônia Antônio Aleixo, conforme relatado pelo Jornal do Comércio, evidencia como a mobilização comunitária pode ser uma força poderosa para enfrentar a carência de serviços essenciais, como o fornecimento de água potável.

> Unidos venceremos este é o slogan dos moradores da colônia Antônio Aleixo na luta contra a falta de água. O líder comunitário Manoel Souza e a presidenta do clube de mães Maria de Fátima Guerreiro conseguiram reunir um grande número de pessoas para resolverem o problema e fazerem o poço artesiano.
>
> Manuel Luís de Sousa disse que as donas de casa não têm como resolver o problema da lavagem de roupa e as demais atividades domésticas, daí a necessidade de se abrir um poço que já tem 17 m de profundidade faltando apenas 3 m para chegar na água.
>
> Quanto à madeira, 30 dúzias de tábuas e permanentes, disse o líder comunitário que o proprietário da Serraria Jangada doou, prestando assim a sua colaboração para solucionar o problema da comunidade de Bela Vista na colônia.
>
> Esse trabalho integra-se ao já realizado pela Fundação da Escola São Luiz na favela e a concentração de outra unidade. Outro projeto em implantação é uma borracharia, tendo em vista a necessidade de assistência aos veículos que se dirigem ao local. (Jornal do Comércio. "Moradores se unem para ter água potável na colônia do Aleixo", Caderno Geral, 27 de novembro de 1984).

A falta de água é um problema crucial que afeta diretamente a vida cotidiana dos moradores, influenciando desde as atividades domésticas básicas até a saúde pública. A iniciativa dos moradores da Colônia Antônio Aleixo, coordenada por líderes comunitários como Manoel Souza e Maria de Fátima Guerreiro, é um exemplo emblemático de como a união e a organização local podem se tornar instrumentos efetivos para resolver problemas estruturais que a administração pública muitas vezes negligencia.

A construção de um poço artesiano é uma solução técnica e prática que responde a uma necessidade imediata, oferecendo uma alternativa à escassez de água. O fato de que o poço já estava a 17 metros de profundidade e faltava apenas 3 metros para atingir a água é uma demonstração do progresso alcançado pela mobilização da comunidade. A participação ativa dos moradores, juntamente com a colaboração de entidades privadas, como a doação de tábuas pela Serraria Jangada, é fundamental para a viabilidade do projeto.

Esse esforço para garantir acesso a água potável se insere em um contexto mais amplo de disputa por recursos e infraestrutura nas áreas periféricas das cidades. Muitas vezes, as comunidades dessas áreas enfrentam desafios significativos, como a falta de investimentos públicos e o descaso das autoridades, o que as força a buscar soluções alternativas. A ação coordenada na Colônia Antônio Aleixo exemplifica a capacidade das comunidades de se mobilizar e lutar por melhorias quando o apoio institucional é insuficiente ou inexistente.

A mobilização em torno da construção do poço artesiano não é apenas um exemplo de resolução prática de um problema específico, mas também um reflexo de uma luta mais ampla por reconhecimento e inclusão. A busca por água potável torna-se um símbolo das aspirações

da comunidade por dignidade e qualidade de vida. Ao resolver um problema básico como a falta de água, os moradores não apenas melhoram suas condições imediatas, mas também afirmam seu direito a viver em condições adequadas e a serem reconhecidos como cidadãos com necessidades legítimas.

Além disso, a integração de projetos complementares, como a fundação da Escola São Luiz e a criação de uma borracharia, demonstra a visão de longo prazo dos líderes comunitários para o desenvolvimento da área. Essas iniciativas adicionais não só atendem a necessidades práticas, mas também ajudam a construir uma infraestrutura social e econômica que pode fomentar o crescimento e a estabilidade da comunidade.

> Favela do 40 reclama por saneamento
>
> Invocando os propósitos da nova República, os moradores da Favela do 40, localizada entre os bairros da Raiz e do Crespo, estão exigindo uma tomada de posição definitiva por parte do governo em relação à ocupação daquela área, que ocorreu por meio de uma invasão. Eles avisam que somente assim poderão receber os benefícios dos poderes públicos.
>
> Os favelados afirmam que, na realidade, o governador Gilberto Mestrinho já afirmou que não tocará naquela área, embora houvesse um projeto de saneamento tramitando no Departamento Nacional de Obras e Saneamento que prevê a construção de uma estrada de acesso ao distrito industrial e de centros comunitários.
>
> Agora, eles entendem que o governo deve oficializar essa sua declaração, tornando-os realmente donos da terra, a fim de que possam promover melhorias na comunidade e também ter respaldo para reivindicar junto aos órgãos públicos, citando, por exemplo, o fato de não contarem com os serviços de água, luz elétrica, esgoto e coleta de lixo. (Jornal do Comércio. Favela do 40 reclama por saneamento. Caderno Cidade, 26 de abril de 1985, p. 03)

A reportagem "Favela do 40 reclama por saneamento", publicada no Jornal do Comércio em 26 de abril de 1985, expõe a luta dos moradores da Favela do 40, localizada entre os bairros da Raiz e do Crespo, por melhorias nas condições de vida em sua comunidade. O texto revela a tensão entre os residentes da favela e as autoridades governamentais, especialmente com relação à falta de infraestrutura básica, como água, luz elétrica, esgoto e coleta de lixo.

Os moradores da favela argumentam que, apesar de um projeto de saneamento ter sido proposto pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o governador Gilberto Mestrinho afirmou que não tomaria medidas na área. Essa posição do governo é vista pelos moradores como um obstáculo para a melhoria das condições de vida na favela e para o acesso

a benefícios públicos. Eles exigem uma oficialização da declaração do governo, o que lhes permitiria promover melhorias e reivindicar serviços básicos.

Esse cenário se insere em um contexto mais amplo de cobertura midiática e narrativa social, que frequentemente estigmatiza áreas de alta concentração de trabalhadores e marginaliza as questões estruturais que contribuem para a violência e a pobreza. A imprensa, como o Jornal A Crítica, muitas vezes retrata a violência como um fenômeno associado ao comportamento individual de grupos sociais mais pobres, desconsiderando as causas estruturais, como a inação governamental e a falta de políticas sociais eficazes.

A cobertura midiática, ao destacar a violência sem abordar suas raízes sociais e econômicas, contribui para uma visão simplista e estigmatizante das comunidades marginalizadas. No caso da Favela do 40, a falta de infraestrutura básica e o desinteresse do governo são questões estruturais que afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores e contribuem para a perpetuação da pobreza e da exclusão social. No entanto, essas questões são frequentemente negligenciadas em favor de narrativas que priorizam a segurança e a ordem, como evidenciado em reportagens que enfatizam as reformas de infraestrutura e a ação policial, sem abordar de forma adequada as condições de vida precárias nas favelas.

Já o trecho "Miséria e ambição travam duelo no lixeiro pela sobrevivência", publicado no Jornal do Comércio em 23 de junho de 1985, evidencia, de forma análoga, a crua realidade enfrentada por uma parcela marginalizada da população em Manaus. Assim como a reportagem sobre a Favela do 40 ressalta a falta de infraestrutura e a ausência de políticas públicas adequadas, a situação descrita neste relato reflete uma persistente desigualdade social e uma exploração brutal dos trabalhadores informais.

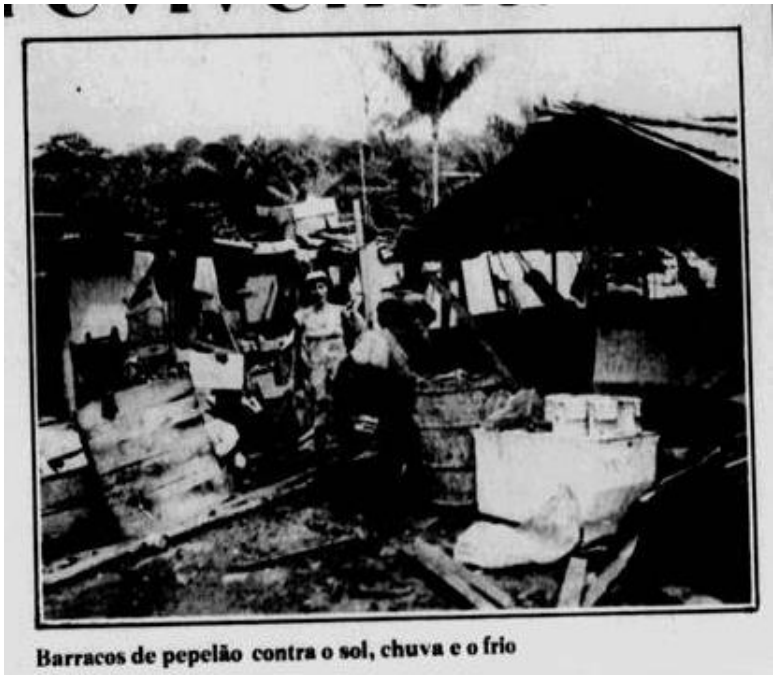
O texto revela que cerca de 40 famílias sobrevivem a partir do lixo coletado na Estrada da Grande Circular, vendendo detritos para intermediários que lucram com a revenda desses materiais para indústrias. A exploração desses trabalhadores e as condições de vida precárias são um reflexo direto da inação e da insuficiência das políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida das comunidades marginalizadas. Essas famílias vivem em condições insalubres, enquanto os intermediários acumulam lucro, evidenciando a desigualdade estrutural que perpetua a miséria.

Ambas as reportagens expõem um padrão de negligência governamental e uma falha em garantir direitos básicos e dignidade para os cidadãos mais vulneráveis. Enquanto na Favela do 40 a falta de saneamento básico e serviços essenciais é um problema central, na situação descrita no depósito de lixo, a ausência de condições de trabalho seguras e a exploração

incessante revelam uma crise mais ampla de desigualdade e marginalização. Esses relatos demonstram que as questões de infraestrutura e serviços públicos são interligadas com a desigualdade social e econômica que afeta as comunidades mais pobres.

(Figura 35- Jornal do Comércio. Miséria e ambição travam duelo no lixeiro pela sobrevivência. Caderno Variedades, 23 de junho de 1985, p. 03)

> Quem poderia imaginar que nos depósitos de lixo fossem meios de sobrevivência e motivos de concorrência desleal entre os mais poderosos?
>
> O fato existe em Manaus. No depósito localizado na Estrada da Grande Circular, que liga o distrito industrial à Cidade Nova, passando por São José Operário, cerca de 40 famílias vivem do lixo. A produção de detritos é vendida a intermediários exploradores, que a revendem para as indústrias de manufaturados. Uma coisa evidente é que as famílias catadoras de lixo vivem em promiscuidade, enriquecendo seus compradores diretos e indiretos, enquanto vivem cada vez mais na miséria. (Jornal do Comércio. Miséria e ambição travam duelo no lixeiro pela sobrevivência. Caderno Variedades, 23 de junho de 1985, p. 03)



(Figura 36 - Jornal do Comércio. Miséria e ambição travam duelo no lixeiro pela sobrevivência. Caderno Variedades, 23 de junho de 1985, p. 03)

> A vida dessas famílias é comovente, ainda mais a vida das crianças subnutridas, descalças, sujas e sujeitas às mais graves doenças. Os homens, com mãos calejadas e queimados pelo sol, trabalham dia e noite na montanha de lixo para garantir o sustento da mulher e dos filhos. As mulheres também lutam por alguns quilos de plástico, garrafas, latas e carcaças de geladeira, fogão, etc. (Jornal do Comércio. Miséria e ambição travam duelo no lixeiro pela sobrevivência. Caderno Variedades, 23 de junho de 1985, p. 03)

No depósito localizado na Estrada da Grande Circular, a vida de aproximadamente 40 famílias é marcada pela luta diária pela sobrevivência. Essas famílias, que dependem da coleta e venda de detritos, enfrentam condições desumanas, trabalhando em meio a lixo, sujeira e riscos de saúde. As crianças, descritas como subnutridas, descalças e sujeitas a doenças graves, representam o lado mais vulnerável dessa realidade brutal. Os homens e mulheres, que passam seus dias em condições adversas para garantir o sustento de suas famílias, são explorados por intermediários que lucram com a venda dos materiais coletados.

Essa realidade é um reflexo sombrio das falhas estruturais e da ausência de políticas públicas eficazes voltadas para a proteção social e a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis. A exploração desses trabalhadores e a promiscuidade das condições em que vivem revelam uma lacuna profunda nas políticas sociais e no planejamento urbano. Enquanto a mídia frequentemente destaca aspectos sensacionalistas e individuais da

pobreza, negligencia a análise das causas estruturais que perpetuam essas condições de desigualdade.

A narrativa apresentada reforça a necessidade urgente de uma abordagem mais crítica e inclusiva na formulação de políticas públicas. É imperativo que as questões estruturais, como a ausência de serviços básicos e a exploração econômica, sejam abordadas de forma abrangente, a fim de garantir condições de vida dignas para todos os cidadãos. A exploração das famílias catadoras de lixo e a falta de infraestrutura adequada destacam a urgência de uma intervenção governamental que vá além das soluções superficiais e trate das causas profundas da desigualdade social. A análise crítica e a conscientização sobre essas questões são essenciais para promover mudanças significativas e duradouras na realidade enfrentada pelas populações marginalizadas.

(Figura 37 - Jornal do Comércio. Miséria e ambição travam duelo no lixeiro pela sobrevivência. Caderno Variedades, 23 de junho de 1985, p. 03)

> Com apenas 3 meses recebendo aterro de lixo, o terreno do senhor Luiz Carlos, o Louro, está se transformando numa favela. Dezenas de barracas de papelão foram montadas. Cada família tem de 4 a 6 filhos menores. Algumas deixaram de estudar porque a escola fica longe e não há transporte. A ordem é que todos trabalhem; quanto mais garrafas, metais e plásticos, mais dinheiro

> entra. O uso de objetos pessoais, como calçados e roupas, é aproveitado pelas crianças, e o que mais aparece são tênis, que ganham novos donos.
>
> Essa vida que se tornou rotina criou um clima de fraternidade entre as famílias, embora haja inimigos. A favela comunitária é uma realidade; as famílias vivem para o trabalho, montam depósitos de lixo selecionado ao lado das barracas até o comprador passar. Seu material de trabalho são ganchos improvisados de ferro para vasculhar o monturo. A panela de fazer feijão é amassada e preta. Os leitos são de papelão, madeira ou colchão que vem também no lixo; pratos, colheres e chinelos, todos achados, ficam cobertos de moscas e mosquitos. Os moradores dizem que o jeito é viver assim, é melhor do que passar fome na cidade, afirmou Dona Maria Perez de Vasconcellos, com 6 filhos e nessa vida há mais de um ano. (Jornal do Comércio. Miséria e ambição travam duelo no lixeiro pela sobrevivência. Caderno Variedades, p. 3, 23 jun. 1985.)

A transformação do terreno em uma favela em apenas três meses, com a montagem de dezenas de barracas de papelão, evidencia a rápida expansão das áreas de pobreza e a crescente pressão sobre espaços urbanos já sobrecarregados. O fato de que as famílias possuem de 4 a 6 filhos e muitas delas não têm acesso à educação devido à distância e à falta de transporte sublinha as carências estruturais que perpetuam a desigualdade social.

O relato de que o trabalho é obrigatório e que quanto mais garrafas, metais e plásticos são coletados, mais dinheiro entra, evidencia a dinâmica econômica perversa que explora essas famílias. O uso de objetos pessoais, como calçados e roupas, reaproveitados pelas crianças, e a condição de vida marcada por utensílios improvisados e ambientes insalubres, reforça a visão de uma existência à margem da dignidade humana.

Além disso, a descrição de que a vida na favela se tornou uma rotina de trabalho árduo e condições precárias, mas que é considerada preferível à fome, destaca a desesperança e a falta de alternativas viáveis para essas famílias. O clima de fraternidade entre os moradores, apesar da presença de conflitos e da luta pela sobrevivência, revela uma resiliência notável diante das adversidades.

Esse retrato é um exemplo claro das falhas das políticas públicas e da necessidade urgente de intervenções eficazes para melhorar as condições de vida nas áreas urbanas marginalizadas. A falta de infraestrutura, a ausência de serviços básicos e a exploração econômica destacam a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e compassiva nas políticas sociais. Para enfrentar essas questões de maneira eficaz, é fundamental reconhecer as realidades complexas e interconectadas da pobreza urbana e implementar soluções que abordem as causas estruturais da desigualdade, promovendo justiça social e dignidade para todos os cidadãos.

Também no campo de disputas, a denúncia feita pela irmã Helena Augusta sobre as condições de tortura e maus-tratos na delegacia de roubos e furtos do bairro Alvorada 2, conforme relatado no Jornal do Comércio, sublinha um grave problema de violação dos direitos humanos e destaca a necessidade urgente de uma reflexão crítica sobre a forma como a violência é abordada e retratada pela mídia. O relato da irmã Helena revela prisões prolongadas sem condições mínimas de higiene e o uso de materiais de tortura, expondo uma realidade frequentemente ignorada pela sociedade e pela imprensa.

> Prisões e tratamentos inadequados estão ocorrendo no interior da delegacia de roubos e furtos, segundo denunciou a irmã Helena Augusta, preocupada com o desrespeito à pessoa humana.
>
> A irmã Helena Augusta, conhecida por solidarizar-se ao movimento dos sem-terra, denunciou à reportagem do Jornal do Comércio que os presos na delegacia de roubos e furtos localizada no bairro Alvorada 2, dirigida pelo delegado Francisco Sobrinho, estão sendo torturados pelos agentes. Os presos chegaram a passar até 15 dias detidos sem condições mínimas de higiene.
>
> Segundo a irmã Helena, não é permitido que o preso fique detido em uma delegacia por mais de 48 horas, o que não acontece naquela especializada.
>
> Ela acrescentou que no "caldeirão do veneno", como é conhecida a parte da cadeia onde os presos ficam detidos, há todo tipo de material de tortura, como pernas mancas e cabos de vassoura. A situação melhorou um pouco após a visita recente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. "Quem estiver nos ouvindo pela primeira vez poderá pensar que estamos exagerando; entretanto, é verdade", disse a irmã Helena. (Jornal do Comércio. Freira denuncia torturas, março. 1986. Caderno Polícia, p. 23).

A situação descrita pela irmã Helena, que denuncia abusos na delegacia sob a direção do delegado Francisco Sobrinho, é um exemplo claro de como a violência institucional pode ocorrer e como a mídia desempenha um papel crucial na exposição dessas práticas. A denúncia evidencia a disparidade entre o discurso oficial sobre o respeito aos direitos humanos e a realidade enfrentada pelos presos, que são submetidos a condições desumanas e tortura. Este episódio destaca a importância do trabalho dos jornalistas e defensores dos direitos humanos em trazer à tona questões frequentemente ocultadas ou minimizadas pelas autoridades.

A cobertura midiática da violência, conforme observada em veículos como o Jornal do Comércio, muitas vezes adota uma narrativa que associa a violência à classe trabalhadora, focando em crimes e comportamentos individuais. Esta abordagem simplista desconsidera as raízes estruturais da violência, como a desigualdade social, a falta de políticas públicas eficazes e a produção urbana da pobreza. A violência é frequentemente tratada como um fenômeno isolado, desvinculado das condições socioeconômicas que a sustentam.

A denúncia da irmã Helena Augusta dialoga diretamente com as disputas por memória e a forma como a história e a realidade social são representadas. O relato da freira sobre as condições desumanas na delegacia contrasta com a narrativa predominante na mídia, que muitas vezes ignora as injustiças sistêmicas em favor de uma visão que demoniza os indivíduos diretamente envolvidos em crimes. A disputa pela cidade, entendida como a luta por melhores condições de vida e respeito aos direitos humanos, está refletida na disputa por memória, nas quais o que é lembrado e registrado na história é moldado por quem tem o poder de narrar e divulgar.

Neste contexto, a denúncia de Helena Augusta é crucial para desafiar e ampliar a compreensão pública sobre a violência e o tratamento dos presos. Sua ação ressalta a necessidade de uma cobertura midiática que vá além da estigmatização e busque entender e expor as condições subjacentes que contribuem para a violência e a opressão. A memória coletiva sobre o tratamento dos presos e as práticas institucionais deve ser construída com base em uma análise crítica e completa, levando em consideração tanto os aspectos individuais quanto os estruturais da violência.

A reportagem publicada no Jornal Acrítica de 11 de julho de 1985, que traz a manchete "Bairro Cidade Nova faz festa", expõe uma situação irônica e crítica sobre a crise de abastecimento de água enfrentada pelos moradores do bairro Cidade Nova. A festa organizada para comemorar o "primeiro mês de falta de água" ilustra a frustração e o descontentamento dos residentes com a situação precária em que se encontram.

O texto revela um sentimento de ironia e resistência por parte dos moradores, que, ao invés de lamentar a ausência de água, optam por celebrar a situação com uma festa satírica. A escolha de itens como "bolo recheado de tanques secos" e "coquetel à base de canos enferrujados" é uma forma crítica e humorística de chamar a atenção para a gravidade do problema e a falta de ação efetiva das autoridades competentes.

> O convite vem da Cidade Nova. Segundo os moradores, estão organizando uma festa para comemorar o primeiro mês de falta de água na área, que ontem completou uma semana sem que o líquido passasse por lá, sem ninguém saber por onde.
>
> O mais interessante é que os moradores também estão preparando um convite especial para ser enviado ao presidente da COSAN, Manuel Quintas, e a outras autoridades responsáveis pelo fornecimento de água local.
>
> Eles dizem que a festa será muito típica, com um bolo todo recheado de tanques secos. Em seguida, será oferecido um coquetel à base de canos enferrujados e jatos de ar das torneiras que continuam de férias. (Jornal

> Acrítica, Bairro Cidade Nova faz festa, Caderno Cidade Aflita, 11 de julho de 1985)

Este tipo de reportagem reflete uma realidade em que a escassez de serviços essenciais, como o fornecimento de água, se torna uma questão de mobilização comunitária e resistência. A iniciativa dos moradores de enviar convites a autoridades como o presidente da COSAN, Manuel Quintas, é uma tentativa de pressionar os responsáveis pelo problema, evidenciando a falta de responsabilidade e a ineficiência no atendimento às necessidades básicas da população.

A análise desse contexto revela uma crítica ao sistema de gestão de serviços públicos, que muitas vezes falha em atender às demandas e garantir o bem-estar da população. A festa, com sua abordagem irônica, serve como uma forma de protesto, destacando a falta de infraestrutura e o descaso das autoridades. A ironia da situação expõe não apenas a carência do serviço essencial, mas também a incapacidade do governo em resolver questões básicas de abastecimento.

O comportamento dos moradores, ao transformar uma situação de carência em uma celebração satírica, é um reflexo de uma resistência ativa contra a negligência administrativa. A reportagem ressalta a necessidade de uma abordagem mais eficaz e responsável por parte das autoridades, mostrando que, enquanto a população se mobiliza para enfrentar as dificuldades, a resposta oficial permanece inadequada e insensível às suas reais necessidades.

Essas reinvindicações culminam na criação de conselhos e articulações de lideranças comunitárias para realização de ações, como o "Conselhão" na Cidade Nova, conforme relatado pelo Jornal Acrítica em 17 de julho de 1985, que representa uma tentativa significativa dos moradores de centralizar e organizar suas demandas de maneira mais eficaz. Este movimento surge como resposta à dispersão e à falta de coesão nas reivindicações anteriores, destacando um esforço para unir a comunidade em torno de uma voz única e mais forte.

> A formação de um conselho único para fazer todas as reivindicações dos moradores da Cidade Nova 1 e 2 é o que deseja o presidente do conselho comunitário dos moradores da Cidade Nova 1, Hélio Leão, que vai visitar todos os núcleos de moradores para que estes escolham seus representantes para entregarem o chamado “Conselhão”.
>
> Disse o presidente que, com a criação do “Conselhão” no bairro, o processo de reivindicações ficou disperso. Há muita gente pedindo as coisas em benefício próprio, sem visar a coletividade e sem se preocupar com a própria comunidade. A formação de um único conselho visa congregar todos os representantes dos núcleos, centralizando o processo de reivindicações. (Jornal Acrítica, Cidade Nova cria “Conselhão”. 17 jul. 1985. Caderno Cidade Aflita)

A situação descrita no texto evidencia um padrão recorrente de marginalização e desatenção por parte das esferas de poder em relação às comunidades periféricas, como demonstrado pela falta de resposta às necessidades básicas, como o abastecimento de água, conforme abordado anteriormente. A criação do "Conselhão" é, portanto, uma estratégia de resistência e reivindicação, um meio de tornar as demandas dos moradores mais visíveis e efetivas no cenário político local.

A estruturação do "Conselhão" visa enfrentar a fragmentação das demandas comunitárias e a falta de representatividade, consolidando uma frente única para pressionar as autoridades e buscar soluções. Isso reflete a compreensão dos moradores de que a união e a organização são fundamentais para amplificar suas vozes e reivindicar melhorias significativas para a qualidade de vida na Cidade Nova.

A mobilização popular, exemplificada pela criação do conselho comunitário, é uma forma de contestar a marginalização histórica e a exclusão dos bairros periféricos. A formação do "Conselhão" não é apenas uma tentativa de melhorar a coordenação das reivindicações, mas também uma afirmação da importância da comunidade na narrativa urbana da cidade. A centralização das demandas em um único conselho é uma forma de assegurar que as necessidades coletivas sejam tratadas de maneira coesa e eficaz, em vez de serem diluídas em pedidos individuais e dispersos.

Além disso, a criação do "Conselhão" serve como um símbolo da luta contínua por reconhecimento e valorização dentro do contexto urbano mais amplo. O "Conselhão" representa uma estratégia para transformar a demanda local em uma questão de relevância política e social, alinhando-se com o desejo de garantir que as promessas não cumpridas e as promessas eleitorais não realizadas sejam lembradas e que as aspirações comunitárias sejam finalmente atendidas.

A importância desse movimento reside na sua capacidade de transformar a frustração e a marginalização em ação política organizada. A tentativa de eleger representantes comprometidos com as necessidades da comunidade é uma forma de buscar maior autonomia política e garantir que os interesses da Cidade Nova sejam devidamente representados e atendidos.

3.1 "CASOS DE POLÍCIA": CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E FAZERES URBANOS NA IMPRENSA

A violência aparece demarcada na imprensa como resultado do comportamento da classe trabalhadora, segundo o Jornal Acrítica, reprovável. Trata-se, no mais das vezes, de crimes de sangue, desavenças e brigas como resultado de imbróglios amorosos, excesso de consumo de álcool, etc. A violência social, fruto da divisão de classes, produção urbana da pobreza, não aparecerá com esse qualificativo. Tampouco a inação e a desídia do governo aparecerão como violência social. Além da capa, no contexto de uma narrativa de medo, e outras supostas apreensões daquele momento, afirma aquela edição que a população está confiante na mudança de governo, e reafirma a importância das reformas de Gilberto Mestrinho para o desenvolvimento e melhora da cidade de Manaus e, portanto, das condições de vida da população.

No caderno Especial do Jornal Acrítica, do dia 02 de janeiro, temos a manchete "MESTRINHO: As reformas para a grande transformação". Nesse caderno, são apresentadas as principais reformas aplicadas por Gilberto Mestrinho. São elas, o incentivo fiscal, a produção agropecuária, a exploração de matérias primas, porém justificadas como necessárias para a questão social, tendo o caráter econômico um papel secundário, sendo os objetivos maiores do governo a educação, saúde, abastecimento e habitação. E mesmo o programa não tendo a questão da segurança pública em destaque, o caderno apresenta um bloco específico com a seguinte manchete "POLÍCIA MILITAR**:** Segurança nas ruas e assistência nos bairros". Nesse bloco, se justificam as ações da operação *Aciso*, apresentada como uma operação com objetivo de levar assistência social e segurança aos bairros, uma espécie de postos da polícia militar com funções de emissão de documentos, orientações jurídicas e até mesmo extrações dentárias.

No último parágrafo do mesmo bloco, em cuidadosa e propositiva construção do texto, destaca-se que

> Hoje, pela ação eficiente da polícia civil, praticamente retirou do noticiário policial os famosos crimes insolúveis, que para a tristeza de todos caiam no rol do esquecimento. Hoje os fatos revelam uma nova era na segurança da população. Pelas ações preventivas e repressivas da polícia, a segurança dos cidadãos é algo garantido. (Jornal Acrítica, Caderno Especial, 02 de janeiro de 1985).

A manchete "Entrada de ano violenta com 3 crimes de morte" publicada pelo Jornal Acrítica em 2 de janeiro de 1985, oferece um retrato perturbador da violência em Manaus logo no início do novo ano. A matéria detalha três homicídios e um incidente de trânsito que marcaram a passagem do ano, fornecendo informações sobre as circunstâncias de cada crime e as vítimas envolvidas. Este relato não apenas evidencia a violência que permeava a cidade, mas também sugere uma narrativa sobre a relação entre criminalidade e determinados segmentos da população.

> Três homicídios marcaram a passagem do ano novo em Manaus, além de uma criança morta no trânsito. O pedreiro Raimundo Magno Filho (40 anos) foi a primeira vítima do ano, assassinado com uma facada no peito, em meio a uma briga generalizada, tentava sair da boate "Abacaba" no Coroado 3, por volta das 4:30 horas de ontem. O biscateiro Francisco das Chagas Rodrigues da Silva (25 anos) foi assassinado com um tiro na cabeça, mas ninguém sabe onde ou como ocorreu o crime, pois sua família já o encontrou morto no HGV. E ontem o corpo do vigia Olivar das Chagas Rodrigues foi encontrado pelo dono da estância onde ele morava há dois meses, na rua Ferreira Pena. Ele, que era homossexual, teria sido morto durante uma de suas aventuras com homens que frequentavam seu quarto no sábado ou no domingo. (Jornal Acrítica, 02 de janeiro de 1985, Capa, p.01).

A descrição dos homicídios e do acidente ilustra a violência de forma crua e direta, destacando aspectos como a falta de informações precisas sobre o local e a motivação dos crimes. A inclusão de detalhes sobre as vítimas, como a ocupação e a orientação sexual de algumas delas, parece refletir uma tentativa de contextualizar a violência, mas também pode revelar um viés na forma como as informações são apresentadas. A narrativa sugere que a violência é um fenômeno associado a comportamentos e características específicas, reforçando estereótipos sobre as vítimas e, por extensão, sobre as áreas onde elas viviam.

Este tipo de cobertura jornalística, ao associar a violência a determinadas classes sociais, especialmente aquelas compostas por pessoas pobres e migrantes, contribui para a construção de uma visão ideológica que correlaciona a pobreza e a marginalização com o crime. De acordo com Chalhoub (1990), essa associação ideológica entre classes sociais e criminalidade pode ser entendida como uma estratégia para justificar políticas repressivas e reforçar a necessidade de medidas de segurança pública. A linha editorial do período parece evidenciar essa perspectiva ao construir uma narrativa em que os novos bairros, frequentemente compostos por pessoas de baixa renda, são associados ao aumento da criminalidade.

No contexto histórico, é crucial entender como a polícia e outras instituições de segurança pública se configuram para atender aos valores econômicos, políticos e sociais da época. A cobertura jornalística de eventos violentos frequentemente justifica a intensificação da repressão e a implementação de políticas de segurança que visam controlar e regular as áreas consideradas problemáticas. Nesse processo, a polícia é muitas vezes moldada para atender aos interesses de uma ordem social que busca afirmar uma certa imagem de ordem e controle, muitas vezes à custa da marginalização de segmentos mais vulneráveis da população.

A reação da sociedade a essa narrativa é multifacetada. As comunidades frequentemente afetadas por tais representações podem desenvolver formas de resistência que desafiam a criminalização e a estigmatização de seus espaços. Movimentos sociais e organizações

comunitárias podem surgir para combater a marginalização e lutar por melhores condições de vida e justiça social. Esses esforços podem incluir ações para melhorar a segurança, promover a inclusão social e exigir uma abordagem mais equitativa por parte das autoridades.

Percebe-se aqui a justificativa de uma repressão em nome da segurança da população, perspectiva contraditória se pensarmos os números seguintes dos jornais que narram como a violência e o crime se tornam cada vez mais frequentes na cidade de Manaus. Segundo a linha editorial daquele período, muitas vezes associados ao surgimento de novos bairros compostos por pessoas pobres, por vezes migrantes do interior. Trata-se também aí da associação ideológica entre classes pobres e classes perigosas (Chalhoub, 1990).

Compreender o processo histórico no qual esse debate está inserido é importante para entender qual polícia interessa para os valores econômicos, políticos e sociais da época. Como a polícia se configura para se adequar ao ideal democrático que se pretende afirmar, e como o jornal configura esse jogo entre o crime e a violência policial. E, com base nisso, como a sociedade está reagindo, quais as configurações de resistência que temos e os impactos dessa postura para a população que no jornal é tida como disseminadora de problemas para a cidade.

A manchete de 10 de janeiro de 1985 do Jornal Acrítica, que relata a acusação de Waldenia da Silva Gomes contra a Polícia Civil de ter executado um baleado com cinco tiros, oferece um retrato sombrio das práticas de repressão policial na época. A denúncia, que alega um verdadeiro latrocínio, evidencia uma crítica grave ao comportamento das autoridades e à falta de respeito pelos direitos humanos dos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Waldenia afirma que o baleado, em vez de ser um traficante, era apenas um viciado e que, após sua prisão e subsequente execução pela polícia, teve seus bens pessoais roubados, incluindo três cordões de ouro, um anel, um relógio e uma quantia significativa em dinheiro. Este episódio reflete uma realidade brutal em que a violência policial não só se manifesta como um ato de repressão, mas também como um meio de lucro ilícito para os agentes envolvidos.

> Negando que o baleado fosse traficante, mas apenas um viciado, o amante Waldenia da Silva Gomes acusou ontem policiais da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, comandada pelo agente Lamego, de terem eliminado o baleado com cinco tiros na BR 319, uma hora após ele ter sido preso perto de sua casa, algemado e colocado dentro de um Opala cor de vinho usado pela DRE. Waldenia, que vivia há 14 anos com Francisco Brandão da Silva e com o qual teve quatro filhos, denunciou também que os policiais praticaram um verdadeiro latrocínio em relação ao baleado, tomando-lhe três cordões de ouro, um anel, um relógio e 90.000 CR$. (Jornal Acrítica. Amante diz que Polícia Civil executou baleado. 10 jan. 1985. Capa)

(Figura 38- Jornal Acrítica. Amante diz que Polícia Civil executou baleado. 10 jan. 1985. Capa)

Contrastando com essa realidade, a operação Aciso, mencionada anteriormente é destacada como uma iniciativa para proporcionar segurança e assistência social, com uma narrativa de sucesso na segurança pública. Este discurso constrói uma imagem positiva da atuação policial, apresentando-a como uma força que garante a segurança e o bem-estar da população.

No entanto, a narrativa das reformas e da operação Aciso está em claro contraste com os relatos de violência e abusos policiais que emergem dos noticiários. A justificativa da repressão como um meio de assegurar a segurança pública, muitas vezes, oculta a dura realidade enfrentada pelos cidadãos comuns, especialmente aqueles que pertencem às classes sociais mais baixas. O caderno especial tenta construir uma imagem de eficiência e controle, enquanto os eventos relatados por Waldenia demonstram uma realidade de violência e opressão que perpetua a desconfiança e o medo entre a população.

A relação entre as notícias sobre reformas e as denúncias de abusos policiais revela uma dicotomia significativa entre a imagem pública apresentada pelos meios de comunicação e a experiência vivida por muitos cidadãos. Enquanto os discursos oficiais promovem uma narrativa de progresso e segurança, as experiências relatadas nas ruas evidenciam um quadro de violência institucionalizada e exploração. Essa disparidade entre discurso e realidade não só compromete a credibilidade das autoridades, mas também reforça a percepção de que as

políticas de segurança pública estão mais alinhadas com os interesses econômicos e políticos do que com a proteção efetiva dos direitos dos cidadãos.

Enquanto o Jornal Acrítica dá destaque em grandes manchetes para os crimes relacionados ao roubo de carros, pequenos roubos de frutas, de botijões de gás, e assaltos a feiras, recebem pouco espaço nos cadernos. Muito se fala de “desocupados”, “pivetes”, “vadios” que cometem pequenos furtos, todos presos com sucesso pelos batalhões de polícia, crimes com menos destaque, o que passa uma ideia de menos importância, relacionada claramente ao valor que o capital exerce. A um roubo de carro não se compara um furto em estabelecimento comercial hortifrutigranjeiro, mas a prisão se dá justamente no crime que o jornal aborda com menos destaque.

A reportagem de 18 de janeiro de 1985 do Jornal Acrítica destaca um problema persistente de roubos de veículos na cidade de Manaus, especialmente realizados por quadrilhas conhecidas como "puxadores". O texto denuncia a falta de infraestrutura e recursos da polícia para lidar com esse tipo de crime, citando a ausência de viaturas adequadas para realizar operações efetivas nas áreas onde os veículos são levados. A narrativa sugere que a polícia enfrenta dificuldades para combater esses crimes devido à falta de equipamentos e recursos apropriados.

> Os puxadores continuam agindo na cidade e não encontram barreiras para lavar os carros da frente das casas e das garagens. As denúncias foram feitas nas delegacias de furtos de veículos, cujos agentes encontram dificuldades para combater os marginais. Segundo o alagado Almir Souza Lima, a polícia não conta com carros adequados para realizar batidas e percorrer Viradouro e estradas para onde os carros são levados. (Jornal Acrítica. Quadrilha solta: Puxadores levaram mais 4 veículos. 18 jan. 1985.)

No entanto, a análise do contexto revela uma questão mais profunda e complexa. A polícia frequentemente direciona suas operações e suas justificativas para a necessidade de mais recursos e equipamentos, alegando que a falta de viaturas e armamentos é um obstáculo significativo no combate à criminalidade. No entanto, essa narrativa pode servir como uma forma de legitimar uma abordagem policial que prioriza a repressão em áreas periféricas e mais pobres da cidade, enquanto crimes como os roubos de veículos ocorrem em áreas centrais e de maior valor econômico.

Essa discrepância no foco das operações policiais e na cobertura midiática evidencia uma tendência preocupante. A violência e a criminalidade nas áreas centrais, em que os crimes como roubos de veículos são mais frequentes, muitas vezes recebem menos atenção do que a

segurança nas áreas periféricas. Ao mesmo tempo, os bairros mais pobres e marginalizados frequentemente enfrentam uma vigilância policial mais intensa e uma resposta violenta, muitas vezes em nome da segurança pública.

O discurso da polícia sobre a falta de recursos é frequentemente utilizado para justificar uma abordagem repressiva que não necessariamente resolve o problema, mas que muitas vezes contribui para uma escalada da violência e da insegurança nas comunidades mais vulneráveis. Enquanto o jornal dá destaque às grandes manchetes relacionadas a crimes de maior impacto econômico, como roubos de carros, crimes menores como furtos em estabelecimentos comerciais e pequenos delitos não recebem a mesma atenção, o que pode desviar o foco da análise crítica sobre a eficácia das estratégias policiais e a real situação de segurança nas áreas mais afetadas.

O jornal também dá destaque ao "caos" que alguns bairros vivenciam cotidianamente, muito semelhante ao discurso de higienização de bairros com número significativo de trabalhadores, com trabalhos que não embelezam a cidade. Como na notícia "BETH DENUNCIA: Bairro dos Remédios vive situação de caos", publicada no Caderno "Política" do dia 25 de janeiro de 1985, página 11, quando a então deputada Beth Azize (PMBD) denuncia que pela inúmera quantidade de lanchonetes localizadas no calçadão do bairro dos Remédios a vida de quem ali exerce suas atividades ou reside se tornou impossível, com "muito lixo, uma balburdia no trânsito e a falta de saneamento", tudo isso mesmo após terem sido retirados todos os feirantes daquela área, não citando o jornal onde eles teriam sido realocados.

A perspectiva de que o trabalho exercido por essas pessoas no bairro dos remédios suja, polui e causa caos é óbvia. A ideia exercida não é a de regularização do trabalho ou de melhores condições para essa população, é a de embelezamento do bairro, expulsão dos trabalhadores, criminalização de suas práticas. Isso para atender aos interesses de uma classe dominante que não se conforma em não poder estacionar seus carros em uma rua, eventualmente ocupada por uma barraca de lanche. Trata-se também aí de uma disputa pela cidade, precisamente quanto ao direito produtivo.

As disputas que ocorrem são não apenas pelo espaço da cidade, mas por direitos, ainda com grande reflexo da crise econômica e do arrocho salarial. No caderno Cidade do dia 19 de março de 1985 é publicada a manchete "EMPRESAS TOMARAM PRECAUÇÃO: Policiais mobilizados até o início da noite", com o seguinte texto:

> Depois que anunciado o acordo entre empresários e motoristas, os ônibus voltaram a circular normalmente pela cidade como se nada tivesse acontecido. Como única prova do movimento ficaram alguns estilhaços de vidros

> quebrados pela Getúlio Vargas e Leonardo Malcher (...) (Jornal A crítica, 19 de março de 1985, Caderno Cidade, p. 06).

A notícia se refere à greve dos motoristas de ônibus que durou, segundo o jornal, 5 horas, e ocorreu em função do atraso nos pagamentos e de uma tentativa de reajuste do salário da categoria anteriormente negada pelos empresários. Conforme consta em outras manchetes, uma proposta de reajuste da tarifa de ônibus concedida pelo prefeito Amazonino Mendes fez com que a categoria também reivindicasse um aumento no salário. Sem sucesso nessas negociações, os trabalhadores colocaram piquetes nas garagens e impediram a saída dos ônibus.

Já o contexto das demissões na Motor Honda, em que a empresa alegou redução do quadro como justificativa, mas que muitos interpretam como uma represália pela greve, reflete um aspecto mais amplo da criminalização e estigmatização dos movimentos sociais. Esse fenômeno é comparável à forma como a violência e o comportamento da classe trabalhadora são frequentemente retratados na imprensa, como observado no Jornal A Crítica. Assim como a violência é descontextualizada e tratada como um problema isolado de comportamento desviante, as ações da Motor Honda demonstram como a repressão às ações coletivas dos trabalhadores também pode ser vista como um reflexo da marginalização das lutas por direitos.

A narrativa dominante muitas vezes ignora a violência estrutural e a injustiça social, preferindo atribuir os problemas exclusivamente ao comportamento dos indivíduos ou à falta de moralidade, como exemplificado pelas coberturas do Jornal A Crítica. Nesse sentido, a repressão aos grevistas, como a relatada nas demissões da Motor Honda, se alinha com uma estratégia de controle que busca desmobilizar e deslegitimar movimentos que desafiam o status quo.

> Depois de 4 meses na greve do distrito industrial, a Motor Honda continua demitindo em massa. Ontem, quase 40 operários estavam no sindicato dos metalúrgicos assinando a rescisão do contrato. Ninguém sabia explicar o motivo; a única alegação da empresa foi a redução do quadro, que não convenceu o presidente do sindicato, Ricardo Moraes.
>
> A maioria entende a demissão coletiva como uma represália pela greve de julho passado, quando mais de 20.000 operários paralisaram as grandes fábricas. A Motor Honda destacou-se como uma das mais atingidas porque seus operários encabeçavam o movimento apoiado pelo sindicato dos metalúrgicos.
>
> Ricardo de Moraes afirmou que as demissões na Motor Honda vêm ocorrendo desde agosto. Ele considera a posição do patrão como uma forma de perseguição, já que todos os demitidos participaram ativamente da greve. (Jornal do Comércio. Moto Honda demite em massa, diz o sindicato. Caderno Cidade, p. 3, 28 novembro 1985)

O fato de que os operários demitidos eram predominantemente aqueles envolvidos na greve, e a falta de transparência nas razões alegadas para as demissões, evidenciam uma tentativa de silenciar e punir aqueles que exercem seu direito à greve e à negociação coletiva. Isso se relaciona com a maneira como os movimentos sociais e os protestos são muitas vezes tratados na mídia, em que o foco recai sobre aspectos negativos e conflitos, desviando a atenção das questões estruturais que alimentam essas manifestações.

A cobertura da greve e das demissões revela um padrão de tratamento que reflete a própria lógica de criminalização dos movimentos sociais e das lutas por direitos. Ao destacar a greve como um problema e as demissões como uma solução, a narrativa oficial perpetua a desigualdade e marginaliza aqueles que lutam por melhores condições de trabalho e justiça social. Esse cenário, portanto, não apenas sublinha a repressão direta aos trabalhadores, mas também ecoa o modelo mais amplo de estigmatização e controle social que permeia as discussões sobre violência e desigualdade na cidade.

Para compreender adequadamente a situação, é fundamental analisar a interseção entre as políticas corporativas, a repressão aos movimentos sindicais e a maneira como a mídia constrói narrativas que muitas vezes favorecem os interesses dominantes, ignorando as realidades estruturais subjacentes. A análise crítica dessas dinâmicas é essencial para promover uma compreensão mais justa das lutas dos trabalhadores e para desenvolver políticas que abordem as raízes da injustiça e da desigualdade social.

De mesmo modo, o episódio relatado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) sobre as agressões contra as famílias no bairro Aleixo oferece uma visão crítica das práticas repressivas no contexto das disputas de posse e do tratamento das questões de ocupação urbana em Manaus. A violência perpetrada por agentes da polícia militar e civil, sob a liderança dos oficiais de justiça, não apenas expõe o abuso de poder, mas também reflete a complexa interseção entre justiça social, repressão estatal e criminalização dos movimentos sociais.

> A Central Única dos Trabalhadores (CUT) condenou as agressões impostas às famílias alojadas no terreno da invasão no bairro Aleixo. Agentes da polícia militar e civil, comandados pelos oficiais de justiça Lindenberg e Arianator, espancaram e destruíram as tapeceiras erigidas pelos invasores, configurando abuso do poder, segundo o documento.
>
> A CUT relatou que dezenas de famílias amazonenses foram despejadas em benefício de 2 pessoas que se diziam proprietárias, Luiz Alberto Pereira Furtado Belém e Terezinha Lins Furtado Belém, que conseguiram da juíza Liliana Pereira Mendonça de Souza um mandato de manutenção de posse da área ocupada. A nota denunciou que, durante a execução do mandato, policiais

> armados invadiram o terreno, cometendo violência e arbitrariedades, incluindo espancamento e destruição das casas, com consequências graves.
>
> A CUT fez um apelo aos soldados e cabos da PM para que não agridam a população pobre e oprimida, e se colocou ao lado dos policiais com o compromisso de lutar por melhores condições para eles, destacando que os salários dos policiais são baixos e eles devem trabalhar em benefício do povo. (Jornal do Comércio. CUT sociedade deve exigir punição. p. 11, 01 agosto 1986).

O contexto dessa violência, conforme relatado, é ainda mais problemático quando se considera que as ações policiais foram motivadas pela necessidade de atender aos interesses de dois indivíduos que alegam a posse do terreno. A decisão da juíza Liliana Pereira Mendonça de Souza, que concedeu o mandato de manutenção de posse, parece estar desconsiderando as condições precárias em que viviam as famílias despejadas. O fato de que essas famílias foram despejadas em benefício de proprietários que reivindicam a área destaca uma forma de justiça que privilegia os interesses de poucos em detrimento das necessidades básicas e dos direitos de muitos.

Além disso, a CUT faz um apelo para que os policiais não agridam a população pobre e oprimida, e se compromete a lutar por melhores condições de trabalho para os policiais, evidenciando uma perspectiva de solidariedade e justiça social. O apelo ressalta a situação paradoxal em que os policiais, que também enfrentam condições adversas e salários baixos, são colocados em situações de confronto direto com as populações vulneráveis, perpetuando um ciclo de violência e opressão.

O incidente relatado no bairro Aleixo é emblemático de um padrão mais amplo de criminalização dos movimentos sociais e de marginalização das classes trabalhadoras e das populações de baixa renda. A repressão e a violência não só exacerbam as condições de vida já precárias dessas famílias, mas também reforçam uma narrativa de que a segurança e a ordem pública devem ser mantidas a qualquer custo, mesmo que isso signifique a violação dos direitos humanos e a perpetuação da injustiça social.

Assim, a abordagem das autoridades e a resposta institucional demonstram uma falta de sensibilidade e compreensão das complexas realidades enfrentadas por essas comunidades. A violência policial e a destruição das moradias, sob o pretexto de cumprimento da lei, revelam uma faceta cruel e implacável da gestão das questões urbanas e da administração da justiça, subestimando a dignidade e os direitos das populações mais vulneráveis.

A notícia sobre a demissão em massa de operários no distrito industrial, realizada pelos empresários em resposta ao movimento grevista, revela um cenário alarmante de repressão e

abuso no contexto das relações de trabalho. A decisão de demitir mais de 2.000 trabalhadores no primeiro dia, incluindo aqueles que não participaram diretamente da greve, evidencia a extensão da retaliação e a falta de consideração pela justiça e pelos direitos dos trabalhadores.

> Empresários do distrito industrial, respaldados pela lei, iniciaram ontem a demissão em massa dos trabalhadores que participaram do movimento grevista. Mais de 2.000 operários foram demitidos no primeiro dia de corte. O presidente do TRT afirmou que "cumprimos a lei" e sugeriu aos trabalhadores que mudassem a lei de greve.
>
> Após decidirem pela continuidade da greve em assembleia geral e ouvirem os empresários convocando para a volta ao trabalho, mais de 2.000 operários do distrito industrial foram notificados de demissão por justa causa por participarem de greve considerada ilegal, subversiva e de cunho político.
>
> Para os grevistas, não foi surpresa que a punição se estenderia a muitos operários. No entanto, eles achavam que essa medida, a melhor arma dos empresários, não seria usada de forma tão impune, pois até trabalhadores que não participaram da greve foram demitidos. Várias mulheres grávidas também foram afetadas. "Nós tínhamos que ir em frente e não parar", afirmava José Carlos, operário revoltado, acrescentando que isso poderia ter sido uma carta de alforria. "Somos escravos deles, eles não pagam o que querem e os juízes ficam do lado deles. (Jornal do Comércio. Demissão em massa no distrito industrial. Caderno Cidade, 14 agosto 1986).

O contexto dessa demissão em massa é marcado por uma greve considerada ilegal e de cunho político pelos empresários e respaldada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O presidente do TRT, ao afirmar que a decisão de demitir os trabalhadores estava em conformidade com a lei, sugere que a questão não é de justiça ou de direitos humanos, mas de uma aplicação rígida e muitas vezes desumana da legislação vigente. A sugestão de que os trabalhadores mudem a lei de greve, em vez de proteger seus direitos, reflete uma visão que coloca a responsabilidade pelas condições adversas e pela repressão nas costas dos trabalhadores, ignorando as injustiças estruturais e a natureza punitiva das ações dos empregadores.

A reação dos grevistas, que já esperavam a retaliação, demonstra a desesperança e a sensação de impotência frente a um sistema que parece ter sido moldado para favorecer os interesses dos empregadores em detrimento dos direitos dos trabalhadores. A inclusão de trabalhadores não envolvidos diretamente na greve e até mesmo de mulheres grávidas entre os demitidos ressalta a crueldade e o desprezo pelas condições pessoais e pela dignidade humana. Essa abordagem revela uma forma de controle opressivo que visa não apenas punir a

participação na greve, mas também desencorajar futuras mobilizações e assegurar a submissão total dos trabalhadores.

O descontentamento de José Carlos, que vê a demissão como uma forma de escravidão moderna, expressa a frustração de muitos trabalhadores que se sentem subjugados e explorados. A metáfora da "carta de alforria" para descrever a situação reflete a percepção de que a greve e a sua repressão exacerbam a divisão entre trabalhadores e empregadores, revelando um ambiente de trabalho que não só ignora os direitos básicos dos operários, mas também perpetua uma relação de dominação e exploração.

Por fim, apontamos a manchete envolvendo a troca de acusações entre Ricardo Moraes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e o prefeito Amazonino Mendes, é um exemplo das tensões e conflitos que permeiam as relações entre movimentos sociais e autoridades políticas, especialmente no contexto da criminalização desses movimentos.

> O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Moraes, rebateu ontem a acusação feita pelo prefeito Amazonino Mendes, que o chamou de marginal. Ricardo disse que o marginal deve ser o prefeito, que durante os movimentos estudantis nos quais participou promoveu quebra-quebra, o que não aconteceu na greve dos metalúrgicos. A sua participação anteontem foi como representante da CUT.
>
> Eu pelo menos não fui vaiado na greve dos motoristas, enquanto o prefeito, além de receber vaias, foi ameaçado de espancamento pela categoria. Quero dizer que a única pessoa que está à margem da sociedade é o prefeito, e não eu", contra-atacou o líder sindical.
>
> Ricardo Moraes disse ainda que não conhece Amazonino Mendes e nem pretende conhecê-lo. "O que eu sei da sua história é que ele participou de movimentos estudantis há muito tempo, quando sua gangue quebrou e tacou fogo em um dos cinemas de Manaus, o Guarani, porque o valor da entrada aumentou."
>
> O movimento dos trabalhadores metalúrgicos foi realizado pacificamente e ninguém quebrou nada. Agora, eu não sei o que o prefeito estava fazendo na greve dos motoristas, porque não era um movimento dos servidores municipais. O que acontece na realidade é que ele está desesperado por perder a sua representatividade junto ao povo, representatividade que ele nunca teve porque não foi eleito pelo povo", insistiu o líder metalúrgico.
>
> O sindicalista salientou ainda que foi ao movimento para dar apoio aos motoristas. "Eu estive lá como representante da Central Única dos Trabalhadores, cuja finalidade é lutar ao lado das classes trabalhadoras pelos seus direitos. O prefeito não entende de unificação sindical, nunca fez parte de um sindicato e, como empresário que sempre foi, defende somente os interesses empresariais", declarou.(Jornal do Comércio. Ricardo, o prefeito que é um marginal. Caderno Cidade, p. 4, 31 ago. 1985.)

Ricardo Moraes defende seu papel como líder sindical e representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), contrastando sua atuação pacífica na greve dos metalúrgicos com o passado tumultuado do prefeito Amazonino Mendes, que é acusado por Moraes de ter promovido atos de vandalismo em sua juventude. Ao destacar que o movimento dos trabalhadores foi realizado sem incidentes, Moraes busca legitimar a ação sindical e dissociar o sindicato de qualquer comportamento que possa ser considerado marginal ou desordeiro.

A resposta de Moraes ao ataque do prefeito é emblemática da estratégia de defesa comum em movimentos sociais: a tentativa de recuperar a legitimidade e o respeito pelo trabalho realizado. Ao rebater as acusações de Amazonino Mendes, Moraes não só se posiciona como um defensor dos direitos dos trabalhadores, mas também como um combatente da desinformação e da tentativa de criminalização de suas atividades. A comparação com o passado do prefeito, embora possa parecer uma tentativa de desviar o foco, é usada para enfraquecer a autoridade moral de Mendes e deslegitimar suas críticas.

A retórica de Moraes, que enfatiza a natureza pacífica da greve e critica o prefeito por supostas ações violentas no passado, reflete a estratégia de muitos movimentos sociais para se distanciar da criminalização e das acusações infundadas. A tentativa de desacreditar os movimentos sociais por meio da associação com a violência ou desordem é uma tática comum para desviar a atenção das questões reais de injustiça e opressão que esses movimentos visam abordar.

Além disso, a crítica de Moraes à falta de experiência sindical do prefeito e sua sugestão de que Mendes defende apenas interesses empresariais reforçam a narrativa de que as autoridades políticas muitas vezes não compreendem ou não apoiam os reais interesses dos trabalhadores. Moraes se posiciona como um verdadeiro representante dos interesses da classe trabalhadora, em oposição a um prefeito que, segundo ele, não tem o compromisso ou a compreensão necessária para defender os direitos dos trabalhadores.

Este episódio destaca um padrão mais amplo na criminalização dos movimentos sociais: a tentativa de desacreditar e silenciar líderes e movimentos ao associá-los com comportamento desordeiro ou ilegítimo, enquanto se minimiza ou ignora as questões legítimas que eles levantam. A resposta de Ricardo Moraes evidencia a necessidade dos movimentos sociais de afirmar sua legitimidade e a importância de suas causas, apesar das constantes tentativas de repressão e deslegitimação por parte das autoridades e do establishment político e empresarial.

3.2 ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS NA CONSTITUINTE

No contexto de 3 de julho de 1985, o Jornal A Crítica destaca a manchete “CONSTITUINTE: Nasce o Estado de Direito”, celebrando o início de um novo ciclo constitucional no Brasil. A reportagem elogia a oportunidade de construir um Estado de Direito em um ambiente de liberdade e processo democrático, enfatizando a pacificidade do processo de elaboração da nova Constituição. Essa perspectiva otimista reflete uma tentativa de celebrar a transição política, mas também levanta questões críticas sobre a verdadeira natureza do processo e a omissão de importantes aspectos históricos.

A celebração da nova Constituição como um feito alcançado "por meios pacíficos" deve ser analisada com um olhar crítico, especialmente considerando o contexto de repressão e censura que marcou os anos anteriores. Durante o regime militar, o Brasil vivenciou um período de severa repressão política e violação dos direitos humanos, em que movimentos sociais e políticos enfrentaram intensa perseguição e silenciamento. O uso do termo “pacífico” na cobertura jornalística pode, portanto, obscurecer a realidade da resistência enfrentada pelos grupos que lutaram por mudanças políticas e sociais.

> O país tem excelente oportunidade para criar seu Estado de Direito. A Nação soberana, em clima de liberdade e pelo processo democrático, faz uma nova Constituição, reorganiza suas formas de vida e regras de convivência social. Poucos tiveram chance de conseguir tanto através de meios pacíficos. (Jornal A crítica, Caderno Editais, p. 05, 03 de julho de 1985).

A afirmação de que a nova constituinte será alcançada por meios pacíficos abre amplo debate sobre a repressão na ditadura. O silenciamento dos grupos que participam do processo de reivindicação de eleições diretas, de combate à ditadura e outros, marca um processo de invisibilização, camuflado no termo “pacífico”. De todo modo, o jornal passa a fazer a defesa da constituinte e do processo democrático de eleições.

O regime militar, que governou o Brasil de 1964 a 1985, foi caracterizado por uma repressão severa e a supressão de movimentos políticos e sociais que buscavam democratizar o país e restaurar os direitos civis. Durante esses anos, a repressão às reivindicações por eleições diretas e outras formas de protesto foi intensa e muitas vezes violenta. O silenciamento de grupos que lutavam contra o regime e a repressão generalizada não podem ser ignorados quando se celebra a "paz" associada ao processo de elaboração da nova Constituição.

O uso do termo “pacífico” na reportagem do Jornal A Crítica pode ser visto como uma tentativa de minimizar ou ocultar a violação dos direitos humanos e a repressão que marcaram

o período ditatorial. Ao destacar a nova constituinte como um feito alcançado em um ambiente de tranquilidade e ordem, o jornal pode estar contribuindo para uma narrativa que desconsidera as lutas e os sacrifícios feitos por aqueles que desafiaram o regime militar. Esse discurso pode servir para reforçar uma imagem positiva do processo democrático que estava emergindo, ao mesmo tempo em que marginaliza o impacto do regime militar sobre a sociedade e os movimentos de resistência.

A defesa da constituinte e do processo democrático de eleições que o jornal começa a adotar é um reflexo das mudanças políticas em curso e um sinal de uma crescente abertura para a pluralidade e o debate público. No entanto, é fundamental que essa defesa reconheça e integre uma análise crítica do passado recente, abordando as injustiças e as desigualdades que foram exacerbadas durante a ditadura. Ignorar esse contexto pode levar a uma compreensão superficial dos desafios enfrentados pelo país na transição para a democracia e das conquistas que foram alcançadas com o custo de significativa luta e resistência.

O trecho do *Jornal do Comércio*, publicado em 1º de janeiro de 1989, descreve a situação política e econômica do Brasil logo após a promulgação da nova Constituição, destacando a mudança de governantes nas prefeituras municipais e as promessas de reformas feitas pelos novos prefeitos, como Artur Virgílio Neto em Manaus. A matéria menciona que ele, diante da grave crise financeira, anunciou um corte de 1.600 funcionários públicos e priorizou ações como a limpeza da cidade e a melhoria no transporte coletivo, saúde e educação. A abordagem enfatiza a herança de dívidas que os novos administradores enfrentavam, além da descentralização tributária promovida pela Constituição de 1988, que se apresentava como uma possibilidade de maior autonomia para os municípios. O texto também aponta uma guinada à esquerda no eleitorado, sinalizando a expectativa de um comportamento político mais comprometido com as necessidades da população.

> No Amazonas, o advogado e diplomata Artur Virgílio Neto (PSB) assumiu a prefeitura de Manaus prometendo demitir 1.600 dos seus 8.407 funcionários, uma vez que o pagamento dos servidores consumiria 80% do orçamento municipal. Limpeza da cidade, melhorias no transporte coletivo, saúde, educação e a projeção de eventos turísticos e ecológicos foram destacadas como prioridades de sua administração.
> Ano novo, prefeitos novos. Após as comemorações das vitórias e o período de "lua de mel" com a imprensa, as novas administrações municipais enfrentam o duro desafio de tentar cumprir as promessas de campanha em meio à pior crise econômica vivida pelo país em passado recente. Têm a seu favor a descentralização tributária promovida pela nova Constituição, mas a maioria herdará tamanha profusão de dívidas que pouco restará para os programas alardeados nos palanques e anunciados com pompa e gala nas últimas semanas, juntamente com o nome dos novos secretários.

> Assim, o que se pode notar nos primeiros tempos é uma mudança de estilos, já que, nas capitais e principais cidades do país, o eleitorado deu uma acentuada guinada à esquerda, sinalizando que espera de seus escolhidos um comportamento bem diferente do fisiologismo que vem sendo moeda corrente da política brasileira.
>
> (Jornal do Comercio. Grandes mudanças no mundo: a nova Constituição. *Caderno Retrospectiva*, p. 23, Manaus, 1 jan. 1989.)

Analisando esse trecho sob a ótica das mudanças políticas que o Brasil vivia naquele momento, é possível perceber que a defesa da Constituinte e do processo democrático de eleições, que o jornal passa a adotar, reflete as profundas transformações políticas do período. O fim da ditadura militar, com o processo de redemocratização iniciado na década de 1980, representou um marco significativo para o país, e a nova Constituição de 1988 foi celebrada como a garantia de liberdades civis e maior pluralidade no debate público. Esse momento de abertura política, sem dúvida, foi essencial para o avanço democrático, proporcionando ao Brasil um novo horizonte para discussões públicas e participação política.

Contudo, como a análise crítica sugere, é crucial que esse processo de defesa democrática também integre uma reflexão crítica sobre o passado recente. A ditadura militar não pode ser simplesmente ignorada, pois seu legado de repressão, censura e desigualdade ainda pesava sobre a sociedade brasileira. Ignorar o impacto dessas décadas de autoritarismo significa não reconhecer as raízes das tensões sociais que emergiam na década de 1980. As promessas de mudança feitas pelos novos gestores municipais, como Artur Virgílio Neto, devem ser lidas dentro desse contexto de transição. Embora a Constituição tenha aberto um campo para maior liberdade e ação política, os desafios econômicos herdados pela crise fiscal e a desigualdade social persistente eram reflexos diretos de um passado de centralização do poder e escassez de políticas públicas voltadas para as camadas mais vulneráveis da população.

O exemplo de Artur Virgílio Neto, que assumiu a prefeitura de Manaus com promessas de cortes e reformas, é um reflexo das dificuldades que os novos governos enfrentavam. Embora a descentralização tributária oferecesse uma esperança de autonomia, os problemas econômicos e a pesada carga de dívidas deixada pelas administrações anteriores comprometiam a capacidade de implementar as promessas feitas. Nesse sentido, a análise do trecho também revela a complexidade da transição para a democracia: por um lado, havia uma pressão para cumprir as expectativas de um eleitorado que ansiava por mudanças; por outro, havia as limitações estruturais e financeiras que não podiam ser superadas apenas com promessas de reformas.

Além disso, o movimento à esquerda observado nas urnas também é significativo. A guinada do eleitorado em direção a uma política mais comprometida com as demandas sociais, em contraste com o fisiologismo da política tradicional, evidencia o desejo por um governo mais transparente e voltado para a equidade. Porém, a mudança de estilo, como mencionada no texto, também enfrentava o desafio de conciliar as expectativas populares com a realidade econômica que os prefeitos e governantes estavam herdeiros.

Em suma, ao analisar o trecho do jornal, podemos perceber que ele reflete tanto as conquistas da redemocratização quanto as dificuldades enfrentadas por aqueles que assumiram os cargos políticos após a ditadura. A defesa da nova Constituição é uma vitória política, mas deve ser acompanhada de uma análise mais profunda sobre as desigualdades estruturais que não foram resolvidas com a abertura política. Reconhecer a luta pela democracia e os custos dessa conquista é essencial para uma compreensão mais completa dos desafios enfrentados no período de transição, e essa reflexão crítica deve ser central ao olhar para os rumos da política no Brasil pós-ditadura.

O trecho da coluna "Política e Negócios", assinada por Manoel Peres no *Jornal do Comércio*, de 1º de abril de 1989, retrata uma visão pessimista sobre a situação econômica e política do Brasil naquele momento, após a promulgação da nova Constituição de 1988. Peres aponta uma inflação alarmante de quase 1.000% ao ano e prevê um cenário de recessão e mais inflação para o novo ano. Ele critica duramente o governo do período, acusando a corrupção como a principal responsável pela fragilidade da democracia brasileira, sugerindo que a própria Constituição seria culpada pela crise em que o país se encontrava. Esse ponto de vista reflete um desencanto com as promessas de mudanças que surgiram com a abertura política, sugerindo que a Constituição, embora celebrada por muitos, não tenha sido capaz de resolver os problemas estruturais que o Brasil ainda enfrentava.

> Coluna "Política e Negócios" – Manoel Peres
> O ano que se foi terminou, 1988, com uma inflação de quase 1.000% ao ano. Hoje iniciamos um novo ano, e, ao contrário dos anteriores, só nos espera um período de recessão e mais inflação. O governo que se encerra chega ao fim totalmente desacreditado.
> Vai mal a democracia brasileira — por culpa única e exclusivamente da corrupção, que campeia em todos os escalões governamentais. Para muitos, a Constituição é a grande culpada pelo estado crítico em que nos encontramos. (PERES, Manoel. Política e negócios. *Jornal do Comércio*, Caderno Política, p. 3, Manaus, 1 abr. 1989.)

> No dia 5 de outubro, às 15h30, no plenário da Câmara dos Deputados, o presidente da Constituinte, Ulisses Guimarães, declarou, emocionado:
> “Declaro promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social no Brasil.”

Ao analisar esse trecho sob uma perspectiva crítica, é possível perceber que a visão de Peres sobre a Constituição de 1988 está imersa em uma frustração com a realidade econômica e política do país naquele período. A nova Constituição representava, para muitos, a possibilidade de um Brasil mais democrático e justo, após anos de ditadura militar. No entanto, o que se viu foi um cenário de inflação descontrolada, recessão e uma série de crises políticas que dificultavam a implementação das esperadas mudanças. A crítica de Peres à Constituição como "culpada" pelo estado crítico em que o país se encontrava reflete a insatisfação de uma parte da população que, embora comemorasse a democracia recém-conquistada, se via sufocada por um sistema econômico fragilizado e pela perpetuação de práticas corruptas dentro do governo.

O impacto da corrupção, mencionado de forma contundente por Peres, não pode ser subestimado. Durante a ditadura militar, embora o país tivesse vivido sob um regime autoritário, a corrupção estava muitas vezes camuflada pela centralização do poder e pela repressão direta a qualquer forma de contestação. Porém, com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, a corrupção se tornou um tema mais evidente e visível, especialmente com o aumento da transparência política e a democratização da informação. A crítica de Peres aponta para a dificuldade em consolidar a democracia, justamente porque ela coexistia com práticas políticas e administrativas que corrompiam o processo de transformação que o país precisava.

Além disso, o fato de a Constituição ser vista como um “documento da liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social” — como enfatizado por Ulisses Guimarães ao proclamá-la — reflete um grande contraste com a visão de Peres. Se, por um lado, a Constituição representava a esperança de um Brasil mais justo e plural, por outro, a prática política e as dificuldades econômicas indicavam que a transição para uma democracia real seria mais complexa do que se imaginava. A tensão entre a promulgação da Constituição e a crítica ao seu impacto imediato revela um Brasil em conflito consigo mesmo, tentando equilibrar os ideais de liberdade com as dificuldades econômicas e políticas herdadas de um passado autoritário.

Portanto, ao conectar o trecho de Peres com a declaração de Ulisses Guimarães, podemos perceber que a nova Constituição não foi uma solução imediata para os problemas do

Brasil. Ela representava um marco histórico e uma conquista política, mas, como o próprio texto de Peres sugere, o país ainda enfrentava dificuldades estruturais profundas, como a inflação descontrolada, a corrupção e a recessão econômica. A democracia, tão celebrada no momento de sua promulgação, precisava de mais tempo e de uma série de reformas econômicas e políticas para se consolidar de forma eficaz. A crítica de Peres, portanto, se alinha com uma análise mais realista sobre os desafios que o Brasil enfrentaria na construção de uma democracia funcional e justa, apesar das promessas da nova Constituição.

> O presidente José Sarney, presente à cerimônia, com as mãos trêmulas, prometeu cumprir e defender a nova Constituição. Já o deputado Ulisses Guimarães, em um discurso de forte conteúdo político, fez uma crítica direta ao regime autoritário, ao afirmar:
> "A sociedade foi Rubens Paiva, não os fascínoras que o mataram."
>
> A frase, longamente aplaudida pelo plenário, irritou os ministros militares presentes à solenidade de promulgação da nova Carta. Naquele momento, em que a Constituição brasileira era promulgada, o país inteiro parou, atento aos acontecimentos que se realizavam no Congresso Nacional. A nova Carta representava as novas esperanças de um povo sofrido, que saía de um regime discricionário que durou 20 anos e deixou grandes sequelas na sociedade brasileira. (JORNAL DO COMÉRCIO. Grandes mudanças no mundo: a nova Constituição. *Caderno Retrospectiva*, p. 23, Manaus, 1 jan. 1989.)

O trecho que descreve o momento da promulgação da Constituição de 1988, com a presença do presidente José Sarney e do deputado Ulisses Guimarães, revela um cenário de grande tensão política e histórica. Sarney, visivelmente emocionado, prometeu cumprir e defender a nova Carta, enquanto Guimarães, com um discurso incisivo, fez uma crítica direta ao regime militar, que governou o Brasil de forma autoritária por mais de duas décadas. A frase de Guimarães, "A sociedade foi Rubens Paiva, não os fascínoras que o mataram", foi amplamente aplaudida no plenário, mas gerou desconforto entre os ministros militares presentes, demonstrando o impacto de sua declaração e a resistência que ainda existia em relação ao processo de redemocratização.

Esse momento, em que a Constituição brasileira foi promulgada, simbolizava o fim de um ciclo de repressão e opressão no Brasil. Para muitos, ela representava a concretização de esperanças por um país mais democrático e justo, que finalmente se libertava de um regime militar que havia deixado profundas cicatrizes na sociedade brasileira. A frase de Guimarães não era apenas uma crítica aos militares, mas uma afirmação de que as vítimas do regime autoritário, como Rubens Paiva, não seriam esquecidas. Ela colocava a responsabilidade sobre

a sociedade como um todo, que, embora silenciada e sufocada, lutava pela liberdade e pelos direitos humanos. A frase também apontava para a necessidade de um processo de verdade e reconciliação, algo essencial para que a democracia florescesse de maneira genuína.

Ao analisar esse trecho, podemos perceber que a promulgação da Constituição de 1988 não foi apenas um evento legal e político, mas também um momento de confronto direto com o passado recente de repressão. A fala de Guimarães, carregada de simbolismo, demonstrava que a transição para a democracia não poderia ser apenas formal, mas precisava incluir um enfrentamento do regime militar, das suas atrocidades e das suas consequências na vida da sociedade brasileira. Essa crítica não era apenas uma provocação aos militares, mas uma afirmação da luta pela memória, pela justiça e pela verdade.

A reação dos ministros militares presentes, irritados com a declaração, revela o quanto o processo de transição era delicado. Embora a Constituição fosse uma conquista democrática, a resistência ao seu conteúdo e aos seus princípios de justiça social e direitos humanos vinha de setores que ainda se viam como defensores de um regime autoritário, que haviam exercido grande poder durante os anos de ditadura. Esse tipo de resistência interna dentro do próprio governo, por parte dos militares, indica que a redemocratização do Brasil não se daria de forma tranquila ou sem desafios. A Constituição representava, portanto, não apenas uma nova ordem política, mas também um marco para o reconhecimento das vítimas do regime anterior e uma tentativa de garantir que os erros do passado não fossem repetidos.

A crítica direta ao regime autoritário feita por Guimarães também ilumina um ponto crucial: a necessidade de uma análise crítica do passado, que, como mencionei em minha afirmação anterior, é essencial para a consolidação de um processo democrático verdadeiro. A Constituição de 1988, ao ser promulgada, não deveria apenas oferecer direitos e garantias civis, mas também servir de base para uma reflexão mais profunda sobre as injustiças cometidas durante os anos de ditadura. Ignorar essa dimensão histórica, como defendi anteriormente, teria levado a uma compreensão superficial dos desafios enfrentados pelo Brasil na transição para a democracia. Guimarães, ao fazer essa crítica, contribuía para um debate fundamental, necessário para a construção de um país mais plural e justo.

Em suma, a promulgação da nova Constituição foi um marco de grandes significados para o Brasil, mas também uma oportunidade de enfrentar as sombras do passado autoritário. O discurso de Ulisses Guimarães, com sua crítica contundente ao regime militar, sublinhou a importância de não apenas mudar o sistema político, mas também de questionar as estruturas de poder que haviam sido forjadas durante a ditadura. A resistência, tanto interna quanto

externa, a esse processo de redemocratização, como exemplificado pelos militares presentes, mostra que, apesar da promulgação da nova Carta, o Brasil ainda caminhava, com passos cautelosos, em direção a um futuro democrático que precisaria ser constantemente defendido e renovado.

O momento da promulgação da Constituição de 1988 foi, sem dúvida, um marco histórico de enorme importância para o Brasil, mas não representou o fim do regime militar em sua totalidade. A ditadura militar, com seus resquícios autoritários e suas estruturas de poder, continuou a exercer influência em diversos setores da sociedade, mesmo após a assinatura da nova Carta. A transição para a democracia foi um processo gradual e marcado por desafios constantes, refletindo diretamente na continuidade da luta pela liberdade e pelos direitos civis.

Neste contexto, os movimentos sociais desempenharam um papel central. O período de mudanças que se seguiu à promulgação da Constituição não apenas abriu um espaço para o fortalecimento de novos movimentos, mas também ampliou a voz de grupos que, por anos, haviam sido silenciados ou marginalizados. A Constituição de 1988, embora representasse uma vitória significativa na construção de um Brasil mais democrático, trouxe à tona questões complexas que ainda precisavam ser enfrentadas, como as desigualdades históricas, a memória da repressão e a busca por justiça social.

No relato de Cila Reis, observa-se como a militância política e social se entrelaça com experiências pessoais e culturais de resistência. Para ela, como para muitos outros que vivenciaram esse período, a luta não se limitava à promulgação de uma nova Constituição, mas se expandia para a criação de um espaço mais justo, onde as vozes dos oprimidos pudessem ser ouvidas e respeitadas. A militância transcendeu a esfera política formal e se manifestou também na cultura, nas relações sociais e nas práticas de base nas comunidades. O ativismo, portanto, representava uma forma de reivindicar não apenas direitos civis, mas também a reconstrução do país segundo novos valores de justiça e igualdade.

A experiência de Cila Reis ilustra a dinâmica de um período em que as pessoas não se limitavam a esperar pela consolidação da democracia, mas se engajavam ativamente na luta por transformações sociais. A sua militância, assim como a de muitos outros ativistas, não se restringia a uma participação passiva no processo constitucional, mas buscava influenciar e moldar a nova Carta de maneira que atendesse às necessidades mais profundas da sociedade brasileira, especialmente das populações marginalizadas durante os anos de ditadura. Essa interação entre experiências culturais e o ativismo social reflete a ideia de que a mudança

política não se restringia às esferas institucionais formais, mas permeava os espaços informais de construção de um novo imaginário coletivo, baseado na liberdade e nos direitos humanos.

Cila Reis iniciou sua jornada no ativismo após anos de envolvimento com atividades culturais em Manaus. Participando de festas folclóricas e danças, como a quadrilha Marupiara, e envolvida com o teatro, Cila cultivou um profundo vínculo com sua comunidade e uma compreensão das dinâmicas culturais locais. Essas experiências não foram meramente recreativas; elas desempenharam um papel crucial em seu desenvolvimento como militante. O envolvimento cultural forneceu a Cila uma base sólida de conexão com a comunidade e uma plataforma para entender as desigualdades e injustiças que ela começava a questionar.

> Não, eu comecei a militar na década de oitenta e nove, por aí, já pra noventa. É, isso, com o processo da construção, até então eu participava de de participava de festas folclóricas, por que eu dancei numa quadrilha chamado Marupiara do Amazonas hoje em dia, né, aí eu participava também de valsas que tinham aqui em Manaus na na localidade, né, eu eu sempre gostei desse lado artístico, né, cultural meu, e e aí eu me vivi- me envolvia muito com esses essa essas manifestações até os meus quinze anos, mais ou menos assim, quinze, dezesseis anos, quando eu comecei, a partir daí, eu comecei a a atuar mesmo como militante social, né, de da cidade, e e vendo a cidade de Manaus nesse contexto, nessa época, era quando Tancredo Neves faleceu, né, e e… teve todo um contexto histórico ali, né, de se questionar por- por quê, né, que que as pessoas tinham uma esperança, né, de de da democracia ser por outro por outros por outras olhares, né, não só da ditadura que que a gente- essa herança que a gente herdou ainda, é, por por eu por ser, é, nascido na década de setenta, né, e aí foi quando me despertou, né, essa essa visão do Partido dos Trabalhadores, né, que já vinham, né, os meninos daqui da da comunidade, é, formaram um núcleo chamada Núcleo PT Petrópolis, que tem- ele nasceu, é, em 1988, né. (Cila Reis)

A transição de Cila do envolvimento cultural para o ativismo social foi marcada por um período de autoconhecimento e reflexão. A morte de seu pai e o contexto político turbulento da época, incluindo a morte de Tancredo Neves e o debate sobre a democracia, contribuíram para uma maior conscientização e um desejo de mudança. O choque pessoal e a necessidade de transformação social levaram Cila a se engajar de forma mais direta na militância, refletindo a interação entre eventos pessoais e convicções políticas.

A atuação de Cila no Núcleo PT Petrópolis, criado em 1988, exemplifica a convergência entre o ativismo cultural e político. O Núcleo e as práticas de caminhada popular, influenciadas por correntes de pensamento como as de Paulo Freire, simbolizavam uma busca por justiça e igualdade que ultrapassava o simples engajamento cultural. A mobilização política se tornou uma extensão das experiências de vida e dos valores que Cila havia desenvolvido ao longo dos anos, permitindo-lhe contribuir ativamente para o processo constituinte.

> Essa blusa é deles, 1988, e e aí eles já tinham, é, surgido também o Alternativo de Petrópolis nesse viés, né, popular também de caminhada popular, caminhada de Paulo Freire, e… e aí eu me eu me via muito nessa nessa vibe, né, de de autoconhecimento, questionamento, por quê que, é, tem esse sistema capitalista tão injusto com uns e com outros não, né, a questão da igualdade, e aí eu eu me via muito nessa fase de de autoconhecimento, né, e a cidade era assim, né, era era nessa é nesse sentido de de tá com meu pai, né, indo pra algumas manifestações esportivas que ele me levava, é, ele morreu inclusive nessa época, 89, foi muito traumático a morte dele, que também me deixou abalada, né, porque na no auge da nossa da nossa juventude, com dezesseis, dezessete anos, né, aí a aí foi quando eu eu procurei mesmo me dedicar aos estudos, né, porque era fui fazer teatro, né, e aí isso daí me me fortificou cada vez mais para para ter essa noção do que me- do que hoje a gente tem, né, como como ativista social (risos). (Cila Reis)

Esse engajamento não só foi uma resposta às condições políticas do momento, mas também uma expressão das vivências e aspirações pessoais de Cila. Sua participação na Constituinte foi moldada por um desejo de superar legados de injustiça e de lutar por uma sociedade mais igualitária. O ativismo de Cila Reis demonstra como a integração de experiências culturais e pessoais pode enriquecer o ativismo político, proporcionando uma perspectiva mais profunda e abrangente para a construção de um Brasil democrático e justo.

A trajetória de Cila Reis durante a Constituinte reflete como o ativismo social e político pode ser profundamente influenciado por experiências pessoais e culturais. Sua jornada desde o envolvimento cultural até o ativismo político é um exemplo claro de como as vivências individuais e as convicções formadas ao longo da vida moldam a contribuição para a construção de uma nova ordem democrática. O relato de Cila não apenas ilumina o papel das experiências pessoais na militância, mas também destaca a importância de uma participação ativa e consciente na formação das políticas públicas e na construção de um futuro mais justo para todos.

Em Manaus, o Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte (MPPC) desempenhou um papel significativo no processo de elaboração da nova Constituição brasileira, refletindo a diversidade e o dinamismo dos movimentos sociais que emergiram durante essa fase. Composto por uma ampla gama de entidades e organizações sociais, o MPPC incluía sindicatos, associações de bairro, movimentos de mulheres, negros, indígenas, estudantes e trabalhadores rurais, entre outros. O objetivo central do movimento era influenciar os deputados constituintes para que incorporassem na nova Constituição as demandas populares relacionadas à justiça social, direitos humanos e proteção ambiental.

O MPPC teve uma atuação marcante, promovendo uma série de atividades de mobilização e articulação política. O movimento organizou seminários, debates, audiências

públicas, manifestações e passeatas com o intuito de divulgar suas propostas e reivindicações. Além disso, o MPPC buscou estabelecer um diálogo direto com os deputados constituintes eleitos pelo Amazonas, especialmente com representantes dos partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Esse engajamento foi crucial para garantir que as demandas regionais fossem consideradas e integradas na Constituição.

Além do MPPC, outros movimentos sociais também desempenharam um papel relevante na Constituinte em Manaus. O Movimento Alma Negra (MOAN), por exemplo, concentrou-se na luta contra o racismo e na promoção dos direitos da população negra. O Movimento Indígena do Amazonas (MIA) trabalhou na defesa da demarcação das terras indígenas e na proteção das culturas nativas. O Movimento de Mulheres do Amazonas (MMA) focou na promoção da igualdade de gênero, enquanto o Movimento Ecológico do Amazonas (MEA) enfatizou a preservação da floresta amazônica e a sustentabilidade ambiental. Esses movimentos buscaram defender interesses e direitos específicos de seus segmentos sociais, colaborando com o MPPC para fortalecer suas pautas e garantir uma representação mais ampla na Constituinte.

A colaboração entre o MPPC e esses movimentos sociais foi fundamental para a construção de uma Constituição que refletisse uma gama diversificada de interesses e demandas sociais. A articulação política entre diferentes grupos sociais e parlamentares progressistas contribuiu para a formulação de um documento que buscava atender às necessidades de uma sociedade em transformação. A experiência do MPPC e dos movimentos sociais em Manaus demonstra a importância da participação popular na formulação de políticas e na construção de um novo marco legal, evidenciando como a inclusão de múltiplas perspectivas é essencial para a criação de um sistema jurídico e político mais justo e representativo.

A análise das percepções de Lamartine, conhecido como Negro Lamar, sobre a Constituição de 1988 revela uma visão crítica e multifacetada das questões abordadas pelo documento, especialmente no contexto dos movimentos sociais e da militância negra. Em seu relato, Lamar destaca a importância do combate ao racismo como uma pauta central de sua atuação, refletindo uma contínua preocupação com a igualdade racial e a justiça social que transcende as limitações de uma única esfera de ação.

A Constituição de 1988, enquanto marco legal da redemocratização brasileira, incorporou várias conquistas importantes para os direitos sociais, incluindo aspectos relacionados à moradia, saúde, educação e direitos fundamentais. No entanto, a experiência e o

ativismo de Lamar evidenciam que, para os movimentos sociais, especialmente aqueles ligados à população negra, a efetivação desses direitos e a luta contra o racismo são contínuas e complexas. Para Lamar, a atuação dentro do movimento negro e do hip-hop não se limita apenas a uma esfera cultural, mas está profundamente enraizada em uma agenda de justiça social que abrange múltiplas dimensões, incluindo a luta contra a desigualdade racial e a opressão sistêmica.

> É, os movimentos que eu já atuei, Quilombo Urbano no Maranhão, né, o MOBI que a gente já era organização nacional, mas que a gente continua com a conexão, mas oficialmente o MOBI não existe, tá pra gente tá vendo se volta, né, atualmente nós tamo nós tamo voltando com o Favelafro, que é uma organização negra de hip-hop, eu sempre friso friso isso, que as pessoas falam assim "hip-hop e movimento negro são duas coisas distintas", pra mim, sempre quando eu militei numa organização, eu me entendo como um militante negro, de uma organização negra de hip-hop, então sou do movimento negro, respeito quem pensa diferente, e as nossas maiores pautas era o combate ao racismo, principalmente o combate ao racismo em tudo, enfrentamento ao sistema, lá atrás a gente falava da ALCA, né, a gente já participou de vários eventos contra a ALCA lá atrás, né, que era o que se- era uma coisa similar a essa coisa do de enfrentar, por exemplo, o o o povo do Fórum Social Econômico, né, a gente já participou em quase todas as os espaços que a gente participou, a gente sempre fala de combate ao racismo e de de de politizar a cultura hip-hop, as bandeiras principais de lá até hoje, as bandeiras principais, combate ao racismo. (Lamartine)

> É… cê consegue perceber, por exemplo, outras pautas como moradia, mulheres, é… comida, né, alimentação, os direitos básicos ligados ao período principalmente da Constituição? (Paola)

> Sim, assim, é, eu eu entrei no movimento de moradia, né, eu entrei no movimento de moradia depois do movimento hip-hop, eu entrei- a partir do movimento hip-hop eu entrei no movimento de moradia, participei de lutas de rádio comunitária, e quando a gente fala de combate ao racismo eu não tô falando só da visão masculina de combate ao racismo não, quando a gente fala de combate ao racismo nós tamos falando de homens e mulheres dentro desse processo, entendeu, quando a gente participou de lutas com o Geledés, nós tamos fazendo um um um lutas voltadas pro combate ao racismo contra homens e mulheres negras, porque o projeto Rappers e o Geledés, em alguns espaços que a gente atuou minimamente junto- eu não fui do Geledés, mas a gente participou de lutas juntas que era reivindicando o direito de homens e mulheres pretas, entendeu, e… rádio comunitária também a gente já participou, basicamente- movimento estudantil também já participou, mas mas quando a gente se fala é combate ao racismo, é jus- combate ao racismo tá incluído, é uma pauta de homens e mulheres negras. (Lamartine)

A partir de seu engajamento com organizações como o Quilombo Urbano e o MOBI, Lamar evidencia que a luta contra o racismo e a promoção da cultura negra são interligadas. Ele observa que, mesmo quando se engaja em novas frentes, como o Favelafro e o movimento de moradia, a questão do racismo permanece uma prioridade fundamental. Lamar sublinha que

o combate ao racismo deve ser compreendido como um esforço inclusivo que abrange tanto homens quanto mulheres negras, e que a militância deve se adaptar às novas demandas e contextos, como o enfrentamento da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e a participação em eventos que buscam transformar a realidade social.

Essa perspectiva reforça a ideia de que a Constituição de 1988, embora tenha sido um avanço significativo na consolidação dos direitos civis e sociais no Brasil, não resolve todos os problemas estruturais enfrentados pelos movimentos sociais. Para Lamar e outros ativistas, a Constituição representa um ponto de partida, mas a luta pela plena efetivação dos direitos e pela eliminação das desigualdades continua a exigir mobilização e ação política constante. O engajamento em diversas frentes, como a rádio comunitária e o movimento estudantil, demonstra como os ativistas devem articular suas ações em resposta às necessidades emergentes e aos desafios persistentes.

A notícia publicada no Jornal do Comércio em 19 de novembro de 1986 destaca um ciclo de debates promovido por diversas entidades do Estado e do Município de Manaus, com o objetivo de discutir e garantir os direitos das crianças na nova Constituição. A relevância desse ciclo de debates reside na sua intenção de preencher uma lacuna significativa na legislação brasileira, que até então não contemplava de maneira adequada o atendimento das crianças de 0 a 6 anos.

> Entidades farão ciclo de debates
>
> O momento político é oportuno para lutar pela garantia dos direitos da criança na nova Constituição. É importante notar que nenhuma das Constituições brasileiras faz referência ao atendimento mais amplo da criança de 0 a 6 anos, sendo praticamente ausente do atual texto constitucional. Isso exige mobilização da sociedade para refletir sobre a sombria situação que a questão da criança configura, repensar e formulá-la segundo perspectivas de valores que a dignifiquem e a posicionem como fase determinante da vida do homem.
>
> Pensando assim, várias instituições do Estado e Município, como Sesau, Semdes, Seduc, Semec, Lebem, Ministério da Educação e Cultura e Associação de Donas de Casa, resolveram reunir-se com comunidades de bairros carentes para ouvir das bases os desejos destas em relação aos direitos da criança.
>
> Portanto, várias reuniões já ocorreram e hoje se fecha este ciclo, com a Sesau discutindo com as comunidades do São Jorge, Vila da Prata, Santo Agostinho, Lírio do Vale e Nova Esperança sobre o problema da criança e a saúde.
>
> Após esta série de reuniões, serão realizadas nos dias 22 a 25 do mês corrente reuniões do grupo para proceder um fórum nos dias 29 e 30, de onde se partirá para um documento final que será levado à Constituinte. (Jornal do Comércio. Entidades farão ciclo de debates. Caderno Cidade, 19 nov. 1986.)

A ausência de uma abordagem abrangente para a infância nas constituições brasileiras anteriores sublinha uma lacuna crucial na proteção e no atendimento às necessidades das crianças nessa faixa etária. A Constituição de 1988, por exemplo, não contemplava de forma detalhada e específica as diretrizes para o atendimento integral das crianças de 0 a 6 anos, o que reflete uma falha na compreensão e na valorização da importância desta fase do desenvolvimento humano. A infância é reconhecida como um período determinante para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo, e sua adequada proteção e suporte são fundamentais para assegurar um futuro saudável e equilibrado para os indivíduos.

O ciclo de debates organizado por instituições do Estado e do Município, como a Secretaria de Saúde (Sesau), a Secretaria de Desenvolvimento Social (Semdes), a Secretaria de Educação (Seduc), a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Semec), o Lebem, o Ministério da Educação e Cultura, e a Associação de Donas de Casa, é uma resposta proativa a essa carência. O objetivo dessas reuniões é fomentar um espaço de discussão e reflexão sobre os direitos das crianças e, simultaneamente, engajar a comunidade em um processo participativo e inclusivo.

Ao reunir representantes de diversas áreas e comunidades de bairros carentes, essas instituições buscam captar as demandas e as preocupações das bases, promovendo um diálogo construtivo sobre as necessidades reais das crianças. A realização de encontros em bairros como São Jorge, Vila da Prata, Santo Agostinho, Lírio do Vale e Nova Esperança, reflete um esforço consciente para garantir que as vozes das comunidades mais vulneráveis sejam ouvidas e consideradas na formulação de políticas públicas.

O encerramento deste ciclo de debates, previsto para culminar com um fórum nos dias 29 e 30 do mês corrente, e a subsequente elaboração de um documento final a ser apresentado à Constituinte, destacam a importância de transformar as discussões em propostas concretas. Essa abordagem metodológica não apenas reforça o compromisso com a inclusão e a equidade, mas também assegura que as propostas sejam fundamentadas nas realidades e nas necessidades específicas das comunidades envolvidas.

Em suma, a iniciativa destacada pela notícia representa um avanço significativo para a construção de uma Constituição mais inclusiva e adequada às necessidades da infância. A mobilização das entidades envolvidas e a participação ativa da comunidade são essenciais para promover um marco legal que reconheça e respeite os direitos das crianças, garantindo que esta fase crítica do desenvolvimento humano receba a proteção e o suporte adequados.

A fala de Cleia, refletindo sobre as condições sociais e políticas durante o período da Constituinte de 1988, fornece uma visão crítica e pessoal sobre as dificuldades enfrentadas pela população na época e como essas questões ainda persistem. O discurso revela a tensão entre as aspirações dos movimentos sociais e a realidade das políticas públicas e condições socioeconômicas.

> A política, né (risos), os velhos de Brasília, (confusão de palavras), é isso mesmo, é, é, ainda era muito isso, a gente via que pô, salário mínimo, né, você não- lutava pra ter um salário digno pra comprar alimento, pra você conseguir se transportar, né, a gente não conseguia, muitas das vezes as pessoas andavam a pé quilômetros pra ir fazer uma aula de dança, né, morava sei lá, no São José e ia pra Compensa andando, porque queria fazer aula de dança, porque queria, né, se engajar no movimento, e não tinha dinheiro, não tinha- ainda é muito isso, muito- não mudou muita coisa, falta de moradia digna, falta de transporte digno, falta de uma alimentação básica, de ter três refeições por dia, a gente não tem três refeições por dia, mal tomam café, eu vivo essa realidade diariamente com as crianças na escola, as crianças não têm alimento, isso a gente já batalhava lá lá na década de oitenta, né, a gente- teve um movimento na cidade que chamava Uakti, né, que é muito importante esse movimento cultural Uakti, ele reunia muita gente, muita gente importante que tá atuando aí, né, na cidade, muitos já faleceram, infelizmente, mas era um movimento importantíssimo porque ele fazia esse debate, fazia essa reflexão, sabe, nas músicas, nas danças, nas- em todos os segmentos artísticos, se você puder também pesquisar sobre isso, você vai entender, tinha o Uakti, movimento cultural que teve na cidade de Manaus nessa época, no final de oitenta pro início de noventa, então era essas as pautas e ainda são, né, falta de transporte digno, falta de alimentação, né, o salário digno pra você poder se manter e pagar suas dívidas, né, tomar a sua cervejinha, que ninguém é de ferro, ninguém tem, o dinheiro não dá, não dá, o dinheiro não dá, eu tenho que trabalhar muito pra ter o digno, o básico, e isso a gente já falava lá, já reivindicava lá nas nossas manifestações, nos movimentos culturais e as manifestações também, entendeu? (Cleia)

Cleia remonta aos desafios enfrentados na década de 1980, destacando problemas fundamentais como a insuficiência de um salário digno, que dificultava o acesso a necessidades básicas, incluindo alimentação e transporte. A crítica é dirigida não apenas à falta de políticas eficazes, mas também à realidade de muitas pessoas que lutavam para satisfazer suas necessidades mais elementares, como deslocar-se para atividades culturais ou educacionais. O exemplo de pessoas que percorriam longas distâncias a pé para participar de aulas de dança ou engajar-se em movimentos sociais evidencia a escassez de recursos e a determinação de indivíduos em buscar oportunidades e engajamento cultural, apesar das adversidades financeiras.

O comentário de Cleia também reflete uma crítica contínua à falta de progresso significativo em questões fundamentais, como a moradia digna, o transporte e a alimentação adequada. Essa perspectiva é reforçada pela experiência direta que Cleia possui ao observar as

condições das crianças nas escolas, que ainda enfrentam desafios semelhantes aos do passado. A referência ao movimento cultural Uakti, que desempenhou um papel importante na reflexão e no debate sobre essas questões através da arte, destaca a importância dos movimentos culturais na luta por melhorias sociais e na conscientização sobre as condições adversas.

Além disso, Cleia menciona a persistência das mesmas pautas e reivindicações, como a busca por um salário justo e condições dignas de vida, que continuam a ser relevantes mesmo décadas depois. A menção ao Uakti e a importância desse movimento cultural na época reforça a ideia de que, embora os contextos políticos e sociais possam mudar, os desafios fundamentais enfrentados pela população frequentemente permanecem. A fala também sugere uma certa frustração com a falta de mudanças substanciais e a necessidade de uma continuidade na luta por direitos e melhorias sociais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, muitas das reivindicações históricas passam a ser formalmente asseguradas, principalmente no âmbito dos direitos humanos. A dignidade da pessoa humana, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF), estabelece um princípio crucial que orienta toda a legislação nacional. Outros fundamentos, como cidadania, valores sociais do trabalho e pluralismo político (art. 1º, II, IV e V), reforçam o status dos direitos humanos no Brasil e sustentam uma base legal para a promoção e proteção desses direitos.

Além disso, o Decreto que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais demonstra um compromisso específico com a proteção dos direitos desses grupos. Esse Decreto define povos e comunidades tradicionais como aqueles que, culturalmente diferenciados, reconhecem suas formas próprias de organização social e utilizam territórios e recursos naturais para manter sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, conforme o inciso I do artigo 3º do Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

A luta por direitos, no entanto, não se encerra com a promulgação da Constituição. O engajamento de ativistas como Lamar, que se envolve com organizações como o Quilombo Urbano e o MOBI, demonstra a interconexão entre a luta contra o racismo e a promoção da cultura negra. Lamar destaca que, mesmo ao se envolver em novas frentes, como o Favelafro e movimentos de moradia, a questão do racismo continua a ser uma prioridade fundamental. Para Lamar, o combate ao racismo deve ser uma causa inclusiva que abranja tanto homens quanto mulheres negras, e a militância deve adaptar-se às novas demandas e contextos, como o enfrentamento da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e a participação em eventos

que visam transformar a realidade social. Sua abordagem reflete a visão de que, apesar dos avanços legais, a luta pela plena efetivação dos direitos e pela eliminação das desigualdades exige mobilização e ação política contínua. A participação em diversas frentes, como rádio comunitária e movimento estudantil, exemplifica como os ativistas devem articular suas ações em resposta às necessidades emergentes e desafios persistentes.

A relevância dessas lutas é evidenciada pelo ciclo de debates promovido em Manaus, conforme noticiado pelo Jornal do Comércio em 19 de novembro de 1986. A reportagem destaca o esforço das instituições do Estado e do Município para discutir e garantir os direitos das crianças na nova Constituição. O ciclo de debates foi uma resposta a uma lacuna significativa na legislação brasileira, que até então não contemplava adequadamente o atendimento das crianças de 0 a 6 anos. A ausência de uma abordagem abrangente para a infância nas constituições anteriores sublinha a necessidade de uma legislação que reconheça e valorize a importância dessa fase crucial do desenvolvimento humano. O ciclo de debates envolveu diversas instituições e comunidades, promovendo um espaço de discussão e reflexão sobre os direitos das crianças e engajando a comunidade em um processo participativo e inclusivo.

A fala de Cleia, refletindo sobre as condições sociais e políticas da época, fornece uma crítica pessoal e direta sobre as dificuldades enfrentadas pela população. Cleia destaca a falta de um salário digno, que dificultava o acesso a necessidades básicas como alimentação e transporte, e como essas questões ainda persistem. Ela menciona a luta por condições adequadas de vida e a importância de movimentos culturais como o Uakti, que, através da arte, contribuíram para o debate e a conscientização sobre essas questões. A perspectiva de Cleia ressalta que, apesar dos avanços legais, a luta por melhorias sociais continua a ser uma necessidade urgente e que os desafios fundamentais frequentemente permanecem inalterados.

Portanto, a Constituição de 1988, apesar de representar um avanço significativo na consolidação dos direitos civis e sociais no Brasil, não resolve todos os problemas estruturais enfrentados pelos movimentos sociais. A Constituição representa um ponto de partida, mas a luta pela plena efetivação dos direitos e pela eliminação das desigualdades continua a exigir mobilização e ação política constante. A contribuição dos ativistas e a mobilização da comunidade permanecem essenciais para garantir que as mudanças legislativas se traduzam em melhorias reais na vida das pessoas.

Em manchete do dia 15 de dezembro de 1989, a seguinte manchete “Movimento Alma Negra declara total apoio a Frente Popular”, na fala de Nestor podemos perceber a importância

que se dá a uma candidatura progressista num cenário no qual se visa a construção da democracia, bem como a importância história dada a Nestor, logo ao Movimento Alma Negra na construção de uma luta contra a discriminação racial no Amazonas:

> Ele não é o intelectual, não faz o discurso da classe operária, ele é a própria classe operária". (...) Nestor destaca a importância do engajamento das forças progressistas na candidatura de Lula, independente da sigla partidária. E foi acreditando nisso que assumiu a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, alguém que nesse momento histórico representa a unidade das esquerdas em torno de uma candidatura progressista, garante Nestor. Nestor Nascimento, que hoje representa a maior resistência contra a discriminação racial no Amazonas, fala do candidato da Frente Brasil Popular com uma intimidade de quem esteve ao seu lado no início da década de 80, quando foi lançada a base que deu origem ao Partido dos trabalhadores. (Jornal do Comércio, Caderno Política, 15 de dezembro de 1989).

A manchete do Jornal do Comércio de 15 de dezembro de 1989, "Movimento Alma Negra declara total apoio à Frente Popular", sublinha a relevância da candidatura progressista no cenário político da época, refletindo uma importante dimensão da luta contra a discriminação racial no Amazonas. A declaração de Nestor Nascimento evidencia a centralidade de figuras como ele na articulação de uma resposta política e social eficaz às injustiças raciais e sociais.

Nestor, ao descrever Lula como alguém que representa a unidade das esquerdas e como alguém "que não faz o discurso da classe operária, mas é a própria classe operária", revela a profundidade da conexão entre sua trajetória pessoal e o movimento progressista. Esse apoio à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva não é apenas um alinhamento político, mas uma expressão de uma luta contínua pela justiça e pela igualdade, que transcende siglas partidárias.

A fala de Nestor destaca a importância de engajar forças progressistas para enfrentar a discriminação racial e construir uma democracia mais inclusiva. Ele representa a resistência histórica contra o racismo e, ao apoiar Lula, reflete a esperança de que uma liderança progressista possa avançar na luta por direitos e igualdade. A proximidade de Nestor com Lula desde o início da década de 80 demonstra uma continuidade e um compromisso com a transformação social, que é essencial para enfrentar as desigualdades persistentes.

Este apoio também demonstra que a luta por justiça racial e social é um processo dinâmico e contínuo, em que a mobilização e o engajamento político são fundamentais para promover mudanças reais. O Movimento Alma Negra, ao alinhar-se com a Frente Popular, reafirma seu papel na construção de um Brasil mais justo e democrático, em que a luta contra a discriminação racial continua sendo uma prioridade vital.

3.3 AINDA CONSTRUINDO, AINDA RESISTINDO, AINDA SONHANDO: “NADA MUDOU, VAMOS MUDAR”.

Tudo que bate é tambor
Todo tambor vem de lá
Se o coração é o senhor, tudo é África
Pois em prática, essa tática, matemática falou
Enquanto a terra não for livre, eu também não sou
(Principia, Emicida)

A análise crítica da cobertura midiática sobre a violência e o crime, como discutido anteriormente, é fundamental para entender não apenas como essas questões são retratadas na imprensa, mas também como influenciam as percepções sociais e as políticas públicas. Essas percepções distorcidas muitas vezes contribuem para a estigmatização de determinados grupos sociais e áreas urbanas, perpetuando desigualdades e injustiças. Ainda assim, é importante ressaltar que, apesar dos desafios impostos por essa representação negativa, os movimentos sociais persistem em sua luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Os entrevistados da pesquisa destacam uma perspectiva de luta árdua e contínua, marcada por uma série de articulações e rearticulações ao longo do tempo. Essa luta não se limita apenas a demandas por direitos básicos, como o acesso à educação, saúde e moradia, mas também engloba questões mais complexas, como o combate ao racismo e à violência.

O movimento social se baseia em um projeto alternativo de sociedade, fundamentado no conceito de "bem viver" e na busca por direitos igualitários. Esse projeto vai além de questões materiais e abrange aspectos fundamentais como a valorização da coletividade e a construção de espaços de participação cidadã. Um exemplo disso é a luta pela construção de feiras nos bairros, que não apenas atende a uma necessidade prática de abastecimento, mas também fortalece os laços comunitários e promove a economia local.

No entanto, essa luta não é isenta de desafios e enfrenta resistências tanto estruturais quanto culturais. O combate ao racismo, por exemplo, envolve não apenas a superação de barreiras legais e institucionais, mas também a desconstrução de preconceitos enraizados na sociedade. Da mesma forma, a luta contra a violência policial exige não apenas reformas nas

políticas de segurança, mas também uma mudança na mentalidade e na cultura das forças policiais e da sociedade em geral.

Na perspectiva da história do tempo presente, compreendemos que a história não é apenas uma narrativa do passado, mas sim uma construção contínua e dinâmica que se relaciona com o presente e o futuro. Autores como Vladimir Safatle, em "Circuito dos Afetos" (2018), destacam a importância dos afetos na construção dos movimentos sociais e na formação da identidade política. Segundo Safatle, os afetos são fundamentais para mobilizar indivíduos e comunidades em prol de causas sociais e políticas, influenciando suas ações e decisões.

Nesse contexto, os movimentos sociais são entendidos não apenas como eventos isolados no tempo, mas sim como processos contínuos de resistência, solidariedade e transformação social. Como afirma Ângela Davis em suas obras sobre mulheres, cultura política e liberdade (1981), a luta pela liberdade é um empreendimento constante que envolve ações coletivas e individuais em busca de justiça e igualdade. Davis ressalta a importância de reconhecer as contribuições das mulheres e de outros grupos marginalizados para a construção de movimentos sociais e para a promoção de mudanças sociais significativas.

Portanto, os movimentos sociais mencionados no trabalho são vistos como parte integrante desse processo de construção histórica e política. Eles representam não apenas momentos de protesto e resistência, mas sim expressões de uma luta contínua por direitos, reconhecimento e dignidade. Esses movimentos estão em constante transformação, adaptando-se às mudanças sociais e políticas e buscando novas formas de mobilização e organização. Ao reconhecer a natureza dinâmica e contínua dos movimentos sociais, podemos entender melhor sua importância e seu impacto na sociedade contemporânea, bem como suas potencialidades para promover mudanças positivas no mundo.

A fala de Francy ressoa como um eco das experiências vivas de indivíduos inseridos em um contexto histórico em constante movimento, em que a construção da história é um processo dinâmico e coletivo. Ela não apenas narra as conquistas alcançadas por meio dos movimentos sociais, mas também revela como os sujeitos históricos moldam ativamente suas próprias trajetórias e as transformações sociais mais amplas ao longo do tempo. Francy nos convida a contemplar como as lutas coletivas dos movimentos sociais não se limitam a enfrentar desafios imediatos, como a fome e a pobreza extrema, mas também buscam transcender para um nível mais profundo de mudança social e cultural.

> O que eu penso de ganho são todas essas lutas que de fato nó-nós viemos travando e viemos vencendo, né, de alguma forma a gente venceu a fome, né,

> é… em algum momento, hoje a gente até volta devido o o o atual- o governo passado, a gente voltou, mas a gente lutou muito pra sair da extrema pobreza, né, e durante alguns anos nós saímos por conta dessas lutas, por conta desses movimentos, da RECID, dos ODMs, entendeu, que vinham pra base pra levar essas informações e também, é, o o conhecimento e também e te dar, é… condições de tu sair da situação que tu te encontrava, entendeu? A gente viu muitas mulheres, muitos jovens saírem, né, buscar estudo foi uma uma coisa que que mudou de fato, né, que aí a gente também quebrou essa que- um pouco essa questão do capitalismo, porque aí só estudava quem podia, quem tinha condições, né, e aí quando a gente foi ver que filho de empregada, filho de pedreiro, tudo se formou, e aí a gente vê que, por conta dessas lutas que a gente vinha trazendo, e a gente chegou aonde vê- e com a ajuda do dos governos que compreendiam a luta e abraçavam, né, então… se não- porque eu lembro assim muito a época do Governo Lula, foi quando os movimentos mesmo foram pras conferências, se empoderaram, traziam pra base as informações, onde foram criadas leis, né, foram criadas leis nessas conferências, que aí a gente vinha da municipal, estadual e ia pra nacional que formavam depois leis, né, então tudo isso o governo fez junto com os movimentos sociais, que depois parou porque o outro não- era um governo capitalista, era um governo que pensava mais (confusão de palavras) do outro lado e não no pobre e não na fome, e aí a gente volta de novo a fazer tudo de novo, né. (Francy)

Essa perspectiva nos permite compreender que a história não é um mero relato de eventos passados, mas sim uma narrativa viva e em constante transformação, em que os indivíduos são atores ativos que moldam e são moldados por seu contexto histórico. Os movimentos sociais emergem como espaços de resistência e mobilização, em que os sujeitos históricos se unem em torno de demandas comuns e buscam transformar as estruturas sociais injustas.

Autores como Angela Davis (1981), em suas reflexões sobre as lutas das mulheres negras, nos lembram que a história das lutas por justiça social e igualdade está intrinsecamente ligada às experiências e narrativas dos grupos marginalizados. As vozes e as experiências desses grupos são fundamentais para uma compreensão mais ampla e inclusiva da história, destacando a importância de uma abordagem interseccional que leve em conta as interações complexas entre raça, gênero, classe e outras formas de opressão.

A colaboração entre movimentos sociais e o Estado, como observado por Francy durante o período do Governo Lula, exemplifica como a ação coletiva pode resultar em avanços significativos em áreas cruciais como educação, saúde e assistência social. Essa parceria entre sociedade civil e Estado demonstra o potencial transformador da participação cidadã na formulação de políticas públicas inclusivas e voltadas para o bem-estar coletivo.

No entanto, a história também nos alerta para os desafios e retrocessos que podem surgir com mudanças políticas e ideológicas. A interrupção dos avanços sociais com a mudança de governo, conforme lamentado por Francy, destaca a importância de uma constante vigilância e mobilização por parte dos movimentos sociais para proteger e ampliar os direitos conquistados. Essa conscientização histórica e engajamento político contínuo são fundamentais para enfrentar os desafios persistentes e promover mudanças positivas na sociedade.

A fala de Borges, ao refletir sobre a persistência da discriminação e a luta contínua por direitos, revela a profundidade e a complexidade das injustiças enfrentadas pelo povo negro ao longo da história. Em suas palavras, Borges enfatiza que, apesar das conquistas e dos avanços, a luta pela igualdade e pela justiça permanece uma constante necessidade.

> Eu falo isso com tranquilidade porque é real, é nessa atitude, no movimento, no teu olhar, que tu discrimina, o resto é consequência, o resto é consequência, os caras passaram treze anos escravizando nosso povo, trez- desculpa, trezentos anos, porra, trezentos anos é três século, quantas pessoas não foram mortas, subjugadas, maltratadas, humilhada, levado, assim, nada do nada? Aí dez anos que o- com todo respeito, pegou os judeus lá, os brancos lá, lógico que (inaudível), isso é o que é mais lembrado, né, infelizmente, mas é é história, né, é a vida, né, eu acho que tudo isso que tu falou, cota, moradia, fome, ela ela a relação continua, né, e nós povo negro (inaudível)… porque infelizmente ainda somos, né, a periferia, né, e isso aqui, é, nós temos que o tempo todo tá reclamando e lembrando (batidas ao fundo) “ei, nós tamo aqui”. (Borges)

Borges menciona que "os caras passaram trezentos anos escravizando nosso povo", evidenciando a extensão e a gravidade das injustiças históricas. A referência ao longo período de opressão sublinha o impacto duradouro da escravidão e das desigualdades raciais. A fala de Borges ressoa com essa perspectiva ao afirmar que a luta contínua é uma resposta necessária à opressão histórica que ainda molda a realidade das comunidades negras.

A comparação feita por Borges entre a opressão enfrentada pelos negros e os eventos trágicos da Segunda Guerra Mundial destaca uma perspectiva crítica sobre como a história é lembrada e quais injustiças são mais visivelmente reconhecidas. A sua crítica aponta para uma disparidade na visibilidade e no reconhecimento das diferentes formas de opressão. Borges sugere que a atenção e a mobilização contínuas são essenciais para a luta contra a discriminação, e que o reconhecimento das injustiças passadas deve estar sempre presente na luta atual.

Além disso, Borges destaca a necessidade de uma constante reivindicação e presença, afirmando que "nós temos que o tempo todo tá reclamando e lembrando ‘ei, nós tamo aqui’". Essa necessidade de visibilidade e de voz é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa. A luta contínua por direitos como cotas, moradia e alimentação está interligada com

a luta contra a opressão estrutural e a discriminação, refletindo a importância de um projeto social que valorize a coletividade e promova a participação cidadã.

> É sempre uma luta, né, os movimentos sociais eles sempre têm que tá nesse movimento, por isso que já diz, movimentos sociais, né, e nunca vai parar, porque é uma é uma ideia, é um projeto, é uma filosofia, é um modo de vida, né, é um modo de cultura, de costumes, que que se você não tiver atento, né, é, cai no que aconteceu com, é, esse governo Bolsonaro, né, que veio, é… baseado muito na cultura, que eu penso assim, né, nós perdemos muito muitos direitos, né, nós ficamos desassistidos e acometidos por muitas- por muito ódio, por muito fascismo por muita misoginia, né, justamente porque, é, não se teve um um zelo, um cuidado com com a cultura, com a educação, com o esporte, com o lazer, com a saúde, né, e tudo isso é um sistema que- economico, né, que- injusto, né, que uns têm mais e outros têm menos, e é por isso que existe esse cabo de guerra, né, pela pela melhor qualidade de vida, pela luta por esses direitos, justamente pra não morrer, né, pra não morrer, por exemplo, pra mim deixar pra minha neta, né, pros meus filhos, esse legado, porque aí ele vê que ele a gente a gente luta, né, por essa por esses direitos e que lá na frente, se não lutarem também, vão perder esses direitos. (Cila)

A fala de Cila levanta a essência da luta dos movimentos sociais como uma jornada contínua, enraizada em uma ideia, um projeto e uma filosofia que vai além das questões imediatas. Ela destaca a necessidade de vigilância e mobilização constante para assegurar que os direitos e conquistas sociais sejam preservados e ampliados. Essa perspectiva é crucial para entender o papel dos movimentos sociais na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Cila argumenta que "os movimentos sociais, né, e nunca vai parar, porque é uma é uma ideia, é um projeto, é uma filosofia, é um modo de vida, né, é um modo de cultura, de costumes", sublinhando que esses movimentos são mais do que reações a problemas específicos; eles representam um compromisso profundo com um modo de vida que busca justiça e equidade. Essa visão é corroborada por Angela Davis, que afirma que "a luta por justiça é uma luta contínua, que exige um comprometimento permanente e uma consciência crítica sobre as formas de opressão que moldam nossa sociedade" (Davis, 2016, p. 102). Para Davis, a persistência dos movimentos sociais é fundamental para enfrentar e superar as desigualdades estruturais.

A crítica de Cila ao governo Bolsonaro, que, segundo ela, resultou em uma perda significativa de direitos e uma ampliação de discursos de ódio e fascismo, reflete a percepção de que mudanças políticas podem ter efeitos devastadores sobre os avanços sociais. Cila observa que a falta de "zelo, cuidado com a cultura, com a educação, com o esporte, com o lazer, com a saúde" contribui para uma sociedade mais desigual e desassistida. Essa análise é

consistente com o que Vladimir Safatle descreve em seu trabalho, em que ele enfatiza que "os movimentos sociais são essenciais para confrontar e reverter retrocessos políticos e sociais, especialmente em contextos de políticas que favorecem a desigualdade e a injustiça" (SAFATLE, 2020, p. 67). Safatle argumenta que os movimentos são necessários para manter a pressão sobre o sistema e garantir que as conquistas não sejam desfeitas.

Cila também destaca a importância de "deixar um legado" para as futuras gerações, sublinhando a natureza intergeracional da luta social. A visão de Cila sobre a necessidade de garantir um futuro melhor para seus filhos e netos está alinhada com o entendimento de que a luta por direitos é uma responsabilidade contínua que transcende as gerações. A historiadora e ativista Robin D.G. Kelly reforça essa ideia ao afirmar que "a luta pelos direitos civis e pela justiça social é um legado que se transmite de geração em geração, e cada geração deve assumir o papel de continuar e expandir essa luta" (Kelly, 2016, p. 211).

> Que muitos muitos muito foi perdido, né, no no governo do Bolsonaro, né, como por exemplo a Secretaria de Cultura, né, dos negros, dos indígenas, é, o desmonte dos das políticas públicas em si, porque não acreditava, né, ne-ne-nesses valores que a gente tem em comum, então os movimentos sociais eles são muito importante pra fortalecer a igualdade entre os povos, entre as nações, porque senão um- o sistema capitalista ele é assim, né, ele ele enquadra você em todos os seus- porque ele é- ele é ele é pré- as leis estão, é, é, dando esses direitos pra eles, eles vão pelas leis, né, e a gente também vai pelas leis, né, se a lei, a a Constituição ela é pra um, ela tem que ser pra outro, né, mas muitos puxam como- pra pro seu lado porque é cômodo, né, você não não olhar pro pro que tem menos, né, olhar pras pessoas que não têm, é, direitos, e se preva- e se prevalecer disso porque tem a informação privilegiada, né, a seu favor, então a gente não é bobinho, a gente não é, vamos dizer assim, ingênuo, então os movimentos sociais eles têm essa característica de não deixar ser lesado, né, pelos direitos humanos, né? (Cila)

Cila também destaca que o sistema capitalista tende a favorecer aqueles que já detêm poder e recursos, enquanto marginaliza os menos favorecidos. Ela afirma que "o sistema capitalista enquadra você em todos os seus valores, e as leis estão aí para favorecer os que já têm mais". Essa crítica reflete uma visão compartilhada por Vladimir Safatle, que escreve que "o capitalismo tende a reproduzir e acirrar as desigualdades sociais, e as leis frequentemente são manipuladas para manter o status quo, beneficiando os mais poderosos" (Safatle, 2020, p. 134). Safatle sublinha que os movimentos sociais desempenham um papel crucial na contestação e transformação dessas desigualdades.

A fala de Cleia enfatiza a importância da resistência contínua dos movimentos sociais, destacando o papel essencial dos movimentos LGBT, de negritude e indígenas na luta por

direitos e visibilidade. Cleia ressalta que esses movimentos são fundamentais para manter a esperança e a mobilização social, mesmo diante de tentativas sistemáticas de silenciar e desmoralizar suas reivindicações.

Cleia afirma que a persistência desses movimentos é crucial para combater as injustiças e desigualdades que enfrentam. Ela destaca que "se a gente perder essa esperança, a gente- é isso que o sistema quer", sublinhando a estratégia do sistema de desestimular a mobilização através da desqualificação e do cansaço. Essa perspectiva é apoiada por Máximo Maia, que observa que "a resistência e a continuidade das reivindicações sociais são fundamentais para desafiar a hegemonia das narrativas dominantes e garantir avanços na luta pela igualdade" (Maia, 2007, p. 14). Maia argumenta que a persistência é uma forma de resistência ativa contra as tentativas de apagar a voz dos grupos marginalizados.

> E isso é importante, né, porque isso nos dá uma esperança, se a gente perder essa esperança, a gente- é isso que o sistema quer, quer te espremer tanto que você não tenha mais esperança nem de se reunir, nem de fazer isso aqui que a gente tá fazendo, se reunir pra debater, pra conversar, né, e os movimentos LGBTs são muito muito fortes, e os movimentos de negritude, povos povos- movimentos indígenas, reinvindicando seu direito, e a gente vê muito isso, essas bandeiras, né, teve várias vários momentos, né, no país que a gente viu a importância desses movimentos tarem juntos, né, porque são eles que vão fomentar e instigar e cair batendo, "de novo esse mimimi?", mas vai ser sempre esse mimimi, não é mimimi, mas a gente precisa tá nesse lugar incomodando, a gente vai pegar nossas bandeiras e vai, né, alguns fazendo de um jeito, alguns fazendo de outro, se movimentando, porque se não for assim, esses movimentos estão aí há muito tempo, há muito tempo e vai continuar, "mas vocês de novo essa conversa?", sim, porque a gente vai incomodar até que as pessoas entendam que não pode descriminar, que não pode ter racismo no Brasil.(Cleia)

Cleia também critica a minimização das lutas sociais, mencionando que, apesar das críticas de que os movimentos estão "de novo com essa conversa", é crucial que eles continuem a levantar suas bandeiras e provocar discussões. Esse argumento é semelhante ao que Claudina Azevedo Máximiano e outros autores discutem sobre a importância da visibilidade e da persistência das causas sociais. Eles afirmam que "os movimentos sociais devem continuar a denunciar e combater as injustiças, pois somente através da persistência e da visibilidade é possível promover mudanças reais e significativas" (Máximiano et al., 2021, p. 29). Essa ideia ressalta que a resistência e a pressão contínuas são necessárias para forçar mudanças e conquistar direitos.

Além disso, Cleia destaca a importância da união entre diferentes movimentos sociais, como os de negritude, indígenas e LGBT, para fortalecer a luta coletiva por justiça e igualdade. A importância dessa colaboração é reforçada por Kabengele Munanga, que escreve que "a luta

pela negritude e os direitos indígenas deve ser integrada à luta mais ampla pelos direitos humanos, pois somente a solidariedade entre movimentos pode garantir um impacto mais amplo e eficaz" (Munanga, 1986, p. 88). Munanga enfatiza que a convergência entre diferentes lutas sociais é fundamental para enfrentar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade.

O relato de Lamartine sobre o movimento hip-hop reflete a capacidade de adaptação e resistência dos movimentos sociais frente às adversidades impostas pelo sistema. A luta contra as multinacionais e a exclusão midiática é uma constante, mas, ao mesmo tempo, esses movimentos demonstram uma incrível criatividade em criar alternativas que permitam a sobrevivência e a propagação de suas mensagens. Através das rádios comunitárias, por exemplo, o hip-hop encontrou um meio para difundir suas vozes, superando a barreira das rádios comerciais que ignoravam suas músicas. Essa busca por alternativas reflete a resiliência e o compromisso com a comunicação e a mobilização social, mesmo quando as ferramentas disponíveis eram limitadas.

> Eu acho assim, é… pegar o movimento hip-hop nesse aspecto do bem viver, a gente sempre foi contra- a gente ao mesmo tempo que a gente era contra multinacionais, né, no rap, né, mas a gente reclamava que a rádio não tocava nossa música, não deixa de ser uma contradição aí, mas naquele mesmo período, a gente buscava alternativas, por exemplo, "ah, não toca na rádio comercial? Vamo fazer programa de rádio comunitária", foi aí que nós entramo nos movimento de rádio comunitária, se não fosse as rádios comunitárias no começar lá atrás a tocar rap, foi a nossa alternativa, "vamo lutar contra os meios de comunicação, alternativa pra gente alcançar (gaguejo) espaço? Rádios comunitárias", "ah, a gente não tinha WhatsApp nem Instagram nem Facebook, como é que a gente se comunica com o pessoal, resto do país? Telefonando com ficha", foi aí que eu conheci os caras do Racionais, ligando lá do Maranhão pro KL Jay e disse "eu tô indo aí", e quando eu fui lá, antes de eu ir lá ele mandou uns discos do Racionais, né, e… quando eu fui lá, né, eu fui lá na casa dele, então a gente criou algumas alternativas, por exemplo, comunicação com os outros estados? Só tinha telefone, comunicação entre nós? É, tinha uma época que tinha um negócio que não é da época de vocês, graças a Deus não é da época de vocês, que era o negócio de deixar um recado no orelhão, "a festa vai rolar em lugar tal", era uma caixa postal no orelhão, "seguinte, rapaziada, reunião em tal hora, em tal-", tinha que ser rápido, puf, todo mundo ia lá no orelhão, era de graça, via via a mensagem pra marcar baile, pra marcar tudo, por quê? A gente não tinha nem telefone fixo em casa e nem tinha, né, telefone celular, então a gente criou algumas alternativas pra sobreviver. (Lamartine)

O trecho também evidencia a importância das redes de apoio e a comunicação entre estados, mesmo em um período no qual a tecnologia era escassa. A utilização de telefones públicos, caixas postais e a criatividade em deixar recados no orelhão exemplificam a determinação do movimento em se manter conectado e organizado. Essas estratégias

improvisadas revelam uma face da resistência que, apesar das dificuldades, encontra maneiras de persistir e fortalecer a luta. A história de Lamartine com o Racionais MC's, construída a partir dessas alternativas, é um testemunho da força coletiva e da capacidade de inovação diante de um cenário adverso.

> Movimento de moradia, eu participei de um movimento de moradia moradia no… naquela época no… lá no Maranhão, onde- quando eu entrei, eu fui dum dum coisa chamado Zumbi dos Palmares, quando criava um bairro lá no no Maranhão, as ocupações eram de jagunços ligados à construtoras, que pegavam o FGTS, construíam uma casa cara pro trabalhador e a gente não tinha acesso, aí a gente batia nisso, alternativa? Vamo ocupar e baratear a prestação de dessas casas, conseguimos algumas coisas? Conseguimos, por exemplo, nós entramos num num num conjunto que o nome era Tudo Vila Celeste, tudo nome de santo, e aí a gente entrou, não ficamo no mesmo espaço, mas ganhamos um conjunto habitacional e criamos o Zumbi do Palmares que TODOS, né, meio a meio, eram nomes de personalidades, de lideranças negras, com exceção do Che Guevara que deu uma confusão, porque a menina encheu o saco que o Che Guevara era preto e, na boa, ele não é, mas a gente deixou, tá bom, o Che Guevara, deixa aí, então assim, a gente criou essas alternativas, no hip hop, vender fita, né, a gente sempre foi contra esse mercado esse mercado aí, capitalista, mas a gente criou algumas alternativas, tipo, gravar demo e vender de mão em mão, deixo ver quê mais, fazer as nossas roupas e vender, por exemplo, eu eu fui- a minha experiência na França, num debate que teve sobre Nike e Adidas, eu tenho maior respeito, pô, não tenho nenhum problema o cara que usa Nike, Adidas, essas coisas, pode ser até um dia se o cara me der um eu vou usar, também não é aquela chatisse toda, né, mas, quando eu voltei de lá, eu entendi que assim, a gente veste o que a gente é, entendeu, então é por isso que é bem mais confortável você- não joguei fora, dei pruns amigos que tinha, mas é bem mais interessante você favorecer um mercado de roupas do que você sabe que pô, eu tô usando a camisa do James Brown, você tá usando a camisa do Malcon X, é bem mais interessante. (Lamartine)

O relato de Lamartine sobre sua participação em movimentos de moradia e no hip-hop reflete a luta contínua por justiça e a busca por alternativas diante de um sistema que, historicamente, marginaliza e exclui comunidades vulneráveis. No Maranhão, a luta contra o domínio de jagunços ligados a construtoras evidencia como movimentos sociais se organizaram para desafiar estruturas opressoras, ocupando espaços e criando soluções acessíveis para a moradia. Essa resistência não é apenas uma batalha por espaços físicos, mas também por identidade e dignidade, como exemplificado na criação do bairro Zumbi dos Palmares, onde os nomes das ruas homenageiam líderes negros, simbolizando a resistência cultural e a valorização da herança afro-brasileira.

No contexto do hip-hop, a resistência se manifesta através da criação de alternativas ao mercado capitalista, como a venda de demos e a produção de roupas próprias, rejeitando as

imposições das grandes marcas. A reflexão sobre o que vestimos é uma metáfora poderosa sobre identidade e pertencimento. Ao optar por vestir símbolos que representam figuras como James Brown e Malcolm X, o movimento reafirma sua conexão com a luta histórica por direitos civis e justiça social. Isso vai além de uma simples escolha de moda; é uma afirmação de quem somos e pelo que lutamos.

Esses movimentos mostram que, mesmo quando as estruturas de poder permanecem rígidas, a criatividade e a determinação das pessoas podem gerar mudanças significativas. Seja na ocupação de terrenos para moradia ou na criação de um mercado alternativo dentro do hip-hop, a essência da luta reside na capacidade de se reinventar e resistir. Esses exemplos são inspiradores, lembrando-nos que a mudança começa com a ação coletiva e a determinação de não aceitar a opressão como uma condição permanente.

> Então essa consciência de mercado foi criada a partir da cultura hip-hop, né, de de de tentar viver duma forma bacana, conseguir sobreviver, financeiramente, economicamente, e tentar bater nesse sistema e apresentar uma uma alternativa, o movimento criou muita marcas, porque não concordava com a exploração dessas marcas, inclusive da exploração dos chineses em São Paulo da cultura hip-hop, que os chineses exploraram muito os vestimentos do hip-hop, aquela galeria lá de São Paulo, não sei se vocês já foram em São Paulo alguma vez naquela galeria, já foi, né? Aquela galeria ali era só de japonês, até hoje ainda tem muito japonês lá, de chinês, de de asiático, pessoal do oriente que nunca gostou de rap, e eles passaram muito tempo vivendo da gente, sem gostar da gente, entendeu, botava muito de nós só pra ser um um cantores de rap funcionários na década de noventa, diminuiu um pouco mais por quê? A rapaziada criou as suas próprias marcas e hoje lá não é mais o *point* de encontro da gente como antigamente era, tem um monte de marca longe, na periferia, fazendo roupa pra mulher preta, pra homem preto, tem gente fazendo roupa pro candomblé, pra umbanda, enfim, e foi essas as formas da gente encontrou de enfrentar isso aí pra gente se sair ao longo desse desse tempo. (Lamartine)

A partir da década de 1990, a cultura hip-hop não apenas resistiu à exploração comercial, mas também reinventou suas práticas econômicas para assegurar maior controle e autonomia. Esta reflexão sobre a criação de marcas próprias e a superação da exploração externa revela uma luta mais ampla por justiça econômica e cultural.

O movimento hip-hop, inicialmente marginalizado e frequentemente explorado por interesses externos, encontrou uma forma de resistência e empoderamento através da criação de suas próprias marcas. Lamartine menciona a exploração por parte de empresários asiáticos em São Paulo, que, embora lucrassem com a cultura hip-hop, não demonstravam interesse genuíno na sua promoção ou valorização. Esse fenômeno de apropriação comercial não é único

ao hip-hop, mas é um exemplo claro de como culturas alternativas podem ser exploradas economicamente sem reconhecimento ou retorno adequado para seus criadores.

A resposta do hip-hop a essa exploração foi a autossuficiência. Ao invés de depender de sistemas externos que frequentemente não valorizavam ou respeitavam a cultura que representavam, os artistas e empreendedores do hip-hop criaram suas próprias marcas e empresas. Essa mudança não só possibilitou um controle maior sobre a representação e a distribuição da cultura, mas também ofereceu uma alternativa ao modelo econômico tradicional que muitas vezes marginalizava os grupos criadores.

A criação de marcas próprias e a produção de roupas e outros produtos dentro da própria comunidade são formas de resistência econômica que permitem que o hip-hop se afirme como um movimento autônomo. Isso não apenas desafia a exploração de mercados externos, mas também fomenta a economia local, promove a valorização cultural e fortalece a identidade comunitária. As marcas desenvolvidas por e para a comunidade hip-hop servem como símbolos de autonomia e resistência, refletindo uma luta contínua contra a marginalização e a exploração.

Essa abordagem de autossuficiência também é um exemplo de como os movimentos sociais podem utilizar a criatividade e a inovação para enfrentar e superar barreiras estruturais. Em vez de se conformar com os papéis impostos por sistemas externos, o movimento hip-hop criou novas oportunidades e caminhos, promovendo um modelo alternativo de sucesso e visibilidade. Isso reflete uma tendência mais ampla dentro dos movimentos sociais, em que a capacidade de se adaptar e inovar diante de desafios é crucial para a sustentabilidade e o impacto a longo prazo.

Assim, a trajetória do hip-hop em criar e sustentar suas próprias marcas é uma poderosa demonstração de como os movimentos sociais podem transformar desafios econômicos em oportunidades de resistência e empoderamento. É um exemplo de como a luta pela autonomia e justiça econômica pode ser alcançada através da inovação, da criatividade e do fortalecimento das comunidades marginalizadas.

Lamartine também argumenta que o programa "Minha Casa Minha Vida", embora tenha sido um passo significativo para enfrentar a crise habitacional no Brasil, não atende plenamente às necessidades culturais e sociais dos grupos que busca beneficiar. A crítica central é que os projetos habitacionais frequentemente falham em proporcionar ambientes que promovam a qualidade de vida e a integração comunitária. Em vez de oferecer um espaço adaptado às especificidades culturais e sociais dos moradores, os empreendimentos muitas vezes resultam

em áreas isoladas e desumanizadas, que não favorecem a coesão social e o bem-estar dos residentes.

> Do ponto de vista da da do movimento de moradia que eu participo, eu acho que, é, -um-uma perspectiva é a gente não ficar preso só aos projetos do Minha Casa Minha Vida e alongar, né, essa ação do movimento de luta por moradia, (confusão de palavras) movimento de moradia tem cultura, tem pessoas ligadas ao movimento negro, tem pessoas ligadas a cooperativa, que uma grande perspectiva é que a gente consiga viver desses processos de organização, cultura, cooperativa, né, movimento de mulheres e movimento negro, e também mude um pouco esse esse negócio dessa dessa Minha Casa Minha Vida, porque assim, é, preto, preta, num num gosta de apartamento, mano, Minha Casa Minha Vida sem um espaço de lazer como é esses aqui que num- criaram aqui, sem lugar pra criança fazer lazer, sem horta comunitária, sem quintal pra criar sem quintal pra criar animal, num é a a minha casa que a gente gostaria, entendeu? E outra- uma outra coisa, é, muitos deles colocam pessoas de facções rivais dentro, né, dentro do desses espaços, que cria na verdade um espaço de ódio e de inferno, parece mais um conglomerado de pessoas que foram jogadas longe, e quando na verdade o pobre não tem que sempre morar longe do do centro da cidade, acho que as perspectivas a gente lutar por isso, pra que esses projetos Minha Casa Minha Vida sejam mais a nossa cara, esses projetos de moradia que não inclua só moradia, entendeu? (Lamartine)

Uma das principais preocupações destacadas é a falta de espaços adequados para lazer, cultura e atividades comunitárias. Lamartine sublinha que muitos projetos habitacionais não oferecem áreas de lazer para crianças, hortas comunitárias ou quintais que possam suportar a criação de pequenos animais, elementos que são valorizados por muitas famílias. A ausência desses espaços pode transformar o que deveria ser um lar acolhedor em um ambiente alienante e estéril, desconsiderando as tradições e as necessidades práticas das comunidades.

Além disso, Lamartine aponta para a criação de um ambiente socialmente problemático dentro desses projetos, em que a alocação de pessoas de facções rivais pode gerar conflitos e aumentar a violência. Isso não apenas reforça a segregação social, mas também compromete a segurança e a convivência harmoniosa entre os moradores. A crítica sugere que uma abordagem mais integrada e sensível poderia prevenir esses problemas, promovendo uma verdadeira inclusão social e criando condições para uma vida comunitária saudável.

O apelo de Lamartine por uma reavaliação dos projetos habitacionais enfatiza a importância de envolver a comunidade no processo de planejamento e execução. A proposta é que os projetos de moradia não se limitem a fornecer estruturas físicas, mas que também considerem as necessidades culturais, sociais e emocionais dos futuros moradores. Isso

inclui a criação de espaços comunitários e a integração de elementos culturais que refletem a identidade e os valores dos habitantes.

A partir dessa análise, é possível concluir que os movimentos de moradia e as políticas habitacionais devem c para serem mais inclusivos e adaptados às necessidades das comunidades que servem. A abordagem crítica apresentada por Lamartine destaca a necessidade de uma transformação nas políticas habitacionais, que deve ir além da simples construção de unidades residenciais e buscar promover uma verdadeira qualidade de vida para os moradores. Essa transformação exige um compromisso com a participação comunitária, o respeito às identidades culturais e a criação de ambientes que fomentem a coesão social e o bem-estar. Assim, a luta por uma moradia mais adequada e inclusiva é uma parte fundamental do esforço para construir uma sociedade mais justa e equitativa.

O trecho seguinte da fala de Lamartine reflete uma perspectiva estratégica e propositiva sobre o futuro do movimento hip-hop, que busca não apenas a visibilidade cultural, mas também uma presença significativa nos espaços de poder político. O movimento hip-hop, ao reconhecer a necessidade de uma organização sólida e uma presença nos três poderes do governo, demonstra uma abordagem proativa para transformar suas demandas em políticas públicas concretas. Essa visão implica uma transformação do movimento de um ator cultural para um agente político, capaz de influenciar e moldar as políticas que afetam diretamente suas comunidades.

> E no movimento hip-hop as perspectivas que eu acredito é que a gente consiga, é, minimamente construir alguns pro- alguns, é, políticas de estado que consiga dar uma uma independência política e e financeira, né, pro movimento hip-hop, o movimento hip-hop precisa, precisa sim, o movimento negro também precisa ocupar esses espaços dos três poderes e eu acho que há uma perspectiva boa acontecendo, nós temos alguns casos como o Renato de Freitas lá em em… no Paraná, e eu acho que a perspectiva do movimento hip-hop daqui pra frente, na minha ca- no que eu tô vendo, e na verdade nós tamos vivendo, né, tem até um grupo- eu tô quase pra adoecer de tanto grupo, que nós não vamos ficar só no decreto, nós tamo criando um decreto, aí porque- pra cultura hip-hop, com políticas públicas em vários lugares, com participação de homens e mulheres do hip-hop, que a tendência disso é o movimento hip-hop, a perspectiva é o movimento hip-hop, mas vai ter um filtro? Vai, mas o movimento hip-hop criar uma uma organização forte a nível nacional que a gente consiga debater isso nos nos quatro nos quatro cantos dos poderes aí do do do país, eu acho que é uma perspectiva que já tá acontecendo, tá começando, mas eu acho que a perspectiva é essa, a gente ocupar sim, quem sabe a gente tenha uma uma uma bancada de povo de terreiro, nós temos uma bancada de hip-hop, eu acho que essa perspectiva ela existe, né, e que a gente tem que aproveitar minimamente esses quatro anos pra gente entender que nós não vamos militar só nos quatro ano, pra ver lá frente, quando não tiver nada, mas nós temo lá o- pelo menos agora nós temo temo o quê, uma mãe de santo lá de Minas, que é uma filha de santo e uma mãe de santo que é de Minas lá,

> menina que é a Dandara, se eu não me engano, é a Dandara, que é de terreiro, que tá lá dentro, nós temos duas meninas trans lá dentro, eu acho que a tendência é aumentar mais a perspectiva dos movimentos sociais, aumentar mais naquela câmara, ser diverso, e eu acredito que a gente vai ter sim um um-em pouco tempo essas lutas aí, né, ocupar o parlamento pra gente fazer leis pro nosso povo, é isso. (Lamartine)

A crítica à cobertura midiática da violência e do crime é essencial para entender o contexto em que esses movimentos operam. A mídia frequentemente perpetua narrativas que estigmatizam e marginalizam grupos sociais, particularmente os jovens de comunidades periféricas associados ao hip-hop. Essa estigmatização não só reforça a marginalização social desses grupos, mas também influencia a formulação de políticas públicas que podem ser desfavoráveis e discriminatórias. Assim, a atuação política e a organização do movimento hip-hop para garantir uma representação mais justa e influente nos espaços de decisão política tornam-se ainda mais cruciais.

A análise crítica da cobertura midiática é abordada por Marilena Chauí em Conformismo e Resistência (1986), em que ela discute como a mídia contribui para a perpetuação de estereótipos e a manutenção de desigualdades sociais. Chauí argumenta que a representação distorcida de grupos marginalizados na mídia tem um impacto direto na forma como esses grupos são tratados pelas instituições e pela sociedade. A ocupação de espaços políticos pelo movimento hip-hop, portanto, é uma estratégia para contrabalançar essas narrativas e garantir que as vozes e demandas desses grupos sejam ouvidas e respeitadas.

Além disso, o trabalho de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto em "Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa" (2007) destaca a relação entre a história e a mídia, enfatizando a importância de uma análise crítica das representações históricas e atuais. Cruz e Peixoto discutem como a mídia molda a percepção pública e influencia a construção das narrativas históricas e sociais. Nesse contexto, a perspectiva de Lamartine para o movimento hip-hop reflete uma tentativa de mudar essas narrativas a partir de dentro dos espaços de poder, promovendo uma mudança mais profunda e significativa.

A proposta de Lamartine para o movimento hip-hop se engajar diretamente na política e na formulação de políticas públicas é, portanto, uma resposta estratégica aos desafios impostos pela cobertura midiática negativa e pela marginalização estrutural. O movimento busca não só reagir, mas também transformar o cenário político para garantir que suas vozes e demandas sejam adequadamente representadas e atendidas.

Com base no contexto acima, disputas de narrativas ocorrem ainda dentro dos próprios movimentos, refletindo o racismo estrutural que persiste nas instituições políticas e sociais. A fala de Borges evidencia como, mesmo em partidos que se posicionam como defensores da igualdade racial, a representatividade negra continua a ser um desafio. Borges critica a resistência interna à plena inclusão de indivíduos negros e destaca a discrepância entre as conquistas formais, como as cotas, e a realidade da representação efetiva.

> Assim, olha, o governo Lula criou o Ministério da Igualdade Racial, né, Direitos Humanos tá lá o Silvio, Fundação Palmares voltou, né, a gen- eu tô nesse movimento nacional de de de fortalecimento da questão negra dentro do partido, onde… a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo ela era… ela era meramente coadjuvante mesmo, bem coadjuvante nesse tempo, mas dentro do nosso partido há uma uma resistência muito grande, infelizmente, eu já falei isso pro pessoal, por exemplo, se tu for ver aqui, olha, eu fui Secretário de Finança aqui, eu colocava de todo mundo, né, agrário, educação, cultura e tal, tu entrou ali tá PT, mulher, juventude, não botou do negro, já fiquei chateado, tá entendendo? Se eu não for questionar, tem- te garanto que o último que vão colocar ali é o do negro, mas é uma coisa tão natural esse esquecimento que isso preocupa, porque tá falando de um partido que comanda o país, e eu já falei na direção nacional que o PT também é racista, isso eu falo sem problema nenhum, hoje nós temos que cumprir cota, cota (batidas ao fundo), na chapa que é montada nas instâncias, porra, não é usual isso, eu acho que tem que parar com esse negócio de ter cota, tem que ter representação negra, hoje o governo Lula tem muita tem muita gente negra e negro, verdade, mas, é… mas não era uma coisa que a gente, por exemplo, esse aqui é um amigo e ele é negão mermo, o nome dele de candidato dele é Negão, amigasso, vai sair prefeito numa cidade de Benjamin Constant, o nosso partido tá com esse problema também, porque eu já havia ouvido isso, por exemplo, os 30% hoje que tem de valor do do fundo eleitoral, uma conquista nossa brigando, mas hoje você já já conseguimos despertar o interesse das demais- dos demais partidos, eu fui pro evento da Bancada Negra, lá encontrei o Renato, vou trazer o Renato Freitas aqui, é, ele topou vir aqui, e o Martius, mas pra fazer um debate de começar a a cutucar assim por dentro, porque antes a secretaria, eu digo na época da saudosa companheira Nonata, é, ela não tinha o peso que hoje ela tem, mas é como eu falei a questão, uma geração que tá no momento certo, na hora certa, mas nós não somos eternos, tem que trocar, e manter essa pegada, porque da mesma forma como tá as mulheres hoje dentro do partido têm 30% do fundo eleitoral, os negros já têm hoje, uma candidatura negra feminina, além de ser uma mulher ela pode ter a cota daqui direto, masculina a mesma coisa, eu acho que isso é um avanço, mas dentro do partido tem muita resistência com relação a isso ainda, preto, preta ainda… eu acho que não é por aí. (Borges)

A fala de Luiz Borges aborda uma complexa interseção entre políticas partidárias, representatividade e racismo estrutural no contexto político brasileiro. Ele expressa preocupações sobre a insuficiência da representação negra dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido que, segundo ele, deveria ser um exemplo de inclusão e

igualdade racial. Borges critica o fato de que, mesmo com avanços como a criação do Ministério da Igualdade Racial e a reintegração da Fundação Palmares, a representatividade negra ainda é sub-representada e frequentemente relegada a um papel secundário.

Em sua argumentação, Borges destaca que, apesar de conquistas significativas, como a implementação de cotas para candidaturas negras e o aumento da presença negra em cargos políticos, o PT ainda enfrenta resistência interna em relação à plena inclusão de indivíduos negros. Ele utiliza sua experiência pessoal, mencionando que, apesar de ocupar um cargo importante, a falta de representação negra nas discussões e nos cargos do partido é um problema persistente. Esta resistência é vista por Borges como uma manifestação de racismo estrutural, que persiste mesmo dentro de organizações que se posicionam como defensoras da igualdade.

Essa perspectiva pode ser confrontada com as análises de Carlos Moore em Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na História. Moore argumenta que o racismo não é apenas um conjunto de atitudes individuais, mas um sistema complexo que permeia todas as estruturas sociais, políticas e econômicas (Moore, 2007). Nesse sentido, a crítica de Borges sobre a falta de representatividade negra dentro do PT pode ser compreendida como um reflexo de como o racismo estrutural opera dentro das instituições que afirmam promover a igualdade.

Kabengele Munanga, em Negritude: usos e sentidos, também oferece uma visão relevante sobre o conceito de negritude e a luta pela afirmação da identidade negra. Munanga discute como a negritude foi utilizada como uma ferramenta de resistência e autoafirmação frente à opressão racial (Munanga, 1986). A crítica de Borges pode ser vista como uma continuação dessa luta, na qual a representação negra não é apenas uma questão de cota, mas de reconhecimento e valorização real da identidade e das contribuições dos indivíduos negros dentro das estruturas partidárias e governamentais.

A fala de Borges reflete um dilema central na luta pela igualdade racial: o desafio de transformar avanços institucionais em mudanças reais e profundas na forma como as instituições operam e se estruturam. Ele destaca a necessidade de uma mudança cultural e estrutural dentro dos partidos políticos, para que a inclusão negra não seja apenas uma questão de política de cotas, mas uma verdadeira transformação na representatividade e no poder dentro das estruturas partidárias e governamentais.

A análise dos diversos movimentos sociais discutidos neste trabalho, desde o movimento hip-hop até os esforços por moradia e justiça social, revela uma característica

fundamental: a continuidade e a transformação desses movimentos. A visão de E.P. Thompson, que afirma que os movimentos sociais não são espasmódicos, mas sim processos contínuos de resistência e transformação, é particularmente relevante aqui. Thompson (1987) destaca que os movimentos sociais são dinâmicos e adaptativos, refletindo uma persistente luta por justiça que transcende os momentos pontuais de mobilização.

Os movimentos analisados demonstram que a luta por mudança social não se limita a respostas reativas a crises momentâneas, mas sim a um compromisso contínuo com a transformação estrutural. O movimento hip-hop, por exemplo, busca não apenas a representação política e cultural, mas também a formulação de políticas públicas que garantam sua autonomia e influência. Isso evidencia uma estratégia de longo prazo, na qual a resistência e a inovação caminham juntas para criar soluções sustentáveis.

De forma semelhante, a luta por moradia, que se reflete nas ações de grupos como o Zumbi dos Palmares, mostra como os movimentos sociais se adaptam às realidades econômicas e políticas, buscando alternativas que garantam acesso a recursos e direitos. A criação de políticas habitacionais e o combate às práticas predatórias revelam uma abordagem estratégica e persistente para enfrentar as desigualdades e promover um acesso mais justo à moradia.

Além disso, a crítica à cobertura midiática e a busca por uma representação justa destacam o papel crucial da comunicação e da visibilidade na luta social. A forma como os movimentos são retratados e percebidos influencia diretamente as políticas públicas e a percepção social, reforçando a necessidade de uma abordagem contínua e crítica para alterar narrativas e construir uma imagem mais precisa das realidades enfrentadas pelos movimentos sociais.

Assim, a compreensão de que os movimentos sociais são processos contínuos e dinâmicos é essencial para apreciar a profundidade e a complexidade de suas lutas. Esses movimentos não são eventos isolados, mas sim expressões de uma resistência duradoura e adaptativa que busca transformar estruturas sociais e políticas ao longo do tempo. A abordagem contínua e estratégica observada nos movimentos analisados reforça a importância de um compromisso persistente com a justiça e a igualdade, alinhado com a visão de Thompson sobre a natureza não espasmódica dos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem como objetivo abrir caminhos para futuras investigações e reflexões sobre a resistência social em Manaus, evidenciando a complexidade e a diversidade das lutas travadas por diferentes grupos ao longo da história. A resistência negra, expressa tanto nas práticas afro-religiosas quanto nas manifestações culturais é um dos pilares fundamentais dessa análise. Em um cenário em que a opressão racial e a marginalização têm raízes profundas, os quilombos e os terreiros emergem não apenas como espaços de preservação de tradições ancestrais, mas também como núcleos de resistência e afirmação identitária. Estes espaços representam a luta contínua contra a invisibilidade imposta por uma sociedade que, por séculos, tentou silenciar vozes negras e sufocar suas manifestações culturais. O fortalecimento dessas comunidades, portanto, não é apenas um ato de resistência, mas um movimento de reivindicação de direitos e de reconstrução da memória histórica.

A cultura, por sua vez, desempenha um papel crucial nessa resistência. Expressões culturais como o afoxé, a capoeira, o samba e o hip-hop têm sido fundamentais na construção de uma identidade negra que resiste às tentativas de apagamento cultural. Esses movimentos culturais não apenas celebram a ancestralidade africana, mas também atuam como ferramentas de conscientização e mobilização social. Ao incorporar elementos de resistência em suas práticas, essas manifestações culturais se tornam atos políticos, desafiando as estruturas de poder e promovendo uma nova forma de ver e viver o mundo. A cultura, nesse contexto, se torna um meio de resistência ativa, na qual a história e a tradição se encontram com as lutas contemporâneas por justiça e igualdade.

Além disso, a pesquisa destaca a importância do movimento de mulheres em Manaus, que se consolidou como um espaço de luta por direitos e dignidade em meio a um cenário de desigualdade social e econômica. As greves e mobilizações das mulheres, especialmente no contexto das lutas por moradia, alimentação e direitos reprodutivos, revelam uma faceta essencial da resistência social. As mulheres, muitas vezes invisibilizadas nas narrativas hegemônicas, assumem o protagonismo na construção de alternativas de vida que desafiam as normas estabelecidas. Elas não apenas lutam contra as injustiças do presente, mas também criam novas possibilidades para o futuro, em que a justiça social e a igualdade de gênero sejam valores centrais. A organização dessas mulheres é um testemunho da força coletiva e da capacidade de transformar a realidade, mesmo em contextos adversos.

A resistência das mulheres se manifesta, por exemplo, na luta por creches e na defesa dos direitos reprodutivos, questões que se entrelaçam com a luta por melhores condições de vida nas periferias de Manaus. Essas lutas, embora frequentemente subestimadas, são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao enfrentarem as desigualdades de classe, gênero e raça, essas mulheres desafiam o status quo e criam novos espaços de resistência e solidariedade. A luta por moradia e por condições dignas de vida, por exemplo, revela a interseccionalidade das opressões que essas mulheres enfrentam e como elas mobilizam suas forças para resistir e construir novas formas de existir.

A pesquisa também abordou a complexa disputa pela cidade e pela memória coletiva, destacando como os movimentos sociais têm sido criminalizados e marginalizados pela mídia e pelo poder instituído. A tentativa de apagar a memória das lutas sociais e de silenciar os movimentos populares revela uma batalha contínua por reconhecimento e justiça. No entanto, a persistência desses movimentos em manter viva a memória de suas lutas, mesmo diante de tentativas de apagamento, é uma prova da força e da resiliência dessas comunidades. A criminalização dos movimentos sociais, longe de enfraquecê-los, reforça a necessidade de continuar lutando por direitos e por uma sociedade mais justa. A luta pela memória é, portanto, uma luta pela verdade e pela justiça, na qual o passado é constantemente revisitado para iluminar as lutas do presente e as batalhas do futuro.

Buscou-se compreender aqui como os movimentos sociais em Manaus são fundamentais para abrir novos caminhos e possibilidades para a sociedade. Eles representam a resistência contínua contra a opressão e a injustiça, mas também a construção ativa de alternativas para um futuro mais justo e igualitário. A ideia de que "nada mudou, vamos mudar" reflete a persistência e a determinação desses movimentos em continuar lutando, mesmo quando as mudanças parecem lentas ou inexistentes. A resistência, nesse sentido, não é apenas um ato de oposição, mas um processo de criação, em que novas formas de viver, ser e existir são constantemente imaginadas e construídas. O legado dessas lutas, portanto, é a esperança de que um futuro diferente é possível, um futuro em que a justiça e a igualdade não sejam apenas ideais distantes, mas realidades concretas para todos.

Por fim, a luta dos movimentos sociais em Manaus, tal como expressa na música de Emicida, ressoa com a ideia de que "enquanto a terra não for livre, eu também não sou". Essa perspectiva reflete a compreensão de que a liberdade individual está intrinsecamente ligada à libertação coletiva. A resistência dos quilombos, terreiros e movimentos femininos exemplifica essa luta por uma liberdade que transcende o individual e abrange toda a comunidade. A terra,

como símbolo de pertencimento, identidade e sustento, torna-se o campo de batalha em que a justiça é reivindicada e na qual a verdadeira liberdade só pode ser alcançada quando todos tiverem seus direitos respeitados e suas vozes ouvidas. Assim, a luta por libertação, justiça e igualdade permanece um compromisso contínuo, em que a resistência não é apenas uma escolha, mas uma necessidade urgente para a construção de um futuro em que a terra, e todos os que nela habitam, possam finalmente ser livres.

REFERÊNCIAS

FONTES

NARRADORES:

Francy Guedes – É uma destacada militante do Partido dos Trabalhadores (PT) no Amazonas e também uma ativa participante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), um movimento feminista internacional que luta por direitos das mulheres, igualdade de gênero e justiça social. No âmbito de sua militância, Francy defende pautas ligadas à autonomia das mulheres, combate à violência de gênero, e igualdade no mercado de trabalho, denunciando as condições desumanas que muitas mulheres enfrentam no Brasil e no mundo, especialmente no que se refere à precarização dos serviços públicos e à sobrecarga do trabalho doméstico.

Cléia Alves - Cléia Alves é uma militante histórica do movimento negro em Manaus desde a década de 1980, com uma forte atuação na preservação e valorização da cultura afro-brasileira. Ela é colaboradora da Associação dos Mestres e Brincantes da Cultura Popular do Amazonas e participa de diversos grupos culturais que celebram as raízes africanas, como o *Samba de Roda Vozes do Cativeiro*, o *Maracatu Eco da Sapopema* e o *Baque Mulher Manaus*. Além disso, Cléia integra o grupo *Malungo Dudu*, que tem uma forte atuação político-social contra o racismo, o machismo, e outras formas de discriminação

Luis Borges - Luiz Borges é um filósofo e militante ativo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Amazonas, com um foco central nas questões raciais. Ele atua na Secretaria de Combate ao Racismo do PT-AM, em que promove políticas voltadas à inclusão e combate à desigualdade racial, com destaque para a defesa de direitos da população negra e outras minorias.

Lamartine (Negro Lamar) - Lamartine Silva, também conhecido como Negro Lamar, é uma figura influente na cena cultural de Manaus, atuando como rapper, produtor cultural e ex-conselheiro de Cultura e Juventude. Ele tem uma longa trajetória no movimento Hip Hop, em que se destaca pela luta pela cultura negra e pela juventude periférica. Seu envolvimento inclui a organização de eventos como o "Encontro de Difusão e Reconexão Periferias" e a produção do programa de rádio "Original Rap 106" na Rádio Universidade FM. Ao longo de sua carreira, ele foi reconhecido com vários prêmios, incluindo o "Prêmio Hip Hop Preto Ghoez" do Ministério da Cultura e o título de "Personalidade do Ano" pelo Fórum Permanente de Capoeira do Amazonas.

Cila Alves Reis - Cila Alves Reis é uma profissional formada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com formação em design e fotografia. Além de suas habilidades técnicas, Cila se destaca como produtora cultural e militante social, atuando em diversos projetos que promovem a transformação social por meio da arte e da cultura. Um de seus principais trabalhos é o **Identidade Circuito Norte**, um espetáculo que celebra memórias afetivas e reflexões sobre representações sociais. Esse projeto já passou por várias localidades como Alter do Chão (PA), Atalaia do Norte e Parintins (AM), além de comunidades ribeirinhas como São Francisco do Mainã, e é parte de uma iniciativa mais ampla de circulação artística pela região Norte.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – MNU:
Estatuto do Movimento Negro Unificado - XV Congresso Nacional Ordinário
Lauro de Freitas - BA, 15 a 18 jun. 2006.
Carta de princípios do Movimento. XV Congresso Nacional Ordinário
Lauro de Freitas - BA, 15 a 18 de jun. 2006.
Imagens Acervo MNU - Adomair O. Ogunbiyi e Ilma Fátima de Jesus

HEMEROTECA DIGITAL
Jornal do Comércio (1978-1988)

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
Acervo Jornal A Crítica (1967-1989)

BIBLIOGRAFIA

AARÃO REIS Filho, Daniel. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. Jornal de Psicologia-PSI, n. Abril/Junho, 2002.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R; FRAGA FILHO, Walter. O movimento negro no Brasil contemporâneo. In: Uma história do negro no Brasil.

BARBERO, Jesus M. Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”. In: Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRETAS, Marcos Luiz. O Crime na Historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. Boletim informativo Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1991, p. 49-61.

BRUZIGUESSI, Bruno. O legado da ditadura no processo de criminalização dos movimentos sociais. In: Tempos Históricos, v. 18, 2014.

CHAUI, Marilena. Conformismo e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. In: Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Tastevin Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2009. (Série Monografias).

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio (Org.). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DARNTON, Robert. O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Angela. A Liberdade é uma Luta Constante: Sobre a Revolução Negra e o Feminismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

_____. Mulheres, Cultura e Política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Eduardo Gorjão. Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Pádua. Movimentos sociais e segurança nacional: notas sobre contestação e vigilância durante a ditadura militar no Brasil. Panóplia, Vitória, vol. 11, n. 2, pp. 502-533, jul./dez. 2016.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Mulheres, militância e memória. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e Militantes. Revista Estudos Feministas, Instituto de Estudos de Gênero, Florianópolis, v.5 n°2, 1997.

GOHN, Maria da Glória M. Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2011.

GOMES, Mércio Pereira. Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere (4 vols). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

KELLY, Robin D.G. Negro e Reivindicado: O Legado da Luta pelos Direitos Civis. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LINEBAUGH, Peter. Crime e Industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. Crime, violência e poder. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para crise urbana. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MÁXIMIANO, Claudina Azevedo et al. X Semana de reflexões sobre negritude, gênero e raça dos institutos federais: SERNEGRA. 2021.

MAIA, Rita. O prazer da militância: a ética estética da "negritude ilê". Diálogos & Ciência. Revista de Ensino FTC, Ano V, n. 11, setembro de 2007.

MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na História. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, João Pacheco. O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2016.

PERROT, Michelle. As Mulheres ou os silêncios da história. Bauru: EDUSC, 2005.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925. Manaus: Edua, 2001.

ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei - legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

SADER, Eder. Quando Novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTIAGO, Maria Célia. Clandestinidade e mobilização nas linhas de montagem: a construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFAM, 2010.

SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. In: Estudos Avançados, vol. 19, ano 54, p. 99-113, 2005.

SILVA, Marcos A. (Org.). Brasil, 1964/1968: a ditadura já era ditadura. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

THOMPSON, Edward P. Senhores e caçadores. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato: Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIEIRA, Maria; ROSÁRIO, Maria; YARA, Maria. A Pesquisa em História. São Paulo: Ática, 1991.

WILLIAMS, Raymond. Campo e Cidade na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Estudos Avançados, vol. 21, n. 61, USP, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161. Acesso em: 19 jan. 2019.

_____. Teoria Social e o Combate à Violência nas Sociedades Modernas. Estudos Avançados, v. 57, p. 45-65, 2006.